distâncias

Carbonários no Rio da Prata

jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1727-1860)

Eduardo Scheidt



apicuri

Os trabalhos históricos sobre as Américas Ibéricas, especialmente os que se voltam para os séculos XVIII e XIX, incluídos na coleção *Distâncias* têm como foco as trajetórias de agentes históricos e o vínculo estabelecido entre as regiões no interior dos impérios, abordando esta diversidade regional. Permitem observar áreas coloniais e de países novos na sua relação com as regiões centrais, estruturadoras do conjunto. Abordam regiões representativas, que, embora novas naquele período, tinham grande dinamismo social, cultural e econômico.

Distâncias enfatiza os percursos sociais e geográficos e a implantação de instituições longe do local de sua criação. Nas Américas Ibéricas, o avanço em direção às fronteiras ligou-se à manutenção de relações sociais de grande desigualdade, de modo que apontar para as distâncias geográficas significa também prestar atenção à manutenção de distâncias sociais e étnicas. Migrantes espontâneos, forçados e etnicamente diversos dividiam o cotidiano.

Cada um dos trabalhos incluídos fornece elementos, a partir de seus próprios objetivos, para compreender como as pessoas organizavam e reorganizavam suas vidas em meio a esses deslocamentos e choques. Os textos analisam igualmente as relações entre as regiões e a trajetória destas pessoas. Trabalha o trânsito entre grupos sociais e étnicos diversos, prestando atenção à criação de intermediários e da hierarquia entre estes grupos. O mundo agrário, as zonas fronteiriças, as relações entre grupos étnicos, trajetórias sociais, tudo isso é pesquisado, discutido e analisado. Os textos abordam também as posições tomadas pelos contemporâneos a este processo e que refletiam sobre ele, como religiosos, administradores, militantes ou membros de grupos políticos dirigentes.

Carlos A. M. Lima

distâncias

Carbonários no Rio da Prata

Jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827 - 1860)

Eduardo Scheidt

apicuri

Organizador da Coleção
Carlos A. M. Lima

Preparação e Revisão
Equipe Apicuri

Capa
Margareth Bastos

Editoração eletrônica e Projeto Gráfico
Margareth Bastos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

SCHEIDT, Eduardo.
Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827 - 1860) / Eduardo Scheidt.– Rio de Janeiro:Apicuri,2008.

196 p. ; 16 x 23cm – (Distâncias).
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-61022-16-7

1. Bacia Platina – História – 1827-1860.
2. Carbonários – Bacia Platina – História. 3. Brasil - Política e governo – 1827-1860. 4. Uruguai - Política e governo – 1827-1860. 5. Argentina – Política e governo – 1827-1860. 6. Brasil – Relações – Uruguai. 7. Brasil – Relações – Argentina. I. Título. II. Série.

CDD (22ª ed.)
980

[2008]

Telefone/Fax (21) 2533-7917
editora@apicuri.com.br
www.apicuri.com.br

Prefácio

Este livro de Eduardo Scheidt é um bom exemplo da maturidade que a produção brasileira sobre a história da América Latina tem alcançado nos últimos anos. Com competência e profundidade, o autor analisa as representações de nação elaboradas por periodistas italianos que viveram na Região Platina, entre 1827 e 1860.

O tema, desde logo, anuncia a originalidade do trabalho. Em primeiro lugar, o rompimento com as fronteiras nacionais deve ser enfatizado. A utilização do conceito de Região Platina desenvolvido pelas historiadoras Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind permite que Scheidt percorra os territórios da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul, pensando um espaço físico amplo associado fundamentalmente às relações sociais construídas pelos homens.

Em segundo lugar, a escolha do tema é singular, pois o autor trabalha a circulação de três publicistas italianos – Pedro de Angelis, Gian Batista Cuneo e Luigi Rossetti pelas terras americanas. Rastreando exaustivamente as fontes impressas do período, pode indicar com precisão as idéias e concepções políticas desses homens, detendo-se particularmente nas representações de nação encontradas em seus escritos. Com segurança teórica enfrenta também a análise da construção de outros conceitos, como democracia, república, modernidade e romantismo.

Os italianos não defenderam posições políticas homogêneas. De Angelis era um liberal moderado e acercou-se dos federalistas de Buenos Aires. Ficou conhecido por seus artigos que justificavam o regime rosista. Em seus escritos, projetou uma representação de nação a despeito da ausência de constituição e de governo nacional.

Cuneo e Rossetti eram nacionalistas, partidários de Mazzini, imbuídos de idéias radicais e igualitárias. Uniram-se aos opositores de Rosas,

associando-se aos membros da Geração de 37 e dos Farroupilhas rio-grandenses. Rossetti morreu em 1840, lutando ao lado dos Farroupilhas. Cuneo voltou à Europa, regressou à Argentina e moderou suas posições políticas. Na década de 1850, aderiu aos círculos liberais portenhos e acabou convertido à idéia de uma nação na qual "a civilização" devia vencer "a barbárie".

Scheidt assume uma perspectiva teórica sofisticada, mostrando como os três italianos, que traziam de seu país um repertório de idéias políticas, repensaram suas concepções ao tomarem contato e refletirem sobre as questões específicas das sociedades em que aportaram. Critica a visão linear que aponta para a simples "influência" do mundo europeu sobre o americano apresentado como receptor passivo dessas "idéias importadas". Insiste nas interações, nos diálogos e nos intercâmbios. Numa ponta, os italianos se "americanizaram" ao refletirem sobre o "novo mundo", enquanto no outra, a Geração de 37 e os Farroupilhas selecionaram e incorporaram as perspectivas trazidas pelos italianos. Desse modo, Eduardo Scheidt, com esta pesquisa, demonstra de forma consistente que as "idéias estão no lugar" e que não foram simplesmente "importadas" ou "justapostas à realidade" sul-americana. As propostas políticas aqui pensadas foram o resultado de trocas e diálogos entre europeus e sul-americanos.

Os debates sobre a construção da nação, particularmente na historiografia argentina, têm sido acalorados. Scheidt enfrenta tais controvérsias sobre o "nascimento da nação", dialogando com historiadores como José Carlos Chiaramonte, Halperín Donghi, Jorge Myers, Hilda Sábato, Pilar González Bernaldo. Para nosso autor, a independência não significou o surgimento imediato das atuais nações na Região Platina, mas sim deu início a um longo processo de constituição de novas organizações políticas soberanas frente à necessidade de suplantar o regime colonial. Diversos projetos políticos dos diferentes protagonistas estavam em conflito permeados pela centralidade da busca de solução para a organização do Estado. Como indica Scheidt, a relevância do federalismo foi claramente percebida pelos jornalistas italianos que tomaram posições variadas sobre a questão. Desse modo, fiel a seu ofício de historiador, Scheidt não aceita um conceito de nação construído *a priori*, pois analisa "como a nação vinha sendo pensada, proposta, concebida pelos agentes históricos na primeira metade do século XX".

O leitor está convidado a entrar neste interessante texto que flui facilmente e que proporciona um sólido debate sobre temas cruciais da atualidade, conferindo-lhes uma dimensão histórica que lhes dá profundidade e permite sua melhor compreensão.

Maria Ligia Coelho Prado
Universidade de São Paulo

Sumário

Abreviaturas

AA
Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo.

AAnf
Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo (nueva fase).

EC
El Conciliador.

CP
Crónica Política y Literaria de Buenos Aires.

GM
Gaceta Mercantil.

EI
El Iniciador.

IT
L'Italiano.

LI
Il Legionario Italiano.

LA
La Legione Agricola.

EL
El Lucero.

EM
El Monitor.

EN
El Nacional (época segunda).

OP
O Povo.

RP
Revista del Plata.

LT
La Tribuna.

Introdução

Este livro originou-se de minha tese de doutoramento *Representações de nação por periodistas italianos na Região Platina (1827-1860)*, defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2004. Trata-se de uma análise da atuação de três jornalistas italianos, Pedro de Angelis, Gian Battista Cuneo e Luigi Rosseti, durante o período em que estiveram exilados na Região Platina em meados do século XIX. Os três personagens nasceram na Itália, onde iniciaram suas atividades políticas em sociedades secretas carbonárias, e se estabeleceram no continente americano quando adultos. Quanto a seus posicionamentos políticos, a despeito de uma origem comum, enquanto carbonários, Cuneo e Rossetti tornaram-se partidários do nacionalismo radical de Giuseppe Mazzini, enquanto De Angelis converteu-se, ainda durante sua vivência na Europa, num liberal pragmático e moderado.

Nossa proposta de pesquisa consistiu em analisar a atuação dos três jornalistas italianos junto à imprensa da Região Platina, em meados do século XIX. Estes personagens tiveram trajetórias distintas: De Angelis esteve ligado ao regime de Rosas; Cuneo atuou principalmente entre os intelectuais da Geração de 1837, primeiro em Montevidéu e posteriormente na Buenos Aires pós-rosista; Rossetti trabalhou na imprensa da então "República Rio-Grandense", junto aos farroupilhas.

Há ainda um quarto personagem, Tito Livio Zambeccari, que exerceu a função de jornalista no Rio Grande do Sul, antes do início da Revolução Farroupilha. Entretanto, em virtude de serem raríssimos os exemplares do período em arquivos e bibliotecas sul-rio-grandenses, não foi possível identificar textos deste italiano. Desta forma, tivemos que praticamente excluir Zambeccari de nossa análise, embora ele não deixe de ser mencionado em alguns momentos, com base em fontes secundárias.

Conforme mencionado, nosso espaço de análise é a Região Platina. Fundamentamo-nos no conceito desenvolvido pelas historiadoras Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind.[1] Conforme as autoras, os atuais territórios do Uruguai, da campanha sul-rio-grandense e do pampa argentino constituíam-se, na época colonial, em uma unidade econômica, social e cultural, denominada de Região Platina.[2] Reichel e Gutfreind elaboraram seu conceito de região a partir da "geografia crítica". Para os profissionais desta área, uma região deixou de ser definida como um espaço físico, dissociado do homem, passando a ser caracterizada como uma totalidade, em que há uma forma espacial de reprodução de capital e de relações sociais, construída pela ação humana.[3]

Assim, embora pertencente a dois reinos distintos, Espanha e Portugal, nos territórios abarcados pela Região Platina se desenvolveu uma única formação social, que tinha na pecuária sua principal, embora não única, atividade econômica. Inicialmente, a prática predominante era o abate do gado para extração de couro e sebo. Devido à área plana e às condições férteis do pasto, o gado livre se reproduzia em abundância. Depois, estabeleceram-se paulatinamente estâncias para criação de gado *vacum* e cavalar, plantio de gêneros agrícolas, além de charqueadas. Durante todo o período colonial, a região permaneceu escassamente povoada, com predomínio de população rural e fundação de poucas cidades. Quanto à formação social, a figura do "gaúcho" (mestiço de populações indígenas com brancos pobres que viviam do abate ao gado) foi predominante no início do período colonial, mas tendeu a desaparecer com a instituição do trabalho sazonal e escravo (principalmente no Rio Grande do Sul) com o início do estabelecimento das estâncias.

Tanto na parte espanhola como na portuguesa, formou-se, no conjunto da região, uma sociedade muito semelhante, a partir da mescla da população de origem européia com a nativa. Os atritos entre as coroas metropolitanas tornaram o conjunto do espaço um território instável, de disputas constantes, cuja linha de fronteira era móvel e indefinida, promovendo assim contatos e intercâmbios entre as populações portuguesa e espanhola.

A Região Platina começou a fragmentar-se a partir do final da era colonial, quando o escravismo expandia-se no Rio Grande do Sul, enquanto a área de colonização espanhola avançava na transição ao capitalismo. Após as independências, com o início do processo de formação dos novos Estados, a fragmentação da região acentuou-se. Entretanto, foi mantida a unidade em torno da cultura popular, com hábitos, costumes e valores comuns, tornando o uso do conceito de Região Platina pertinente, mesmo para períodos posteriores ao colonial.[4]

Além da manutenção destes elementos da cultura popular, houve, em todo o século XIX, uma continuidade de contatos entre as populações rio-grandenses e rio-platenses, especialmente no que se refere às relações comerciais e políticas. Em nossas pesquisas constatamos que, durante a Revolução Farroupilha, havia uma intensa circulação de idéias e contatos entre grupos políticos do Rio Grande do Sul e dos países limítrofes.[5]

Ao longo deste livro, analisamos como De Angelis, Cuneo e Rossetti se inseriram, através da imprensa, nos debates acerca da construção das nações na Região Platina. A questão da "nação" teve relevância crucial para homens e mulheres que protagonizaram o processo histórico no século XIX. Na América Latina, foi em nome da nação que, na maior parte dos casos, deu-se início à construção das novas organizações políticas soberanas, em substituição às instituições coloniais, empreitada colocada na ordem do dia com o advento das independências. Os empenhos pelo estabelecimento das "nações" tiveram lugar em meio à atmosfera de esperanças e expectativas de transformações, que os protagonistas dos movimentos emancipatórios vivenciavam, assim como nortearam o conturbado processo de construção dos novos Estados, ao longo de todo o século retrasado. Na Europa, a questão nacional entrelaçou-se com os inúmeros movimentos e revoluções que demarcaram o processo de transição de antigos reinos, calcados no "direito divino", para modernos Estados, alicerçados na "soberania popular".

Com o intuito de contribuir para os debates travados pela historiografia política recente, elegemos o tema da "nação" como objeto de nossa investigação. Abordamos a questão no campo das idéias políticas. Ou seja, nos propomos a analisar como a "nação" vinha sendo pensada, proposta e concebida pelos agentes históricos na primeira metade do século XIX.

A análise das idéias de nação na região Platina levou-nos ao enfrentamento da problemática da circulação de idéias: questionamos se as distintas concepções de nação, que circulavam na região, foram de exclusiva origem européia ou se houve processos de seleção, adaptação e mesmo produção de ideários. As abordagens historiográficas têm sido mais no sentido de transposição de idéias da Europa para a América e/ou "influências" de ideários estrangeiros em nosso continente. É recorrente, na produção

---

[1] REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul:* a Região Platina colonial. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

[2] Mais precisamente, a Região Platina abarcava, no interior do atual Rio Grande do Sul, os territórios ao sul e ao oeste do Rio Jacuí, excluindo-se a área das missões jesuíticas, nas quais se engendraram outras formas de organização econômica e social. Quanto ao lado argentino, integravam a Região Platina colonial os atuais territórios das províncias de Corrientes, Entre Rios, Santa Fé e as terras da província de Buenos Aires ao norte do Rio Salado. Ver: ibidem, p. 13.

[3] Ibidem, p. 12 e 13.

[4] Ibidem, p. 14.

[5] Consultar: SCHEIDT, Eduardo. *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha.* Dissertação de Mestrado. Unisinos, São Leopoldo, 2000. Mimeo.

historiográfica, a defesa da tese de "importação" de idéias, indicando a noção de que os agentes históricos latino-americanos seriam incapazes de produção intelectual e, em última instância, de fazer sua própria história.

Alguém que rompe com esta perspectiva é Mary Louise Pratt, em sua obra sobre viajantes estrangeiros na América Latina.[6] Pratt afirma que as idéias não "viajam" somente da Europa para a América, mas também no sentido contrário. A autora defende esta tese citando Benedict Andersen e sua teoria de que o modelo da nação-estado teria sido primeiramente desenvolvido no continente americano para somente depois ser "importado" pelos europeus.[7] Pratt trabalha com o conceito de "transculturação"[8], conforme o qual, as idéias, visões de mundo e outros elementos culturais não são "importados" pela América, já que sofrem o processo de seleção e, fundamentalmente, não reproduzem as visões hegemônicas européias, e sim as *criollas*, ou seja, aquelas elaboradas pelos próprios americanos.[9]

Para a autora, portanto, é equivocado falar em transplante de elementos culturais da Europa para a América, uma vez que, ao chegarem ao continente americano, eles entram em contato com o contexto local, fenômeno que a autora designa como "zonas de contato".[10] Desta forma, estabelecem-se interações entre ambas as culturas, processo no qual os elementos culturais entrelaçam-se e chocam-se uns com os outros, cujos resultados levam a uma síntese de algo novo, fruto da "transculturação".

Consideramos pertinente destacar outras duas obras que, embora tratando de diferentes objetos, analisam elementos da cultura latino-americana com critérios teóricos semelhantes aos de Pratt. Estamos falando de Serge Gruzinski[11] e de Néstor García Canclini.

O primeiro aborda a integração cultural dos indígenas às novas organizações sociais que emergiram na América Latina com o início da colonização. Rompendo com a visão tradicional de que houve apenas dois caminhos aos nativos: a incorporação ao regime imposto pela Espanha ou a resistência, com a conseqüente eliminação física, o autor sugere um terceiro, o

[6] PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império:* relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.
[7] Ibidem, p. 241.
[8] A autora esclarece que o conceito de "transculturação" foi cunhado, na década de 1940, pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz (ibidem, p. 30). Para mais detalhes sobre a origem e utilização do conceito, ver: ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar.* Habana: Consejo Nacional de Cultura La Habana, 1963. Segundo a definição do autor: "Hemos escogido el vocábulo *transculturación* para expresar los variadísimos fenómenos que se originan en Cuba por las complejísimas transmutaciones de culturas que aquí se verifican, sin conocer las cuales, es imposible entender la evolución del pueblo cubano, así en lo económico como en lo institucional, jurídico-ético, religioso, artístico, linguístico, psicológico, sexual y en los demás aspectos de su vida" (ORTIZ, Fernando. Op. Cit., p. 99).
[9] PRATT, Mary Louise. Op. Cit., pp. 318-321.
[10] Ibidem, p. 27.
[11] GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

da "mestiçagem". Neste sentido, não haveria uma total subordinação às regras do colonizador, e sim o estabelecimento de uma cultura mestiça, que mescla elementos da tradição indígena com os trazidos pelo colonizador. Inicialmente uma forma alternativa de resistência das populações autóctones, a mestiçagem constitui-se, para o autor, na característica central da cultura latino-americana, forjada ao longo de sua história.

Tratando de questões mais contemporâneas, García Canclini se debruça sobre a emergência da "modernidade" na América Latina, preferindo a utilização do conceito de "hibridização" ao de "mestiçagem". O autor justifica que seu conceito é mais amplo, passível de ser aplicado não apenas para denominar mesclas de elementos étnicos e religiosos, mas também para analisar produtos de tecnologias avançadas e processos sociais "modernos" e "pós-modernos".[12] Em uma passagem de seu livro, García Canclini assim sintetiza o processo de formação de "culturas híbridas" na América Latina:

> *Los países latinoamericanos son actualmente resultado de la sedimentación, yuxtaposición y entrecruzamiento de tradiciones indígenas (sobre todo en las áreas mesoamericana y andina), del hispanismo colonial católico y de las acciones políticas, educativas y comunicaciones modernas. Pese a los intentos de dar a la cultura de elite un perfil moderno, recluyendo lo indígena y lo colonial en sectores populares, un mestizaje interclasista ha generado formaciones híbridas en todos los estratos sociales.*[13]

Ainda conforme o autor, o conceito de "hibridização" é bastante útil na análise da emergência da "modernidade" na América Latina, já que esta se dá a partir da combinação de elementos modernos com tradicionais.[14]

Em suma, a forma inovadora com que Pratt, Gruzinski e García Canclini analisam teoricamente seus objetos torna suas obras referências importantes para o nosso estudo das idéias políticas. Em todas elas, há uma valorização da América Latina, tomada como espaço de construção de elementos culturais, rompendo com a tradicional visão de "importação" e mera reprodução de culturas estrangeiras. De diferentes maneiras, seja utilizando os conceitos de "transculturação", "mestiçagem" ou "hibridização", os autores são unânimes em caracterizar o fenômeno da construção cultural como um processo a partir da mescla de elementos estrangeiros com latino-americanos, resultando na formação de culturas originais, em sintonia com os contextos locais específicos.

[12] GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas:* estrategias para entrar y salir de la modernidad (nueva edición). Buenos Aires: Paidós, 2001 [1990], p.22.
[13] Idem, Op. Cit.
[14] Ibidem, p. 320 e 321.

Para orientar nossa análise dos jornalistas italianos, realizamos algumas leituras sobre o papel de intelectuais na história. Entre estas, destacamos o artigo de Jean-François Sirinelli. O autor chama a atenção para o caráter polissêmico da noção de intelectual, bem como o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais. Neste sentido, há

> *[...] duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os 'mediadores' culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito.*[15]

Para efeitos de nosso estudo, utilizamos esta noção mais ampla de intelectual, incluindo-se nesta categoria, os periodistas italianos analisados. Em todo caso, o que Sirinelli considera "acepção estreita" de intelectual é igualmente válido para nossos personagens, já que todos se engajaram em grupos políticos na Região Platina, ao longo do período em que lá atuaram.

Sirinelli aponta para uma importante questão metodológica. No estudo de intelectuais, é possível:

> *[...] observar uma certa defasagem entre o despertar das gerações intelectuais sucessivas e a "atmosfera" política da maioria da sociedade em uma determinada data. Esta defasagem está ligada especialmente à natureza do campo estudado, o meio intelectual. Este meio é, em essência, o domínio do metapolítco (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo). E entre os dois níveis, há uma defasagem e portanto um fosso, quase constantes.*[16]

De fato, é muito freqüente os intelectuais estarem "à frente do seu tempo" na defesa de idéias e concepções políticas destoantes da maior parte da sociedade e, às vezes, até mesmo de grupos sociais com que os intelectuais mantenham contato mais estreito. Entretanto, não podemos cair em conclusões idealistas. É preciso sempre ter em vista que todo intelectual faz parte de uma determinada sociedade de um tempo específico, fatores estes que sempre interagem em suas elaborações mentais.

Embora nosso trabalho não seja exatamente um estudo sobre imigração, não pudemos deixar de fazer algumas leituras sobre o tema, já que os jornalistas em análise estavam longe de representar casos isolados de migrações de pessoas da Itália para a América. O estabelecimento de populações italianas na Região Platina em princípio do século XIX é um assunto ainda muito pouco pesquisado, pois a maior parte dos estudos abrange somente a partir do período da "imigração em massa", que teve início nas

[15] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996, pp. 231-269.
[16] Ibidem, p. 261.

últimas décadas do século retrasado.[17] Durante os primeiros decênios do século, entretanto, já se registravam a presença de italianos no Rio da Prata. Segundo Niccolo Cuneo, o estabelecimento de imigrantes italianos teve início na mesma época da colonização espanhola, mas o processo deu-se de forma clandestina, devido à proibição imposta pela Espanha.[18]

Em princípios do século XIX, boa parte do contigente de imigrados italianos no Rio da Prata era formada por refugiados políticos, fugidos das guerras napoleônicas e da repressão desencadeada após o malogro das revoltas liberais.[19] A maior parte dos italianos dedicava-se à navegação e ao comércio de cabotagem, sendo que muitos deles eram refugiados mazzinianos ou liberais.[20]

Nossos periodistas podem ser caracterizados como "imigrantes políticos". Segundo o historiador italiano Salvatore Candido, a imigração política se difere profundamente da "convencional", decorrente de fatores econômicos e sociais.[21] Em geral, o fenômeno de imigração ocorre quando grupos de pessoas são obrigados a deixar um país por motivos como falta de emprego e expulsão de suas terras, estabelecendo-se em outro, onde permanecem radicadas, passando a integrar a população deste outro país.

Isto não se sucede, segundo Candido, com a imigração política, embora esta também seja motivada por necessidades, porém de ordem política, devido a perseguições em seus países de origem. No caso dos italianos em princípios do século XIX, a maior parte dos imigrantes políticos era de jovens, oriundos das elites, cultos e com fortes vínculos com seu país, tomando as terras que os acolhiam não como uma possibilidade de construir uma nova vida, e sim como um desterro provisório, até que a situação pudesse possibilitar o retorno à pátria.[22] Neste sentido, entendemos que a condição de imigrante político assemelha-se e confunde-se com a de exílio para o caso de nossos personagens em análise.

[17] Ver, por exemplo, a obra organizada por DEVOTO, Fernando Devoto e ROSOLI, Gianfausto. *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1985. Considerada um clássico sobre a história da imigração no país, a obra consiste em um conjunto de estudos de diversos autores. Todos, entretanto, enfocam períodos a partir do final do século XIX, sem mencionar as incipientes imigrações dos períodos anteriores.
[18] CUNEO, Niccolo. *Storia dell'emigrazione italiana in Argentina (1810-1870)*. Milano: Garzanti Editore, 1940, p. 10.
[19] NASCÍMBENE, Mario C. *Historia de los italianos en la Argentina (1835-1920)*. Buenos Aires: Cemla, 1987, p. 11.
[20] CANDIDO, Salvatore. *Los italianos en América del Sur y el "resurgimiento"*. Montevideo: Istituto Italiano di Cultura, 1963, p. 23.
[21] CANDIDO, Salvatore. La emigración política italiana a la América latina (1820-1870). In: Richard Konetzke; Hermann Kellenbenz (orgs.). *Jahrbuch für Geschichte:* von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas. Band 13. Sonderdruck: Böhlau Velvag, 1976, p. 218. Note-se que o autor trata de "emigração", já que o mesmo é um italiano e está se referindo a seus compatriotas que deixaram sua pátria rumo a países estrangeiros. De nossa perspectiva, que estamos na América Latina e recebemos parte deste contingente populacional, o fenômeno constitui-se em "imigração", termo utilizado em nosso trabalho.
[22] Ibidem, p. 218.

Na historiografia rio-platense, as menções sobre os exilados políticos italianos são ainda mais escassas, à exceção do que diz respeito a Pedro de Angelis. Devido ao seu destacado papel no regime rosista, este italiano foi objeto de vários estudos, marcados, entretanto, pelos fortes posicionamentos ideológicos de correntes historiográficas rivais.

Sobre os demais imigrantes políticos italianos, a presença de Cuneo na região era até pouco tempo praticamente ignorada, exceto por algumas menções esparsas, como na obra de Jorge Mayer.[23] Segundo o autor, Cuneo foi agente de Mazzini e forneceu materiais da "Jovem Itália" para os intelectuais da Geração de 1837.[24] Já na década de 1980, a atuação de Cuneo junto aos políticos rio-platenses foi objeto de análise por Alma Novella Marani[25], única autora que, até recentemente, tinha aprofundado a trajetória do personagem na região. Conforme Marani, Cuneo foi o principal difusor do ideário mazziniano no Rio da Prata, tendo colaborado em destacados periódicos como *El Iniciador*, *El Nacional* e *Revista del Plata*.

A respeito dos jornalistas italianos, há os artigos de Luce Fabbri Cressatti.[26] A autora apresenta, de forma sucinta, a atuação de Pedro de Angelis, Gian Battista Cuneo e Tito Livio Zambeccari nos periódicos rio-platenses e rio-grandenses. Quanto a Luigi Rossetti, o jornalista é apenas citado. Ela demonstra que os italianos atuaram tanto como colaboradores para periódicos locais quanto como fundadores de jornais em língua italiana, dirigidos para as comunidades de imigrados que se estabeleciam no Rio da Prata. Os artigos de Fabbri Cressatti, no entanto, não aprofundam o tema, pois não foram fruto de novas pesquisas, mas sim elaborados a partir de outros trabalhos, como os de Candido e o de Marani. Sobre o trabalho jornalístico de Pedro de Angelis, há algumas referências, também, na obra de Jorge Myers.[27]

Em suma, os trabalhos, até então realizados sobre os jornalistas italianos na Região Platina, restringiam-se a narrativas factuais de suas atuações em periódicos locais. Ainda não haviam sido feitas análises sobre suas relações com pessoas e grupos sociais na região, nem estudos comparativos que se dedicassem às distintas trajetórias daqueles italianos, que se engajaram em facções políticas diferentes num mesmo período histórico.

[23] MAYER, Jorge M. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.
[24] Ibidem, p. 156.
[25] MARANI, Alma Novella. *El ideario mazziniano en el Rio de la Plata*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1985.
[26] FABBRI CRESSATTI, Luce. Comienzos del periodismo italiano en el Rio de la Plata. *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo*. Año 7. Montevideo: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1992, p. 7-23; Italianos en Brasil y en el Plata en tiempos de Garibaldi. *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo*. Año 3. Montevideo: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1988, p. 85-114.
[27] MYERS, Jorge. *Orden y virtud:* el discurso republicano en el régimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

Portanto, o presente estudo justificou-se não somente pela carência de estudos aprofundados sobre os jornalistas italianos na Região Platina, mas, fundamentalmente, pela falta de pesquisas esclarecedoras sobre a real dimensão da circulação de idéias políticas daqueles italianos na região.

Além disso, a maior parte dos estudos foram realizados sob a ótica das histórias nacionais, analisando os casos do Rio Grande do Sul e dos países platinos separadamente, sem levar em conta o entrelaçamento entre o movimento farroupilha e as lutas que se desenvolviam entre Rosas e seus opositores. Também ainda não se tinha feito nenhum estudo comparativo das trajetórias dos três jornalistas italianos na Região Platina.

Quanto ao recorte temporal, iniciamos a pesquisa no ano de 1827, data da chegada a Buenos Aires de Pedro de Angelis, primeiro dos jornalistas italianos a se estabelecer na Região Platina. Os demais começaram a atuar na imprensa rio-platense em princípios da década de 1830. Encerraremos nosso recorte em 1860, ano em que Cuneo retornou definitivamente para a Itália. Rossetti e De Angelis faleceram, respectivamente, em 1840 e 1859, sem nunca terem retornado à sua terra natal. Analisamos a trajetória de Pedro de Angelis em Buenos Aires de 1827 a 1852; a de Rossetti, no periódico farroupilha *O Povo*, entre os anos de 1838 e 1840; e a de Cuneo, primeiro em Montevidéu, ao lado dos opositores ao regime de Rosas entre 1838 e 1840, incluindo-se uma rápida passagem pela República Rio-Grandense em 1840, em seguida trabalhando em periódicos em língua italiana na capital uruguaia entre 1841 e 1848 e, posteriormente, entre 1852 e 1860, em Buenos Aires.

A imprensa, junto à qual os personagens atuaram, constituiu-se em nossa fonte primária principal. Com relação à utilização de periódicos como fontes, nos fundamentamos em muitas considerações da historiadora Maria Helena Capelato. Conforme a autora, em um jornal, "a meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política [...]".[28]

A imprensa, ao invés de espelho da realidade, passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época.[29]

Mais importante do que a "realidade dos fatos" é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram.[30] Através da imprensa, lemos como o real era representado pelas pessoas que escreviam naqueles jornais, com o objetivo de conseguir adeptos para a sua causa. As considerações de Capelato, assim, estão em sintonia com nosso entendimento de representações, conforme apresentado anteriormente.

[28] CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto / Edusp, 1994, p. 15.
[29] Ibidem, p. 22.
[30] Ibidem, p. 24.

Para uma adequada análise de idéias em textos da imprensa de meados do século XIX, é necessário atentar-se a diferentes significados dos vocábulos da época em relação aos atuais. Sobre este problema, fundamentamo-nos nas reflexões de José Carlos Chiaramonte. Ao estudar as representações do político, o autor preocupou-se com a importante questão da contextualização dos termos políticos. Conforme a sua perspectiva:

> *Es ya lugar común de los trabajos históricos explicar al lector la precaución que demandan los cambios de significado de las palabras a lo largo del tiempo. Su descuido [...] es fuente de una de las formas más usuales de anacronismos, la de leer los textos de épocas pasadas como si los vocabulos utilizados poseyesen la misma acepción que en la actualidad.*[31]

No primeiro capítulo deste livro, tratamos das diferentes formas como a nação foi pensada, concebida e divulgada por diversos indivíduos e grupos políticos na Região Platina antes da chegada de nossos personagens e na Europa, cenário de origem dos mesmos. No que tange à Região Platina, abordamos desde o início do processo de independência, quando a questão nacional começou a ganhar maior importância, até 1827, momento em que De Angelis, primeiro de nossos jornalistas a desembarcar em terras americanas, estabeleceu-se em Buenos Aires. Quanto à Europa, tratamos do tema desde fins do século XVIII, momento em que a "soberania da nação" emergiu em meio à Revolução Francesa, até princípios da década de 1830, quando Cuneo deixou a Itália para exilar-se na América. Enfatizamos a análise do nacionalismo mazziniano por duas razões: dois de nossos três autores, Cuneo e Rossetti, foram seguidores das idéias de Mazzini e, no quinto capítulo, tomaremos seu ideário como referência para análise da circulação de idéias trazidas pelos italianos na Região Platina.

O capítulo dois é reservado para a análise da produção jornalística de Pedro de Angelis em Buenos Aires. Sua atuação como jornalista está dividida em três fases: iniciando com os governos unitários de Rivadavia e Lavalle, passando pelas primeiras administrações do Partido Federalista na província e terminando durante o segundo período de Rosas como governador. Ao longo dos períodos, procuramos reconstruir as representações de nação nos escritos de De Angelis, averiguando as mudanças e manutenções nas formas do autor conceber a nação. Especialmente dos dois últimos períodos, também abordamos as atuações do italiano nos debates locais sobre a questão nacional, ocasiões em que ele, defendendo a política dos governantes de Buenos Aires, polemizou com seus opositores.

No terceiro capítulo, seguimos os passos dos outros personagens, Cuneo e Rossetti, de forma simultânea na Região Platina. Optamos por inseri-los em um mesmo capítulo porque ambos mantiveram intensos contatos

[31] CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846).* Buenos Aires: Ariel, 1997, p.113.

e partilharam de um mesmo ideário. Também distinguimos três períodos de produção periodística durante a presença destes jornalistas mazzinianos na região. Primeiramente, Cuneo, em Montevidéu, e Rossetti, em capitais da então República Rio-Grandense, elaboraram artigos para jornais, estabelecendo relações com a oposição rosista, principalmente os jovens da Geração de 1837 e os farroupilhas. A segunda fase é caracterizada pelo surgimento de periódicos redigidos em italiano na capital uruguaia, enquanto a terceira corresponde ao período em que Cuneo trabalhou como jornalista em Buenos Aires após a queda de Rosas. Analisamos as formas de adaptação e modificação do nacionalismo mazziniano, através dos textos dos dois autores, nestes três contextos específicos, além de relações dos italianos com grupos políticos locais.

O trabalho conta com um epílogo, em que nos dedicamos a uma reflexão mais profunda sobre a circulação de idéias. Tomando o exemplo do nacionalismo mazziniano, procurando verificar como as idéias de Cuneo e de Rossetti repercutiram entre os grupos políticos com os quais eles mantiveram contatos mais estreitos, no caso os jovens da Geração de 37 e os farroupilhas.

][

São muitas as pessoas às quais devo agradecer por suas contribuições à realização deste trabalho. À professora Maria Ligia Prado, agradeço pela dedicação e competência com que conduziu o trabalho de minha orientação, entre 2001 e 2004, na FFLCH-USP. Suas sempre atentas e criteriosas leituras de meus textos, assim como suas críticas e valiosas sugestões foram cruciais para o aprimoramento do presente trabalho. Aos professores José Luis Bendicho Beired, da Unesp-Assis, e Modesto Florenzano e Julio César Pimentel Pinto Filho, ambos os últimos da USP, sou grato por seus comentários e críticas na defesa de minha tese. Agradeço, mais uma vez, à professora Heloisa Reichel, da Unisinos, por sua orientação em minha dissertação de mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, sou grato pela oportunidade para realização do curso. Ao CNPq, sou grato pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual a pesquisa que originou este livro não poderia ter sido realizada. Agradeço, também, ao corpo funcional dos acervos consultados, tanto em São Paulo, como em Buenos Aires, Porto Alegre e São Leopoldo. Em especial, registro meus agradecimentos aos professores José Carlos Chiaramonte, Roberto Schmit e Fabio Wasserman, do Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, por seus auxílios em minhas pesquisas na cidade de Buenos Aires, desde minha primeira viagem na época do mestrado até a mais recente, durante o doutoramento. Aos colegas do curso e do Grupo de Pesquisas sobre América

Latina, coordenado pela Profª. Maria Ligia, sou grato pela troca de idéias e experiências profissionais. Entre os amigos e colegas, devo agradecer a Stella, Andréa e João, também por suas generosas acolhidas em meus deslocamentos para São Paulo. Por último, mas de forma não menos importante, agradeço a meus pais e a meu irmão pelo apoio constante e o incentivo durante a realização da pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento de meu trabalho.

Capítulo 1

Concepções de nação em princípios do século XIX

Na primeira seção do capítulo, analisaremos as concepções de nação na Região Platina antes da vinda dos periodistas italianos, procurando verificar como a "nação" foi representada por grupos políticos diversos, desde a independência até as primeiras décadas do complexo processo de construção dos Estados nacionais. Tomamos como marco cronológico inicial o ano de 1810. Foi quando a questão da nação veio à tona, no início do processo de independência e de construção de novas organizações políticas que substituiriam o regime colonial encerrado em 1827, ano da chegada à Buenos Aires de Pedro de Angelis, o primeiro dos periodistas italianos que analisaremos a partir do próximo capítulo.

Na outra seção do capítulo, dirigimos nosso olhar para a Europa dos princípios do século XIX, cenário de origem de Pedro de Angelis, Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti. Em um período de intensas lutas políticas e sociais, procuramos analisar como a nação foi concebida em meio a distintas e conflitantes idéias em voga. Enfatizamos o nacionalismo mazziniano porque dois de nossos personagens, Cuneo e Rossetti, foram declarados seguidores de seu conterrâneo Giuseppe Mazzini.

□□□ Grupos políticos na Região Platina

Para analisar as atuações dos jornalistas italianos nos debates sobre a construção nacional na Região Platina é preciso compreender melhor como

diferentes idéias de nação vinham sendo elaboradas e aplicadas pelos diversos grupos políticos da região durante o período imediatamente anterior à chegada dos jornalistas em análise.

Entre o advento das independências e as primeiras décadas posteriores, notamos representações diversas de nação, nas quais se atribuem ao vocábulo diferentes significados, variando bastante ao longo do tempo e em diferentes contextos. Nos anos imediatamente posteriores à Revolução de maio de 1810, "nação" tem significados muito próximos a outros termos como "Estado" ou "país", conforme trechos do periódico portenho *Gaceta de Buenos-Ayres*:

> *Una nación no es más que la reunión de muchos Pueblos y Provincias sujetas a un mismo gobierno central, y a unas mismas leyes[...]*
> *¿Qué es una nación? Un cuerpo de asociados que viven bajo una ley común y están representados por la misma legislatura.*[1]

Ao mesmo tempo em que é utilizado basicamente com conotações políticas, circulam igualmente concepções de nação que lhe atribuem características de cunho cultural. Chiaramonte cita, em meio aos debates constituintes de 1824-1826, pronunciamentos do deputado pela província de Salta, José Ignacio de Gorriti:

> *De dos modos [...] puede considerarse la nación, o como gentes que tienen un mismo origen y un mismo idioma, aunque de ellas se formen diferentes estados, o como una sociedad ya constituida bajo el régimen de un solo gobierno.*
> *[...] Puede considerarse del mismo modo la América, a lo menos toda la del Sud, como una sóla nación, sin embargo de que tiene estados diferentes, que aunque tengan un interes común tienen los suyos particulares, que son bien diferentes: mas no bajo el sentido de una nación, que se rije por una misma ley, que tiene un mismo gobierno.*[2]

Circulam, pois, diversas e, em certo sentido, contrapostas concepções de nação, desde um ponto de vista estritamente político, identificando-se nação com Estado, até noções desvinculadas entre os termos, nas quais há um sentido predominantemente cultural para a nação, entendida como um conjunto de pessoas que partilham um mesmo idioma e uma mesma origem. A despeito dos posicionamentos do deputado Gorriti, o que prevalece, entre os contemporâneos, é uma concepção política de nação, conforme a primeira citação.

[1] *Gaceta de Buenos-Ayres,* apud CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846).* Buenos Aires: Ariel, 1997, p.116.
[2] GORRITI, apud CHIARAMONTE. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90. Revista do curso de pós-graduação em História.* Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, 1993b, p. 64 e 65.

Estas concepções políticas são, quase sempre, de cunho contratual, no sentido do estabelecimento de um pacto voluntário entre as pessoas, distante de algo preestabelecido ou inerente à sociedade. Conforme o contexto e a ocasião, entretanto, elas podem variar amplamente. Há, por exemplo, o entendimento de nação como uma mera reunião de províncias e *pueblos*[3], conforme percebemos nas "Instruções do ano 1813", cuja redação é atribuída a Artigas:

> *Como el objeto y fin del Gobierno debe ser conservar la libertad, igualdad y seguridad de los Ciudadanos, y los Pueblos, cada Provincia formará su Gobierno bajo esas bases, a más del Gobierno Supremo de la Nación.*
> *[...]*
> *El Gobierno Supremo entenderá solamente en los negocios generales del Estado. El resto es peculiar al Gobierno de cada Provincia.*
> *[...]*
> *Que esta Provincia retiene su soberania, libertad e independencia, todo poder, jurisdicción, y derecho, que no es delegado expresamente por la confederación a las Provincias Unidas, juntas en congreso.*[4]

Note-se que a nação, como sinônimo de Estado, fica encarregada somente de "negócios gerais", enquanto a maior parte da soberania reside na província. Já na proposta constitucional de 1826, a nação adquire importância e grau de identificação bem maior, no sentido de uma comunidade política unificada:

> *La Nación Argentina es para siempre libre, e independiente de toda dominación extranjera. [...]*
> *La Nación Argentina adopta para su gobierno la forma representativa republicana, consolidada en unidad de régimen.*
> *Delega al efecto el ejercicio de su soberanía en los tres altos poderes legislativo, ejecutivo y judicial, bajo las restricciones expresadas en esta Constitución.*[5]

Para melhor compreender os múltiplos significados e as modificações nas formas de representar a nação, faz-se necessário inserir estas representações políticas em um contexto político mais amplo, no processo de "revolução política" concomitante com a independência.[6]

[3] A palavra espanhola *pueblo* é de difícil tradução para o português neste contexto, pois pode significar tanto "povo" quanto "povoado" ou "cidade". Em nosso período de análise, o vocábulo era freqüentemente empregado na referência ora de povo, ora de cidade. Nos dois casos, porém, havia uma forte conotação política. O "povo" não era o conjunto de pessoas, mas sim a população politicamente atuante, ou seja, os cidadãos. Quando se refere à "cidade", o vocábulo *pueblo* alude a uma cidade organizada politicamente. Portanto, sempre que a palavra *pueblo* estiver imbuída de conotações políticas, a manteremos em itálico e sem tradução, devido à ausência de algum vocábulo semelhante em português.
[4] Apud CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados:* orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 380 e 381.
[5] Apud RAVIGNANI, Emilio. *Historia constitucional de la República Argentina.* Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacobo Peuser, 1927, v. 3, p. 333 e 334.
[6] Quando abordamos as obras de François-Xavier Guerra, compartimos dos posicionamentos do autor no sentido de que as independências latino-americanas constituíram-se em uma

Assim como no conjunto da América Latina, também na Região Platina o início do processo de independência coloca a urgente necessidade da substituição das instituições coloniais por novas formas de organização política. Desde o final do período colonial, circulavam idéias liberais emancipacionistas, mas não havia projetos plenamente formulados, e as declarações de independência inauguram um longo período em que as novas formas de organização política, incluindo-se a nação, vão sendo construídas em um tumultuado processo caracterizado por fortes disputas políticas, militares, eleitorais e no terreno das idéias.

Estas lutas políticas, primeiramente contra a metrópole, colocam amplos setores da sociedade em movimento, proporcionando perspectivas de grandes mudanças e de construção de um futuro melhor.[7] Os *cabildos abiertos*[8], raramente convocados até então, se generalizam em várias regiões do continente. Grande parte da sociedade se mobiliza, constituindo-se exércitos para combater as forças legalistas. Na Banda Oriental, Artigas convoca, a partir de 1811, populações indígenas, peões de estâncias e outros habitantes da campanha para uma luta contra tanto os setores realistas refugiados em Montevidéu quanto os propósitos centralistas da nova junta que se constituiu em Buenos Aires. A mobilização de Artigas repercute nas províncias do Litoral e também no Rio Grande do Sul, o que, somado à mobilização dos portenhos iniciada em 1810, põe o conjunto da Região Platina em movimento contra o sistema colonial.

revolução política, marcada especialmente pela passagem de práticas do Antigo Regime para as da "modernidade política". Os contemporâneos do processo foram os primeiros a designar seus movimentos como uma revolução, denominação posteriormente reproduzida pela historiografia tradicional. Nos anos 60 e 70 do século passado, a utilização do termo "revolução" para definir os movimentos de emancipação política latino-americana foi bastante contestada, sob a argumentação de que o processo histórico não acarretou mudanças significativas nas estruturas econômicas e sociais do continente. Nos últimos anos, entretanto, os estudos de história política vêm reconstituindo as importantes modificações tanto nas estruturas políticas quanto no imaginário e representações propiciadas a partir das independências, tornando novamente plausível a utilização do termo "revolução" para o período. O respeitado historiador argentino Tulio Halperin Donghi é um dos que faz uso do termo em suas importantes obras *Revolución y guerra:* formación de una élite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994 [1972] e *Historia argentina:* de la revolución de independencia a la confederación rosista, t. 3. 4 ed. Buenos Aires: Paidós, 1993.

[7] A questão da independência como um período de muitas esperanças de mudanças, que logo cedem lugar a frustrações com os rumos que o movimento toma, é abordada pela historiadora Maria Ligia Coelho Prado em seu texto Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas. In: *América Latina no século XIX:* tramas, telas e textos. São Paulo, Edusp / Bauru: Edusc, 1999, p. 53-73. A autora argumenta que, assim como em todos processos revolucionários, os agentes sociais aderem a expectativas de grandes e rápidas mudanças, sem se darem conta de que a maior parte das modificações históricas é lenta, gerando invevitavelmente decepções e frustrações quando percebem que seus projetos iniciais não se concretizam.

[8] Os *cabildos* eram instituições políticas representativas, de esfera municipal, que compunham a administração das colônias espanholas. Os represenntes que compunham os *cabildos* tinham funções políticas, administrativas e fiscais em nível local. Eram as únicas instituições administrativas em que os *criollos* estavam amplamente representados. Em momentos de crise ou situações de urgência, eram convocados os *cabildos abiertos*, que se constituíam numa espécie de assembléia com ampla participação de todos que tivesem condição de cidadania.

No campo das idéias, o surgimento de um grande número de periódicos demonstra o acirramento das lutas ideológicas.[9] A imprensa constitui espaço privilegiado de disputa de distintas idéias e representações políticas, uma vez que não apenas a população letrada tinha acesso a este meio. Era recorrente a leitura pública de jornais em pulperias, cafés e outros locais públicos, possibilitando aos analfabetos tomarem ciência do conteúdo das lutas ideológicas veiculados pela imprensa.

Estudos recentes comprovam a participação de amplas camadas da sociedade nas lutas políticas de então. Hilda Sabato tece comentários sobre as recentes pesquisas na área de História política da América Latina, destacando os estudos em torno da cidadania.[10] A visão tradicional de que a América Latina foi sempre dominada por uma oligarquia agrária, constituindo-se desde o principio em um continente excludente, sem espaços para participação popular na política, tem sido questionada pelas pesquisas recentes.

> *[...] en buena parte de Iberoamérica la independencia introdujo un concepto relativamente amplio de ciudadano, que tendía a incluir a todos los varones adultos, libres, no dependientes, lo que lo acercaba más al citoyen de la Francia revolucionaria que al ciudadano propietario propuesto por Locke. En cambio, con el giro conservador de las décadas de 1820 y 1830, mientras en algunas regiones se mantenía la definición amplia sin requisitos censitarios o de capacidad, en la mayor parte de los nuevos países se introdujeron fuertes restricciones.*[11]

Na formação dos Estados nacionais, o acesso ao poder político e seu exercício efetivo não são processos de simples reprodução ou substituição de elites, que dividem e/ou disputam entre si o poder. A relação das elites com setores mais amplos da população é decisiva na formação das novas comunidades políticas e dá-se de distintas maneiras em que tinham papel central as novas e as velhas formas de representação política e intervenção na vida pública. A autora conclui seu texto afirmando que o processo de constituição de uma cidadania política moderna não é linear, nem segue algum padrão universal de democratização paulatina. Pelo contrário, o poder constrói-se e sustenta-se de maneiras diferentes, em cada lugar e em cada momento.[12]

[9] Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias:* ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. No capítulo VIII (p. 275-318), o autor trata de imprensa e educação na América hispânica durante a revolução de independência. Conforme Guerra, o número de periódicos, que já vinha crescendo nas então colônias desde o final do século XVIII, aumenta significativamente a partir de 1810, durante as primeiras rupturas com a metrópole. O autor sustenta que uma grande parcela da população tinha acesso à imprensa, não somente devido às leituras públicas de jornais, mas também porque o número de pessoas alfabetizadas era bem mais significativo do que a historiografia costuma apontar.

[10] SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones:* perspectivas históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

[11] Ibidem, p.19 e 20.

[12] Ibidem, p. 29.

Estudos sobre prática eleitoral, por sua vez, igualmente demonstram o engajamento de grande parcela da população no processo político. Marcela Ternavasio[13] desvenda uma questão até então praticamente negligenciada pela historiografia política: a importância das eleições na primeira metade do século XIX. Conforme a autora, a historiografia tradicionalmente minimizou o papel das eleições, considerando-as como farsas ou rituais, demarcadas por fraudes e controladas pelos "caudilhos", e o poder sendo essencialmente exercido através da força militar.[14] Ternavasio afirma que, ao contrário do que se supunha até então, as eleições em diversas partes da América Latina, incluindo-se Buenos Aires, davam-se em meio a noções muito mais amplas de cidadania, recorrendo a procedimentos eleitorais escassamente excludentes.[15] Sem negar o ambiente de instabilidade política, existência de guerras civis e o papel da militarização e do caudilhismo, Ternavasio procura demonstrar que, além desses fatores, as eleições tiveram uma importância crucial nas práticas políticas da época, ao mesmo tempo legitimadoras do poder político e geradoras de obediência nas relações entre governantes e governados.[16]

No Rio da Prata, as eleições ocorrem já na década de 1810, concomitantes ao processo de emancipação política. Longe de limitar o direito ao voto, a elite política desejava incentivar a participação nas eleições, objetivando disciplinar a grande mobilização social da época que se dava especialmente através dos *cabildos abiertos* e das assembléias populares.[17] Por meio da prática de eleição de representantes, a elite visava acabar com as formas de participação direta existentes desde a época colonial, mas que tinham se expandido a partir de 1810. Essa participação, através dos *cabildos* e assembléias, era considerada "perigosa" pela elite, devido à inerente instabilidade política, constantes trocas de governo e a possibilidade do exercício do poder pelas "camadas mais baixas da sociedade".

As pesquisas no campo da História agrária também trazem à luz novos elementos de compreensão da sociedade da época. De acordo com o historiador argentino Jorge Gelman[18], as freqüentes afirmações de que o Rio da Prata seria caracterizado por grandes latifúndios desde a era colonial, não condizem com a realidade histórica. A primeira metade do século XIX é marcada pela transição entre a situação de colônia, na qual prevaleceram pequenos e médios proprietários de terras voltados ao mercado interno, e o período do "Estado oligárquico", do grande latifúndio exportador a partir da segunda metade do século XIX. O período representa o momento em que os latifúndios recém começavam a se expandir, gerando forte resistência dos pequenos e médios proprietários. Além destes segmentos sociais, também havia comerciantes urbanos, camadas médias, trabalhadores livres ou agregados e escravos.

Em trabalho recente, Gelman e Juan Carlos Garavaglia[19] afirmam:

> *En la primer mitad del siglo XIX, aunque un puñado de grandes hacendados empieza a tener un peso importante en el control del stock ganadero, desde el punto de vista social, seguirá predominando el pequeño productor, el campesino._[...] un rasgo básico de este productor campesino es que se basa esencialmente en la utilización de mano de obra familiar. [...] En general, ocupan extensiones de tierra modestas, aunque el derecho por el cual la ocupan es muy variado, desde la propiedad legal, hasta diversas formas de arrendamiento, cuando no es la ocupación más o menos informal de terrenos baldíos.*[20]

A sociedade rio-platense da época mostra-se, pelas novas pesquisas, bem mais heterogênea e complexa do que a historiografia costumava apontar. Especificamente sobre o Uruguai, as historiadoras Lucía Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy[21] argumentam que:

> *La formación social uruguaya en esta etapa no conoció las abismales diferencias de clase, la sumisión de etnias mui numerosas, ni la magnitud de la esclavitud de paises o colonias de plantaciones.*[22]

Segundo as autoras, é a partir da década de 1830 que a questão da propriedade começa a adquirir maior importância no Uruguai.

O ensaio de Heloisa Reichel[23] mostra que também no Rio Grande do Sul os latifúndios ainda eram pouco numerosos, convivendo com pequenas e médias propriedades. Ser estancieiro não implicava, necessariamente, ser um grande proprietário de terras. Helen Osório[24] esclarece que, ao contrário do que freqüentemente se supõe, a quantidade de terras dedicadas à agricultura no Rio Grande do Sul de finais de século XVIII e princípios do XIX é superior às dedicadas à pecuária.

---

[13] TERNAVASIO, Marcela. *La revolución del voto:* política y elecciones en Buenos Aires (1810-1852). Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
[14] Ibidem, p. 16.
[15] Ibidem, p. 20.
[16] Ibidem, p. 24 e 25.
[17] Ibidem, p. 33.
[18] GUELMAN, Jorge. La cuestión agraria en un periodo de transición: la región pampeana entre los siglos XVIII y XIX. In: REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda (coords.). *América platina e historiografia.* São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 12-20.

[19] GUELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, Juan Carlos. El estado de la cuestión agraria en el Rio de la Plata. Balance y perspectivas. (*Paper* apresentado nas Segundas Jornadas de Historia Económica, Montevidéu, Uruguai, de 21 a 23/07/1999). In: *Segundas Jornadas de Historia Económica.* CD-R. Montevideo: AUHE, 1999, s/p.
[20] GUELMAN, Jorge ; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Poder, conflicto y relaciones sociales:* el Río de la Plata, XVIII-XIX. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1999, s/p.
[21] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco.* Tomo II: sociedad, política e ideologia. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.
[22] Ibidem, p. 28.
[23] REICHEL, Heloisa Jochims. A valorização da propriedade e da terra numa sociedade em transformação: a campanha platina na virada para o século XIX. In: Jaime de Almeida (org.). *Caminhos da história da América no Brasil.* Brasília: Anphlac, 1998, p. 125-135.
[24] OSÓRIO, Helen. Em torno a lavradores, campos, sítios e chácaras: estrutura agrária rio-grandense no final do período colonial (1765-1825). *Paper* in: *Primeiras Jornadas...*

Os lavradores, portanto, estão disseminados por praticamente todo o território da capitania. Desenha-se assim uma paisagem agrária bastante semelhante à que vem sendo estudada para a região do rio da Prata, na qual pequenos e médios proprietários constituíam-se no maior contingente ocupacional da campanha de Buenos Aires, segundo censos da população da metade do século XVIII e início do XIX.

Os recentes estudos da história política e agrária suscitam também novas investigações sobre o fenômeno do "caudilhismo". A obra organizada por Noemí Goldman e Ricardo Salvatore[25] reúne vários estudos sobre o tema. Na introdução da obra, os autores compiladores apontam para as preocupações dos "caudilhos" da época em torno da legitimação constitucional de seus regimes. Sobre essa questão, o texto demonstra que o que a historiografia tradicional designava como "vazio constitucional" dos regimes "caudilhescos" consiste em um mito:

> *En efecto, en el Rio de la Plata, el ideario republicano apariciò asociado, desde la década del '10, a la lucha por la independencia, a los primeros ensayos constitucionales y a la instauración de un régimen representativo liberal. Las provincias fueron paulatinamente adoptando ciertas formas "republicanas representativas" fundamentadas, en su mayoría, en rudimentales textos constitucionales. Los régimenes de caudillos no escaparon a esta solución provisional para legitmar, en el marco inestable de los pactos interprovinciales, los esfuerzos por lograr un nuevo orden social y político, y, también, para resistir a las tendencias hegemónicas de Buenos Aires.*[26]

As atuais pesquisas desmentem as tradicionais noções de que os "caudilhos" seriam líderes rurais sem instrução nem conhecimento de idéias políticas que, ao chegarem ao poder, governavam conforme suas vontades particulares. Na verdade, os "caudilhos", que exerceram alguma liderança política efetiva, tinham sim conhecimento de idéias liberais em voga, interpretando-as e aplicando-as conforme o contexto específico local.

Além disso, Goldman e Salvatore também demonstram que, segundo os novos estudos, a concepção de que os "caudilhos", ao chegar ao poder, tratariam a sociedade como uma "grande estância" está sendo bastante criticada. A sociedade rio-platense da primeira metade do século XIX é extremamente complexa, composta de diversos segmentos sociais, muito além de apenas estancieiros, comerciantes e peões. Assim, os "caudilhos" no poder são obrigados a negociar e levar em conta os interesses de vários segmentos sociais, não só os dos donos de terras.[27] Os sistemas políticos

[25] GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (comps.). *Caudillismos rioplatenses:* nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
[26] Ibidem, p. 22 e 23.
[27] Ibidem, p. 24 e 25.

implantados devem ser pensados como uma forma de organização mais estável do que uma mera "associação entre proprietários de estâncias".[28] Muitos destes sistemas constituíram-se nas cidades-províncias, que emergiam como única forma de unidade político-social relevante nas primeiras décadas após a declaração de independência.[29]

É neste contexto de intensas lutas políticas no interior de uma sociedade complexa que as diversas concepções de nação são elaboradas e/ou difundidas pelos atores sociais, ao longo do tumultuado processo de construção das novas formas de organização política.[30] Dando início ao rompimento com a Espanha, o movimento de maio de 1810, promovido pelo *cabildo abierto* de Buenos Aires, depõe o então vice-rei Cisneros e elege uma junta para exercer o poder em nome de Fernando VII – rei espanhol que estava aprisionado por Napoleão.

O novo governo instalado em Buenos Aires logo trata de estender o movimento ao conjunto do território, ultrapassando, inclusive, as fronteiras do Vice-Reinado do Prata, fazendo circular as idéias conspiratórias até o Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, foi divulgado o panfleto produzido pelos portenhos e dirigidos aos rio-grandenses intitulado: *Falla aos Americanos brazilianos em nome d'América, por seus irmãos, os habitantes das vastas províncias do Rio da Prata*, conclamando os brasileiros a revoltarem-se contra os portugueses e proclamarem a independência.[31]

Os contatos dos sul-rio-grandenses com membros da Junta de Buenos Aires são confirmados pela correspondência de Belgrano com aquela junta, citada em um texto de Germán e Tjarks. Em carta de 1811 Belgrano escreve:

> *[...] se me ha asegurado por un oficial nuestro, que algunos de los oficiales Portugueses, naturales de este Continente [Rio Grande do Sul], dice están mui gozosos con la forma de nuestro Gobierno, y que se conforman con nuestras ideas y aún se sugetáran a ellas, no dudo que habrá algunos que piensen así: y he de hacer quanto me sea posible para introducirles nuestra Gaceta.*[32]

Os primeiros documentos da nova junta não fazem menção ao termo "nação", conforme os seguintes trechos do *Estatuto Provisional del*

[28] Ibidem, p. 29.
[29] Ibidem, p. 22.
[30] Para informações mais detalhadas sobre o processo político rio-platense durante as duas primeiras décadas da Revolução de independência, consultar HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...* Ver, também, BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina.* Vol. 3: da Independência até 1870. São Paulo/Brasília: Edusp/Imprensa Oficial/ Funag, 2001, p. 119-186.
[31] Consultar cópia do documento no final do artigo de Helga Piccolo - O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822:* Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 355-372.
[32] GERMÁN, O.; TJARKS, E. Dorrego y la guerra con el Brasil. *Boletín de la Academia Nacional de Historia,* v. XXXVI. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1965, p. 445-489.

Gobierno Superior de las Provincias Unidas del Río de la Plata a nombre del Sr. D. Fernando VII, publicado em 1811:

> *La justicia y la utilidad dictaron a los pueblos de las provincias el reconocimiento del Gobierno Provisorio, que instituyó esta capital en los momentos, en la desolación, y conquista de casi toda la península dejaba expuesta nuestra seguridad interior a la invasión extranjera, o al influjo vicioso de los gobernadores españoles interesados en sostener el brillo de una autoridad que había caducado [...]. La causa sagrada de la libertad anunciaba ya un día feliz a la generación presente, y un porvenir lisonjero a la posteridad americana [...].*
> *El pueblo de Buenos Aires, que en el beneplácito de las provincias a sus disposiciones anteriores, ha recibido el testimonio más lisonjero del alto aprecio que le dispensan como la capital del reino y centro de nuestra gloriosa revolución, representa al gobierno por medio de su respetable ayuntamiento la necesidad urgente de concentrar el poder, para salvar la patria en el apuro de tantos conflictos.*[33]

O movimento das províncias, lideradas por Buenos Aires, dá-se em nome dos "interesses americanos" ameaçados pelos espanhóis aliados às forças estrangeiras (leia-se Napoleão). Os redatores falam em províncias, pátria, povo, América, sem mencionar o termo "nação".

Uma vez que a independência ainda não tinha sido proclamada, "nação" continua sendo identificada com o Estado espanhol, como percebemos em documento redigido pelo *Cabildo* de Jujuy em 1811:

> *Si los Pueblos que constituyen la Nación Española: por carecer de su amado Rey Don Fernando, se hallan autorizados por la misma Naturaleza, para recobrar sus derechos que depositaron en él, dándose las Leyes que un Gobierno fatuo mercenario, y despótico, por su propio interés, o no ha querido, o no ha podido dictarles [...].*
> *Que en el nuevo Sistema de Gobierno esta Ciudad con el recinto de su jurisdicción restituyéndosele la recién formada subdelegación de la Rinconada, debe ser reputada como una pequeña república que se gobierna a sí misma.*[34]

O documento designa a nação como sinônimo de país – referindo-se à Espanha. E deixa claro que a soberania não residia nela, mas sim no âmbito municipal. A identificação do *cabildo* como uma "pequena república", que se autogoverna, também vai de encontro ao documento da Junta de Buenos Aires, anteriormente citado, que claramente expressa as intenções da capital do Vice-Reinado em estender sua soberania ao conjunto do território.

O teor do pronunciamento do *Cabildo* de Jujuy corrobora os posicionamentos do historiador François-Xavier Guerra, de que o processo de independência e construção das novas organizações políticas na América

[33] CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados:* orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 353-354.
[34] Ibidem, p.371-372.

Latina é caracterizado por embates entre antigas e novas idéias, imaginários e práticas políticas. Os habitantes de Jujuy se utilizam de noções típicas do Antigo Regime, no caso a autonomia municipal identificada com republicanismo, para fazer frente aos projetos centralizadores da Junta de Buenos Aires. As intenções centralistas dos portenhos geram imediata reação das províncias. O Paraguai repele as tropas comandadas por Belgrano que tinham sido enviadas com o propósito de submeter os paraguaios à autoridade da Junta de Buenos Aires. Em 1811, o *Cabildo* de Assunção proclama sua autonomia, dando início a décadas de quase total isolamento do Paraguai.[35]

Na Banda Oriental, Artigas imediatamente percebe que sua luta é contra tanto os espanhóis quanto a Junta instalada em Buenos Aires, conforme as "Instruções do ano 13"[36], primeiro documento a claramente propor a separação total da Espanha e a criação de uma nação no território rio-platense. Esta nação seria o governo supremo do conjunto de províncias do Rio da Prata, mas a maior parte da soberania residiria em cada província, compreendidas como um conjunto de *pueblos*. O movimento de Artigas cresce e em 1814 derruba as forças espanholas instaladas em Montevidéu. O líder oriental ganha a adesão de várias províncias do Litoral, insatisfeitas com a centralização política pretendida por Buenos Aires. Artigas busca organizar a "Liga Federal", uma tênue federação entre a Província Oriental com as de Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, Corrientes e Misiones.[37]

As idéias emancipacionistas de Artigas cruzam fronteiras, adquirindo forte repercussão no Rio Grande do Sul. Conforme Aurélio Porto, durante as campanhas contra Artigas promovidas por Portugal, vários rio-grandenses desertam e lutam ao lado do revolucionário platino pela independência. Entre eles, Pedro Vieira, Francisco Bicudo, Manuel Carneiro Pinto e até o futuro líder dos farroupilhas, Bento Gonçalves da Silva.[38] Sobre este, há suspeita de que já vinha mantendo contatos com o líder oriental Juan Lavalleja no sentido de emancipar e unir politicamente os rio-grandenses com os orientais.[39]

Voltemos às "Instruções do ano 13" de Artigas. O texto determina aos representantes dos *pueblos* orientais que: *"No se presentará en la Asamblea Constituyente como Diputado de la Nación, sino como representante de este Pueblo [...]"*.[40] Na concepção do líder oriental e de seus seguidores, os deputados não representavam indivíduos de uma nação, e sim o

[35] PRADO, M. L. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1987, p. 48.
[36] Ver a referida citação no início do capítulo, p. 78.
[37] BUSHNELL. Op. Cit., p. 151 e 152.
[38] PORTO, Aurélio. Influências do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano IX. Porto Alegre, 1929, p. 377 e 378.
[39] VARELA, Alfredo. *História da grande revolução:* o cyclo farroupilha no Brasil. V. 1. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 338.
[40] CHIARAMONTE. Op. Cit. 1997, p. 381.

pueblo pelo qual eles tinham sido eleitos. Ao mesmo tempo em que se incorporam novas idéias como a convocação de um pacto para fundar um corpo político através da constituição, persistem as práticas do período colonial da representação política através dos *pueblos*, compreendidos menos como um conjunto de cidadãos do que um "estamento da sociedade". Neste sentido, no "Sistema de *pueblos* livres", a representação dava-se a partir de cada *pueblo*, e não dos cidadãos. Desta forma, mesclando recentes idéias da modernidade política, em especial o federalismo pregado nos EUA nos primeiros anos após a independência, com as práticas e idéias políticas da realidade da Banda Oriental, Artigas e seus partidários forjam representações de nação e província originais, não encontradas em manuais políticos da época, mas em sintonia com o contexto histórico específico.

As idéias e práticas de Artigas também se caracterizam pelo conteúdo social. Quando se encontra no poder entre os anos de 1814 e 1815, o líder oriental promove uma verdadeira reforma agrária, distribuindo terras de peninsulares e da Igreja à população despossuída que compunha seu agrupamento político. Além disso, possibilita uma ampliação da cidadania, estendendo direitos políticos a peões de estâncias, indígenas, mestiços e população pobre em geral. Ao mesmo tempo em que ampliava práticas republicanas, Artigas fortalecia seu poder pessoal, sendo reconhecido por seus partidários e admiradores como o "protetor dos *pueblos* livres".[41] Este é mais um exemplo da convivência entre modernas concepções políticas e práticas específicas da Região do Prata de então.

Em Buenos Aires, por outro lado, é publicado um decreto no *Redactor de la Asamblea*, n. 13, de 8 de março de 1813, determinado que:

> *[...] los diputados de los pueblos son diputados de la nación, y que una vez constituidos en la Asamblea general, su inmediato representado es el todo de las provincias unidas colectivamente, quedando en consecuencia sujeta su conducta al juicio de la nación, y garantida por esta misma la inviolabilidad de sus personas [...].*[42]

Os portenhos combatiam as práticas políticas do regime colonial tentando introduzir concepções da modernidade: os deputados, como representantes da nação, não estariam comprometidos com interesses de suas províncias ou *pueblos* e deveriam posicionar-se em prol de uma associação política mais ampla, que reunisse o conjunto das províncias. Neste sentido, faz-se já presente a idéia da nação como sinônimo de Estado, designando uma associação política detentora de soberania.

[41] A historiografia sobre Artigas é imensa, já que ele foi transformado em herói nacional no Uruguai. Tendo em vista estudos sintonizados com a história política renovada, recomendamos os trabalhos de FREGA, Ana. Apuntes para el estudio del federalismo en la revolución rioplatense (1810-1820). *Biblos*, n. 6. Rio Grande: Furg, 1994, p. 177-189; La virtud y el poder. La soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN; SALVATORE, op. cit., p. 101-133. Consultar também, CHIARAMONTE. *Ciudades, provincias, Estados*: orígenes de la Nación Argentina *(1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

[42] CHIARAMONTE. Op. Cit., 1997, p. 471.

Setores da elite da cidade de Buenos Aires, assim, começam a esboçar um projeto político em que a nação se converte na principal comunidade política de pertencimento. Províncias e *pueblos* do interior, por outro lado, buscam garantir e ampliar as autonomias locais, fazendo uso tanto de práticas e idéias políticas da época colonial quanto de novas, em especial, propostas de federação. O projeto artiguista, por sua vez, mescla antigas e modernas concepções, entendendo a nação como uma tênue união de províncias, as verdadeiras detentoras da soberania. O líder oriental propunha, pois, um modelo de Estado moderno, alicerçado sobre práticas e idéias legadas do "Antigo Regime".

Para além de um conflito entre centralistas e autonomistas, ou entre modernas e antigas formas de representação, estes debates são também perpassados por preocupações de setores da elite com os "perigos" da democracia direta.[43] Os *cabildos abiertos*, herança de práticas políticas da era colonial, convertem-se, durante a Revolução da independência, em espaços de democracia direta, nos quais um número significativo de cidadãos, ou *vecinos*, conquistam o poder de decisão sobre a política local, inclusive eleições e mudanças de governos. As elites, preocupadas em estabelecer formas mais estáveis de governo e limitar o poder de cidadãos comuns, em especial os das "camadas mais baixas da sociedade", propõem formas indiretas de representação, no caso, a eleição de deputados que representariam "livremente" a nação.

A despeito de, ou justamente devido a estes intensos debates, o Congresso de 1813 se revela pouco profícuo. Os nascentes conflitos impossibilitam o consenso, e a declaração oficial de independência só seria proclamada três anos mais tarde, em Tucumán, na abertura dos trabalhos de um outro congresso constituinte. Com a queda de Napoleão em 1815 e a retomada das intenções colonialistas da Espanha na América, não restou outro caminho aos rio-platenses senão o de proclamar oficialmente o que já ocorria na prática: a autonomia local e a separação da Espanha. Assim, os deputados reunidos em Tucumán no ano de 1816 prestam o seguinte juramento:

> *¿Juráis por Dios Nuestro Señor y esta señal de la cruz, promover y defender la libertad de las Provincias Unidas en Sud América y su independencia del rey de España Fernando VII, sus sucesores y metrópoli y toda dominación extranjera? ¿Juráis a Dios Nuestro Señor y prometéis a la patria el sostén de estos derechos hasta con la vida, haberes y fama? Si así lo hiciéreis Dios os ayude, y si no, él y la patria os hagan cargo.*[44]

[43] Ver : CHIARAMONTE. *Ciudades...*, p. 170 e 171.

[44] GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação:* soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado. Vitória: IHGES, 2001, p. 132.

A independência é proclamada, mas em meio a muitas indefinições. Não se sabe que país é este que se torna independente. O antigo nome das "Províncias Unidas do Rio da Prata" é substituído por "Províncias Unidas da América do Sul". Seria com intenções de ampliar a soberania para áreas além do território do antigo Vice-Reinado? Não há referências também ao termo "nação", demonstrando mais uma vez o quão frágil era a identidade nacional na época, bem como a ausência de alguma nação preexistente. O documento não indica nem a forma de governo a ser estabelecida, pois não havia unanimidade entre os constituintes neste aspecto. Há desde propostas monarquistas, incluindo o curioso projeto de Belgrano de instauração de uma dinastia incaica no novo Estado, até defensores da imediata adoção de instituições republicanas. Vivia-se, pois, em tempos de incertezas.

Os trabalhos dos constituintes são transladados para Buenos Aires[45], somente concluídos três anos depois com a proposta de constituição de 1819. Embora adotando o regime republicano, o texto constitucional estabelecia um governo fortemente centralizado a partir da capital, inclusive com a designação dos governadores das províncias pelo governo nacional. O projeto constitucional é imediatamente rechaçado pelas províncias do Interior, instaurando-se uma série de guerras civis que culminam com o estabelecimento, de fato, de vários Estados independentes em 1820. Alguns persistem na denominação de províncias, como a de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba. Outros Estados são batizados de "República de Entre Rios" (incluindo o território de Corrientes) e "República de Tucumán".[46]

Com o total fracasso da tentativa de unificação nacional, Buenos Aires resigna-se a também assumir a condição de Estado soberano e independente. Em 18 de fevereiro de 1820 é sancionada a Constituição provincial, reconhecendo a Província de Buenos Aires como entidade autônoma.[47] No ano seguinte, é proclamada uma lei eleitoral, estabelecendo a designação do governador da província pela Junta de Representantes por um mandato de três anos. Os componentes da Junta seriam eleitos anualmente, diretamente pela população, através do voto universal masculino.[48]

É preciso salientar que a condição de Buenos Aires como província autônoma não é apenas em decorrência da derrota dos unitários. Nem todos

[45] Esta constituinte não contou com a participação de representantes da Banda Oriental, ocupada por portugueses desde 1817, quando derrotam Artigas, forçando-o a exilar-se no Paraguai. A invasão portuguesa teve a conivência do governo de Buenos Aires, interessado em derrotar as idéias autônomas de Artigas e suas propostas sociais consideradas radicais. O território da Banda Oriental é incorporado em 1821 ao denominado "Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve", sob a denominação de "Província Cisplatina". A independência brasileira no ano seguinte viria a confirmar a Cisplatina como território integrante do Império do Brasil.

[46] Consultar mapa com a denominação dos Estados rio-platenses no ano de 1820 em: PISANO, Natalio. *Historia argentina para el 3° año del ciclo básico.* Buenos Aires: Angel Estrada y Cía, 1957, p. 242.

[47] GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação:* soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado. Vitória: IHGES, 2001, p. 159.

[48] TERNAVASIO, Marcela. *La revolución...*, p. 77.

os bonaerenses eram partidários de uma nação politicamente centralizada. Havia, ao contrário, setores significativos da população, reunidos no Partido Federalista, que eram contrários à nacionalização e viam no monopólio do porto de Buenos Aires a possibilidade de a província desenvolver-se economicamente com plena autonomia, abandonando as regiões interioranas à sua própria sorte.[49]

Assim, no interior mesmo da província de Buenos Aires, há divergências quanto à questão da viabilidade ou não de uma nação unificada. Os conflitos iam muito além de simplificações do tipo "unitários" contra "federalistas", ou províncias do Interior *versus* Buenos Aires. Como muito bem aponta Chiaramonte:

> *[...] tanto entre los partidarios del centralismo, como en los del confederacionismo, existen líneas de pensamiento también incompatibles, tales, por ejemplo, como las que se daban dentro el llamado federalismo entre los adherentes al democratismo republicano al estilo norteamericano y los partidarios de uno antiguo y corporativo concepto de orden social. O así mismo entre los centralistas, por una parte seguidores de la moderna teoría del Estado y, por otro, afectos a antiguas tendencias de origen estamental.*[50]

A citação alude aos conflitos entre antigas e modernas concepções políticas, presentes tanto entre partidários dos unitários como dos federalistas. Entretanto, o "novo" e o "velho" nem sempre protagonizam um mútuo embate, mas também se combinam em projetos alternativos, conforme vimos na proposta de Artigas.

Em princípios da década de 1820, emerge na província, não sem conflitos com outras forças políticas, uma moderna proposta de nação entre os partidários Bernardino Rivadavia, ministro do então governador Martín Rodríguez. Retomando as propostas unitárias, Rivadavia promove uma série de reformas, como a fundação da Universidade de Buenos Aires e, no âmbito judicial e eclesiástico, a supressão de vários conventos.[51]

O período é denominado por Marcela Ternavasio como o da "feliz experiência rivadaviana", por ser justamente durante ele que as práticas eleitorais são intensificadas e, pouco a pouco, estimulam uma maior participação de eleitores. As antigas práticas dos *cabildos* e assembléias populares são, assim, paulatinamente substituídas pelas eleições anuais dos representantes para a Junta. Durante o período, os pleitos eleitorais

[49] Conforme Tulio Halperin Donghi, é justamente na década de 1820 que as estâncias da província de Buenos Aires começam a expandir-se, superando a produção das províncias do Litoral, que entram em fase de decadência devido tanto às constantes guerras civis quanto ao monopólio que Buenos Aires passa a exercer sobre o porto da capital. Ver: HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...*, p. 179-181. Neste sentido, a maior parte dos estancieiros bonaerenses estava mais afinada com os federalistas, enquanto comerciantes e outros setores urbanos da cidade de Buenos Aires defendiam as propostas unitárias.

[50] CHIARAMONTE. Op. Cit., 1997, p. 215.

[51] Sobre as reformas de Rivadavia, consultar: ibidem, p. 210 e 211.

constituem-se no meio pelo qual as facções políticas ascendem ao poder na província.[52]

No que tange ao direito do voto, entretanto, as mudanças propostas por Rivadavia seguiam no sentido da restrição das práticas então vigentes. Fundamentando-se na obra de Benjamin Constant, propõe a adoção do voto censitário.[53] O intuito é impedir o acesso ao voto de peões, "jornaleiros", soldados da linha, entre outros segmentos das camadas "inferiores" da população.[54] A proposta sofre fortes resistências, em especial por parte dos seguidores do Partido Federalista. Estes conflitos são percebidos nas discussões sobre uma nova Constituição em 1826. O deputado federalista Dorrego defende que o voto universal seja estendido aos analfabetos, "peões" e "jornaleiros" e afirma, na seção 419 do Congresso de 1826, que: *"En un sistema republicano la masa es lo que da autoridad: ojalá se supiera lo que ella quiere"*.[55] A concepção de nação republicana dos federalistas estava diretamente relacionada ao conceito de "democracia" da época, como o "regime do povo".[56] A democracia era então combatida pelos unitários, que a classificavam como o regime das "multidões", que desrespeitava a propriedade e representava a "desordem".[57] De acordo com a proposta de nação apregoada por Rivadavia, estabelecer-se-ia uma república cujo sistema representativo não "se confundia" com democracia.

No congresso constituinte, Rivadávia obtém uma importante vitória ao impor uma Constituição unitária ao conjunto do território argentino. Na concepção rivadaviana, a "nação" consiste em uma associação política de cidadãos, detentora da plena soberania popular. Juntamente com a promulgação do texto constitucional, Rivadavia é designado presidente da "República Argentina". Pela primeira vez, o território era assim denominado.

O projeto nacional de Rivadavia é também imbuído da idéia da "civilização", através do estímulo do crescimento dos centros urbanos nos moldes europeus. Neste sentido, buscam-se técnicos e intelectuais da Europa, bem como se fomenta a vinda de imigrantes para "civilizar" o Prata. É como parte deste projeto que se dá a contratação do italiano Pedro de Angelis para trabalhar como jornalista em Buenos Aires.

[52] TERNAVASIO, Marcela. *La revolución...*, p. 120.
[53] CHIARAMONTE. *Ciudades...*, p. 184.
[54] TERNAVASIO, Marcela. *La revolución...*, p. 120.
[55] Ver: PALCOS, Alberto. *Rivadavia: ejecutor del pensamiento de Mayo*. La Plata: Universidad de La Plata, 1960.
[56] Não pretendemos afirmar, entretanto, que os federalistas tenham sido fiéis seguidores de idéias democráticas ou que tenham efetivamente instaurado algum "governo do povo". De qualquer forma, os líderes do partido, em geral, proprietários rurais freqüentemente denominados de "caudilhos", gozavam, de fato, de prestígio entre as camadas populares. Por esta razão, defendiam a ampliação do direito ao voto, sob um discurso republicano igualitário, enquanto os unitários buscavam restringir a participação eleitoral, diferenciando republicanismo de democracia.
[57] PALCOS, Alberto. Op. Cit, 1960.

A nova tentativa de imposição de uma constituição unitária só foi possível, por um curto período, devido à conjuntura adversa de uma guerra contra o Brasil. No ano anterior, o líder oriental Lavalleja, com apoio dos portenhos, havia organizado a expedição dos "trinta e três orientais" e atacado as forças brasileiras ocupantes do território. Em 25 de julho de 1825, os orientais proclamam sua independência em relação ao Brasil, reincorporando-se à união com as províncias do Rio da Prata. Conforme documento da Sala dos Representantes orientais, em agosto de 1825, ainda não se pensava em um Estado plenamente independente, e sim no rompimento de laços com o Império brasileiro:

> *[...] reasumiendo la Provincia Oriental la plenitud de derechos, libertades y prerrogativas inherentes a los demás Pueblos de la tierra: se declara de hecho y derecho, libre e independiente del rey de Portugal, del emperador del Brasil, y de cualquiera otro del universo, y con amplio poder para darse las formas que, en uso y ejercicio de su soberanía, estime conveniente.*
> *[...] Queda la Provincia Oriental del Rio de la Plata unida a las demás de este nombre en el territorio de Sud América, por ser libre y espontanea voluntad de los pueblos que la componen, manifestada con testimonios irrefragables y esfuerzos heroicos desde el primer periodo de la regeneración política de dichas Provincias.*[58]

Note-se que os revolucionários orientais de 1825 demonstram possuir uma concepção muito semelhante à dos protagonistas do movimento artiguista da década anterior. Não se faz menção à "nação". A principal comunidade de pertencimento é a província, entendida como conjunto dos *pueblos*. A proposta de independência não impossibilita o restabelecimento do vínculo com as demais províncias rio-platenses, desde que seja mantida a autonomia e a soberania provincial. Embora contem com o apoio de Buenos Aires em sua luta contra o Brasil, os orientais mantêm, em contrapartida, concepções de nação bastante diferenciadas das dos portenhos, divergindo no que tange ao estabelecimento de um Estado centralizado.

O movimento na Província Oriental provoca uma guerra entre Buenos Aires e o Brasil pela disputa do atual território do Uruguai. Em virtude da guerra, em nome da "união dos republicanos contra o último trono da América", Rivadavia faz mais uma tentativa de unificar o território das províncias do Prata em uma república unitária. Entretanto, os orientais, e também os habitantes das províncias do Litoral, não aceitam a centralização. Além disso, a guerra chega a um impasse, sem que nem o governo do Brasil, nem o das Províncias Unidas consiga derrotar o adversário e impor sua soberania sobre a Banda Oriental. A resistência do Interior à centralização e

[58] CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la república caudillesca: 1820-1838*. 10ª ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991, p. 43.

o desgaste com a guerra levam Rivadavia a renunciar ao cargo de presidente em 1827, com a conseqüente nova bancarrota de mais uma tentativa de proclamação da nação unificada.

A proposta nacional de Rivadavia não tinha sido a primeira no Rio da Prata, nem a única na América Latina. Em todos os pontos do continente surgiam tentativas de organização dos novos Estados com o estabelecimento de regimes republicanos. Desta forma, enquanto a Europa vivenciava a era da Restauração, no conjunto do continente americano pareciam fervilhar nações fundamentadas na modernidade política. Certamente foi este fato que levou Benedict Anderson a concluir que a nação moderna se implementa na América antes do que na maior parte da Europa.

Entretanto, é preciso salientar que, embora houvesse propostas nacionais relevantes, bem como distintas formas de se pensar a nação como a principal comunidade política, elas permaneciam minoritárias na Região Platina. Assim, a moderna idéia de nação, detentora de plena soberania, encontrava-se praticamente circunscrita a setores das elites urbanas de Buenos Aires, as quais compunham o grupo dos unitários. Para a maior parte dos atores sociais da Região Platina, *pueblos* e províncias permaneciam sendo as principais comunidades políticas de pertencimento, sendo a nação majoritariamente identificada como uma mera reunião de províncias. Embora com diferenças entre si, tanto os partidários dos federalistas quanto os seguidores de Artigas, além do grupo dos liberais sul-rio-grandenses, buscavam garantir as autonomias locais, através da defesa de propostas políticas que se opunham às tentativas de estabelecimento de Estados centralizados.

Vivenciava-se um conflito entre antigas e modernas idéias e práticas políticas que, conforme os diferentes contextos, combatiam entre si e/ou se mesclavam. Exemplo típico de combinação entre o moderno e o antigo foi o projeto artiguista da "soberania dos *pueblos* livres". Acima de tudo, eram tempos de incerteza, nos quais ninguém poderia prever de que forma os inúmeros projetos de organização política dos territórios rio-platenses se desdobrariam.

É durante a tentativa rivadaviana de estabelecer uma nação unitária que Pedro de Angelis chega a Buenos Aires, em janeiro de 1827. Antes de iniciarmos a análise das inserções de nossos jornalistas italianos na Região Platina, entretanto, abordaremos a questão das concepções de nação na Europa, em particular na Itália, cenário de origem dos três personagens.

□□□ O nacionalismo mazziniano e o cenário europeu

Nesta seção, trataremos das concepções de nação elaboradas na Europa, desde a Revolução Francesa até meados da década de 1830, já que Gian Battista Cuneo deixou o continente europeu em direção à América no ano de 1835. Nosso objetivo é esboçar as diferentes idéias e projetos de nação no cenário europeu, local de início da formação política dos autores em análise. Enfatizaremos as concepções de nação elaboradas pelo italiano Giuseppe Mazzini, pois Cuneo e Luigi Rossetti foram seguidores assumidos de suas idéias políticas.

Antes de centrarmos nas idéias singulares dos mazzinianos sobre nação, façamos uma observação mais ampla do conjunto da Europa. O termo "nação" já era utilizado muito antes da Revolução Francesa, seja como acepção política – sinônimo de Estado ou país –, ou com conotação cultural – significando um conjunto de pessoas que partilham a mesma língua, costumes e tradições. Quando usado neste sentido cultural, o termo "nação" não tinha conotações políticas, sendo desvinculado de quaisquer identificações com o Estado. Com o advento da modernidade política, em especial a partir da Revolução Francesa, as questões em torno da nação adquirem grande relevância. Uma das principais modificações das revoluções políticas é a transferência da soberania dos reis para uma comunidade política de cidadãos denominada nação. Este processo político é inseparável das transformações econômicas e sociais que ocorriam simultaneamente, marcadas pela consolidação do capitalismo. O desenvolvimento da idéia de nação e as primeiras práticas de convertê-la em organizações políticas soberanas dão-se simultaneamente com o fortalecimento das burguesias, a intensificação do comércio e a industrialização.

Antes mesmo do advento da modernidade política, gesta-se, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um conjunto de novas idéias calcadas no uso da razão, defesa dos direitos individuais e combate ao absolutismo, que ficaram conhecidas como "Ilustração" ou "Iluminismo". Estas idéias convertem-se em fundamento do liberalismo, que seria a ideologia mais marcante dos princípios do século XIX, relacionada com a ascensão do capitalismo e da modernidade política.

Há, entretanto, diversas correntes ou vertentes no interior do que se costuma denominar liberalismo. Conforme esclarece Jean Touchard[59], o liberalismo, no século XIX, estava longe de ser um movimento monolítico. Havia diversas nuanças e diferentes concepções e práticas de liberalismo, conforme o contexto. Os liberais podiam ser tanto adeptos de movimentos revolucionários, como durante a Revolução francesa e a unificação italiana,

[59] TOUCHARD, Jean. *Historia de las ideas políticas*. Madri: Editorial Tecnos, 1998. Consultar, em especial, p. 401-415.

quanto hostis a quaisquer rupturas institucionais, em especial nos contextos em que a burguesia já exerce o poder político. Quanto à questão da soberania popular, os liberais moderados defendiam que o parlamento deveria exercê-la, enquanto havia liberais mais radicais que pregavam formas de participação mais direta da população no seu exercício.

Embora o liberalismo seja, na maior parte dos casos, associado a idéias econômicas, estamos mais preocupados, em nosso estudo, com o "liberalismo político". Conforme Touchard, o liberalismo opõe-se ao absolutismo, defendendo o estabelecimento de governos constitucionais com a eleição de representantes e a prática da soberania popular, exercida, segundo o entendimento da maior parte de seus adeptos, pelos deputados do parlamento.[60] Neste sentido, ao longo deste trabalho, sempre que aludirmos a "liberal" e "liberalismo" estaremos nos referindo, exceto disposições em contrário, ao "liberalismo político". Esclarecida esta questão, voltemos às concepções de nação.

Conforme já mencionado, é a partir da Revolução Francesa que a questão da nação emerge como crucial em meio à necessidade de elaboração de uma nova forma de organização política. Segundo Hobsbawm[61], do ponto de vista dos revolucionários, a nação é representada como "[...] o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política, pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação da massa".[62] Os franceses agregam ao conceito político de nação um conteúdo revolucionário. Neste sentido, nação já não é um mero sinônimo de Estado ou país, mas sim uma organização política em que o povo exercia soberanamente o poder.

A nação como comunidade política soberana vem em substituição à soberania dos reis, exercida majoritariamente de forma despótica. O próprio "povo" deveria assumir a tarefa de exercer o poder, por meio da "nação". Mais adiante, o historiador inglês afirma que:

> *A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais [...].*
> *Contudo, pouco é dito a respeito do que constitui "um povo". Particularmente, não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma "nação" em bases lingüísticas, étnicas ou em outras com características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento do grupo. De fato, por causa disso já foi mostrado que a Revolução Francesa foi completamente estranha ao princípio e ao sentimento de nacionalidade; era inclusive hostil a ele.*[63]

[60] Ibidem, p. 402.
[61] HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
[62] Ibidem, p.31.
[63] Ibidem, p.32.

Embora já identificada com a questão do território, a nação, na ótica dos revolucionários franceses, não abarcaria um conjunto de pessoas a partir de afinidades culturais em comum, mas, sobretudo, as que exerciam sua soberania política. Esta é a grande inovação na questão nacional surgida com a Revolução Francesa, segundo a perspectiva de Hobsbawm.[64]

A Revolução Francesa e a idéia da nação, como comunidade política soberana, impulsionam reações contrárias ao movimento revolucionário. Com a queda de Napoleão em 1815, a reação triunfa com o restabelecimento de governos calcados em práticas políticas do Antigo Regime na maior parte do continente europeu. A coligação destes governos absolutistas ficou conhecida como "Santa Aliança", e o período que vai de 1815 a 1830 é denominado pelos historiadores como "Restauração".

Além de práticas políticas despóticas, a Restauração impõe uma severa perseguição a seus opositores políticos, desde os radicais até mesmo os liberais mais moderados. Como contraposição aos governos da Santa Aliança, surge, por toda Europa, uma série de sociedades secretas reunindo os principais opositores daqueles regimes autoritários na conspiração pela queda dos mesmos. As mais destacadas e ativas eram as "carbonárias", que desempenharam importante papel nos movimentos revolucionários contra a Restauração no início da década de 1820.[65]

O principal palco do surgimento das sociedades secretas é a Itália, que não se constituía, neste momento, em um Estado unificado. Estava dividida em vários reinos, territórios pontifícios, áreas ocupadas por países estrangeiros, além de cidades autônomas, herdeiras de práticas municipalistas republicanas desde o período medieval. A grande maioria da população vivia em áreas rurais, sendo a burguesia urbana bastante débil[66], elementos que dificultavam a unificação política da península.

[64] O autor é um grande entusiasta da Revolução Francesa. Em seu livro *A era das revoluções*, sustenta que: "[...] foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo" (HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções:* (1789-1848). São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 71). Pensamos que as afirmações do autor devem ser relativizadas. É indiscutível que a Revolução Francesa foi um dos mais marcantes movimentos de transformações da humanidade, mas está longe de ser a única referência da grande transformação, mais ampla que a ascensão do capitalismo e o advento da modernidade política. Certamente a Revolução Francesa é a mais marcante das revoluções políticas de então, mas estas não estavam circunscritas à Franca. Muito pelo contrário, defendemos a idéia de que as revoluções da modernidade integram um movimento histórico que ocorre simultaneamente na Europa e na América, evidentemente com as peculiaridades locais em cada contexto. Basta lembrar, por exemplo, que a Revolução Norte-americana é anterior à Francesa. Como movimento simultâneo em ambos continentes, desta forma, não é só a França que irradia suas idéias e exemplos para o resto do mundo, mas os acontecimentos da América também tiveram repercussões, em muitos momentos, no continente europeu.
[65] Ibidem, p. 133.
[66] Sobre a história italiana do período, consultar WOOLF, Stuart J. La storia politica e sociale. In: ROMANO, Ruggiero; VIVANTI, Corrado (coords.). *Storia d'Italia*. V. 3: Del primo Settecento

Apesar disso, emerge, por todo território, um crescente movimento em prol da unificação italiana que ficaria posteriormente conhecido como "Ressurgimento". Em seus primeiros passos, o movimento é marcado especialmente pelas sociedades secretas, em especial as carbonárias. Elas disseminam-se entre os italianos nas primeiras décadas do século XIX, durante a ocupação napoleônica. Conforme Stuart Woolf, embora a Carbonária tenha se originado da Maçonaria, esta estava mais ligada à política oficial, em especial aos governos aliados de Napoleão, enquanto aquela objetivava revolucionar a Itália. Os carbonários, entretanto, não partilham uma única concepção política, abarcando desde defensores de um liberalismo moderado, desejosos apenas da independência italiana e de uma constituição, até partidários de uma sociedade igualitária, impulsionadores de transformações sociais na Itália.[67]

Além da ausência de um programa político unificado, os carbonários também carecem de conexões com as massas populares.[68] Estes elementos, somados à severa repressão da Santa Aliança, levam ao fracasso todas as tentativas revolucionárias dos adeptos daquelas sociedades secretas entre 1820 e 1831. A primeira região a insurgir-se é Nápoles, onde os carbonários, liderados pelo general Pepe, tentam derrubar o governo local em 1821, mas são aniquilados pelo exército austríaco ainda no mesmo ano.[69] No Piemonte, os carbonários, também em 1821, lançam-se em movimento com a perspectiva de obter uma constituição liberal por parte do rei Carlos Alberto. O monarca, entretanto, alia-se aos austríacos e restabelece o *Ancien Régime* sem maiores dificuldades.[70]Animados com a Revolução Francesa de 1830, os carbonários promovem novos levantes em Módena e Bolonha em 1831, proclamando o surgimento das "Províncias Unidas da Itália Central". Desta vez não é a Áustria, mas sim um regimento do exército de Luis Filipe que auxilia no sufocamento da revolta.[71] Os movimentos carbonários deixam um saldo de repressão, de condenação à morte de dissidentes e inúmeras lideranças que partem para o exílio.

As revoluções de 1830 trazem significativas alterações, tanto na conjuntura quanto no terreno das idéias, incluindo-se aí as concepções de nação. Movimentos revolucionários surgem em várias partes da Europa, triunfando na França e na Bélgica, onde os regimes despóticos são substituídos por monarquias parlamentares. Estes triunfos levam os liberais moderados ao poder nestes países. No âmbito das idéias, ocorre uma clivagem

all'Unità. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1973, p. 5-508; CANDELORO, Giorgio. *Storia dell'Italia moderna*. V. 2: della Restaurazione alla Rivoluzione nazionale (1815-1846). Milano: Feltrinelli Economica, 1978; e DROZ, Jacques. *Europa:* restauración y revolución (1815-1848). Madri: Siglo XXI, 1988.

[67] WOOLF, S. J. Op. Cit., p. 272.

[68] DROZ, Jacques. Op. Cit., p. 176.

[69] Ibidem, p. 176 e 177.

[70] Ibidem, p. 177.

[71] Ibidem, p. 177 e 178.

entre os liberais mais moderados e os radicais, que passam definitivamente a lutar em campos opostos. Conforme Hobsbawm, "Os radicais, os republicanos e os novos movimentos proletários saíram portanto da aliança com os liberais; os moderados, quando ainda na oposição, eram perseguidos pelo fantasma assustador da 'república social e democrática' que era agora o slogan da esquerda".[72]

Os liberais mais moderados se aglutinam, de acordo com Droz, no grupo dos "doutrinários", composto por autores destacados como Benjamin Constant, Royer-Collard, Guizot e Alexis de Tocqueville. Embora evidentemente haja nuanças entre o pensamento destes autores, em geral os doutrinários combatiam tanto os absolutistas quanto os radicais, defendendo a monarquia constitucional como melhor forma de governo, e eram contrários tanto ao despotismo quanto ao "radicalismo das massas". Neste sentido, os doutrinários procuram limitar o acesso da população ao poder, principalmente através da defesa do voto censitário. O grupo, enfim, abandona a idéia de revolução e sociedades secretas em prol da conciliação da ordem com a liberdade controlada.[73]

Os que estavam mais à esquerda, em contrapartida, radicalizam suas idéias e ações, surgindo, inclusive, as primeiras doutrinas socialistas concomitantes ao advento do movimento proletário, fruto da consolidação do capitalismo. Neste contexto, surge uma diversidade de idéias e projetos para a sociedade. Entre estes, destacamos Saint-Simon e suas propostas de defesa da sociedade industrial e da associação. Os autores dividem-se quanto a considerar o pensador francês como um "socialista utópico" ou mesmo um conservador, pois ele, por um lado, aplaudia o processo industrial e tinha tendências autoritárias, por outro, foi um dos primeiros a denunciar a "anarquia" do desenvolvimento capitalista sob as diretrizes do individualismo, propondo um comando voltado para a sociedade como um todo, através da associação. Charles Fourier, em contrapartida, era avesso à industrialização, defendendo a agricultura e a produção artesanal. Idealizou a organização das pessoas em "falanges", espécie de comunidades, compostas de grupos de famílias autônomas e igualitárias. Proudhon, considerado por alguns o precursor do anarquismo, era contrário as ações partidárias, defendia a autonomia dos operários e a constituição de "federações de comunas autônomas" em substituição ao Estado. Louis Blanc, por outro lado, era a favor da tomada do poder para se construir o socialismo a partir do Estado. Floresciam ainda outros projetos e ideários, tais como o de Lamennais e seu cristianismo radical e igualitário, o de Pierre Leroux e a radicalização do pensamento saint-simoniano, ou ainda, conforme detalharemos adiante, o

[72] HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997ª, p.137.

[73] Informações mais detalhadas sobre o grupo dos doutrinários e seu pensamento podem ser encontradas em DROZ, op. cit., p. 48-62.

nacionalismo singular de Giuseppe Mazzini.[74] No seio dos movimentos sociais, desta forma, surge uma infinidade de idéias e propostas de organizações políticas e sociais, grande parte delas relacionadas com a revolução e derrubada da ordem vigente.[75] Esse conjunto heterogêneo de ideários e projetos são, em geral, designados como "socialistas" ou "socialistas utópicos" porque, em todos eles, buscavam-se soluções para a sociedade como um todo, em contraposição ao individualismo apregoado pelos liberais.

Muitas das idéias e doutrinas surgidas na época são fortemente, ou de alguma forma, demarcadas pelo romantismo. Não há como definir satisfatoriamente este movimento, dadas as diversas formas de manifestação romântica, não somente na política, mas também na literatura, pintura, escultura. De uma maneira bastante ampla, pode-se afirmar que o romantismo é uma reação às condições de vida na sociedade capitalista que estava surgindo.[76] Industrialização, urbanização, êxodo rural, tudo confluía para transformações rápidas e profundas em sociedades tradicionalmente rurais e de modificações mais lentas. Alterações abruptas acarretam o surgimento de novos problemas, daí a disparidade de reações contra o processo capitalista em curso na época dos românticos.

Falando especificamente do romantismo político, que nos interessa mais diretamente, esta reação contra o capitalismo, entretanto, dá-se de forma bastante abrangente, fazendo surgir, entre os românticos, diversas e contrapostas correntes, desde conservadoras até revolucionárias e radicais. Segundo Touchard, embora o romantismo seja usualmente vinculado a políticas conservadoras, de reação ao iluminismo e com propostas de um "retorno ao passado", ele, na verdade, caracterizava-se como um movimento heterogêneo, adquirindo diversas conotações em diferentes contextos. Se, de fato, na Alemanha o romantismo esteve associado ao conservadorismo, na Itália, ao contrário, a maior parte dos românticos era de liberais.[77] Segundo

[74] Para um aprofundamento sobre as diversas correntes de esquerda e pensadores radicais da época, consultar ibidem, p. 63-71; e também TOUCHARD, op. cit., p. 413-444.

[75] Segundo Jacob Leib Talmon, a primeira metade do século XIX é caracterizada como o período em que mais floresceram projetos utópicos, que pretendiam oferecer soluções definitivas aos problemas concretos da sociedade. A Revolução Francesa tinha inaugurado uma era de grande efervescência social, fazendo surgir uma grande quantidade de idéias e propostas políticas, numa conjuntura em que as pessoas se sentiam como parte de uma era revolucionária. O autor denomina este conjunto de propostas utópicas como "messianismo político". O principal fator de diferenciação dos messiânicos do século XIX em relação aos iluministas do XVIII seria o coletivismo em substituição ao individualismo. O messianismo pregava a associação e a organização coletiva como meios de assegurar as liberdades dos homens. Ainda segundo Talmon, o nacionalismo radical de Mazzini e Mickiewsky esteve bastante próximo ao socialismo incipiente do período, diferindo bastante, portanto, do nacionalismo da segunda metade do século, quando adquire contornos conservadores. Durante a primeira metade do século XIX, os nacionalistas pregavam que as particularidades nacionais estavam ao serviço do ideal universal, em que cada país cumpriria seu papel no estabelecimento de uma irmandade de nações com ideais comuns. Ver: TALMON, Jacob Leib. *Mesianismo político: la etapa romántica.* México: M. Aguilar Editor, 1969.

[76] LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e política.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 20.

[77] TOUCHARD. Op. Cit., p. 398.

Marta Pena de Matsushita[78], o romantismo político abarcava, ao menos, duas grandes correntes: uma conservadora, que propunha um retorno ao "país original", e outra nacionalista e libertária, com características revolucionárias e até "socializantes".[79] Nesta última corrente, ainda conforme a autora, destacava-se Mazzini com suas propostas de progresso, cooperação harmônica das nações, combinação das liberdades individuais com as coletivas, profundo sentimento religioso e suprema confiança no povo.[80]

De acordo com Jean Touchard, ainda que o romantismo tenha sido um movimento muito diverso, encontramos algumas características comuns a todos os românticos, tais como o destaque ao heroísmo, atuação política como um sacrifício e um espetáculo, concepção sentimental e eloqüente da política, destaque à questão social, busca de dimensões globais e universais às suas propostas.[81] Além disso, os românticos tendiam a elaborar propostas para o conjunto da sociedade, criticando o individualismo e contrapondo-se, desta forma, aos liberais. Entretanto, não podemos fazer uma oposição radical entre liberalismo e romantismo, até porque, entre os italianos, muitos liberais eram também românticos. Ainda assim, algumas posturas diferenciadas podem ser ressaltadas. É o caso da defesa da coletividade dos românticos em contraste com a ênfase nos direitos individuais, bastante propagados pelos adeptos do liberalismo. Outra distinção é o apelo às emoções e aos sentimentos, característico do romantismo, em oposição ao culto à razão do liberalismo.

Voltando à questão específica da nação, é importante salientar que, concomitante aos movimentos de 1830, surge o "princípio das nacionalidades". Frente à ascensão do capitalismo e da modernidade política, o direito dos povos a constituírem-se em nação passa à ordem do dia. Neste processo, as concepções de nação passam por alterações em relação ao projeto nacional da Revolução Francesa. Conforme Hobsbawm, o "princípio das nacionalidades" apregoa, de forma aberta ou velada, três critérios fundamentais:

> *O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável [...].*
> *O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. [...] a identificação nacional era, em conseqüência, fortemente lingüística, mesmo que [...] a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena minoria [...].*
> *O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista.*[82]

[78] MATSUSHITA, Marta E. Pena de. *El romanticismo político hispanoamericano.* Buenos Aires: Editorial Docencia, 1985.

[79] Ibidem, p. 60.

[80] Ibidem, p. 63 e 64.

[81] Consultar: TOUCHARD. Op. Cit., p. 399 e 400.

[82] HOBSBAWM. Op. Cit., 1991, p. 49.

Diferente da época da Revolução Francesa, o "princípio das nacionalidades" utiliza a língua e a capacidade de um povo para a conquista como critérios para o direito de uma população constituir-se em nação, na concepção dos ideólogos da era triunfante do liberalismo burguês, de 1830 a 1880, quando o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana, que afetava do pequeno ao grande grupo, da família e tribos às nações.[83]

Chiaramonte também tece considerações sobre o "princípio das nacionalidades". Afirma que, antes de 1830, o termo "nação" era usado com um sentido étnico, na identidade de elementos biológicos e culturais de uma população, ou então, em um sentido estritamente político, nação como comunidade política de cidadãos, sem referências étnicas. Em uma terceira fase, paralela ao romantismo, ocorre a conjunção de ambos os termos: o sentido étnico antigo e o político mais recente se fundem no chamado "princípio das nacionalidades".[84] A partir de então, os critérios da língua e etnicidade, antes utilizados exclusivamente com conotações culturais, convertem-se em fundamento de legitimidade política, ao serem vinculados com o que se passa a designar como "nação".

Embora predominantes, as concepções propagadas pelos liberais que ascendiam ao poder estavam longe de serem as únicas. Em meio à efervescência de idéias da época, surgiam também distintas formas de se entender a nação, identificadas com projetos alternativos para a sociedade de então. E é entre estas propostas diferenciadas, que o italiano Giuseppe Mazzini constrói sua singular representação de nação elaborada durante o processo de mobilização pela unificação italiana e o surgimento do "princípio das nacionalidades". Com um intenso currículo de lutas, incluindo diversas tentativas frustradas de revoluções e vários anos de exílio, Mazzini caracterizou-se por seu republicanismo radical e igualitário associado à idéia de nação, ideário mantido por toda sua vida.

O italiano inicia suas atividades políticas nas sociedades secretas, primeiro as maçônicas e em seguida as carbonárias, que se disseminavam pela Itália em finais do século XVIII e princípios do XIX. A "Jovem Itália", por ele fundada em 1831, mantém as características de sociedade secreta, mas, diferentemente dos carbonários, unifica-se ideologicamente em torno de suas concepções nacionalistas e radicais. O autor, neste sentido, distingue-se por dar conteúdo ideológico às organizações políticas que lutavam pela unificação. No referente à questão da nação, Mazzini mantém uma concepção essencialmente política, dando continuidade às inovações protagonizadas pelos revolucionários franceses no fim do século anterior.

[83] Ibidem. Op. Cit., p. 50.
[84] CHIARAMONTE. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: István Jancsó. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo/Ijuí: Hucitec/Unijuí, 2003, p. 85.

Ele herda da Revolução Francesa a idéia da nação como uma associação política, nascida de um pacto voluntário entre os homens. Percebemos o teor político da concepção mazziniana de nação no seguinte trecho de um dos principais manifestos da "Jovem Itália"[85]: "*La nación es la universalidad de los italianos, hermanados en un pacto y que viven bajo una misma ley*" Embora eventualmente se refira a "conjunto de cidadãos que falam uma mesma língua"[86] na definição da nação, consideramos Mazzini partidário de uma concepção política, diferenciando-se de outros seguidores do "princípio das nacionalidades" que aludiam com recorrência a características étnicas e culturais, tais como língua, costumes, tradições e "raça". Para o revolucionário italiano, a nação constitui-se fundamentalmente em uma associação de pessoas com igualdade de direitos civis e políticos. Ao manter o entendimento de nação essencialmente como uma comunidade política, Mazzini caracteriza-se por um projeto singular entre os defensores do "princípio das nacionalidades". Neste sentido, as afirmações de Chiaramonte no referente à junção entre critérios políticos e culturas (com a incorporação de elementos como a língua, a etnia, os costumes na definição da associação política denominada nação) são genéricas e não podem ser aplicadas a todos os partidários do tal princípio.

Na perspectiva mazziniana, a nação, entretanto, não é qualquer conjunto de homens, mas sim uma associação composta de cidadãos que partilham direitos e deveres políticos. Sem estas características não há nação, e sim um "amontoado de homens".[87] O autor, assim, amplia o conceito de nação da Revolução Francesa, indo além de entendê-la como uma associação política soberana, na medida em que vê a necessidade de laços mais fortes entre os cidadãos, como a partilha de iguais direitos e deveres, para efetivamente constituir uma nação. Nesta ampliação do conceito, ainda conforme o entendimento do italiano, há, também, forte ênfase na questão da igualdade, tanto no que se refere aos direitos políticos quanto a aspirações à igualdade social: "*Conservatrice severa dell'eguaglianza politica, essa* [a

[85] MAZZINI, Giuseppe. Instrucción general para los asociados de la Joven Italia. In: ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma socialista:* edición crítica y documentada. Buenos Aires: Imprenta López, 1940, p. 459-467.
[86] Entre os inúmeros textos de Mazzini analisados, encontramos este tipo de definição em apenas um deles, conforme o seguinte trecho: "Per NAZIONE noi intendiamo l'UNIVERSALITÀ DE'CITTADINI PARLANTI LA STESSA FAVELLA, ASSOCIATI, CON EGUALIANZA DI DIRITTI CIVILI E POLITICI, ALL'INTENTO COMUNE DI SVILUPPARE E PERFEZIONARE PROGRESSIVAMENTE LE FORZE SOCIALI E L'ATTIVITÀ DI QUELLE FORZE" (Mazzini, 1907, v. II, p. 64). Tradução da citação: "Por NAÇÃO, nós entendemos A UNIVERSALIDADE DE CIDADÃOS QUE FALAM UMA MESMA LÍNGUA, ASSOCIADOS, COM IGUALDADE DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, NO OBJETIVO COMUM DE DESENVOLVER E APERFEIÇOAR PROGRESSIVAMENTE AS FORÇAS SOCIAIS E A ATIVIDADE DE TAIS FORÇAS". Note-se que, mesmo referindo-se a pessoas que partilham uma mesma língua, o autor não deixa de ressaltar a "associação em condições de igualdade de direitos civis e políticos" em seu entendimento de nação.
[87] Consultar: MAZZINI G. *Scritti politici editi ed inediti*. Imola: Paolo Galeati, 1907, v. II, p. 61 e 62.

nação] *deve dirigere le isttituzione successivamente create al progresso dell'Eguaglianza sociale".*[88] E ainda: "*D'altra parte, una società d'uomini riuniti da un principio d'egoismo a un intento unicamente materiale, non è per questo nazione".*[89] O "egoísmo" e os "intentos unicamente materiais" constituem-se em críticas direcionadas aos liberais. O italiano acusa-os de "traição" e de terem abandonado o povo em prol de seus interesses particulares. Em um texto intitulado *La traición de los llamados* "doctrinarios", por exemplo, Mazzini assim se refere aos partidários das idéias liberais: "*Entonces los moderados, los hombres que habían representado en el combate el elemento burguesia, se separaron deliberadamente del pueblo, cuyo apoyo habían mendigado para vencer".* [90]

Neste sentido, Mazzini, bastante afinado com a atmosfera romântica da época, desejava uma associação entre iguais e criticava o culto excessivo ao individualismo, praticado pelos liberais que fomentavam o egoísmo humano. O italiano ainda justifica esta associação igualitária entre os homens como "vontade divina" e único meio de se chegar ao progresso. Deus criara todos os homens livres e iguais, sendo Sua vontade que estes se constituíssem em nações. Com este entendimento, Mazzini considerava a construção das nações como uma "missão divina", a ser realizada pelos homens, conforme percebemos no manifesto da "Jovem Europa".[91]

> *Según ley dada por Dios a la humanidad, todos los pueblos son libres, iguales y hermanos. Todo pueblo tiene una misión especial que coopera al cumplimiento de la misión general de la humanidad. Esa misión constituye su nacionalidad. La nacionalidad es sagrada.*[92]

Neste ponto, percebemos a segunda grande diferença do autor em relação à maioria dos partidários do "princípio das nacionalidades". Ao defender enfaticamente a igualdade social e utilizar-se de retóricas românticas, Mazzini situa-se em oposição aos liberais moderados, que já não apregoavam mais a revolução nem a igualdade de classes na sociedade. Ao se opor ao liberalismo, o autor não deixa de se contrapor à modernidade, que se implementava nos moldes dos liberais. Entretanto, o líder da "Jovem Itália" de forma alguma propõe algum tipo de "volta para o passado". Seu ideário tem olhos para o futuro, aspirando à conquista de uma sociedade livre, fraternal e igualitária. Neste sentido, ele não nega, e sim formula alternativas ao processo de modernidade.

[88] "Conservadora severa da *igualdade política*, ela [a nação] deve dirigir as instituições, sucessivamente criadas para o progresso da *igualdade social*." Cf. MAZZINI, Giuseppe, *1907, v. II, p. 67.*
[89] "De outra parte, uma sociedade de homens, reunidos sob o princípio do egoísmo, com objetivos unicamente materiais, não é, por isto, *nação*". Op. Cit., p. 62.
[90] MAZZINI G. La Joven Europa: instrucción general para los iniciadores. In: MAZZINI G. *El pensamiento vivo de Mazzini*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1944, p. 186.
[91] Ibidem, p. 141-147.
[92] Ibidem, p. 145.

Para o revolucionário italiano, a idéia de nação está relacionada com a de unidade e de república. Tendo lutado pela unidade italiana e combatido contra os regimes monárquicos da Restauração, o autor converte-se num ferrenho partidário da união nacional e da república, conforme percebemos no seguinte trecho do já citado manifesto da "Jovem Itália":

> *La Joven Italia es republicana y unitaria.*
> *Republicana: porque teóricamente todos los hombres de una Nación están llamados, por la ley de Dios y de la humanidad, a ser libres, iguales y hermanos; y la instituición republicana es la única que asegura este porvenir; porque la soberania reside esencialmente en la nación, intérprete progresiva, única y continua de la ley moral suprema; porque, dondequiera que el privilegio se establezca en la cima del edifício social, vicia la igualdad de los ciudadanos, tiende a extendierse hacia los miembros y amenaza la libertad del país; [...]; porque el elemento monárquico, no pudiendo mantenerse frente al elemento popular, arrastra la necesidad de un elemento intermediario de aristocracia, origen de desigualdad y de corrupción para toda la nación; [...].*
> *La Joven Italia es Unitaria; porque en verdad no existe Nación sin Unidad; porque sin Unidad no hay fuerza, e Italia, circundada por naciones unitarias, poderosas y rivales, tiene necesidad ante todo de ser fuerte; porque el Federalismo, condenándola a la impotencia de una Suiza, la colocaría bajo la influencia necesaria de alguna nación vecina; porque el Federalismo, avivando las rivalidades locales actualmente extinguidas, estimularía a Italia a retroceder hacia el medioevo; porque el Federalismo, desmembrando en muchas pequeñas esferas la gran esfera nacional, cedería lugar a las pequeñas ambiciones mezquinas y se transformaría en surgente de aristocracia; [...].Sin unidad de creencia y de pacto social, sin unidad de legislación política, civil y penal, sin unidad de educación y representación, no hay Nación.*[93]

A questão da unidade, por sua vez, está contraposta à da federação. Conforme a citação anterior, Mazzini é contrário ao federalismo, associado-o à fragmentação nacional, que abriria espaços para o domínio da aristocracia. Somente a unidade política, respeitando as diferenças sociais, garantiria a liberdade e igualdade dos cidadãos e a existência efetiva da nação.

Embora contrário à implementação do federalismo na Itália, o autor defende uma associação entre as nações européias em uma forma de federação:

> *La humanidad no llegará a su completa constitución sino cuando todos los pueblos que la componen, habiendo conquistado el libre ejercicio de su soberanía, se asocien en una federación republicana para dirigirse, bajo el imperio de una declaración de principios y de un pacto común, al mismo fin: el descubrimiento y la aplicación de la ley moral universal.*[94]

Mazzini é defensor do direito de cada povo constituir-se em nação, e partidário da união das nações em uma "irmandade federativa", na qual o

[93] MAZZINI, apud ECHEVERRÍA. Op. Cit., 1940, p. 461-463.
[94] MAZZINI. Op. Cit., 1944, p. 145.

ideário nacional é universal, sendo possível a união fraternal de todos os povos. Assim como, no interior da nação, o interesse da comunidade é prioritário sobre o dos indivíduos, em nível internacional, a humanidade encontra-se acima das particularidades das nações na perspectiva mazziniana.

Tendo em vista colocar suas idéias em prática, Mazzini participa da fundação da "Jovem Europa" em 1834. A organização objetivava congregar, em um nível mais elevado, a "Jovem Itália", "Jovem Suíça", "Jovem Alemanha" e outras que viessem a surgir, estimulando, desta forma, a união entre as diferentes nações. O "princípio das nacionalidades", na ótica dos mazzinianos, não estaria em contradição com a aspiração a uma fraternidade universal. Este "nacionalismo universal" constitui-se na terceira grande diferença entre Mazzini e os liberais burgueses. Enquanto estes utilizam a capacidade de conquista como critério de uma nação, o que inevitavelmente levaria ao conflito com as demais, o italiano prega a fraternidade e convivência pacífica entre as nações.

Ainda sobre as concepções políticas de Mazzini, destacamos sua construção de uma imagem dicotômica da Europa, dividindo-a em dois campos: a "jovem" e a "velha" Europa. O autor identifica as monarquias européias com a "velha Europa", caracterizada pelo absolutismo, desigualdades sociais e opressão, que inevitavelmente estava em luta com a "jovem Europa", republicana, igualitária e nacionalista.[95] O termo "juventude", neste sentido, tinha conotação política, representando os partidários do ideário nacional e radical de Mazzini. Essa "juventude" seria uma espécie de "vanguarda", que dirigiria o processo revolucionário, o qual, entretanto, só seria vitorioso com a participação das massas. Assim, além da juventude, ou do setor mais politizado da sociedade, Mazzini defende a mobilização popular para levar adiante seu projeto de sociedade. Somente com a ação política da "plebe" e das multidões, a revolução nacional teria chances de vitória. O autor, no entanto, reconhece a necessidade de "educar" as multidões para a ação política, sendo que esta tarefa educadora caberia aos partidários da "Jovem Itália".[96]

Em meio a distintas concepções, Mazzini elabora sua representação singular de nação, de cunho radical, calcada fundamentalmente em critérios políticos, na igualdade social e na fraternidade entre os diferentes povos. Ao propor o futuro da humanidade organizado em comunidades nacionais, o autor identifica-se com o projeto da modernidade política e do "princípio das nacionalidades". Entretanto, entendemos que Mazzini era também um crítico de alguns aspetos deste projeto, em especial o excesso de individualismo da maior parte dos liberais que, conforme as críticas do autor, conduzia os homens ao egoísmo e à desigualdade. Valendo-se de aspirações do romantismo, a proposta mazziniana prega a revolução contra regimes despóticos, a plena igualdade entre os homens e a associação fraterna entre as nações. Neste sentido, o autor caracteriza-se por uma proposta singular que, ao combinar elementos liberais com românticos, insere-se no conjunto de projetos políticos modernos, na medida em que prega o fim dos regimes despóticos e a soberania da nação, mas também critica e se distancia das noções apregoadas pelos moderados, propondo alternativas. Assim se constituía, em linhas gerais, o ideário difundido pelos mazzinianos na Europa da década de 1830 e levado para a América por Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti.

[95] Idem.
[96] MAZZINI. *Instrucción...*, p. 464 e 465.

Capítulo 2

A atuação de Pedro de Angelis nos debates sobre a questão nacional na Região Platina

Carbonário? Liberal moderado? Oportunista? Intelectual brilhante? "Camaleão político"? Monarquista? Republicano? Unitário? Federalista? Rosista convicto ou resignado? Ao longo do tempo, adjetivos como estes têm sido utilizados na descrição de Pedro de Angelis por seus admiradores e detratores, tornando a análise de suas idéias e posturas políticas uma tarefa difícil aos pesquisadores. Seguramente uma das figuras mais controversas da historiografia, o italiano, naturalizado argentino, exerceu funções diversas além de jornalista, tais como educador, preceptor, historiador, escritor e secretário de governo.

A despeito de críticas à suas posturas políticas, os historiadores são quase unânimes em caracterizar De Angelis como detentor de uma inteligência notável, tendo deixado como legado uma vasta obra entre livros, artigos e documentos compilados. O liberal italiano, radicado em Buenos Aires a convite de Rivadavia, mas que posteriormente aderiu ao regime de Rosas, fez surgir precocemente, entre seus desafetos contemporâneos, a imagem de oportunista, de quem muda suas posições políticas de acordo com o governo para o qual está a serviço. Em 1842, José Rivera Indarte, exilado em Montevidéu, escreveu um artigo com o sugestivo título *La galería de retratos de D. Pedro de Angelis*[1], no qual afirma, ironicamente, que o italiano possuía um retrato para cada uma de suas facetas políticas.

[1] Consultar o artigo de Rivera Indarte em *El Nacional*, n. 943, de 29/01/1843, p. 3, ou reprodução posterior na obra RIVERA INDARTE, José. *Rosas y sus opositores*. Vol. 1. Buenos Aires: Librería Científica y Literaria, 1929, p. 234-258.

A historiografia liberal deu continuidade à prática de tratar o jornalista italiano com a pecha de oportunista, "camaleão político", quando não de traidor. A historiografia revisionista, em contraposição, reabilitou a figura de De Angelis, justificando sua adesão a Rosas porque o italiano teria percebido que o "restaurador" e seus seguidores seriam os "verdadeiros representantes da argentinidade". É somente na historiografia mais recente, que encontramos trabalhos que se afastam destes posicionamentos apaixonados, procurando eximir-se de julgamentos subjetivos ao analisar a trajetória do italiano. Entre estes estudos, destacamos as duas principais biografias de De Angelis, elaboradas por Elías Díaz Molano e Josefa Sabor.[2]

Este capítulo é dedicado a uma análise da obra de De Angelis como jornalista, enfocando as representações de nação por ele elaboradas em meio aos debates sobre a construção nacional no Rio da Prata, entre 1827 e 1852. Na primeira seção, tratamos do período europeu de De Angelis, em Nápoles, sua cidade natal, bem como seus exílios na Suíça e na França. A seguir, analisamos a atuação do italiano como jornalista em Buenos Aires, dividindo-a em três segmentos, representando momentos distintos de sua carreira jornalística. O primeiro é o período em que De Angelis escreveu para periódicos durante os governos unitários de Rivadavia e Lavalle, entre 1827 e 1829, que denominamos "confrontos entre o ideário de origem européia e a realidade rio-platense". Este é o período de maior "choque" entre as idéias do autor, trazidas da Europa, e as práticas políticas locais. O segundo momento abarca os anos de 1829 a 1835, durante os quais De Angelis trabalhou em diversos jornais, ao longo dos sucessivos governos do Partido Federalista, incluindo a primeira administração de Rosas. Damos a esta época o nome de "a província de Buenos Aires no caminho da construção da nação", pois nosso personagem paulatinamente aderiu aos posicionamentos políticos dos federalistas no que tange ao processo de construção nacional. O último período, de 1843 a 1852, durante o segundo governo de Rosas, é demarcado pela quase total adesão de De Angelis ao governador bonaerense e sua política de unificar a Argentina sem constituição nem governo nacional, daí nossa denominação de "a nação realmente existente" a esta última fase de atuação do italiano como jornalista político.[3]

[2] DÍAZ MOLANO, Elias. *Vida y obra de Pedro de Angelis*. Santa Fé: Colmegna, 1968; SABOR, Josefa Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina:* ensayo biobibliofráfico. Buenos Aires: Solar, 1995.

[3] A denominação dos períodos é de nossa autoria, em função de centrarmos nossa análise nas diferentes representações de nação, ao longo das sucessivas etapas na carreira do jornalista italiano. Esta divisão em três fases, entretanto, não é inédita. Luce Fabbri Cressatti, por exemplo, é a primeira a dividir o trabalho de Pedro de Angelis como jornalista na Argentina em três períodos: uma brevíssima fase de apoio a Rivadavia; um período de transição em direção ao rosismo – trabalhando no periodismo oficial ao mesmo tempo em que mantinha contatos com a "nova geração" no Salão Literário de Marcos Sastre –; e o período em que converteu-se em "voz oficial" de Rosas. Ver: FABBRI CRESSATTI, Luce. Comienzos del periodismo italiano en el Rio de la Plata. *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo.* Año 7. Montevideo: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1992, p. 9-10.

De Nápoles a Buenos Aires

Embora tenha passado os primeiros 42 anos na Europa, este longo período da vida de Pedro de Angelis ainda é pouco conhecido pelos historiadores e seus biógrafos. Até o presente momento, ninguém explorou a fundo arquivos europeus, daí o fato de a documentação referente à vida do italiano no continente europeu permanecer bastante escassa.

Pedro de Angelis nasce na cidade italiana de Nápoles em 20 de junho de 1784.[4] Filho de Domingo de Angelis e Julieta de Rossi, o futuro jornalista teve alguns irmãos, dos quais só há menções mais precisas a André, que o ajuda nos primeiros momentos de sua carreira e a quem Pedro dedicaria seu livro *Ensayos políticos y literarios* anos mais tarde, já na América.[5] Os irmãos De Angelis, partidários de idéias liberais, foram republicanos e participaram de sociedades maçônicas e carbonárias. André é preso por seu envolvimento na "República Partenopea", então fundada pelos protagonistas de uma efêmera revolução republicana, de inspiração jacobina, na cidade de Nápoles em 1799.[6]

O jovem Pedro de Angelis conta com 21 anos quando Joaquim Murat, apoiado por Napoleão Bonaparte, assume o poder em Nápoles, no ano de 1805. A partir de então, abdica de suas idéias republicanas para apoiar a nova monarquia que Nápoles impõe a toda Itália meridional.[7] Entretanto, mais do que um "abandono" de seu ideário, pensamos que esta atitude condiz com um pragmatismo político de De Angelis, característica que ele demonstraria em diversos momentos ao longo de sua vida. Alma Novella Marani ressalta este pragmatismo como uma característica dos liberais napolitanos da primeira metade do século XIX, os quais aceitaram como prematuras suas primeiras propostas republicanas, passando a buscar reformas junto a monarcas "ilustrados".[8]

É igualmente importante salientar que o reinado de Murat significou uma reação contra o odiado regime bourbônico e foi caracterizado por reformas institucionais profundas, principalmente a abolição do regime feudal na exploração da terra, o surgimento de escolas e colégios secundários em várias cidades do reino e perseguição da delinqüência.[9] As medidas progressistas do governo de Murat justificam, pois, a adesão a ele de vários liberais, incluindo republicanos como De Angelis. Durante o governo Murat

[4] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 1.

[5] Ibidem, p. 1.

[6] Ibidem, p. 2.

[7] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 23.

[8] MARANI, Alma Novella. *Cinco amigos de Rivadavia*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1987, p. 96.

[9] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 24 e 25.

(1805-1815), nosso personagem desempenha diversas funções, como mestre de italiano dos filhos do monarca, professor de Geografia e História da Real Escola Politécnica e a responsabilidade pela educação da prole da família real, sendo nomeado preceptor dos infantes em 1813.[10] Segundo Díaz Molano, não se sabe se Pedro de Angelis foi membro da Maçonaria, mas não há dúvidas de que ele foi carbonário, antes e depois da queda de Murat.[11] Já Fabbri Cressatti, afirma que o italiano era um liberal e maçon ligado a Napoleão.[12] Enrique de Gándia também compartilha da tese de que De Angelis era maçom, partidário de Murat e de sua política liberal[13], embora mais adiante afirme que o italiano tenha se tornado também carbonário.[14] Na biografia mais recente sobre o personagem, Josefa Sabor sustenta que: "Sin duda los de Angelis profesaron ideas liberales, fueron republicanos, pertenecieron a la 'carbonería' y a la masonería. Como es lógico, no es fácil encontrar constancias de que Pedro fuese masón y carbonario, aunque las suposiciones sean muy fuertes".[15] Em sintonia com as afirmações da autora, pensamos ser possível que De Angelis tenha atuado nas duas sociedades. Face à sua ligação com Murat, é bastante provável que tenha sido maçom naquele período, já que os carbonários resistiam à ocupação napoleônica, encontrando-se, conseqüentemente, na oposição ao monarca. Posteriormente, após a queda de Murat, De Angelis se tornaria um opositor dos governos restauradores ligados à Santa Aliança, podendo-se considerar bastante plausível que tenha atuado como carbonário durante o período de resistência, uma vez que foram estas sociedades secretas as mais destacadas provedoras das lutas contra os regimes despóticos em territórios italianos.

Paralelamente à sua atuação como docente e membro do governo, De Angelis faz carreira militar, lutando no sítio de Gaeta e na tomada de Capri em 1815, bem como ascendendo a vários graus da hierarquia, conquistando o cargo de oficial de primeira classe no "Comando Supremo do 3° Departamento" em janeiro de 1817.[16]

Enquanto permanece em sua cidade natal, De Angelis trava contatos com representantes da intelectualidade napolitana, tais como Francisco Maria Avellino, Nícolas Basti, Teodoro Monticelli, Angelo Maria Ricci, Pedro Colletta e Carlos Troya.[17]

[10] Ibidem, p. 24.
[11] Ibidem, p. 26.
[12] FABBRI CRESSATTI, Luce. Comienzos del periodismo italiano en el Río de la Plata. *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo.* Año 7. Montevideo: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1992, p. 9.
[13] GANDÍA, Enrique de. Las ideas políticas de Pedro de Angelis. In: DE ANGELIS, Pedro. *Acusación y defensa de Rosas.* Buenos Aires: La Facultad, 1945, p. 98.
[14] Ibidem, p. 100.
[15] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 1.
[16] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 3.
[17] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 26 e 27.

Com a queda de Murat e a ascensão de um governo ligado à Santa Aliança, a situação em Nápoles torna-se insustentável para os membros da Carbonária.[18] De Angelis, então, decide-se pelo exílio. Desta forma, entre fins de 1818 e princípios de 1819, se estabelece na cidade de Genebra. Lá, torna-se amigo e protegido de Sismondi, a quem havia conhecido anos antes, durante uma viagem a Nápoles do genebrino, acompanhado de Mme. de Stäel.[19]

Em 1820, irrompe uma revolução liberal em Nápoles, impulsionada por carbonários, mas sob a liderança de liberais moderados. Fernando I ascende ao poder, enquanto convoca-se uma constituinte, a qual adotaria a constituição espanhola de 1812 para o Reino das Duas Sicílias.[20]

De Angelis acompanha o movimento que ocorria em sua terra natal a distância, tendo se transladado, naquele mesmo ano, para Paris.[21] Sabe-se muito pouco sobre a atuação de nosso autor na capital francesa.[22] É certo que ele desenvolve intensas atividades intelectuais, sendo mais notável, entre 1822 e 1826, a elaboração de biografias de diversos personagens para *Biographie universelle ancienne et moderne*, *Biographie nouvelle des contemporains* e *Biographie universelle et portative des contemporains*.[23] Em Paris o italiano desliga-se das atividades carbonárias, dedicando-se exclusivamente a trabalhos literários e históricos[24], colabora para várias revistas francesas, escrevendo inúmeros artigos como para a *Revue Européenne*.[25] Sabor, entretanto, em suas pesquisas mais recentes, afirma que não há dados concretos sobre a atuação de De Angelis na *Revue Encyclopédique* ou na *Revue Européenne*[26], a única certeza é a existência de um artigo sobre a situação das mulheres em sua terra de origem para esta última publicação, intitulada *Les italiennes*.[27]

Ainda durante o exílio parisiense, De Angelis estabelece amizade com diversos intelectuais, tais como Villemain, Guizot, Victor Cousin, Lafayette, Destutt de Tracy, Victor Hugo e Michelet. Este último o estimula a traduzir a obra *Ciência nova*, de Vico, autor até então quase desconhecido entre os franceses.[28] Nosso personagem, pois, trava contatos especialmente com intelectuais que, durante a Restauração na França, optam por uma oposição mais moderada, afastando-se de propostas revolucionárias propaga

[18] Ibidem, p. 29.
[19] Ibidem, p. 28.
[20] Ibidem, p. 29 e 30.
[21] Ibidem, p. 31.
[22] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 4.
[23] Ibidem, p. 5.
[24] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 34.
[25] Ibidem, p. 41.
[26] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 301.
[27] Ibidem, p. 301.
[28] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 42.

das intensamente pelas sociedades secretas. Desta forma, mesmo sem termos acesso à suas eventuais publicações européias, podemos supor que De Angelis adere, ainda durante sua estada em Paris, a um liberalismo moderado e anti-revolucionário que iria defender, conforme veremos mais adiante, em seus primeiros tempos em Buenos Aires. Diferentemente da maior parte dos jovens exilados de sua época, segue pelos caminhos da moderação, defesa da ordem e do pragmatismo, refutando idéias revolucionárias, bem como se afastando das sociedades secretas.

Em 1824, o futuro jornalista se casa com Melanie Dayet, sua esposa por toda a vida, acompanhando-o durante o desterro na América. Conforme Sabor, a historiografia tem atribuído a Melanie nacionalidades diversas, sendo muito freqüente a versão de que ela seria russa. Mas a localização de seu testamento aclarou definitivamente que a mulher de De Angelis era de nacionalidade francesa.[29]

É ainda na capital da França, em 1826, que De Angelis conhece o argentino Bernardino Rivadavia. Ele vai ao continente europeu em busca de sábios e intelectuais, para contratá-los em seu projeto de modernizar a Argentina.[30] Já de volta ao Rio da Prata, Rivadavia convida De Angelis, por intermédio de Varaigne, a mudar-se para Buenos Aires e trabalhar como jornalista em periódicos que o argentino pensava em fundar. O italiano aceita o convite, surpreendendo muitos de seus amigos parisienses.

Sabor sustenta que não são claros os motivos que levaram o italiano a aceitar o convite de Rivadavia para transladar-se ao Rio da Prata. De Angelis levava uma vida confortável em seu exílio na França e, segundo a documentação disponível, só é possível fazer conjeturas quanto às razões de sua decisão. A autora acredita ser possível que o italiano tenha se encantado com as imagens da América que circulavam na Europa, de terras rodeadas de aura romântica, longínquas e inexploradas, atraindo numerosos estrangeiros. Pensamos que, além de encantado com terras exóticas ou imbuído do desejo de fazer fortuna, não se deve descartar a hipótese de que De Angelis aceitou o convite para vir à América por questões políticas. Desencantado com os infortúnios do liberalismo na Europa, já há mais de uma década sob a Restauração, ele pode ter sido atraído pelas notícias vindas do continente americano sobre o surgimento de diversas nações republicanas.[31]

[29] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 6.
[30] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 43 e 44.
[31] De acordo com Pierre-Luc Abramson, a América Latina continuava a exercer fascínio sobre os europeus em princípios do século XIX. Não mais apenas as lendas do *Eldorado* ou de populações e paisagens exóticas, mas principalmente o surgimento de várias nações novas, desde o Hudson até o Rio da Prata, encantava os liberais e socialistas europeus, decepcionados com os regimes da Santa Aliança. Ver: ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 25. O autor ainda sustenta, ao longo de sua obra, que vários pensadores utópicos europeus, tais como Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Robert Owen, Victor Considérant, entre outros, estiveram no continente americano ou, ao menos, fizeram uso das representações sobre a América Latina na elaboração de suas idéias utópicas.

Acreditamos ser pertinente supor que o italiano estava no mínimo curioso em conferir o que realmente seriam estas inúmeras repúblicas que floresciam na América hispânica numa época em que as concepções liberais pareciam fadadas ao fracasso na Europa.

Nosso autor parte com sua esposa de Paris rumo a Buenos Aires, em fins de novembro de 1826. Acompanhava o casal De Angelis o espanhol José Joaquín de Mora, também contratado como jornalista por Rivadavia. Mora, nascido em Cádiz no ano de 1783, fora um liberal exaltado em sua pátria, o que lhe valera um exílio em Londres antes de sua mudança para o Rio da Prata[32] e já exercia a profissão em seu país, tendo lá editado vários periódicos: *Crónica Científica y Literaria* (1817-1820), *Minerva Nacional* (1820), *El Constitucional* (1820), *Correo General de Madrid* (1821) e *El Indicador de las Novedades, los Espetáculos y las Artes* (1822), além da publicação de vários textos dirigidos à Espanha e à América Latina, através do editor Rudolph Ackermann durante seu exílio na Inglaterra.[33]

□□□ Os governos unitários de Rivadavia e Lavalle: confrontos entre o ideário de origem européia e a realidade rio-platense

Nosso personagem chega a Montevidéu em fins de 1826, onde é obrigado a permanecer por várias semanas, pois o porto de Buenos Aires encontra-se bloqueado pela marinha brasileira em virtude da guerra pela disputa da então Banda Oriental. O conflito eclodiu por efeito do movimento de libertação da Banda Oriental, sob domínio luso-brasileiro desde 1817. A revolução pela independência se inicia em abril de 1825, quando os "Trinta e três orientais", comandados por Juan Antonio Lavalleja, entram no território oriental a partir de Buenos Aires, com o apoio dos portenhos. O movimento logo ganha impulso, obtendo-se a adesão de outros compatriotas, como Frutuoso Rivera. A independência e a reincorporação do território às "Províncias Unidas" foram proclamadas em agosto, o que deu início à guerra com o Brasil, que não aceita a perda da soberania sobre, a então denominada pelo Império brasileiro, Província Cisplatina.

Em um primeiro momento, a guerra parece estar a favor das forças oriental-portenhas, vencedoras da Batalha de Ituzaingó (ou do Passo do Rosário, conforme a historiografia brasileira) em fevereiro de 1827. Mas o conflito entra em um impasse, com perdas para ambos os lados, sem que nenhum dos beligerantes conseguisse impor a vitória até o final da guerra, um ano e meio mais tarde, sob mediação inglesa.

[32] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 45.
[33] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 9 e 10.

Na perspectiva de obter apoio para a união nacional, em virtude do conflito externo, o Congresso reunido em Buenos Aires cria o cargo de presidência da República em 3 de fevereiro de 1826, para o qual é designado Rivadavia.[34] As províncias do Litoral e do Interior, entretanto, continuam a exercer suas soberanias, não reconhecendo essa nova tentativa de estabelecimento de um Estado unificado. Apesar da guerra contra o Brasil, surgem resistências nas províncias contra o centralismo de Buenos Aires, inclusive conflitos armados, como as revoltas lideradas por Facundo Quiroga em La Rioja.[35]

É com esse ambiente de guerra externa e conflitos com as províncias que Pedro de Angelis se depara ao finalmente chegar a Buenos Aires, em 29 de janeiro de 1827. O italiano começa a atuar como jornalista a serviço da efêmera presidência de Rivadavia, que tentava implantar um Estado unificado em todo território rio-platense. Em 24 de abril de 1827, é conferida a De Angelis carta de cidadania rio-platense.[36]

Não se sabe, com certeza, se o italiano tinha exercido tarefas de jornalista na Europa, mas é certo que só se engaja efetivamente na função em Buenos Aires, conforme suas próprias palavras em uma carta dirigida a Juanicó: "Tenga Vd. Piedad de todos, pero sobre todo de mí que trabajo como un renegado. He tenido que obedecer a mi destino y heme aquí 'periodista'". O ofício de De Angelis como jornalista tem início com a fundação de *La Crónica Política y Literaria de Buenos Aires*, periódico editado pelo italiano em co-direção com Mora, que vem à luz em 3 de março de 1827. O jornal é inicialmente editado três vezes por semana, passando a ser diário (menos domingos e feriados) a partir do número 49. A *Crónica* circularia até 6 de outubro, perfazendo um total de 120 edições.[37] O periódico é fundado com o objetivo de dar sustentação política ao governo de Rivadavia, composto principalmente por notícias, publicações oficiais e artigos políticos.

Nesse primeiro periódico, De Angelis publica, especialmente nas primeiras edições, vários artigos políticos, nos quais difunde suas idéias liberais de então e pelos quais podemos perceber sua concepção de nação.[38]

[34] HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista*: historia argentina. T. 3. Buenos Aires: Paidós, 1993, p. 233.
[35] Sobre a hegemonia de Quiroga sobre as províncias do Interior a partir de 1826, consultar ibidem, p. 248-250. Conforme o autor, este novo ordenamento nas províncias interioranas contribuiu para o enfraquecimento do Congresso Nacional e da presidência de Rivadavia.
[36] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 19.
[37] Ibidem, p. 17, 407 e 408.
[38] Por tratar-se de um periódico co-dirigido por De Angelis e Mora, há uma certa dificuldade em identificar quais textos foram redigidos pelo italiano e quais são de autoria do espanhol. Alguns artigos foram identificados como sendo de De Angelis por outros pesquisadores, como Jorge Myers e Josefa Sabor. Consultar: MYERS , Jorge. *Orden y virtud*: el discurso republicano en el régimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995; e SABOR, J. E. Op. Cit. Como o italiano ainda não tinha o domínio do idioma local, seus textos eram escritos em francês e traduzidos por Mora, sendo que alguns manuscritos originais conservam-se no Arquivo Geral da Nação em Buenos Aires. Ver: SABOR, J. E. Op. Cit., p. 408. A maior parte dos artigos analisados tiveram sua autoria identificada por uma publicação do próprio De Angelis. Trata-se do livro *Ensayos literarios y políticos*, uma compilação de textos políticos de sua autoria originalmente publicados na imprensa, que veio à luz no ano de 1833. É recorrente, nos estudos anteriores sobre o italiano, inclusive no mais recente de Sabor, a afirmação de que os artigos reunidos naquele livro haviam sido extraídos de jornais do início da década de 1830, principalmente da *Gaceta Mercantil* e *El Lucero*. Ver, por exemplo, SABOR, J. E. Op. Cit., p. 44. Pesquisando as fontes, entretanto, pudemos constatar que a maior parte dos textos que compõem os *Ensayos literarios y políticos* foram originalmente publicados pela *Crónica Política y Literaria de Buenos Aires* em 1827.

Nos textos da *Crónica Política y Literaria*, o italiano também se posiciona frente às disputas das facções políticas locais, incluindo-se os debates sobre as formas contrapostas de construção do Estado nacional.

Nestes seus primeiros escritos em terras rio-platenses, De Angelis revela-se partidário de um pensamento liberal bastante moderado, rejeitando revoluções ou participação de amplos setores da sociedade na política. Esses artigos reforçam nossa hipótese de que, ao abandonar a atuação nas sociedades carbonárias e estabelecer contato com intelectuais de oposição moderada à Restauração, o periodista italiano, em seus últimos anos na Europa, tinha assumido um ideário muito em sintonia com o grupo que ficaria conhecido como "liberais doutrinários".

Em um artigo intitulado *De la moderación política*, originalmente publicado na *Crónica política y literaria de Buenos Aires*, n. 2, de 6 de março de 1827, o autor afirma que:

> *Una libertad moderada es propria de los pueblos cultos, y el término de sus esperanzas. Los desmanes de la libertad no aprovechan ni aún a los que los promueven, porque las naciones no se detenien jamás en el camino de la anarquía, y tarde o temprano se vengan de los que las han extraviado. [...]. Nadie lo excedió en amor a la república, en ódio a los déspotas, en celo por el cumplimiento de sus obligaciones. ¿Que debe inferirse de todo esto? Que la libertad no consiste en palabras, y que no se consigue por los crímenes. Debe buscarse en el corazón de aquellos hombres virtuosos que no aspiran al aura popular, al paso que hacen servicios eminentes a la patria, y que se contentan con apelar a la posternidad de sus contemporáneos.*[39]

Como era recorrente em sua época, De Angelis utiliza o termo "nação" praticamente como um sinônimo de Estado ou de país. Para o funcionamento desta "nação", o italiano propõe um regime republicano, calcado no liberalismo moderado. O governo seria exercido por "ilustrados", que estivessem afastados tanto do despotismo como do "excesso de liberdade". Nosso autor reproduz, assim, as idéias do liberalismo doutrinário europeu, crítico não apenas do absolutismo e da Restauração, mas também dos "excessos" da Revolução Francesa, em especial o período jacobino. A proposta de nação que De Angelis defende é fundamentada nesse liberalismo moderado. O italiano concebe a nação como uma associação política, fundada pelos

[39] DE ANGELIS, Pedro. *Acusación y defensa de Rosas*. Buenos Aires: La Facultad, 1945, p. 243-245.

homens e regida por leis, havendo uma ênfase na questão da associação entre os homens, na qual prevaleceria o "espírito público", contra quaisquer práticas de individualização do poder, consideradas práticas despóticas. Estas questões salientam-se em seu artigo *Del espíritu de asociasión*, originalmente publicado em *Crónica Política y Literaria de Buenos Aires*, n. 19, de 21 de abril de 1827:

> *Los rudimentos de todas las repúblicas ofrecen el mismo espectáculo, es a saber, la reunión del pueblo para decidir los negocios públicos: tal es la condición vital del régimen democrático. [...].*
> *El sistema representativo, que sustituye el ejercicio de la soberanía nacional a la expresión de la voluntad del pueblo, no extingue el deseo y la necesidad de juntarse, antes bien los estimula, ofreciéndoles un campo más vasto, y más frecuentes ocasiones. No es entonces la nación la que se reúne: su unión seria inútil habiendo delegado sus poderes: sino las facciones de la nación, determinada por los intereses, los deseos, las opiniones, y las necesidades de los individuos que la forman. Mientras más activo y más enérgico es el espíritu, mayor solidez en sus principios, y mayores beneficios prometen sus resultados. Puede haber pueblos con instituciones libres, debidas a una casualidad venturosa, o al genio de un hombre privilegiado: pero sin el espíritu de asociación, no podrán dar más que frutos pasajeros y desabridos.*[40]

Conforme a perspectiva do jornalista italiano, a nação é o conjunto de seus cidadãos, mas nem todos exercem a soberania, pois a delegam aos seus representantes eleitos. A necessidade de representação expressa o afinamento do italiano com as doutrinas da modernidade política, então em voga. Mas ele salienta a necessidade do "espírito público" por parte destes representantes. Esta questão está diretamente relacionada com o republicanismo, também muito enfaticamente defendido por De Angelis em seus artigos para a *Crónica*. Diferentemente da época do governo de Murat em Nápoles, quando se despiu de suas convicções republicanas para apoiar um regime monárquico, ao se estabelecer em Buenos Aires, o italiano volta a propagar seu ideário republicano. Neste ponto, o italiano afasta-se dos doutrinários europeus que, após enveredarem pela moderação e crítica aos caminhos revolucionários, assumem a defesa da monarquia constitucional, identificando a república com o radicalismo e a revolução. No contexto rioplatense, em pleno conflito com o Brasil, De Angelis apropria-se da luta ideológica do republicanismo contra o monarquismo, utilizada como justificativa da guerra em curso. Em um de seus artigos, assim retrata o país inimigo:

> *De todos modos, el Brasil es una anomalía repugnante al espíritu del siglo, y contraria a los intereses de ambos mundos. Gobernado por un monarca, amenaza la seguridad e independencia del continente americano, y los gabinetes de Europa tendrían que deplorar algún día, no ya su engrandecimiento, sino su duración.*[41]

[40] MYERS, Jorge. *Orden y virtud:* el discurso republicano en el régimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995, p. 165-166.

Sobre o republicanismo, o italiano toma-o como identidade política do continente americano, diretamente relacionado com a independência como demarcação das diferenças em relação à antiga metrópole monárquica. Segundo o entendimento dos americanos de então, do qual De Angelis se utiliza na citação anterior, uma monarquia na América constituía-se em uma "anomalia". Ainda que assuma um americanismo no discurso da guerra contra o Brasil, nestes primeiros tempos De Angelis ainda está bastante demarcado pelas idéias européias. Menciona, nos artigos para a *Crónica*, alguns países europeus como exemplos ideais da "nação moderna". No texto *Del espíritu de asociación*, faz uma apologia da vida política inglesa:

> *En Inglaterra puede asegurarse que, aunque la nación está legalmente representada pelo parlamento, lo está virtualmente por las innumerables reuniones que el pueblo forma, sin infringir la ley ni el orden, y cuyo influjo constituye la ventura social, desde las más altas transacciones políticas, hasta las escuelas de primeras letras. Desde luego la gran solemnidad de las elecciones, poniendo en movimiento todos los intereses, y en contraste todas las opiniones, congrega la gran masa popular, y la conserva muchos días en saludable agitación.*[42]

O periodista italiano aponta a Inglaterra como exemplo de onde haveria uma "nação perfeita", de acordo com sua concepção de então. Embora esteja representado pelo parlamento, o povo não deixa de exercer sua soberania, seja pelo direito ao voto ou através de diversas reuniões públicas. E o mais importante para o nosso autor: tudo "dentro da ordem". Os ingleses supostamente resolviam suas divergências através das eleições e discussões públicas, sem armas, manifestações violentas ou revoluções.

A resolução de divergências políticas dentro da ordem, com o uso da razão, é um dos pontos que mais sobressai na concepção de nação de De Angelis, que refuta, com veemência, as opções revolucionárias. Além do caso inglês, evocado com freqüência pelo periodista na defesa de seu ideário, são citados também exemplos da história francesa, como percebemos no seguinte trecho do artigo "Reflexiones políticas", publicado em *Crónica Política y Literaria de Buenos Aires*, n. 9, de 22 de março de 1827:

> *La Francia devorada por la anarquía, vió brotar defensores de todos los puntos de su territorio [...], y cada francés hizo el sacrificio de sus pasiones para tomar parte en la defensa de la patria. La nación entera se reunión [sic] bajo las banderas de la república [...]. ¡Cuán lejos estamos de imitar*

[41] DE ANGELIS, Pedro. *Acusación y defensa de Rosas*. Buenos Aires: La Facultad, 1945, p. 257.
[42] MYERS, Jorge. Op. Cit., 1995, p. 167.

> *tan noble ejemplo! Mientras nuestros valientes exponen su vida para humillar* la altivez de un tirano, no falta entre nosostros quien alze el pendón de la discordia, y la señal del exterminio [...].
> *De nada sirve declamar contra la anarquía, y haber derrocado el despotismo, si no se piensa en poner los cimientos de una sabia y prudente libertad. Cuantas veces se nos ha brindado con una constitución, y otras tanta la hemos rechazado.*[43]

Conforme a citação acima, o italiano busca referências em países europeus para criticar as práticas políticas americanas. Falando como se fosse um rio-platense (note-se a recorrência da utilização do "nós" pelo autor), De Angelis critica sistematicamente a "anarquia", a falta de leis, de prudência, de vida política constitucional, presentes no continente americano, em especial no Rio da Prata. Assumindo a identidade de um habitante autóctone, nosso autor objetiva "conscientizar" a população sobre as "mazelas" da vida política e convencê-la a seguir o exemplo de países europeus para sair de tal situação.[44]

Na maior parte de seus textos desse período, o jornalista expressa seu pessimismo em relação à política rio-platense, muito aquém do modelo de regime político por ele almejado para a "nação". No artigo *Legislación*, originalmente publicado na *Crónica* de 28 de abril de 1827, De Angelis afirma que as práticas políticas do continente americano têm propiciado que "[...] *los hombres de las clases más obscuras han subido a los puntos más elevados, y han manejado las naciones enteras con su autoridad e influjo*". Neste ponto, há uma crítica explícita ao "caudilhismo". Com olhar europeu, o italiano vê com repugnância a tomada do poder por parte de líderes políticos manipuladores de países inteiros conforme suas vontades pessoais. Defensor do espírito público na política, as críticas que fez aos "caudilhos" foram coerentes com suas concepções. Percebemos, entretanto, que elas se estendem também à questão da participação política das classes mais populares. Na última citação, fica claro seu repúdio ao fato de representantes das classes mais "obscuras" almejarem o poder. Este ponto demonstra, mais uma vez, o caráter bastante moderado, e até conservador, do liberalismo difundido por De Angelis.

Durante sua atuação como jornalista na época rivadaviana houve um persistente confronto entre as idéias do autor, elaboradas durante seu longo período europeu, e a realidade da vida política que ele encontra no Rio da Prata. Ao chegar em Buenos Aires, depara-se com práticas muito diferentes de sua forma de pensar, e, possivelmente, bastante distintas do que

[43] DE ANGELIS, Pedro. Op. Cit.,1945, p. 249-250.
[44] A utilização de "nós", como se não fosse um italiano e sim um rio-platense, é uma constante não somente nos artigos de Pedro de Angelis, como também nos escritos de Luigi Rossetti e de Gian Battista Cuneo. Como veremos, era prática muito rara entre os personagens falarem do ponto de vista de sua condição como europeus exilados. Pensamos que, ao apresentarem-se como cidadãos rio-platenses, eles objetivavam melhor dialogar com os grupos políticos locais, inserindo-se como compatriotas nos conflitos e debates políticos que se travavam.

esperava encontrar. O choque entre o ideário e a situação vivenciada leva aos confrontos e às dificuldades de conciliação. Em sua já citada carta a Juanicó, assim desabafa: "*¡Vea Vd. en qué me inmiscuyo, en hacer tres mil leguas para venir a poner de acuerdo a perros rabiosos!*".[45] As constantes e, aparentemente, intermináveis guerras civis, somadas às dificuldades enfrentadas por Rivadavia em sua tentativa de impor uma constituição nacional, conduz De Angelis ao pessimismo quanto ao futuro político rio-platense. Não vê muitas perspectivas no projeto rivadaviano e, apesar de ter sido contratado por Rivadavia, o italiano não faz, em seus artigos, uma defesa sistemática da política dos unitários, da figura do presidente ou do seu projeto nacional. Nos debates sobre a construção da "nação" no Rio da Prata, De Angelis critica tanto os unitários quanto os federalistas. Aos inimigos de Rivadavia, o italiano escreve um artigo, intitulado *Federales*, publicado na *Crónica* de 26 de abril de 1827[46], no qual tece duras críticas aos federalistas por protagonizarem uma guerra contra o governo de Buenos Aires, em um momento em que se enfrentava um conflito com o Brasil. Não há, porém, um posicionamento claro em favor dos unitários. Ao contrário, De Angelis afirma que as discussões sobre a forma de governo deveriam ser postergadas para o futuro, quando houvesse condições de realizar um debate com calma, sem confrontos armados entre as facções.

Ao criticar as práticas políticas locais, inclusive retratando negativamente as tentativas de estabelecimento de um Estado nacional no Rio da Prata, o italiano contraria o ideário da facção unitária e o projeto rivadaviano de nação, que se esperava que o autor defendesse, por escrever em periódico patrocinado pelo governo. De Angelis, na verdade, era a favor do fim das disputas armadas de facções, propondo a conciliação entre elas. Com este propósito, outro periódico é fundado pelo italiano, igualmente em co-direção com Mora, recebendo a denominação de *El Conciliador*. Diferente da *Crónica*, esta publicação caracteriza-se por ser mais densa, com textos de maior envergadura e não somente políticos, mas também culturais. O periódico, entretanto, teve vida efêmera, apenas um exemplar de 82 páginas, que circulou no dia 1º de maio de 1827.[47] O prospecto é da autoria de De Angelis e, conforme o trecho a seguir, reflete seu posicionamento diante o funcionamento da política rio-platense:

> *Uno de los momentos más críticos de la vida de las naciones es cuando, después de haber roto las cadenas de la esclavitud, heredan de repente un poder ilimitado, sin tener otro freno que su propria voluntad, o por mejor decir, el capricho de una muchedumbre inesperta [...]. Los hombres se creen libres cuando resisten a las autoridades estabelecidas [...]. El pueblo es un niño que carece de inquietud, porque carece de previsión [...]. En lugar de*

[45] MARANI, Alma Novella. *Cinco amigos de Rivadavia*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1987.
[46] Ver: DE ANGELIS, Pedro. Op. Cit., p. 263-271.
[47] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 17 e 18, 406 e 407.

> *ciudadano, celoso por el honor nacional, y dócil a la voz de sus jefes, solo hallamos un frenético, que no piensa sino en fomentar revueltas, y no respira sino venganzas[...].*
> *Al hacer la exposición de nuestros principios, hemos trazado insensiblemente el espíritu de nuestro periódico, cuyo titulo indica suficientemente el fin que nos proponemos. En él sólo habrá doctrinas: principios fundamentales y saludables, únicos medios de reanimar el cuerpo social, y de sacarlo de la triste situación en que han puesto los odios privados, las pretensiones locales, la falta de expresión de unos, y de sentimientos elevados de los otros.*[48]

O prospecto demonstra todo o pessimismo de De Angelis em relação à situação política do Rio da Prata, seus preconceitos em relação ao governo exercido pelo povo, em especial pelas "camadas mais baixas", bem como sua distância em relação às facções políticas em luta. Na perspectiva do italiano, o que então regia a nação eram menos o "espírito publico" e o intuito associativo do que "interesses privados" e "localistas". De Angelis, assim, age como o "iluminado" que vem à América "doutrinar" a população local, ainda muito aquém da "civilizada" Europa no que tange ao projeto político da modernidade.

Em 27 de junho de 1827, Rivadavia renuncia à presidência da República. A recusa das províncias litorâneas e do Interior em submeter-se a sua autoridade, bem como a situação de impasse em que estava a guerra contra o Brasil, desgastando seu governo, levam o presidente a afastar-se do cargo.[49] Assume, interinamente, seu vice, Vicente López y Planes, com menos força política, mas que, contraditoriamente, parece pressionar De Angelis a defender o governo em seus artigos. Desta forma, é somente após a renúncia de Rivadavia que nosso autor faz uma defesa mais contundente dele e de seu governo:

> *El congreso lo ha dicho: la existencia misma de la patria habla más elocuentemente, en elogio de D. Bernardino Rivadavia, que los panegíricos más estudiados. Pero la patria hace algo más que existir: existe, reconocida por la potencia más rica y poderosa del mundo antiguo; existe sin la menor traza de las calamindades que destrozaron su seno; existe enriquecida con una multitud de instituciones, de aquellos que ligan los intereses, promueven la civilización, y aseguran el órden social; existe en fin llena de honor, y sin haberse encorvado ante la autoridad ni el influjo estraño.*
> *Todo esto es obra de aquel distinguido ciudadano.*[50]

[48] EC, n. 1, Buenos Aires, 01/05/1827, p. 1-5

[49] Além dos conflitos com as demais províncias e com o Brasil, Rivadavia também enfrentava uma crescente oposição interna em Buenos Aires, especialmente da classe emergente dos proprietários de terras. O projeto rivadaviano de nacionalizar as rendas das alfândegas descontentava setores significativos da população bonaerense, que não estavam dispostos a abrir mão do monopólio em vigor. A proposta de divisão da província de Buenos Aires em duas, Paraná ao norte e Saladero ao sul, igualmente foi recebida com forte oposição pelos estancieiros, pois significaria um enfraquecimento de seu poder político. (Ver: LYNCH, John. As repúblicas do Rio da Prata: da Independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 3: da Independência até 1870. São Paulo/Brasília: Edusp/ Imprensa Oficial/ Funag, 2001, p. 644 e 645).

[50] CP, n. 48, Buenos Aires, 07/07/1827, p. 2.

Este artigo destoa dos que vinham sendo escritos por De Angelis. Talvez por temer a ascensão de um regime mais fraco ou pior que o rivadaviano, nosso personagem faz uma tardia defesa do governo de Rivadavia. Também consideramos pertinente a hipótese de que o italiano temia que a eventual tomada do poder por parte dos federalistas significasse a instalação de um regime "caudilhesco" e "bárbaro", de perseguições políticas, colocando em risco sua própria situação em Buenos Aires.

Na esperança de que os unitários permanecessem à frente da administração da província, o autor descreve a mudança de governo com um otimismo até pouco tempo inimaginável em seus escritos sobre o funcionamento da política rio-platense:

> *La mudanza de gobierno ha sido en todos siglos y en todos los pueblos una crisis peligrosa, que espone la sociedad entera a grandes convulsiones, y puede acarrearle una serie incalculable de beneficios [...]. Nosostros acabamos de pasar por esta gran prueba, y si se comparan las circunstancias que la han acompañado, con lo que ocurre en semejantes ocasiones en otras repúblicas nuevas de América, y con lo que ocurria aquí mismo hace algunos años, no podremos menos de notar los progresos que han hecho en la carrera de la civilización [...].*
> *Felicitamos por un adelanto que sirve de garantia a nuestro porvenir [...]: que hay ya formado un fondo de opinión pública, cuyos elementos son el buen sentido de la nación [...].*[51]

Pelo conteúdo do artigo, parece ter ocorrido uma drástica mudança no posicionamento do autor. O Rio da Prata é agora retratado como um exemplo de pleno funcionamento das instituições republicanas, contrastando, inclusive, com outras regiões da América do Sul. A situação, entretanto, dura pouco. Em 22 de julho, as eleições da Sala de Representantes da província de Buenos Aires[52] são vencidas pelos federalistas, que passam a ocupar o poder provincial. A república unificada se desfaz rapidamente, o Congresso Nacional e a presidência se dissolvem, voltando à situação de autonomia provincial. Em 12 de agosto, os deputados bonaerenses elegem o federalista Manuel Dorrego para o cargo de governador.

Com a nova mudança de governo, De Angelis volta a expressar seus descontentamentos com a vida política local:

> *En esa parte [Rio da Prata] todo está por hacer y todo urge. Fiarse al status quo, interino este sea, como es en el día, tradicional, provisorio y negativo, es abrir la puerta a los desordenes, es desacreditarse a si mismo, privandose de la primera condición de los pueblos cultos. Las tradiciones políticas son*

[51] CP, n. 52, Buenos Aires, 14/07/1827, p. 1 e 2.

[52] A Sala de Representantes era a instituição legislativa em nível provincial, composta por representantes eleitos pela população da província de Buenos Aires. No período de ausência de algum governo nacional, durante o qual a província de Buenos Aires foi paulatinamente se tornando hegemônica frente às demais, a Sala de Representantes assumia, na prática, o papel de um parlamento nacional, ainda inexistente.

buenas cuando estriban en las costumbres y en la opinión. Entre nosostros sucede todo lo contrario: estamos ofreciendo al mundo el espetaculo de una nación nueva, com leyes caducas; de una nación que si gobierna a si misma hacia diez y siete años, y que carece todavia de reglas fijas para gobernarse; de una nación que ha destruído lo que existia y que nada ha edificado en su lugar.[53]

A defesa de suas idéias, com as conseqüentes críticas às práticas políticas rio-platenses, iria custar muito caro ao nosso personagem. O governo deixa de subsidiá-lo e *La Crónica* é obrigada a encerrar sua circulação em 6 de outubro do mesmo ano.[54] De Angelis só voltaria a exercer a função de jornalista em 1829. Neste meio tempo, o italiano dedica-se a funções docentes para sobreviver. Primeiramente, leciona na Escuela Lancasteriana. Em sociedade com o francês Francisco Curel, De Angelis e seu colega Mora fundam o colégio de ensino secundário para rapazes *El Ateneo*. Fanny e Melanie, esposas do espanhol e do italiano, passam a trabalhar no *Colegio Argentino* para moças.[55]

O cônsul do Chile Miguel Riesco y Puntes, em nome do presidente do país Francisco Pinto, convida De Angelis e Mora para exercerem atividades jornalísticas na capital chilena, a serviço do governo nacional. Mora translada-se para Santiago em fevereiro de 1828, mas De Angelis, apesar das dificuldades econômicas, opta por permanecer em Buenos Aires.[56]

Em 1828, o governador Dorrego convida De Angelis para voltar a trabalhar como jornalista, propondo contrato semelhante às condições de trabalho do italiano na época de Rivadavia. Dorrego, entretanto, desejava converter a *Crónica Política y Literaria* em órgão de seu partido e de seu governo, o que é prontamente recusado pelo periodista italiano.[57] A instabilidade política na província de Buenos Aires persiste. Dorrego ficaria no poder por pouco mais de um ano. Durante sua gestão, é concluída a guerra em curso contra o Brasil. Apesar da dificuldade de ambos em levar o conflito adiante, nem Buenos Aires nem o Rio de Janeiro admitiam renunciar à soberania da Banda Oriental. Ao mesmo tempo, cresciam no território os sentimentos autonomistas. Lavalleja, que desde 1827 falava em nome da província, ia posicionando-se em prol da independência dos orientais.[58]

[53] CP, n. 82, Buenos Aires, 21/08/1827, p. 3.
[54] Embora imperasse a liberdade de imprensa na legislação, os governos contavam com um importante instrumento econômico de controle dos periódicos. Era prática comum o subsídio governamental, através da compra de parte significativa das publicações. Um governo poderia subsidiar um jornal que lhe desse sustentação política e deixar de financiá-lo se os editores tomassem o rumo da oposição. Quando o subsídio era cancelado, muitos periódicos, em especial os da envergadura da *Crónica Política y Literaria*, deixavam de circular, por não terem condições financeiras. O mesmo sucedeu com os periódicos fundados por De Angelis, *El Lucero* (1833) e *El Monitor* (1834), durante os respectivos governos de Juan Ramón Balcarce e Vicente Maza. Ver: SABOR, op. cit., p. 416 e 417.
[55] Ibidem, p. 21.
[56] Ibidem, p. 27 e 28.
[57] MARANI, Alma Novella. *Cinco amigos ...*, 1987, p. 120.
[58] Ver: HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina T. 3*. 4 ed. Buenos Aires: Paidós, 1993, p. 254.

A queda de Rivadavia, entretanto, significou a perda de um apoio seguro com o qual Lavalleja contava. Dorrego prefere dar sustentação a Rivera, que, embora tivesse recentemente se reconciliado com Lavalleja, no momento em que recebe apoio do novo governador bonaerense, opta por uma atuação independente. Rivera organiza uma campanha contra o Brasil, invadindo o território das antigas missões orientais no Rio Grande do Sul. Esta ação leva o imperador brasileiro a finalmente começar a recuar na questão do domínio sobre a então Província Cisplatina. Em 1828, sob a mediação da Inglaterra, tanto o Brasil como o governo de Buenos Aires renunciam à soberania da Banda Oriental, aceitando reconhecer a total independência do território por cinco anos.[59] É então criada a República Oriental do Uruguai.

A assinatura do tratado não é bem recebida pela maior parte da população em Buenos Aires. Critica-se o recuo numa guerra que muitos consideravam estar sendo vencida pelas Províncias Unidas. O desfecho do conflito acarreta um grande desgaste político para Dorrego. Em 1º de dezembro de 1828, explode um golpe militar em Buenos Aires, abertamente apoiado por remanescentes do partido unitário, embora Rivadavia tenha ficado de fora do movimento.[60] Vencido e capturado por Juan Lavalle, Dorrego é fuzilado por ordem daquele, sem julgamento militar.[61] O fuzilamento do governador suscita profunda comoção entre a população bonaerense, em especial junto aos habitantes da campanha, pondo em cheque, desde o início, o efêmero governo do unitário Lavalle. As áreas rurais organizam movimentos armados de resistência, constituindo, segundo Donghi, a maior mobilização de camponeses do período.[62] Por trás do movimento está o comandante geral da campanha, Juan Manuel de Rosas.

O governo de Lavalle carece de apoio político, fazendo com que este busque pactuar com Rosas acordos que ponham fim aos conflitos no interior da província. Desta forma, acorda-se a formação de uma lista comum para as eleições para a renovação da Sala dos Representantes em abril de 1829. As tentativas de conciliação não resolvem as divergências políticas e a crescente queda de popularidade de Lavalle, somada ao recrudescimento do movimento na campanha, fazem com que Rosas exija o afastamento do governador, que é substituído pelo general Juan José Viamonte, um federalista bastante moderado, em 24 de agosto.[63]

Durante o efêmero governo de Lavalle, De Angelis retoma suas tarefas de periodista. No início de 1829, passa a integrar a redação da *Gaceta Mercantil*, periódico de circulação diária, que havia surgido no ano de 1823

[59] Ibidem, p. 255 e 256.
[60] Ibidem, p. 261.
[61] Ibidem, p. 262. O fuzilamento de Dorrego seria bastante explorado politicamente por Rosas e seus apoiadores, que utilizaram o episódio para dar a pecha de "selvagem unitário" a Lavalle, mas que se estenderia aos demais membros do partido oponente e, posteriormente, seria amplamente atribuída a todos inimigos políticos do regime rosista.
[62] Ibidem, p. 262 e 263.
[63] Ibidem, p. 268.

e iria futuramente transformar-se em um dos principais jornais de sustentação de Rosas, deixando de ser editado em fevereiro de 1852, juntamente com a queda do regime rosista. Inicialmente direcionado a atividades econômicas, a *Gaceta Mercantil* assume uma orientação política e literária no momento em que De Angelis passa a ocupar a redação do periódico.[64]

Segundo Díaz Molano, o periodista italiano iria atuar na *Gaceta* até o final de suas atividades jornalísticas em Buenos Aires, desenvolvendo sua capacidade de escrita com mais brilho e agilidade ao longo dos anos de atuação nesse periódico.[65] Com base em pesquisas mais recentes, entretanto, Josefa Sabor esclarece que De Angelis só esteve a cargo da redação da *Gaceta* entre 9 de fevereiro e 24 de junho de 1829, contribuindo novamente para o jornal, apenas de forma esporádica, a partir de 1835.[66]

Nos textos escritos para a *Gaceta Mercantil*, De Angelis retoma a defesa do liberalismo moderado, ressaltando o funcionamento das instituições e das leis. Ao mesmo tempo em que apóia o governo de Lavalle, cobra do governador medidas no sentindo do restabelecimento constitucional da vida política na província:

> *Si nos faltasen pruebas del desinterés que anima el General Lavalle, su último decreto, convocando la reunión de la Sala, nos forzaria a reconocer la rectitud de sus intenciones. Su patriotismo nos salva de lo que hay de más temible en un poder militar; es decir su perpetuidad, o prolongación. De aquí a unas cuantas semanas entraremos en el orden legal por la voluntad del mismo, que si lo suspendió unos cortos instantes, fué por asegurarlo para siempre.*[67]

Nosso personagem continua sua defesa da nação fundamentada no funcionamento constitucional da política, em especial do exercício do poder através de representantes eleitos, abominando governos fora da institucionalidade política. Os elogios direcionam-se mais para o ato de restabelecimento do legislativo do que para a figura do novo chefe da administração bonaerense. Ainda assim, a atitude de De Angelis em elogiar as medidas de Lavalle fornece argumentos para seus detratores, que desde cedo o acusavam de estar sempre ao lado de quem ocupava o poder. Uma análise mais profunda dos artigos escritos pelo italiano durante o governo de Lavalle demonstra, ao contrário, que aquele não só se mantém alheio à defesa dos unitários, como aprofunda suas críticas a ambas as facções políticas locais. Em outro texto para a *Gaceta*, conclui que:

[64] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 76.
[65] Ibidem, p. 76 e 77.
[66] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 32 e 33, 411 e 414. Pesquisamos os artigos da *Gaceta Mercantil* somente no período em que há certeza da participação de De Angelis como redator do periódico (fevereiro a junho de 1829). Acreditamos que comparando a linguagem dos textos em que há certeza quanto à autoria do italiano, seria possível identificar artigos de De Angelis em suas posteriores contribuições para a *Gaceta*. Entretanto, houve tempo hábil para isso.
[67] GM, n. 1.567, Buenos Aires, 04/03/1829, p. 2.

> *[...] no se engaña quien sostiene que los nombres de unitario y federal no encierran ninguna significación determinada; que ninguna doctrina política representan; que no son sino el disfraz que cubre los resentimientos particulares; y que ese sistema de ataques violentos y personales es lo que ha dividido la nación en dos partidos, cuyo odio será siempre proporcional a la ofensa.*[68]

Durante o tempo em que atua na *Gaceta*, percebemos um recrudescimento do pessimismo de De Angelis em relação à vida política no continente americano. Disputas pessoais, guerras constantes, ineficiência de leis, ausência de regime constitucional são, entre outros, alvos de críticas recorrentes em seus escritos. Além do acirramento de suas críticas a unitários e federalistas, De Angelis perpassa, em seus artigos, um pessimismo ainda mais exacerbado em relação à América. Em vários escritos, o italiano reclama das "desordens", saques e violência que reinam em Buenos Aires, onde não mais havia garantias dos direitos individuais dos cidadãos. Em um inflamado artigo, publicado poucos dias antes de deixar a redação da *Gaceta*, nosso personagem assim retrata o conjunto de países latino-americanos:

> *Por poco que nos detengamos a considerar la situación actual de la América, nos vemos obligados a retirar la vista del horroroso espetáculo que presenta. Desde el estrecho de Magallanes, hasta las costas de California sólo se descubre un teatro de revoluciones, de desórdenes y de crímenes. En México se combate como en Buenos Aires, se está en guera en el Peru, se vive bajo el despotismo en Colombia, en la miseria en Chile, en la ignorancia en Bolivia, y en medio de las congojas de la guerra civil en Guatemala [...].*
> *A un despotismo estúpido, ha sucedido una demagogia feroz, que ha roto los vínculos de la sociedad y que contraria toda tentativa de reorganización.*[69]

Neste artigo, De Angelis faz uma das críticas mais contundentes aos governos americanos. Chega a sugerir que os governos pós-independência são piores que os coloniais, ao afirmar que o "despotismo estúpido" foi substituído por uma "demagogia feroz", que se opõe a qualquer tentativa de reorganização social. Em uma primeira leitura, poderíamos supor que o autor continua analisando a sociedade local com olhos europeus, tomando os países do velho mundo como exemplo a ser seguido, entretanto, neste mesmo artigo, De Angelis alerta para os "perigos" dos governos além-mar:

> *[...]. A los males interiores se reuniran los de afuera, que no serán menos temibles.*
> *La causa de la independencia americana tiene muchos enemigos. Cuando fué proclamada, podía contar con la simpatía y el voto de todos los amigos de la libertad, y de las víctimas de la tiranía, cuyo número era entonces considerable.*

[68] GM, n. 1.618, Buenos Aires, 13/05/1829, p. 2.
[69] GM, n. 1.634, Buenos Aires, 12/06/1829, p. 2.

A medida que se forificaban las garantías públicas bajo las monarquías constitucionales, disminuía el entusiasmo que habían inspirado las nuevas repúblicas; porque las costumbres de Europa no pueden avenirse con esa igualdad social que es una de las bases principales de un gobierno democrático. Sólo podíamos conservar nuestra reputación y nuestro crédito, ofreciendo ganancias y alimentando esperanzas: pero desgraciadamente hemos hecho cuanto estaba en nuestro alcance para perdernos; y los ultrajes que nos hemos prodigado nos han degradado a los ojos del mundo.

Além de criticar os governantes americanos, De Angelis estende suas críticas aos europeus, que não seriam nenhuma garantia de independência das repúblicas do "Novo Mundo". Ao contrário, a Europa continuaria vivendo da exploração das ex-colônias. Após alguns anos de convivência na América, nosso autor pouco a pouco vai tomando alguns elementos das concepções políticas locais em seus escritos. Neste sentido, o jornalista italiano aproxima-se dos defensores do republicanismo americano, que, desde a independência, propagavam uma representação do continente como mais igualitário e democrático do que a Europa, daí a identificação do republicanismo com a América e do monarquismo com o "velho mundo".

Segundo as palavras do periodista, no momento inicial da independência, as repúblicas americanas tinham despertado simpatias em muitos europeus. Referindo-se aos "defensores da liberdade", ele indica que os revolucionários europeus saudaram e viram como um exemplo a ser seguido o surgimento de várias repúblicas novas no continente americano. Desta forma, a citação acima reforça nossa hipótese de que De Angelis decidira transladar-se para Buenos Aires devido a seu entusiasmo, ou ao menos curiosidade, em relação aos novos regimes republicanos que surgiam em várias regiões da América. Interessante também que nosso personagem argumenta que o declínio da simpatia dos europeus não se dava pela decepção com a verdadeira realidade americana, mas sim pelo recuo do movimento republicano europeu frente ao avanço das monarquias. Segundo De Angelis, os hábitos e costumes europeus seriam incompatíveis com as propostas democráticas. Isso demonstra o descontentamento do jornalista com os rumos que a sociedade européia de então tomava.

Por motivos que ignoramos, De Angelis deixa a redação da *Gaceta Mercantil* em 24 de junho de 1829. É possível que o tom crítico de seus artigos e a sua recusa em apoiar Lavalle tenha suscitado descontentamento junto a outros editores do jornal. De qualquer forma, seu afastamento da direção do periódico demarca o fim de sua primeira fase como jornalista no Rio da Prata.

Os primeiros governos do Partido Federalista: a província de Buenos Aires no caminho da construção da nação

Nesta seção, analisamos a segunda fase da atuação de Pedro de Angelis como jornalista em Buenos Aires, de 1829 a 1834, durante a sucessão de governos do Partido Federalista na província: Juan José Viamonte, Juan Manuel de Rosas, Juan Ramón Balcarce e novamente Viamonte.

O fim de governos unitários em Buenos Aires dá-se com o afastamento de Lavalle e sua substituição por Viamonte no cargo de governador, em 24 de agosto de 1829. O governo de Viamonte, no entanto, duraria poucos meses.Quem realmente detinha a simpatia da maior parte da população era Rosas. Sua atuação como comandante da campanha e o seu envolvimento na condução das mobilizações da população proporcionaram-lhe uma crescente popularidade. Muitos conclamam por sua eleição para governador, mas Rosas deixava claro que só assumiria o cargo se lhe fossem concedidos poderes especiais, com o argumento de que estes seriam indispensáveis para "restaurar a ordem" na província.

Setores dos federalistas levantam a bandeira do restabelecimento da legislatura que havia sido derrubada pelo golpe de Lavalle. No dia 5 de dezembro, os deputados que compunham a Sala de Representantes antes do golpe, reúnem-se para escolher Juan Manuel de Rosas novo governador, concedendo-lhe os "poderes especiais".[70] É pelo restabelecimento do poder legislativo e seu intuito de "reinstalar a ordem" que Rosas ganha o título de "restaurador das leis".

A caracterização de Rosas como "tirano" e representante da "barbárie" foi amplamente divulgada pela "historiografia liberal" argentina, produto de contemporâneos inimigos de seu regime político. Destacamos a conhecida dicotomia "civilização" *versus* "barbárie", apresentada no *Facundo* de Domingo Faustino Sarmiento.[71] Segundo o ele, Rosas era o representante da área rural, fortemente demarcada pela "barbárie," que, ao chegar ao poder, destrói a "civilização urbana" edificada na época de Rivadavia. Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre são outros destacados autores desta corrente.[72] O posicionamento dos liberais foi contestado pela "historiografia revisionista", que concebe o governador como organizador e defensor da nação contra as intervenções estrangeiras. Os primeiros autores que se destacaram nesta corrente foram Manuel Galvez e Ernesto Quesada.[73]

[70] HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...*, p. 269.
[71] SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo:* civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1997 [1845].
[72] LÓPEZ, Vicente Fidel. *Manual de historia argentina.* Buenos Aires: Vaccaro, 1920 [1898]; Bartolomé Mitre. *Historia de Belgrano y de la independencia argentina.* Buenos Aires: La Facultad, 1927 [1856].
[73] GALVEZ, Manuel. *Vida de Don Juan Manuel de Rosas.* Buenos Aires: Imprenta Lopez, 1940; Ernesto Quesada. *La época de Rosas.* Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacob Peuser, 1923 [1898].

São poucos os estudos mais equilibrados sobre o governo de Rosas, situando-o em seu contexto específico, entre estes, destacamos o do já citado Tulio Halperin Donghi[74], que assim pensa a polêmica estabelecida entre liberais e revisionistas a respeito da caracterização do regime de Rosas a partir da ótica da ditadura e do terror:

> *Pero aun más erróneo que eliminar el terror del cuadro del rosismo sería limitar el rosismo al terror. En efecto, el rosismo fué sin duda la tentativa más consecuente de elaborar un sistema político capaz de absorber las consecuencias del cambio aportado por la revolución y adaptarlas a las necesidades de una reconstrucción económica y social colocada bajo la égida de hacendados y exportadores.*[75]

Segundo o autor, o regime rosista edificou-se a partir da realidade social de então, impulsionando o desenvolvimento econômico da província ininterrupto até a década de 1850, a despeito das constantes crises políticas. Halperin Donghi sustenta que Rosas gozava de grande prestígio popular, impulsionava a mobilização e a participação política das "camadas mais baixas da sociedade", incluindo os habitantes da campanha. Entretanto, com o acirramento da faceta autoritária do governo, com os desgastes em virtude das conseqüências dos bloqueios anglo-franceses e as crescentes resistências interna e externa, o regime foi paulatinamente perdendo sua popularidade.[76]

Na historiografia política recente, têm surgido muitos trabalhos inovadores, que trazem à luz novos elementos para se entender o regime rosista. Em um estudo sobre o tema, Jorge Myers[77] esclarece que não havia um projeto claro de governo e regime quando Rosas assumiu o poder. Conforme as palavras do autor,

> *[...] la impresión que surge con mayor fuerza de los documentos de su gestión [de Rosas] es la de un régimen construido gradualmente y 'por parches', y que estaba atento más a la inmediata y siempre amenazante conyuntura que a los prospectos de largo plazo.*[78]

O regime de Rosas, especialmente sua primeira gestão como governador, foi marcado mais por continuidades do que por rupturas com o modelo de organização institucional estabelecido por Rivadavia.[79] Neste sentido, Rosas deu continuidade às instituições republicanas de governo, fazendo uso tanto de meios legais como extra-institucionais, sendo estes últimos meios principalmente contra rivais e governantes de outras províncias.[80]

[74] HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...*, p. 308.
[75] Idem, p. 308.
[76] Ibidem, p. 308.
[77] MYERS, Jorge. *Orden y virtud:* el discurso republicano en el régimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.
[78] MYERS, Jorge. Op. Cit., p. 18.
[79] Ibidem, p. 18 e 19.
[80] Ibidem, p. 20.

Entre as modificações proporcionadas pelo o novo regime, estava a busca de Rosas por sua hegemonia pessoal sobre os três poderes[81] e o estabelecimento de um discurso e práticas políticas calcados pela identificação entre Estado, partido (federalista) e corpo de cidadãos.[82]

O trabalho de Ricardo Salvatore[83] demonstra que a principal base social de apoio do regime rosista estava entre pequenos proprietários rurais.[84] O autor rompe com a "clássica" concepção de que o regime de Rosas seria a expressão dos grandes latifundiários no poder. Na realidade, havia, segundo o autor, muitas tensões entre governantes e grandes estancieiros, já que estes pressionavam por seus interesses particulares, enquanto aqueles procuravam convencê-los de apoiar políticas de Estado.

Após sua saída da *Gaceta Mercantil* Pedro de Angelis passa a exercer o ofício de jornalista em uma publicação própria, dando início à sua segunda fase como periodista em Buenos Aires. Trata-se de *El Lucero*, periódico de circulação diária, cujo primeiro número sai em 7 de setembro de 1829 e o último em 31 de julho de 1833, perfazendo um total de 1.121 edições.[85] O jornal começa a circular durante o governo de Viamonte, atravessa toda a primeira gestão de Rosas, vindo a cessar somente no mandato de Balcarce. Este é o primeiro periódico no qual De Angelis ocupa sozinho o cargo de editor, do primeiro ao último exemplar, sendo de sua responsabilidade exclusiva o conteúdo dos editoriais. *El Lucero* é caracterizado por reunir documentos oficiais dos governos, notícias e comentários políticos, especialmente nos editoriais de autoria do italiano.

Logo nos primeiros números do novo periódico, percebemos uma modificação em relação às posturas de nosso personagem no tocante à questão nacional no Rio da Prata. As críticas quanto às anteriores tentativas de organização da "nação" são mantidas, mas o pessimismo quanto ao futuro político é substituído por um otimismo em relação à "construção da nação". Já na primeira edição de *El Lucero*, De Angelis escreve:

> *Calculase cuanto pudiera haberse hecho con un capital tan crecido, en un país como el nuestro: destinando este caudal a multiplicar los brazos, fomentar la agricultura, estimular la industria, en muy poco tiempo el aspecto de nuestra provincia habría cambiado enteramente: ella nos hubiera devoluto con usura el dinero empleado en esplotarla, y su propiedad hubiera servido de aliciente a los demás pueblos para empeñarlos a solicitar nustra alianza.*
> *Estos debian ser los medios de nacionalizar el país: sin decretos, sin coación, sin soldados: hubiéramos logrado reunir los miembros dispersos de esta*

[81] Ibidem, p. 21.
[82] Ibidem, p. 25.
[83] SALVATORE, Ricardo. "Expresiones federales": formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE Salvatore (comps.). *Caudillismos rioplatenses:* nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 189-222.
[84] Ibidem, p. 221.
[85] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 33, 414-416.

gran familia, que hemos hecho más que destrozar. Buenos Aires, cual otro Orfeo, con su dulce armonía, hubiera atraído a sí los espíritus más rebeldes, y los corazones más empedernidos.[86]

Note-se a conotação estritamente política do termo "nação". "Nacionalizar" o país é entendido, pelo autor, como estabelecer um Estado unificado sobre o conjunto do país, sob um regime estável, propiciando desenvolvimento econômico e progresso social. Nosso personagem começa a apontar os caminhos desta "construção nacional". Esta tarefa está a cargo da província de Buenos Aires, que deve abandonar o erro de tentar unificar o país através da força e voltar-se para o seu desenvolvimento interno. Assim, à medida que Buenos Aires for enriquecendo e se desenvolvendo de forma pacífica, atrairá para si as demais províncias. Somente após essa etapa, na perspectiva elaborada por De Angelis, é que seria o momento de promover, através da adesão voluntária, a unificação nacional.

O jornalista italiano, pois, inicia sua adesão à proposta da maioria dos partidários do grupo dos federalistas, de abandonar o projeto de construir um estado unificado, voltando-se para o desenvolvimento autônomo da província de Buenos Aires.

Além de sua progressiva adesão ao projeto dos federalistas, De Angelis assume também a sustentação política de Rosas, tarefa que exerceria do início ao fim do regime rosista, sem deixar de defendê-lo durante sua ausência do cargo de governador entre os anos de 1832 e 1835. Ele começa a tecer elogios a Rosas antes mesmo do início de seu governo, como demonstra o seguinte trecho de um artigo seu publicado em 7 de novembro de 1832, quase um mês antes da eleição do "restaurador das leis" para o cargo de governador:

> *El Sr. D. Juan Manuel de Rosas es hijo de una respetable familia de la capital, y distinguidamente uno de los más ricos propietarios de la campaña. Su actividad incansable y asombrosa ha extendido su fortuna hasta este punto, y sirve de ejemplo respetable en nuestro país [...].*
> *Es aquí el lugar de una observación muy consoladora. Hace poco más de dos meses que los habitantes todos de la campaña, a la voz de un comandante general, única autoridad legítima que reconocían, estaban armados en masa para sostener el voto público: hoy los habitantes todos de la campaña, a la voz de ese mismo jefe, han vuelto a sus hogares, han colgado las armas, y tranquilos y contentos se ocupan de sus tareas ordinarias [...].*
> *El Sr. Rosas ha estado en todo tiempo a la parte de la razón, de la justicia, de la ley; allí se le encontrará siempre. Es visto ya que la fuerza, por más formidable que se presente, no puede contestarlo: nadie ensayará otra prueba, nadie pisará bruscamente las leyes de la patria. La persona del coronel Rosas es de una importancia inestimable para la provincia de Buenos Aires; – es la una garantía viva contra la revolución.*[87]

[86] EL, n. 1, Buenos Aires, 07/09/1829, p. 2.
[87] EL, n. 53, Buenos Aires, 07/11/1829, p. 2-3.

De Angelis continua abominando a perspectiva de revoluções e disputas armadas, passando a ver em Rosas a possibilidade de impor a "ordem" e a "paz social". Com bastante perspicácia, o jornalista acredita que somente um líder de pulso firme e com grande prestígio popular seria capaz de pôr fim às intermináveis lutas intestinas na região do Prata.

Enquanto elogia Rosas pela imprensa, nosso autor utiliza-se também de outros meios para exaltar a figura do governador bonaerense entre a população. Em 1830, publica uma obra biográfica, intitulada *Ensayo histórico sobre la vida del Exmo. Sr. D. Juan Manuel de Rosas*[88], apologia ao governador e de seus feitos, desde sua atuação nas invasões inglesas até o fuzilamento de Dorrego. A sistemática defesa do governo Rosas não significa que De Angelis tenha abandonado suas idéias liberais. Ao contrário, ele busca adaptá-las ao novo contexto, justificando as ações do governador bonaerense através da retórica liberal, tenta manter-se coerente com suas concepções e retrata Rosas como um liberal, legitimando seu governo através da representação do voto popular e da opinião pública:

> *Las naciones libres están altamente empeñadas de instruirse de la conducta de los magistrados que la presiden. El les pertenece desde que el voto popular es el único título que lo eleva a la primera dignidad del estado [...]. De todos los individuos llamados a ocupar la silla del gobierno, ninguno ha reunido con más exceso la opinión pública que el benemérito ciudadano D. JUAN MANUEL DE ROSAS [...]. Sin embargo, la gran mayoría del pueblo no se equivocó cuando lo proclamó árbitro de sus destinos.*[89]

A despeito de seus atos autoritários, Rosas é com recorrência retratado como representante da opinião pública, que ocupa sua posição de liderança graças ao voto popular. Essa defesa que De Angelis faz do governador pela imprensa não é meramente discursiva: a realização de eleições, com a renovação anual da Sala de Representantes, é prática contínua ao longo de todo o primeiro governo Rosas. Até mesmo a concessão dos poderes extraordinários ao governador tinha que passar pelo parlamento e sua revogação era uma possibilidade que sempre vinha à tona nas discussões entre os parlamentares, já que Rosas ainda não contava com o apoio unânime, mesmo no interior de seu partido. O italiano também justifica os poderes extraordinários de Rosas, afirmando que estes seriam provisórios, apenas enquanto persistissem as ameaças militares contra o governo.

Diferentemente de sua primeira fase como jornalista em Buenos Aires, quando se mantinha equidistante dos grupos políticos locais, sem posicionar-se a favor de nenhum deles, agora De Angelis adere ao programa do Partido Federalista, mais especificamente de sua facção rosista. De "anarquistas" que não se submetiam à ordem estabelecida, os federalistas são

[88] Ibidem, p. 35, 332 e 333.
[89] EL, n. 450, Buenos Aires, 30/03/1831, p. 1.

agora, sob a ótica do nosso autor, os "verdadeiros liberais" rio-platenses, imbuídos da tarefa da futura construção nacional. O exercício do poder na província pelos federalistas mostrava-se muito distante da imagem "caudilhesca" e de desrespeito à qualquer ordem estabelecida, retratada à exaustão pelo próprio italiano na fase anterior. Os governadores do Partido Federalista deram continuidade ao funcionamento das instituições políticas bonaerenses, como o parlamento e as eleições. O novo discurso do periodista sobre os partidários do grupo, portanto, não é mera retórica, e sim fundamentada no contexto de então.

Convertido em partidário dos federalistas, De Angelis defende com ardor a política do governo da província em seus artigos para *El Lucero*. A província estaria no caminho certo da sua organização e desenvolvimento autônomo. Buenos Aires, província politicamente organizada, configura-se, desta forma, como a principal comunidade de pertencimento. Assim como nas demais províncias rio-platenses, também em Buenos Aires a identidade regional suplantava a nacional.

Isto não significa que a questão nacional tenha sido abandonada ou que o autor defenda o pleno isolamento. Conforme já mencionado, caberia aos bonaerenses, sob comando dos federalistas, a organização da "nação", mas a tarefa fica postergada para o futuro:

> *Pero sea cual fuese, nosotros debemos declarar altamente que el gobierno de Buenos Aires no abriga las mezquinas ideas del aislamiento. – No, esta provincia atenta siempre a los intereses de la república entera; siempre consecuente a los sacrificios de todo género que ha prodigado por la organización nacional, está ahora como siempre dispuesta a segundar el voto de las provincias, ahora con más ardor que nunca desea que el país tome al fin un lugar decoroso entre las naciones [...].*
> *Lo que el gobierno espera para decidirse a este respecto, es que la voluntad de los pueblos con respecto a las bases y forma de la reunión se exprese sin violencia por sus órganos legales, y de un modo compatible con la libertad y moral pública: los actos clásicos que revelan el sentimiento dominante, serán entonces respectados por él, como el dogma fundamental de la organización de la República. Todo lo que salga de esta base, todo lo que no se apoye en la voluntad nacional, todo lo que sea fruto de la conquista, no presta las garantías necesarias para cimentar el edificio constitucional.*[90]

Apesar de aludirem ao desenvolvimento autônomo e independente das províncias, os governantes de Buenos Aires não abdicam do projeto de unificação nacional. Apenas sustentam que deve ser fruto da vontade da maioria da população. O estabelecimento de um governo nacional só seria possível quando o conjunto das províncias, voluntariamente, o desejassem, através do diálogo e respeito às leis.

Ao adiar o estabelecimento da "nação" para o futuro, o italiano está em plena sintonia com os propósitos de Rosas, que, ao longo de todo o seu

[90] EL, n. 87, Buenos Aires, 19/12/1829, p. 2.

governo, não propôs e mesmo evitou a convocação de alguma constituinte e eleição de algum governo nacional. Ciente do fracasso das anteriores tentativas de unificação do território rio-platense, Rosas procurava influir e conquistar paulatinamente sua hegemonia sobre o restante do país, a partir de seu cargo como governador de Buenos Aires.

Desta forma, em vez de criar um governo nacional, Rosas procura aliar-se com governadores de outras províncias, seja por meios extra-institucionais ou formação de pactos oficiais, como o assinado com as províncias de Entre Rios, Santa Fé e Córdoba em 4 de janeiro de 1831.[91] No ano seguinte, Corrientes também adere ao "Pacto Federal", que mantém a plena independência das províncias, com exceção de assuntos externos, concedidos ao governador de Buenos Aires, além da reivindicação de um futuro congresso constituinte, com data incerta, para organizar a "nação".

O projeto rosista não se encontra em nenhum texto teórico de autores da época. A proposta de unificar o país sem constituir governo nacional é fruto da realidade histórica do Rio da Prata de então. A resistência das províncias em abrir mão de autonomia fazem com que Buenos Aires, agora sob hegemonia dos federalistas, busque outras formas de estender seu poder a todo território, cuja aspiração não é abandonada pelos bonaerenses.

Nesta sua segunda fase como periodista, De Angelis ajusta-se muito bem à realidade local. Ao contrário do período anterior, não se prende ao modelo de "nação" europeu, e passa a defender os projetos políticos da facção rosista. Entretanto, ao mesmo tempo em que contextualiza seu pensamento na realidade do Rio da Prata, o italiano continua seguindo seu liberalismo moderado, inspirado em idéias européias. Neste sentido, o autor não deixava de citar pensadores europeus como no seguinte trecho:

> *Voltaire, en su célebre Ensayos sobre las costumbres de las naciones, dice que hay tres maneras de gobernar a los hombres: por la razón y las leyes; por la fuerza y por la religión. Los gobiernos populares, pues que exturban unicamente en las leyes, no tienen más apoyo que la ilustración de los pueblos. [...].*
> *Hemos dicho, y no nos cansaremos de repetir, que el gran secreto de gobernar a los hombres, es instruirlos, y que el más firme apoyo del sistema representativo es la ilustración. Madame de Stäel en su obra de La literatura, dice con no menos elocuencia que verdad: [...].*[92]

Corroborando o que afirmamos anteriormente, De Angelis busca dar uma faceta liberal a Rosas e ao regime político vigente. Neste sentido, passa, ao mesmo tempo, a buscar referências no funcionamento da política local e continua se fundamentando em teóricos europeus. O mote ainda é o "modelo europeu", com o qual o autor procura conciliar a realidade local em seus artigos para o *Lucero*.

[91] HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...*, p. 331.
[92] EL, n. 155, Buenos Aires, 19/03/1830, p. 3.

Por esta época, o italiano igualmente reformula sua visão de América e de Europa. Sobre esta questão, escreve um artigo em tom bastante favorável ao "Novo Mundo", tomando Buenos Aires como exemplo de republicanismo liberal, superior, inclusive, à sua terra de origem:

> *Entre las costumbres de un gobierno republicano, la que contrubuye más eficazmente a perfeccionar la educación pública, es el carácter de sus instituciones. La reunión de los comicios, la instauración de una asamblea, el cambio regular y periódico de sus principales magistrados, son actos solemnes de soberanía popular, y deberían llenarse, si fuese posible, ante el mayor número de ciudadanos, para inspirar ese noble orgullo, que importa fomentar a los que han jurado ser libres.*
> *Siempre hemos presenciado con emoción estas solemnidades, cuyo recuerdo sobrevive a los muchos que se van debilitando con la edad, cuando no tenemos interés en avivarlos. ¡Será porque nos ha cabido la desgracia de nacer en un país sometido al maligno influjo del absolutismo monárquico, que tanto nos halaga el espetáculo de las instituiciones republicanas!*[93]

Em um raro texto em que fala a partir de sua condição de europeu radicado na América, nosso autor retrata sua terra de origem como despótica e monárquica, bastante diferente da republicana Buenos Aires, onde haveria o pleno funcionamento das instituições e o exercício da soberania popular. Ainda que fortemente marcado por suas idéias de origem européia, pouco a pouco De Angelis vai "americanizando" seu discurso, defendendo a realidade do continente e tecendo críticas aos estrangeiros.

É evidente que no momento em que De Angelis adere efetivamente a um grupo político e à defesa de um governo, seus discursos tendem a reconstituir a situação de forma mais idealizada, ressaltando os aspectos positivos. Não podemos perder de vista que o italiano estava inserido na imprensa de propaganda do regime rosista, sendo difícil distinguir se o autor expressa suas formas particulares de pensamento e opinião ou cumpre papel de sustentação política de um regime e de um governo.

O estabelecimento do regime rosista não encerra os conflitos entre Buenos Aires e as demais províncias em torno da organização política do Estado-nacional. Ao contrário, as disputas entram em um novo patamar. Rosas substitui o projeto de estabelecer um Estado unificado constitucionalmente pela manutenção da independência e soberania das províncias, ao mesmo tempo em que busca acordos com governadores do Litoral e do Interior, não descartando a coação sobre eles ou mesmo as ações militares. A estas novas práticas, acrescentam-se alterações no terreno ideológico que elaboram novas formas de representar a nação. Neste aspecto, como vimos, há a contribuição ativa de Pedro De Angelis na concepção de que a construção nacional é tarefa do futuro, sendo necessários primeiramente a organização e o desenvolvimento autônomo de cada província, caminhos que já estariam sendo trilhados por Buenos Aires.

[93] EL, n. 770, Buenos Aires, 14/05/1832, p. 3.

As mudanças das práticas e idéias bonaerenses suscitam igualmente modificações por parte das demais províncias. A autonomia preconizada por Rosas significa o monopólio de Buenos Aires sobre o porto e suas rendas, utilizando esse privilégio como forma de persuasão sobre o restante do país. Desta forma, muitas províncias se levantam contra essa política, reivindicando a convocação de um congresso constituinte para firmar regras contra o monopólio portenho. Agora, em contrapartida, são as províncias litorâneas e do Interior, que anteriormente haviam rechaçado todas as tentativas de unificação nacional, as que defendem a necessidade da "organização constitucional da nação".

No interior destas disputas, é o governador de Corrientes, Pedro Ferré, quem sistematicamente leva a diante a discussão sobre a questão nacional na década de 1830.[94] Em carta aberta endereçada a Rosas, publicada em 22 de junho de 1832, o governador correntino reivindica a necessidade da organização constitucional da "nação argentina". O governador correntino afirma que:

> *¿Y quien dudará que es ésta la vez primera que se ha proporcionado la República una uniformidad tan completa de sentimientos, que por sí sola allana los inconvenientes que en otro tiempo nos privaron de tan sublimes deseos? [...] fuera de estos, no es posible concebir haya un solo argentino, que no desee ver constituida y organizada la nación.*[95]

Além de reivindicar a condição de "argentino" aos habitantes de todas as províncias e sustentar que há unidade de sentimentos para organizar a nação, Pedro Ferré não deixa de aludir à questão das rendas alfandegárias, afirmando que estas são propriedades, não de Buenos Aires, mas de toda a "nação".[96] O governador de Corrientes ainda lembra Rosas que, segundo o Pacto Federal de 1831, caberia à província de Buenos Aires a iniciativa de convocar um congresso constituinte com vistas à organização constitucional do país, tarefa ainda não cumprida pelo chefe do governo bonaerense.[97]

Pedro de Angelis insere-se neste debate de forma destacada, assumindo a defesa dos propósitos de Buenos Aires e entrando em luta ideológica contra o governador correntino. Utiliza-se do *Lucero* para responder a Pedro Ferré e assumir a defesa da política rosista. Em artigo de 17 de agosto

[94] Para uma análise mais detalhada sobre o posicionamento de Pedro Ferré no tocante à questão nacional, consultar CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados:* orígenes de la nación argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 233-242. Conforme o autor, Corrientes e Buenos Aires estabeleceram um acirrado debate sobre a existência ou não da nação argentina. Segundo Chiaramonte, os correntinos fizeram uso, pela primeira vez, do "princípio das nacionalidades" para reivindicar o estabelecimento de uma república federativa no Rio da Prata.
[95] Apud CHIARAMONTE, 1997, p. 585 e 586.
[96] Ibidem, p. 586 e 587.
[97] Ibidem, p. 588.

de 1832, o italiano acusa Ferré de contradições e mudanças de posicionamento ao reivindicar cláusulas do Tratado de 1831 ao qual havia anteriormente se colocado contra:

> *El Sr. Ferré, que jamás se ha avenido a ningún plan de organización nacional; que se opuso a que la provincia de Corrientes interveniera en la última Convención de Santa-Fé, y que hizo todo cuanto dependía de él para estorbar el tratado de 4 de Enero, en que se pusieron los cimientos de un Congreso general federativo, es el que acusa al Gobierno de Buenos Aires de querer sumir a los pueblos en el estado de aislamiento!*[98]

A seguir, nosso personagem assume a defesa da política de Buenos Aires, refutando as reivindicações do correntino, com o argumento de que estas são impossíveis de ser colocadas em prática:

> *Y ¿que extraño es, si en vista de estas tramas el Gobierno de Buenos Aires se resiste a la inmediata convocación de un Congreso general? [...].*
> *La soberanía de las provincias es absoluta, y no tiene más limites que los que quieren prescribirle sus mismos habitantes. Así es que el primer paso para reunirse en cuerpo de nación debe ser tan libre y espontaneo, como lo serian para Francia el adherirse a la alianza de Inglaterra. [...].*
> *Por último, la conducta del Sr. Ferré está en abierta contradicción com sus deseos. El país no puede constituirse sino cuando desaparezcan todos los elementos de combustión, y el Sr. Ferré vuelve a acumularlos y a encenderlos! ¿De que sirve que los pueblos esten conformes en el sistema que debe regir a la nación, si sus gobiernos se ponen en choque aun antes de organizarla? Inculpe a sí mismo el Sr. Ferré si encuentra obstáculos en la realización de sus planes.*[99]

De Angelis ratifica seus argumentos de que ainda não estariam dadas as condições para a organização constitucional da "nação", especialmente pelas persistentes lutas regionais. A unificação só seria possível através da livre e espontânea união das províncias. Ele ainda acusa Ferré de estar acirrando as lutas intestinas e de que seu projeto nacional seria meramente um ardil para preservar interesses locais, em detrimento do conjunto da "nação". Ao tomar conhecimento dos artigos escritos por De Angelis, Ferré passa a responder diretamente a ele. A luta ideológica entre os dois leva a que ambos travem uma interminável discussão sobre a "existência" ou "inexistência" da "nação argentina". Enquanto o italiano sustenta a tese de que a "nação" ainda não poderia ser constituída, o governador correntino, numa publicação intitulada *Contestación a Lucero, o los falsos y peligrosos principios en descubierto*, argumenta que:

> *La soberanía de las provincias no es absoluta, ni están en los momentos de dar el primer paso para reunirse en cuerpo de nación. Estamos más adelante y aquel primer paso está ya dado. La nación está formada, y ella ha sancionado por actos públicos y solemnes la base de la federación, en cuya organización quiere ver colocada su suerte permanente con todas las garantías públicas: [...].*
> *Los pueblos estaban obligados a reunirse en cuerpo de nación por la fuerza irresistible del instinto, que inspiraba esta necesidad a hombres que habitaban un mismo continente, que tienen los mismos hábitos y costumbres, que habían mezclado su sangre en el largo período de más de trescientos años, que se comunican entre sí por relaciones de interés, que hablan un mismo idioma; y finalmente, que profesan una misma religión y un mismo culto: elementos todos que habían produzido una masa inmensa de simpatías y de afecciones personales; de manera, Sr. Editor, que aun cuando quisiésemos colocar la nación argentina en el primer paso de sus falsas teorías, ella habría preferido siempre aceptar nuevamente los vínculos con que se hallaba ligada, y en los cuales encontró la fuerza que puso a los pueblos fuera de todo sentimiento interior al poder concentrado en una mano.*[100]

Ferré, desta forma, faz uso de um conceito de nação até então nada ou muito pouco explorado no Rio da Prata: a concepção nacional fundamentada em elementos culturais ou "princípio das nacionalidades". Só que diferentemente do que os seguidores de tal princípio usualmente difundiam na Europa, Ferré não objetiva o estabelecimento de uma nação politicamente centralizada. O que ele propõe é um Estado federal, no interior do qual as autonomias provinciais estivessem asseguradas, conforme expressa posteriormente no mesmo texto: *"La nación tiene derecho a organizarse bajo el sistema federativo: este derecho está sancionado, y el paso a la convocatoria no ofrece estorbo alguno en la paz interior de que gozan las provincias"*.[101]

Os correntinos, assim, fazem uma leitura bastante particular do "princípio das nacionalidades". Aludem a hábitos e costumes em comum, mesma língua e religião, para defender ideologicamente o estabelecimento de uma nação. Mas não de uma nação unificada, e sim que assegurasse a continuidade das autonomias provinciais.

Desta forma, a situação é oposta a das décadas anteriores. Buenos Aires, que buscara fundar uma nação politicamente centralizada, agora se abstém de organizá-la e passa a pregar as soberanias provinciais, enquanto as províncias do Litoral e do Interior, que refutavam a idéia da nação em prol de suas autonomias locais, passam a reivindicar a organização nacional da República Argentina. Entretanto, os interesses fundamentais de centralização, por parte dos bonaerenses e de autonomia, almejado pelas demais províncias, permanecem como "pano de fundo" destas novas práticas e idéias políticas.

Ainda como editor de *El Lucero*, De Angelis presencia mais uma mudança de governo na província de Buenos Aires, em dezembro de 1832, quando Rosas é reeleito governador, mas renuncia ao cargo para comandar

[98] EL, n. 843, Buenos Aires, 17/08/1832, p. 2.
[99] EL, n. 843, Buenos Aires, 17/08/1832, p. 3.

[100] Apud CHIARAMONTE, 1997, p. 598 e 599.
[101] Apud CHIARAMONTE, 1997, p. 600.

a campanha contra os índios ao sul da província. Na verdade, o "restaurador" recusa um novo mandato porque os legisladores não quiseram lhe outorgar os poderes extraordinários. Em virtude das disputas políticas no interior do Partido Federalista, Rosas tinha renunciado a suas faculdades extraordinárias perante a Sala dos Representantes em maio, antes que os deputados lhe revogassem os poderes especiais. Com a renúncia de Rosas, Juan Ramón Balcarce é designado novo governador em 12 de dezembro.[102]

O novo administrador da província é mais identificado com a ala dos federalistas contrária à política rosista, conhecida com a pejorativa denominação de "cismática".[103] De Angelis assume uma atitude cautelosa em relação ao novo governo, conforme percebemos em um artigo seu publicado poucos dias após a eleição de Balcarce:

> *No dudamos que el mayor homenage que pueda tributarse al Sr. General Balcarce es honrar la memoria de su predecesor; porque nadie mejor que él sabe valorar el mérito eminente del que, después de haber sacrificado a la Patria su sosiego, su fortuna y gran parte de su vida, no le pide, ni desea más recompensa que la de volver a la condición de simple ciudadano.*[104]

Mesmo com a mudança de administração, o periodista italiano continua tecendo elogios a Rosas, conclamando o novo governador, um oponente da sua política, a seguir o exemplo do "restaurador das leis". Diferente do que fez ao longo de todo o mandado de seu predecessor, De Angelis não daria sustentação política ao novo governo nas páginas de seu periódico.

O afastamento de Rosas do cargo de governador aprofunda as divisões políticas do Partido Federalista. Nas eleições de 1833, as duas facções partidárias apresentam-se em listas distintas, tornando aquele um dos pleitos mais disputados do período. Os "cismáticos" levantam a questão da organização constitucional da província, enquanto os "apostólicos", identificados com Rosas, apóiam a política do ex-governador e reivindicam sua volta ao poder.[105]

As eleições são ganhas pela facção de oposição a Rosas, acirrando os ânimos no interior da província. O italiano continua a escrever seus artigos no *Lucero*, silenciando sobre as polêmicas partidárias, mas sem dar apoio explícito a Balcarce. Quanto a Rosas, continua a elogiá-lo e a publicar notícias sobre sua "Campanha do Deserto".

[102] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 40.
[103] MYERS, Jorge. In: LAFFORGUE, Jorge (org.). *Historias de caudillos argentinos*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 1999, p. 355. O autor esclarece que a facção rosista designava seus adversários como "cismáticos", enquanto atribuía a si a denominação de "apostólicos". Entretanto, eram os adversários de Rosas que se mantinham mais próximos ao programa político do Partido Federalista, reivindicando o funcionamento legal das instituições e a manutenção das autonomias provinciais, enquanto a facção oposta dava sustentação ao contínuo acúmulo de poder por parte de Rosas e seus intentos de subordinar as demais províncias.
[104] EL, n. 942, Buenos Aires, 17/12/1832, p. 2.
[105] TERNAVASIO, Marcela. *La revolución...*, p. 194.

No dia 28 de junho de 1833, De Angelis publica no *Lucero* o prospecto de um novo periódico intitulado *Restaurador de las Leyes*. Pelo próprio nome do novo jornal, fica clara sua linha de apoio a Rosas. O editorial é claramente hostil à situação política do momento, conclamando, indiretamente, o povo a uma reação:

> *En la rara infelicidad del tiempo en que vivimos, el ciudadano que observa imparcialmente el estado deplorable del país, no puede ni debe mirar con indiferencia al abismo espantoso a donde nos conduce la anarquía [...]. Este será el principal objeto de nuestras tareas. – Alzaremos la voz hasta el confin de la República; proclamaremos la SOBERANIA DEL PUEBLO, invitando solemnemente a todos los libres a una contribución generosa de sus talentos, para elucidar tan importante materia, interponiendo el brazo fuerte de la justicia y de la Razón en favor del Gran Pueblo, contra los que intentan despojarlo de sus augustos privilegios.*[106]

O *Restaurador de las Leyes*[107] teve vida efêmera, circulando entre 5 de julho e 16 de outubro de 1833, totalizando 87 edições[108] e não se sabe ao certo qual o papel de De Angelis na publicação.[109] Por ser um periódico bastante exaltado, que reivindicava abertamente a volta de Rosas ao poder, acredita-se que o jornalista italiano teve nele uma participação anônima para evitar eventuais perseguições políticas.[110]

Os possíveis temores quanto a retaliações não são infundados. A simples "ousadia" de nosso autor em publicar o prospecto do periódico no *Lucero*, assim como sua recusa em apoiar politicamente o governo de Balcarce, logo iriam custar-lhe muito caro. O governador determina o fim da compra dos exemplares de *El Lucero*, inviabilizando financeiramente a continuidade do jornal. Assim, em 31 de julho de 1833, o periódico circula pela última vez.

É durante a gestão de Balcarce, em meio ao acirramento das disputas políticas entre os grupos rivais no interior do Partido Federalista bonaerense, que De Angelis publica seus *Ensayos literarios y políticos*, no ano de 1833, obra de mais de duzentas páginas, compilação de antigos artigos do autor, maior parte dos quais publicados na *Crónica Política y Literaria*, durante seu primeiro período como jornalista em Buenos Aires. Não estamos seguros dos reais intuitos de nosso personagem ao publicar um conjunto de artigos que destoava de suas concepções divulgadas na imprensa nos últimos anos. Possivelmente desejasse demonstrar seu descontentamento com o alijamento da facção rosista do poder, bem como enfraquecer a gestão de

[106] EL, n. 1.095, Buenos Aires, 28/06/1833, p. 3.
[107] Não encontramos nenhum exemplar do periódico em arquivos e bibliotecas de Buenos Aires, o que impossibilitou refletir sobre as possíveis contribuições de De Angelis para o jornal.
[108] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 418.
[109] Ibidem, p. 419.
[110] Os editores oficiais do *Restaurador de las Leyes* foram Manuel Irigoyen, Lucio Mancilla e Nicolás Mariño. Sobre a participação de De Angelis, Rivera Indarte diria posteriormente que era o italiano quem fornecia as idéias aos redatores oficiais. Ver: ibidem, p. 40.

Balcarce, De Angelis lança uma obra, cujo conteúdo é bastante pessimista, incluindo suas anteriores críticas às lutas intestinas no Rio da Prata, ao "mau funcionamento" das instituições locais, aos "desejos privados de poder dos caudilhos" e às dificuldades para organizar a "nação".

O governo da facção federalista opositora a Rosas seria breve e teria um fim tumultuado. A explícita propaganda em favor do ex-governador e os ataques à administração em curso, propagados por setores da imprensa, em especial através do *Restaurador de las Leyes*, colocam Balcarce em situação incômoda. A liberdade de imprensa, restabelecida em fins do ano anterior[111], foi uma das primeiras medidas da nova administração da província. Ainda assim, o governo decide instaurar um inquérito contra o principal periódico opositor, sob a acusação de "abuso da liberdade de imprensa".

Os responsáveis pelo *Restaurador* são convocados para uma audiência em 11 de outubro de 1833. Por ocasião deste inquérito, circula, pela província, o boato de que o "restaurador" que estava sendo processado era não o periódico, e sim o ex-governador Rosas. Setores da população mobilizam-se, organizando um grande protesto no dia da audiência. O movimento ganha ímpeto, conquistando a adesão da população da campanha, que marcha sobre Buenos Aires em 1° de novembro, fazendo eclodir a "Revolução dos restauradores". No dia 3, Balcarce abandona o cargo e a legislatura designa Viamonte novo governador.[112]

Os "apostólicos" voltam, desta forma, ao poder. Muitos clamam pelo retorno de Rosas à cabeça da administração. Ele está decidido a só aceitar o cargo quando os deputados da Sala de Representantes consentirem em lhe conceder poderes especiais. Sob os auspícios da nova administração, De Angelis retoma suas funções de jornalista, fundando um novo periódico, que assim como o *Lucero*, iria ser de sua exclusiva redação. Aparece, então, o primeiro número de *El Monitor* no dia 11 de dezembro de 1833. De circulação diária, o novo jornal publica atos oficiais do governo, artigos políticos e literários, na mesma linha do anterior. O periódico cessaria sua publicação com a edição de número 246, no dia 13 de outubro do ano seguinte.[113]

Ao contrário de sua atitude durante a gestão de Balcarce, mas de forma semelhante à de seus escritos da época do governo de Rosas, o periodista italiano dá sustentação política aos governantes em seus artigos editoriais, conforme fica explícito já no prospecto do *Monitor*:

> *¿Que quieren los Argentinos? – Una patria feliz, a la sombra de instituciones generosas, regida por magistrados que respeten y hagan respetar las leyes del Estado y las prerogativas del ciudadano: – que nada omitan para promover el bienestar público, y que simpatizen con el voto de la mayoría, siempre imponente cuando es bien pronunciado.*

[111] Ibidem, p. 41.
[112] Ibidem, p. 42.
[113] Ibidem, p. 44 e 417.

> *El gobierno que cumple con estos deberes tiene derecho a la benevolencia del Pueblo y se hace digno de su confianza. Tal nos parece el actual; que ocupará un lugar distinguido en nuestros anales si conseguir fundar el imperio de las leyes en bases tan sólidas, que puedan desafiar los embates de la anarquía y las asechanzas de los ambiciosos.*[114]

A despeito do seu otimismo, De Angelis alerta em seus editoriais a "situação perigosa" em que vivia o país, devido às persistentes "ameaças à ordem" e "às instituições", por parte tanto da facção rival interna como dos governos das demais províncias. Neste sentido, o periodista italiano junta-se aos que reivindicavam a volta de Rosas ao poder, fazendo, em seus artigos publicados no *Monitor*, uma intensa campanha em prol do ex-governador, apontado-o como único governante capaz de "salvar a pátria", conforme o seguinte trecho de um de seus artigos editoriais mais eloqüentes:

> *La indicación hecha por uno de nuestros coescritores, nos parece oportuna, y no tenemos embarazo en adherirnos a ella. Por más que se afanen los Señores Representantes en buscar candidatos, no es fácil que los encuentren. Es tan general y tan profundo el convencimiento de que sólo la popularidad, el prestigio y el brazo poderoso del Sr. General ROSAS pueden librar al país de los peligros que lo amargan, que esta confesión parece sincera hasta en los labios de sus enemigos.*[115]
>
> *A procura de um candidato, aludida no artigo, é devida à falta de um nome forte para ocupar o cargo de governador após a renúncia de Viamonte, ocorrida em 27 de junho, e o rechaço de Rosas a quatro convites para voltar a exercer o cargo, provisoriamente ocupado por Vicente Maza.*[116]
>
> *Por razões que ignoramos, talvez dificuldades financeiras pessoais e a suspensão, pelo governo, da compra de parte dos exemplares do jornal, El Monitor deixa de circular em outubro. De Angelis ficaria alguns anos sem trabalhar, apenas enviando contribuições esporádicas à Gaceta Mercantil, possivelmente a partir de 1834, mas com certeza de 1835 em diante.*[117] *A demora em retomar um periódico próprio, que só aconteceria com o Arquivo Americano no ano de 1843, reforça nossas suspeitas de que o italiano teria passado por um longo período de dificuldades econômicas. Chega ao fim, portanto, a segunda fase de De Angelis como periodista em Buenos Aires.*[118]

[114] EM, Prospecto, Buenos Aires, 11/12/1833.
[115] EM, n. 239, Buenos Aires, 04/10/1834, p. 3.
[116] Ibidem, p. 46.
[117] Ibidem, p. 47.
[118] Durante esse período, De Angelis ainda redigiu um periódico em língua francesa. Trata-se de *Le Flaneur*, que circulou semanalmente entre 1831 e 1832, num total de 12 edições. Por se tratar de uma publicação em língua francesa, de circulação bem mais restrita, somado ao fato do tempo escasso que tivemos em nossas pesquisas junto aos arquivos e bibliotecas em Buenos Aires, não pudemos analisar este periódico. Para maiores informações sobre o mesmo, consultar ibidem, p. 410 e 411.

□□□ O segundo governo de Rosas: a "nação realmente existente"

Nesta última seção, tratamos das atividades jornalísticas de De Angelis durante a segunda gestão de Rosas como governador da província de Buenos Aires, concomitante ao terceiro e último período do italiano como jornalista no Rio da Prata.

A Sala de Representantes da província finalmente sucumbe aos desejos de Rosas e o nomeia novamente governador, concedendo-lhe os almejados "poderes extraordinários", em 7 de março de 1835.[119] O assassinato de Facundo Quiroga, governador da província de La Rioja, ocorrido em fevereiro, contribui para recrudescer o clima de instabilidade política, convencendo a maior parte dos deputados que somente um governo de "pulso firme" seria capaz de "restabelecer a ordem" e "pôr fim à anarquia". Para dar maior legitimidade a seu poder e incrementar seu prestígio pessoal, Rosas convoca a população para um plebiscito sobre a extensão do mandato do governador de três para cinco anos, bem como sua nomeação para o cargo com poderes especiais.[120] A prática da realização de plebiscitos seria uma das características do segundo período de Rosas à frente da administração provincial de Buenos Aires. Rosas exerceria o poder por um longo período, até ser derrubado após a batalha de Caseros em fevereiro de 1852. Esses quase dezessete anos significaram o predomínio de Rosas sobre Buenos Aires e a hegemonia da província sobre o país como bases de um novo regime político.[121] O regime é caracterizado pelo acirramento dos traços autoritários do governo, aumento da ingerência nas outras províncias, buscando, na prática, uma unidade política sem a constituição de um governo nacional, bem como pelos conflitos com países estrangeiros como França, Inglaterra, Brasil e Uruguai. O regime continua a procurar legitimação, inclusive eleitoral, substituindo a disputa de facções pela construção de uma "unanimidade política" em torno de Rosas e de seu governo.

Sobre essa questão, Marcela Ternavásio demonstra que, durante o segundo mandato de Rosas, o regime paulatinamente assentou-se sobre a marca da "unanimidade política", quando as eleições passaram a ter um caráter pblebiscitário. As práticas eleitorais, apesar de se darem na forma de listas únicas, continuaram sendo importantes e consideradas como forma de legitimar o novo regime, que procurava se fundamentar e se justificar na "vontade geral". A autora sustenta que, além de mantidas, as práticas do sufrágio ampliaram o número de eleitores, especialmente nas áreas

[119] TERNAVASIO, Marcela. Op. Cit., p. 47.
[120] Ibidem, p. 201-203. Em relação à cidade de Buenos Aires, o plebiscito, realizado nos últimos dias de março de 1835, registra 9.316 votos a favor e somente quatro contrários à nova legislação.
[121] HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...*, p. 338.

rurais. Neste sentido, o regime rosista caracteriza-se por uma extensão de cidadania à população da região da campanha. As eleições eram uma forma de mobilização popular e de busca da legitimação do regime, caracterizando, segundo Ternavásio, uma das maiores ambigüidades do regime, ao combinar antigas concepções de unanimidade, herdadas da era colonial, com modernas formas de participação política.[122]

O estabelecimento do novo regime político, entretanto, é obrigado a enfrentar fortes resistências, tanto no interior de Buenos Aires quanto em outras províncias e no exterior. Enquanto os anos entre 1835 e 1837 representam avanços do regime rosista, o período de 1838 a 1843 é o da "grande crise do sistema federal", durante o qual o poder do "restaurador" é seriamente ameaçado.[123] Em 1838, Frutuoso Rivera retoma o poder em Montevidéu, aliando-se a setores dos opositores de Rosas que já se encontravam exilados na capital uruguaia. O "restaurador" dá apoio ao presidente deposto Manuel Oribe, enquanto Rivera recebe as adesões da França, dos paraguaios, da província de Corrientes e dos farroupilhas rio-grandenses, sublevados contra o Império brasileiro desde 1835. A situação leva Rosas a entrar em atrito com os franceses, cujo governo decreta bloqueio contra o porto de Buenos Aires de 1838 até 1840.[124]

Os conflitos com a República Oriental, com as províncias litorâneas e com os franceses aumentam as tensões políticas no interior da província de Buenos Aires, fazendo o regime rosista acentuar sua faceta autoritária. É nesse período que a prática do terror contra oponentes políticos vira regra, enquanto cresce o número de dissidentes políticos. Grande parte deles toma o rumo do exílio, principalmente para Montevidéu, que se converte no principal centro de atuação dos opositores ao regime rosista.

O autoritarismo e o terror levam antigos apoiadores de Rosas, tais como Rivera Indarte e o Doutor Maza, a passar para a oposição, somando-se a ex-unitários, entre os quais, Florencio Varela e o general Lavalle, que já compunham um grupo opositor ao regime. Entre as defecções do Partido Federalista, está um conjunto de intelectuais, que ficaria conhecido como a "Geração de 1837".[125]

[122] Consultar TERNAVASIO, Marcela. Op. Cit., tercera parte, p. 175-245.
[123] HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución...*, p. 354.
[124] Para uma análise mais detalhada sobre o período, incluindo-se as guerras e lutas entre as facções, ver ibidem, p. 354-379.
[125] A Geração de 1837 surge a partir de um pequeno número de intelectuais dissidentes do regime rosista que fundaram, naquele ano, o "Salão Literário" em Buenos Aires e designaram a si mesmos como a "Nova Geração". No ano seguinte, o grupo cria uma sociedade secreta, a "Jovem Argentina". Devido às perseguições promovidas pelo regime, a maior parte dos integrantes do grupo refugia-se em Montevidéu a partir de 1838, onde fundam a "Associação de Maio" e iniciam uma intensa atividade de oposição a Rosas na imprensa local. O grupo foi influenciado pelo romantismo europeu, principalmente por autores como Saint-Simon, Pierre Leroux, Lamennais e Giuseppe Mazzini. Suas obras caracterizaram-se por críticas tanto aos unitários quanto aos federais, propondo-se a criação de uma "associação", que traria o progresso e a civilização. Passam a criticar a pura "importação" de idéias, defendendo a necessidade de se estudar a realidade local. Sob inspiração dos românticos europeus, a Geração de 1837

Em 10 de fevereiro de 1839, mesmo contra sua vontade, Rivera sucumbe aos apelos dos exilados argentinos e declara guerra a Rosas. O exército anti-rosista é comandado por Lavalle, chegando próximo de Buenos Aires em agosto de 1840, ameaçando de fato o regime. As tropas, porém, não atacam, enquanto aguardam reforços dos franceses que não chegariam. Perde-se a oportunidade do fator surpresa, possibilitando que as forças de Oribe e Rosas reajam, impondo o lento recuo das tropas de Lavalle rumo ao norte.[126] A retirada marca o lento enfraquecimento do "exército libertador", que vai perdendo boa parte de seus contigentes, incluindo o próprio Lavalle, que morre em 8 de outubro de 1841 na cidade de Jujuy.[127]

A superioridade da província de Buenos Aires, que não deixou de crescer economicamente ao longo do governo Rosas, somada à composição de uma aliança por demais heterogênea contra o governador bonaerense[128], conduzem os opositores à derrota. Em dezembro de 1842, o exército de Oribe e Rosas impõe uma severa derrota a Rivera em Arroyo Grande, possibilitando a entrada dos primeiros no território oriental até as portas da cidade de Montevidéu. A capital só não cai devido ao apoio das esquadras inglesas e francesas, que garantiriam a resistência da cidade ao sítio até o ano de 1851.

A partir de 1843, inicia-se o apogeu do regime rosista, com a extensão de sua hegemonia para as demais províncias, enquanto a oposição é praticamente eliminada. A relativa estabilidade proporciona um recuo do terror de Estado e perseguições aos opositores do regime, embora focos de resistência continuem a ser combatidos ao longo de todo a administração de Rosas.

E de que forma se dão as atuações política e intelectual de nosso personagem ao longo do segundo governo de Rosas? Conforme mencionamos na seção anterior, após o fechamento de *El Monitor*, De Angelis entrara em um período de escassa atividade periodística, salvo esporádicas contribuições à *Gaceta Mercantil*. Entre os anos de 1837 e 1842, sua produção para jornais é praticamente nula.[129] Por coincidência, é durante o período

defendia a expressão das "individualidades nacionais". Da mesma forma que as pessoas na sociedade, entretanto, o grupo propunha que as nações se associassem entre si, em prol da fraternidade humana. Os principais integrantes do grupo foram, entre outros, os argentinos Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Juan Cruz Varela, Miguel Cané e o uruguaio André Lamas.

126 LYNCH, J. *As repúblicas...*, p. 658.

127 Ibidem, p. 659.

128 A oposição era formada por forças políticas diversas, reunindo desde antigos unitários, passando por dissidentes do Partido Federalista bonaerense, grupos políticos das províncias do Litoral e Interior, até os intelectuais da Geração de 1837. Não havia plano de luta ou programa de governo em comum, muito menos unidade ideológica. No que tange às representações de nação, havia defensores da centralização política a partir de Buenos Aires, contrapondo-se com apoiadores de uma "nação" mais débil, que mantivesse as autonomias provinciais, até propostas inovadoras, que rompessem com a dicotomia unitários *versus* federalistas, como o caso dos intelectuais de 37.

129 SABOR, J. E. Op. Cit., p. 59.

em que o regime rosista mais enfrenta oposição, passando por uma real ameaça de sucumbir, que o italiano se encontra afastado de seu ofício como periodista. É também neste período que ele retoma seus projetos de abandonar Buenos Aires e voltar para a Europa. Em fins de 1837, pensa inclusive na possibilidade de passar uma temporada no Rio de Janeiro para incrementar suas condições financeiras antes de retornar ao continente europeu.[130] Mas De Angelis permanece em Buenos Aires, dedicando-se a outras atividades intelectuais, especialmente a coleta e análise de documentação relativa à história rio-platense. É justamente nos anos de 1836 e 1837 que ele trabalha mais arduamente naquela que, segundo muitos de seus biógrafos, seria a obra principal e mais conhecida do autor. Trata-se da *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*, compilação de documentos, a grande maioria referentes ao período colonial, publicada em seis tomos.[131]

Muito se especula sobre as relações de De Angelis com os intelectuais que dariam origem à Geração de 1837, durante as primeiras reuniões do grupo no Salão Literário do livreiro Marcos Sastre. Segundo os estudos mais recentes, o papel desempenhado pelo italiano nessas reuniões foi praticamente nulo.[132] É certo que De Angelis esteve presente à sessão inaugural, e provavelmente a algumas reuniões seguintes, mas logo deixa de freqüentar as atividades do grupo, quando Rosas faz conhecer a seus partidários seus desacordos com as idéias dos jovens intelectuais.[133]

O surgimento de um círculo intelectual de leitores de novos autores românticos europeus e defensores de hábitos e posturas "afrancesados" não poderia ser bem recebido por um governador bonaerense oriundo da área rural e de formação política junto ao Partido Federalista. O iminente conflito com os franceses acirra os ânimos em Buenos Aires, levando ao fechamento do Salão Literário, perseguições políticas de seus membros, com o conseqüente exílio de muitos deles, principalmente para Montevidéu, de onde desencadeiam uma intensa campanha contra Rosas na imprensa local. Assim como demonstra o escasso contato do periodista italiano com os intelectuais da "nova geração", a documentação igualmente desautoriza as

130 Consultar a troca de correspondência entre De Angelis e o Cavaleiro de Wallestein, cônsul geral da Rússia no Rio de Janeiro e amigo pessoal do italiano, em A. N. Marani, *Cinco...*, p. 146-149. Nestas cartas, De Angelis expressava intenções de estabelecer-se no Rio de Janeiro e aludiu, pela primeira vez, hipótese da venda de sua biblioteca particular para o governo brasileiro.

131 SABOR, J. E. Op. Cit., p. 47. Esta obra de De Angelis é de fato a mais conhecida e também já bastante analisada. Por estarmos investigando suas atividades como jornalista, não nos cabe determos, aqui, mais a fundo nos feitos de nosso personagem como historiador e compilador de documentos. Para mais detalhes sobre estes aspectos, consultar ibidem, p. 47-52, 306-321. Há um capítulo específico sobre essa coletânea de documentos publicada pelo italiano em E. Díaz Molano, op. cit., p. 89-93. Ver, também, A. N. Marani. *Cinco...*, p. 135-143.

132 SABOR, J. E. Op. Cit., p. 65.

133 Ibidem, p. 65.

interpretações de que o primeiro teria atuado como "espião de Rosas" no Salão Literário ou tenha sugerido ao governador a proibição de seu funcionamento.[134]

Em 1839, durante o auge da crise com a República Oriental e o início do bloqueio francês, De Angelis escreve, a pedido de Rosas, um texto intitulado *De la conducta de los agentes de la Francia durante el bloqueo del Río de la Plata.*[135] Neste trabalho, o italiano procura convencer sobre as "injustiças" do bloqueio contra um país que sempre mantivera boas relações com os europeus, ao mesmo tempo em que denuncia as "pretensões colonialistas" dos franceses e a conivência do "traidor" Rivera e seus aliados "selvagens unitários" com as tentativas de "recolonização da América".[136]

No ano seguinte, o italiano edita o *Espíritu de los mejores diarios que se publican en Europa y América*, periódico de vida curta, somente dois exemplares. Conforme o próprio nome da publicação expressa, trata-se de uma coletânea de artigos periodísticos europeus e americanos, praticamente sem produção própria do editor.[137]

Após alguns anos de pouca produção, De Angelis retorna ao ofício de periodista em "grande estilo", ao ficar a cargo da redação daquele que seria o principal periódico da era rosista. Estamos falando do *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*, que circula entre 1843 e 1851. A obra não tinha periodicidade fixa, sendo editada, em média, a cada dois meses. Compunha-se de artigos editoriais, longos textos, decretos do governo e outros documentos oficiais, além de reprodução de periódicos estrangeiros, tanto europeus quanto americanos. Em geral, são edições longas, com alguns exemplares ultrapassando 200 páginas. A maior parte do conteúdo era impresso em versões em espanhol, francês e inglês, já que o periódico circulava no exterior com o intuito de defender o regime rosista e atacar seus opositores. O *Archivo Americano* teve duas fases. A primeira, entre 16 de junho de 1843 e 28 de janeiro de 1847, com um total de 28 edições. A "nova série" surge em 20 de março de 1847 e circula até 24 de dezembro de 1851, perfazendo um total de 29 edições.[138] Segundo Sabor, havia uma interferência direta de Rosas na produção deste periódico, exigindo a leitura dos originais e aplicação de "correções" antes que os artigos fossem publicados.[139] Entretanto, após estas interferências iniciais, o governador foi pouco a pouco deixando De Angelis como único responsável pela tarefa de redação e revisão dos textos.[140]

[134] Ibidem, p. 66 e 67.
[135] Ibidem, p. 78.
[136] Consultar cópia do referido texto em DE ANGELIS, Pedro. *Acusasión...*, p. 301-332.
[137] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 79, 408 e 409.
[138] Ibidem, p. 404-406.
[139] Ibidem, p. 105.
[140] Ibidem, p. 108.

Marani afirma que foi o jornalista italiano quem idealizou o formato, conteúdo e função do *Archivo Americano*, apresentando o projeto do periódico a Rosas e obtendo deste a aprovação para a empreitada.[141] O jornalista italiano dedica-se em praticamente tempo integral ao trabalho com o *Archivo Americano*, ao longo do período de funcionamento do periódico[142], não demonstrando, ao contrário de anos anteriores, quaisquer intenções de abandonar Buenos Aires.[143] Durante o período em que esteve a cargo da redação do *Archivo Americano*, De Angelis demonstra significativas alterações em seu modo de escrever, não somente em relação a suas idéias, mas também quanto ao estilo e tom de seus escritos, que se tornam mais agressivos, em especial no combate aos inimigos do regime.

Como tinha se convertido usual na imprensa permitida durante o segundo mandato de Rosas, todas as edições do periódico dirigido pelo italiano estampam em sua capa a divisa *¡Viva la Confederación Argentina! ¡Mueran los Salvajes Unitarios!* Desde 1835, se torna rotina lançar o estigma de "selvagem unitário" a todos que fossem contrários ao regime rosista, independentemente de suas filiações ou idéias políticas. Não há meio caminho possível: ou se adere ao rosismo, expressando seus louvores ao governador e à "Confederação Argentina", ou se é considerado um dissidente, conspirador, "selvagem unitário".

Durante a primeira fase do *Archivo Americano*, De Angelis publica uma série de artigos, em um total de treze, intitulados *El General Rosas y los salvajes unitarios*, dando sustentação política ao regime e combate a seus opositores. O projeto nacional de Rivadavia é eleito como um dos principais alvos de combate. No segundo destes artigos, originalmente publicado no *Archivo Americano* n. 4, de 8 de julho de 1843, o italiano afirma:

> *D. Bernardino Rivadavia, uno de sus Ministros [de Martín Rodriguez], sobre quien pesa la responsabilidad de nuestras mayores desgracias, entregado a sus abstraciones, sin el menor conocimiento de su país, en oposición con las ideas y las costumbres de sus compatriotas, emprendió una reforma radical en todos los ramos de la administración pública – Policía, tribunales, hacienda, culto, establecimientos de caridad, de educación, todo fue desbaratado en un instante con la misma actividad que el comandante de una trinchera pondría en desmantelar las defensas de una plaza sitiada.*[144]

De Angelis acusa Rivadavia de desconhecer a realidade rio-platense, de tentar implementar um conjunto de reformas de "inspiração européia", de caráter aristocrático e contra os interesses da população americana. Embora os remanescentes integrantes do Partido Unitário fossem minoria e

[141] MARANI, A. N. *Cinco...*, p. 152 e 153.
[142] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 111.
[143] Ibidem, p. 108.
[144] Apud MYERS, Jorge. Op. Cit., p. 196 e 197.

houvesse muito poucos opositores de Rosas que evocassem o antigo projeto de Rivadavia, o sistemático ataque a ele pela imprensa justifica-se pela razão de que todos os inimigos do regime eram considerados "unitários". As limitadas críticas que De Angelis, em seu período anterior como jornalista, fazia a Rivadávia no sentido de este tentar implementar à força uma "nação" unificada quando o país ainda não estaria preparado, tornam-se insuficientes. Agora, é preciso retratar o ex-ministro e ex-presidente como um golpista mal-intencionado, mancomunado com os poderes europeus, que deliberadamente teria destruído os alicerces da "verdadeira nação argentina".

Além disso, Rivadavia havia sido o último a tentar implementar um projeto de unificação nacional, que precisava ser desacreditado e contraposto a outra concepção de nação, que agora vinha sendo propagada pelo regime. O autor dedica inúmeros artigos ao tema, sempre em tom eloqüente, buscando coerência e assentar bases históricas para a "nação", conforme percebemos no trecho abaixo:

> *La Confederación Argentina salió también radiante de las ruinas del sistema colonial: invocó su libertad y proclamó su independencia. [...] El voto de los pueblos, tan claramente expresado en los poderes de la gran mayoría de los Diputados al último Congreso, era por la conservación del sistema federal, que se hallaba estabelecido de hecho en la nación. [...].*
> *Estas bases de asociación fueron consiguidas en el primer estatuto que se sancionó el año de 1811, y son precisamente las que restableció el General Rosas en 1831 [...].*
> *Entretanto la Confederación Argentina nunca ha despedido una luz más viva en el horizonte político de las naciones, como en la época de la esforzada administración del General Rosas [...]. Tal vez nunca ha habido un gobierno más directa y claramente salido de la voluntad popular que el suyo. Una completa libertad en los electores, la más tenaz resistencia en el candidato, una unanimidad absoluta en los sufragios, estos fueron los rasgos prominentes de este acto, que dió un origen puro y desinteresado a la autoridad que produjo.*[145]

Diferentemente do primeiro governo de Rosas, que postergou a questão nacional para o futuro, nesta segunda administração, os defensores do regime, entre os quais se destaca De Angelis, promulgam a existência "de fato" da "nação", amplamente propagada pela imprensa com a denominação de "Confederação Argentina". Esta, ainda que sem constituição escrita ou governo nacional, é claramente estendida ao território das demais províncias, passando a ser a principal comunidade de pertencimento, sobrepondo-se às identidades provinciais. Em seus escritos durante as duas fases do *Archivo Americano*, nosso personagem converte-se em um incansável defensor da "nação realmente existente".

[145] AAnf, n. 17, Buenos Aires, 11/12/1849, p. 205 e 206.

Após a derrota das forças opositoras de Lavalle e da extensão da hegemonia sobre as províncias do Litoral e do Interior, o regime consolida-se, chegando a hora de expressar, no campo das idéias políticas, o fortalecimento de Rosas. É com esse intuito que a "nação argentina" é novamente proclamada, mesmo sem se redigir uma constituição nem se eleger um governo nacional. Conforme a citação anterior, a nação "existe de fato". Suas referências históricas remetem ao princípio do processo de independência, mais teria sido preciso, nesta perspectiva, "restabelecer a nação", tarefa cumprida por Rosas em 1831, data do estabelecimento do "Pacto Federal" entre as províncias litorâneas e Buenos Aires. Esse pacto passa a ser representado, nos textos de nosso autor, como a "fundação da nação".

Em seus editoriais, De Angelis continua a retratar Rosas e seu regime como democráticos e liberais. O "restaurador" é também apontado como o principal artífice da "nação":

> *Ninguna institución más liberal y más eminentemente republicana como la de hacer cada año una franca y fiel exposición del estado del país, y ningún gobierno ha llenado con más escruplosidad este deber entre nosotros como el del General Rosas. Colocado por los sufragios libres y unánimes de sus conciudadanos al frente de los negocios, sin más traba que la de mantener los principios religiosos y políticos de la Confederación, este Gran Ciudadano se ha constituido voluntariamente en la obligación de dar una cuenta anual de sus trabajos administrativos a los Representantes del Pueblo [...].*
> *La existencia, pues, de una asamblea legislativa en la organización actual del país, no es un anacronismo, ni un engaño, sino una concesión generosa del Jefe del Estado, que pudo haber gobernado sin trabas, y se las impuso. Este solo rasgo de sublime e incomparable desprendimiento es una contestación victoriosa a los enemigos del General Rosas, que le han atribuído principios iliberales, y aspiraciones innobles, cuando en toda su vida ha dado pruebas irrefragables de su amor a las instituciones populares, y de su vivo deseo de cimentarlas [...].*[146]

Nosso personagem demonstra uma grande adaptação à nova conjuntura e ao contexto local. Incorpora, em sua nova concepção, características de um regime político centrado no poder unipessoal, com suas exaltações a Rosas, retratado como o articulador da "nação argentina". De Angelis, entretanto, nega a existência de ditadura e continua professando seu liberalismo moderado. Sustenta que o "restaurador" negava-se a exercer um poder ditatorial, embora tivesse condições de fazê-lo. Devido a suas posturas "democráticas", Rosas "concedia" a realização de eleições e o funcionamento parlamentar constitucional. Seus feitos gozariam da aprovação "unânime" da população rio-platense.

Entretanto, por mais contraditório que pudesse parecer, De Angelis continua proferindo suas idéias liberais, defendendo o funcionamento das

[146] AA, n. 12, Buenos Aires, 31/05/1844, p. 342 e 343.

instituições, tais como o parlamento e a eleição de representantes. O italiano vai mais além, buscando dar uma identidade liberal ao regime rosista e à figura do governador. Neste sentido, Rosas é representado como um republicano, defensor do governo representativo e das instituições. Até mesmo o fato de o mandatário governar com poderes especiais é justificado como fruto da vontade da população e das instituições republicanas frente às "necessidades conjunturais":

> *La Honorable Junta de Representantes es y lo puede todo en nuesro país, por la voluntad pública. Ella ha creado el poder extraordinario. En ella se sostiene el General Rosas; le somete sus procedimientos públicos, y obedece sus sanciones. Ella quiere que el General Rosas mande al país con poderes extraordinarios; exige un sacrificio necesario; y le impone a su pesar un gran deber.*[147]

As alusões a instituições liberais não se constituem em mera retórica. Conforme mencionamos anteriormente, as eleições continuaram a ser praticadas ao longo de toda a era rosista, assim como o parlamento nunca deixou de se reunir. O que pode ser paradoxal é a incorporação da "unanimidade política" e do poder unipessoal às concepções liberais do autor de liberdade de organização de agremiações políticas e alternância de governos. Principalmente em sua primeira fase, De Angelis costumava associar o monopólio do poder de uma única pessoa ao despotismo dos regimes identificados com a Restauração.

O jornalista italiano, entretanto, procura construir uma concepção de nação sustentável e coerente, mesclando suas tradicionais concepções liberais com as características do regime rosista. Sustenta esta nova perspectiva com vigor, respondendo com eloqüência aos que buscavam "desmontar" o suposto liberalismo do regime de Rosas, como no seguinte trecho de um artigo escrito por De Angelis em resposta a um viajante europeu[148] que esteve em Buenos Aires:

> *De estas observaciones fútiles [criticas do viajante à propaganda política de Rosas através dos símbolos do partido federal], pasa el Viajero a hacer cargos más graves a la administración del pais. Le inculpa la destrucción de los poderes constitucionales, y la actitud silenciosa de la Sala de Representantes, anulada de hecho y derecho por la permanencia del General Rosas en el mando.*
> *¿Que divergencia puede haber en los que profesan los mismos principios, y que tienen a un mismo objeto? El pueblo que ve a sus elegidos llenar con fidelidad sus mandatos, ¿que motivo tendria para revocarlos? El Viajero se admira que "las elecciones, que ocasionaban antes luchas sangrientas, no presentan en el día ni un solo voto disidente, y este es un país trabayado por las discordias civiles." Estas últimas palabras, añaditas para acreditar*

[147] AA, n. 18, Buenos Aires, 30/04/1845, p. 230.
[148] De Angelis não menciona em seu artigo o nome do viajante europeu.

> *un espíritu reflexivo, descubren el ningún conocimiento que tiene el Viajero de nuestra situación política.*[149]

De Angelis utiliza-se da "unanimidade política"[150], amplamente propagada pelos defensores do regime rosista, para justificar a falta de alternância do poder e de disputas de facções. A grande maioria da população teria feito a correta opção pelo partido que representaria as verdadeiras aspirações do povo argentino. Manipulação e engodo houvera somente no passado, daí as disputas violentas de facções. No então governo de Rosas, haveria um pleno funcionamento das instituições e grande parte da população estaria convencida dos rumos certos do governo, não aspirando a troca de governantes. Assim, a ausência de disputas partidárias fica justificada pelo convencimento "unânime" da população de que o governador bonaerense encarnava os "verdadeiros valores nacionais e americanos". Quem estivesse contra o "restaurador das leis", estaria igualmente contra o país e a independência americana, sendo considerado um inimigo do regime e partidário do colonialismo europeu.

Estas noções de "unanimidade política" associavam-se à "igualdade" difundida pelos apoiadores do regime. Para os rosistas, além do campo dos direitos políticos e sociais, os princípios igualitários implicavam uma espécie de "nivelamento" da população. Em outras palavras, buscava-se igualar o conjunto da sociedade em hábitos, formas de se vestir, uso de distintivos federalistas, além, evidentemente, da adesão "unânime" ao regime e a suas idéias. Nas datas comemorativas da independência, o governo costumava promover as "festas federalistas", para as quais a população era mobilizada para expressar sua "adesão" ao regime e plena "convicção" do ideário republicano rosista.[151]

A nosso ver, as concepções de nação difundidas por De Angelis em seus artigos adequam-se perfeitamente às práticas do regime de Rosas. O autoritarismo e o personalismo ligam-se a noções de "unanimidade" e instituições republicanas, ainda que, por exemplo, as eleições não contassem

[149] AA, n. 9, Buenos Aires, 30/11/1843, p. 168.
[150] O apelo à "unanimidade política" sustentava-se em práticas e idéias políticas remanescentes da época colonial. Uma das características daquele período era a representação da sociedade não como um conjunto de indivíduos, mas sim composta de estamentos e corporações. As pessoas tinham noções de individualidade bastante distintas das modernas, sentindo-se prioritariamente parte de algum grupo no interior de uma sociedade tida como naturalmente desigual e hierárquica. Para maiores detalhamentos sobre as práticas e idéias do "Antigo Regime" (colonial) e suas rupturas e permanências com o advento da modernidade política, consultar: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick (orgs.). *Los espacios públicos en Iberoamérica:* ambigüedades y problemas: siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. Ver: CHIARAMONTE. Ciudadanía, soberanía y representación en la génesis del Estado argentino. In: SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones:* perspectivas históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 94-116.
[151] Para mais detalhes sobre a "unanimidade rosista", suas noções de igualdade e as "festas federalistas", consultar SALVATORE, R. Expresiones...; Fiestas federales: representaciones de la república en el Buenos Aires rosista. *Entrepasados. Revista de Historia*. Buenos Aires: v. VI, n. 11, 1996, p. 45-68.

com disputas entre diferentes grupos políticos, tinham caráter plebiscitário, no sentido de aprovar o governo. A despeito de perseguições a opositores políticos, o regime promovia mobilizações populares, e estendia a cidadania aos habitantes das áreas rurais. A mescla entre antigo e moderno na idéia de nação construída pelo periodista italiano, desta forma, assenta-se sobre o convívio entre as práticas políticas republicanas com as herdadas do período colonial.

Nas páginas do *Archivo Americano*, De Angelis também sustenta um discurso radicalmente americanista, de defesa da independência e das instituições do continente, criticando duramente as intervenções estrangeiras e os opositores do regime, acusados de colaborar com os europeus:

> *Que ha hecho la Francia, que ha hecho la Inglaterra en todo el curso de estas inexplicables agresiones, iniciadas con el pretexto de pacificar las Repúblicas del Río de la Plata? [...].*
> *Entretanto, sin ningún derecho y sin ningún motivo, la Inglaterra y la Francia han descargado sobre gobiernos amigos y pueblos inocentes todos los azotes de una guerra destructora, anegando en sangre a una tierra abierta a su población, a su comercio, a su industria, que en medio de estos ataques, nunca han hechado menos el apoyo de nuestras leyes, y la proteción de nuestros magistrados. [...].*
> *El derecho que falta a la Inglaterra y a la Francia para intervenir en una cuestión puramente Americana, es perfecto e incontestable en la Confederación Argentina, que sostiene la guerra, al lado de su aliado el General Oribe, presidente legal del Estado Oriental, contra un bando traidor, que ha usurpado la autoridad pública en un* estado amigo, para cooperar activamente al triunfo de poderes estraños.[152]

Nos conflitos do governo de Rosas com a França e a Inglaterra, principalmente nas épocas dos bloqueios, nosso personagem assume uma intransigente defesa do governo local, sem poupar críticas às posturas dos governantes de seu continente de origem, até mesmo da França, que lhe dera exílio por vários anos. As ligações dos opositores do regime rosista com franceses e ingleses são utilizadas para caracterizá-los como "traidores" da pátria, mancomunados com poderes estrangeiros.

O discurso americanista, sob a pluma do italiano, retrata os partidários do regime de Rosas como os verdadeiros defensores da independência americana, novamente ameaçada pelas pretensões colonialistas européias, agora postuladas por França e Inglaterra. Os inimigos do regime, nesta perspectiva, são inimigos da independência americana e favoráveis à "recolonização" do continente. Coerente ao discurso americanista desta fase, De Angelis defende em seus escritos, de modo recorrente, o direito de Buenos Aires de legislar sobre a navegação dos rios interiores[153] e de sua soberania

[152] AAnf, n. 5, Buenos Aires, 17/02/1848, p. 422-439.
[153] A questão da navegação dos rios anteriores é uma das principais polêmicas internacionais em que o regime rosista protagonizou. Contrariando interesses da livre navegação de países europeus, do Brasil, Paraguai e das províncias do Litoral, Rosas proclamava o direito de Buenos

sobre territórios da Patagônia, em disputa com o Chile e das ilhas Malvinas, ocupadas pelos ingleses em 1833.

A defesa da independência americana, pois, estava intimamente relacionada à questão da "nação" proferida por De Angelis. Não há, neste sentido, a busca de estabelecer elementos de "argentinidade", tais como língua, religião, costumes e cultura. A "nação", ao contrário, é essencialmente política, distinguindo-se claramente da situação de colônia neste discurso que associa a questão nacional com a garantia da independência do continente. Em suma, a conquista da "nação" significa a consumação de uma associação política livre e independente, seja do antigo colonialismo espanhol, seja das "ameaças" de "recolonização" por parte de ingleses e franceses.

Neste período, o italiano também dá continuidade aos combates ideológicos com os opositores do regime rosista. No interior destas disputas, a questão da "existência" ou "inexistência" da "nação argentina" é novamente posta na ordem do dia, embora com diferenças em relação ao período anterior. Como vimos, De Angelis difere de sua segunda fase e passa a defender a existência "de fato" da "nação", sob a denominação de "Confederação Argentina". Desta forma, há uma nova inversão de posições em relação ao debate anterior da década de 1830, quando Buenos Aires postergava a questão nacional para o futuro, enquanto Corrientes defendia a imediata organização constitucional da mesma. Agora, são os governantes de Buenos Aires que propagam a "existência" da "nação argentina" e seus opositores a negam. Percebemos a ativa contribuição de De Angelis a este debate no seguinte trecho de um editorial seu, em resposta a Florencio Varela[154]:

> *Una confederación de provincias de una misma nación no puede existir sin un pacto formal que fija las condiciones de una unión de todas y cada una. Este es un principio que reconoce el salvaje unitario Varela: y por consecuencia existiendo, como existe, este pacto formal, en el tratado del 4 de Enero de 1831, evidentemente existe la Confederación, cuya existencia niega, sin embargo, absurdamente el mismo salvaje unitario Varela. [...].*
> *Esas impudentísimas pretensiones del salvaje unitario Varela, y la de figurar que no existe la gloriosa nacionalidad Argentina, uno de los hechos*

Aires sobre a navegação dos rios interiores, inclusive de proibi-las a certos países se assim achasse conveniente. De Angelis redigiu alguns artigos bastante prolixos defendendo a política rosista e ainda acusando os europeus de contraditórios, pois ao mesmo tempo em que pregavam a livre navegação dos rios da bacia platina, fechavam os seus ao comércio exterior, como a França fazia com o rio São Loureço em sua então colônia canadense.
[154] Florencio Varela era um dos muitos políticos, identificados com os unitários, que se encontrava refugiado em Montevidéu, de onde fazia intensa oposição a Rosas através da imprensa. Por ocasião das polêmicas com De Angelis, Varela tinha acabado de assumir a redação do *Comercio del Plata*, importante periódico que circulava na capital uruguaia desde 1847, sucedendo a *El Nacional*. Ambos periódicos davam sustentação política ao governo de Rivera e constituíam-se num espaço de expressão dos refugiados argentinos. Varela foi morto num atentado político em Montevidéu no ano de 1848. Para mais informações sobre o exilado argentino, consultar FERNÁNDEZ, Juan Rómulo. *Historia del periodismo argentino*. Buenos Aires: Círculo de la Prensa, 1943, p. 97.

> *espléndidos y consumados de la independencia de la América, consolidado dignamente bajo el sistema y pacto federal de la Confederación Argentina, revela que el órgano de la intervención Anglo-Francesa no respeta ni la verdad, ni el buen sentido, ni los gloriosos monumentos de su patria, para sostener ciega y degradadamente el atentado y el escándalo de una intervención injusta y sanguinaria que niega y desconoce la existencia de las nacionalidades Americanas, porque ataca sus sagrados derechos.*[155]

Em seu debate com Varela, De Angelis refuta os argumentos de que a "nação" é inexistente por falta de constituição e governo nacional. Afirma a existência de um corpo nacional "de fato", acordado a partir de um pacto livre entre as províncias. Apesar das políticas intervencionistas praticadas por Rosas, o federalismo e as autonomias provinciais continuam a ser apregoados como fundamentos da "nação argentina". Na citação acima, a questão da independência americana está, mais uma vez, diretamente relacionada com a da "nação", o italiano faz uso do termo "nacionalidade argentina". Nacionalidade é entendida como o ato de formar politicamente uma nação, através do estabelecimento de um pacto entre os cidadãos, que criam uma associação política para se autogovernarem.

Mas não é somente com Varela que o periodista italiano protagoniza embates ideológicos. Ao escrever um artigo sobre o *Dogma socialista*[156] de Esteban Echeverría, De Angelis suscita uma violenta polêmica com o destacado intelectual da Geração de 1837. Em janeiro de 1847, alguns meses após a publicação da obra do argentino, nosso autor escreve para o *Archivo Americano* o artigo "Dogma socialista: juicio sobre este libelo".[157] O italiano classifica a obra como escrita por "traidores", "submetidos a influências estrangeiras" e inimigos dos "defensores da lei" e "protetores dos direitos do povo".[158] Além de denominar Echeverría como "selvagem unitário", nosso personagem ainda acusa os jovens de 1837 do "ridículo intento" de querer "converter os argentinos em uma sociedade de sainsimonianos" e de estarem imbuídos dos "delírios de Fourier e Considerant.[159] Em sua resposta, Echeverría utiliza o mesmo tom, acusando De Angelis de ser o principal representante da "imprensa mazorqueira"[160], além de "estrangeiro mercenário" e "difamador".[161] Ao longo de sua primeira carta, o jovem

[155] AAnf, n. 4, Buenos Aires, 11/09/1847, p. 688-703.
[156] Este livro, publicado por Echeverría em 1846, consiste, em sua quase totalidade, em uma republicação do *Código o declaración de los principios que constituyen la creencia social de la República Argentina*, publicado em *El Iniciador*, de Montevidéu, tomo II, n.4, de 1°. de janeiro de 1839, p. 65-85, nos primeiros tempos de seu exílio na capital uruguaia. O *Código* é considerado uma declaração de princípios da Geração de 1837, sintetizando as diretrizes do pensamento do grupo, quando de sua fundação.
[157] Consultar cópia deste artigo em DE ANGELIS, Pedro. *Acusación y...*, p. 371-385. A obra igualmente contém as duas cartas abertas escritas por Echeverría em resposta a De Angelis. Ver: ibidem, p. 387-464.
[158] Ibidem, p. 373.
[159] Ibidem, p. 383 e 384.
[160] Ibidem, p. 389.
[161] Ibidem, p. 412.

argentino refuta as acusações do italiano, defendendo sua obra como patriótica, em sintonia com a realidade rio-platense e bastante distinta das idéias de Saint-Simon, Fourier ou Considerant.

O choque entre De Angelis e Echeverría é bastante citado pela historiografia. O que pouco se conhece é que, no interior desta polêmica, os autores adentraram na questão da "existência" ou "inexistência" da "nação argentina". Na segunda carta do intelectual argentino dirigida ao jornalista italiano, o autor se debruça sobre a questão nacional. Após um rápido histórico sobre a independência e primeiras décadas posteriores, conclui que não haveria "vínculos de nacionalidade" entre os habitantes do Rio da Prata:

> *El virreinato no era más que una agregación de provincias o de localidades dispuestas en miras de mejor administración y recaudación de rentas; no era una Asociación, que sólo existe entre iguales, para el amparo y fomento de intereses comunes. [...]. La revolución, apelando a las armas para reivindicar la libertad individual y la independencia social, robusteció el primer sentimiento, predominante en el individuo, y el segundo dominador en la localidad o la Provincia, y de este modo fomentó y legitimó sus posteriores extravíos. [...].*
> *Tenemos, pues, por una parte este resultado histórico, ningún vínculo de sociabilidad nacional legado por la colonia, ninguno enjendrado por la revolución.*[162]

Para "desmontar" a idéia de uma "nação argentina", conforme defendia De Angelis, Echeverría busca demonstrar a ausência de laços associativos entre os rio-platenses. Sob sua perspectiva, a revolução de independência não havia alterado em nada a situação de dispersão legada da época colonial.

Com o intuito de responder às críticas do italiano, o intelectual argentino vai além em suas argumentações:

> *Debo extrañar muchísimo que un hombre tan sabio en política y tan versado en historia llame federación a esas alianzas transitorias que sólo estipulan unión de fureza para defensa común, y delegan al gobierno de Buenos Aires la facultad de representalas en el exterior; [...]; pero en nuestra época, señor editor, una federación es algo más que una agregación o yuxtaposición de partes, algo más que una alianza ofensiva y defensiva; es una verdadera Asociación de iguales, lo que equivale a decir: comunidad de intereses, de instituciones y de principios políticos, comunidad de tendencias y de miras, comunidad de trabajo entre los miembros tendiente al bienestar común, comunidad, en suma, de vida social.*[163]

Echeverría, assim, nega que a "Confederação Argentina" se constituísse em uma efetiva associação nacional, contrariando as teses defendidas nos artigos de De Angelis. O argentino afirma que a denominada

[162] ECHEVERRÍA, apud De Angelis, 1945, p. 452 e 453.
[163] ECHEVERRÍA, apud De Angelis, 1945, p. 425 e 426.

"Confederação Argentina" seria uma mera aliança defensiva e ofensiva entre províncias independentes, pois não haveria verdadeira comunidade de interesses entre elas. Echeverría, diferentemente do jornalista italiano, forja uma concepção de nação que vai além de um pacto político entre pessoas ou províncias. Seria preciso o estabelecimento de uma comunidade mais coesa, que partilhasse de mesmos interesses, princípios políticos, instituições e vida social. Leitor dos românticos, o jovem argentino tinha pleno conhecimento do "princípio das nacionalidades" em voga no continente europeu. Entretanto, não faz uma transposição das idéias difundidas na Europa para a Região Platina. Como vimos, Echeverría não se utiliza de características culturais para definir aquela associação política. Os laços de união entre integrantes de uma nacionalidade seriam de princípios políticos e ideológicos, almejando uma associação de pessoas que partilhassem idéias semelhantes e visassem ao bem comum. Neste sentido, a nação proposta pelo intelectual argentino é construída pelos homens, já que não se fundamenta em elementos culturais, tidos como naturais e existentes independentemente da vontade humana. Com base nos seus critérios, ele busca "desconstruir" a nação defendida por De Angelis, argumentando que a nacionalidade rioplatense ainda estaria longe de constituir-se efetivamente.

Para Echeverría, a "nação" não se faz por imposição, decretos nem constituição. Seria preciso o trabalho árduo de muitas gerações, especialmente na ilustração e educação da população. Os jovens de 37 compartilhavam da teoria de que era preciso um grupo intelectual ilustrado, do qual eles se autodeclararam os fundadores para iniciar esta tarefa.

Mas não é apenas com os adversários do regime que De Angelis protagoniza um debate acerca da questão nacional. Ele também estabelece algumas diferenças com seus partidários, destoando, em alguns aspectos, de outros apoiadores do regime rosista. As idéias e concepções do conjunto do grupo de sustentação do governador bonaerense já foram analisadas pelo historiador argentino Jorge Myers. Em sua obra[164], ele faz uma análise do discurso do regime rosista através da imprensa. Além de De Angelis, o autor analisa outros periodistas, tais como Feliciano Sáinz de Caiva, Francisco Agustín Wright e Bernardo Berro, protagonistas da chamada "imprensa culta". Myers também utiliza periódicos da denominada "imprensa popular", com linguagem dirigida aos habitantes da campanha e das "camadas mais baixas" da população urbana e demonstra que o discurso político dos artífices do regime rosista foi essencialmente republicano, marcado por continuidades e rupturas em relação ao período anterior de Rivadavia. Neste sentido, ao mesmo tempo em que elementos clássico-republicanos, que reportavam para a Antigüidade greco-romana, continuavam a ser enunciados,

[164] MYERS, Jorge. Op. Cit.

o discurso rosista agregou novas características ao republicanismo, como o "agrarismo" e o "sistema americano". Assim, a "República rosista" valorizou os elementos da vida rural e de sua gente, idealizando-os como uma ordem social perfeita, igualitária e sem conflitos.[165] O "agrarismo" também era identificado com elementos clássicos, em especial fazendo analogias de Rosas com a figura histórica de Cincinato, do patriota senhor rural que abre mão de sua vida particular em sua propriedade em prol do bem comum de sua pátria.[166] Referências à Antigüidade Clássica também eram bastante utilizadas no combate aos inimigos do regime rosista, vinculando os "selvagens unitários" à conjura de Catilina.[167] Assim, o "modelo catilinário" de conspiradores foi o sustentáculo da imagem rosista dos "unitários" como grupo de sublevados e uma constante ameaça à ordem.[168]

O "sistema americano", amplamente propagado por Rosas, foi o ápice do processo de elaboração de um discurso republicano próprio, de nítido perfil rosista, marcado pela defesa da "independência americana", contrapondo-se às potências européias e aos opositores do regime.[169] Estes eram acusados de vínculos com os europeus e de serem favoráveis ao retorno da situação colonial.[170] Myers, por outro lado, demonstra que a dicotomia da "civilização" *versus* "barbárie", proferida pelos opositores do regime, como no *Facundo* de Sarmiento, era respondida pelo discurso americanista do rosismo, com a dicotomia "defensores da América" *versus* "partidários do retorno ao colonialismo".[171] Discurso este, segundo Myers, que se sustentava na "defesa da ordem" associada à "virtude dos cidadãos", pilares de sua República agrária e adequada à realidade americana.[172] Neste sentido, era recorrente a defesa do "império das leis" e exaustiva a apresentação de Rosas como o "restaurador das leis" por "tirar o país da anarquia" e "restabelecer a ordem".[173]

Em nossas pesquisas, percebemos que De Angelis, em sua concepção de nação, difere em alguns pontos do discurso rosista predominante. As mais notórias diferenças relacionam-se ao agrarismo e ao republicanismo clássico. O periodista italiano não incorpora, em seus escritos, a defesa da vida rural nem faz usos de exemplos da Antigüidade Clássica para caracterizar a figura ou o governo de Rosas. De Angelis mantém seu apego à modernidade, entendendo a nação como um pacto entre os cidadãos em prol da organização de uma associação política, regida por modernas leis fundamentadas em instituições republicanas. Embora refira-se a práticas do

[165] Ibidem, p. 49.
[166] Ibidem, p. 51.
[167] Ibidem, p. 53.
[168] Ibidem, p. 54.
[169] Ibidem, p. 58.
[170] Ibidem, p. 59.
[171] Ibidem, p. 65.
[172] Ibidem, p. 73 e 74.
[173] Ibidem, p. 76.

regime rosista em seus textos, tais como a "unanimidade política" e o culto ufanista à figura do governador, o italiano não abre mão das concepções próprias, calcadas na modernidade política, procurando criar uma identidade liberal a Rosas e seu governo. A "república agrária" defendida por setores dos apoiadores do regime, embora com forte embasamento no contexto histórico rio-platense, permaneceria alheia às concepções defendidas por De Angelis.

Quanto ao americanismo, entretanto, há uma plena sintonia entre as idéias propagadas por De Angelis e o discurso do rosismo. Conforme vimos, nosso personagem dedica inúmeros artigos ao tema, ressaltando a defesa da independência americana pelo governo de Buenos Aires, ao mesmo tempo em que denuncia a "aliança" entre as potências estrangeiras, com intenções recolonizadoras, e os inimigos do regime rosista. Deste modo, o italiano contribuiu ativamente para a construção da imagem da América como republicana, democrática e moderna, em contraste com a Europa colonialista, aristocrática, monarquista e antiquada.

A defesa da ordem, das leis e o ataque às tentativas de insurreição também são temas onde há bastante semelhança entre as idéias defendidas por De Angelis e a retórica do regime. Dando continuidade a uma prática desde o início da primeira gestão de Rosas, nosso autor elogia com recorrência o governador, contribuindo para reforçar sua imagem de "restaurador das leis", que restabeleceu a "ordem" e derrotou a "anarquia". A despeito das práticas autoritárias de Rosas, o jornalista sempre procurava lhe dar uma faceta liberal, de governante escolhido pelo povo e promotor das instituições liberais e republicanas no Rio da Prata. Sendo, desde que tinha pisado em Buenos Aires, um liberal bastante moderado, que abominava a idéia da revolução e o exercício do poder direto pela população, De Angelis não teve dificuldades em atacar sistematicamente e com rigor as propostas insurrecionais dos opositores do regime rosista.

Em 24 de dezembro de 1851, publica-se a última edição do *Archivo Americano*. É quando De Angelis encerra sua carreira de um quarto de século como periodista, aos 67 anos de idade.[174] Durante esta terceira fase como jornalista, passa por notórias mudanças no exercício do ofício. Do inicial confronto entre suas idéias e a realidade local, passando pela defesa da política da província de Buenos Aires como "no caminho certo da construção nacional", neste último período, o italiano pregava com veemência a "existência" da "nação", denominada "Confederação Argentina". O autor muda de postura uma vez que a conjuntura também mudara. O regime rosista consolidava-se, ampliando sua hegemonia tanto no interior de Buenos Aires quanto nas províncias do Litoral e do Interior. No terreno das práticas políticas, o regime de Rosas, mesmo sem fundar constitucionalmente uma

[174] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 124.

nação, representou efetivamente uma primeira experiência de centralização política a partir de Buenos Aires mais duradoura, em contraste com anteriores tentativas protagonizadas pelos unitários, que eram logo rechaçadas pelas províncias. Nesta paradoxal e original "nação realmente existente", mesclam-se suas tradicionais idéias liberais com práticas e concepções do regime rosista, resultando na elaboração de um discurso coerente e persuasivo, em que instituições republicanas convivem com um personalismo acentuado e a "unanimidade política".

Nosso estudo demonstra que os partidários do regime de Rosas, durante seu segundo mandato como governador, tinham concepções particulares de "nação", bem como um projeto diferenciado de Estado nacional unificado. Na condição de editor responsável pelo principal periódico da época, De Angelis teve um papel fundamental na elaboração e divulgação deste projeto sobre a questão nacional. Neste sentido, nossa investigação reforça a tese de que, durante as várias décadas do conturbado processo de construção do Estado nacional, havia múltiplas idéias e concepções em torno da "nação".

Neste ponto, divergimos de alguns importantes estudos recentes, como o de Pilar González Bernaldo[175] e de José Carlos Chiaramonte.[176] A primeira sustenta que somente os liberais, chegados ao poder após 1852, tinham projeto nacional. Segundo sua ótica, a queda de Rosas inaugurou o período da "nação no poder", enquanto durante a era rosista, a nação estaria "na oposição". Ela chega a afirmar que o projeto rosista seria o de uma "confederação sem nação".[177] González Bernaldo, assim, não admite a hipótese de que os sustentadores do governo do "restaurador" tivessem projetos alternativos de nação.[178]

Da mesma forma, também discordamos da afirmação de Chiaramonte de que somente os partidários do "princípio das nacionalidades", entre os quais o autor aponta o correntino Pedro Ferré e os intelectuais da Geração de 1837, tivessem projetos nacionais.[179] Nosso entendimento, conforme temos buscado demonstrar ao longo do capítulo, é que os artífices do regime rosista também foram protagonistas de um projeto nacional, diferenciado e específico, além de alternativo tanto às

[175] GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina:* las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
[176] CHIARAMONTE. Op. Cit.
[177] GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Op. Cit., p. 189.
[178] O posicionamento da autora, no referente a Rosas e seu governo, não deixa de ser surpreendente se levarmos em conta que é justamente com a tese de que havia inúmeros projetos e idéias de nação, largamente utilizada por ela, que González Bernaldo combate as concepções de Chiaramonte. No entendimento da historiadora, entretanto, é somente entre os liberais que a nação era pensada e imaginada nas diversas associações políticas e culturais, daí a exclusão pela autora dos rosistas como artífices ou mesmo defensores de idéias de nação.
[179] Conforme vimos no capítulo anterior, Chiaramonte defende a tese de que até 1852 a "nação argentina" é inexistente. Somente os seguidores do "princípio das nacionalidades" teriam projetos nacionais, enquanto o termo "nação", quando era utilizado, significava geralmente um mero sinônimo de Estado.

demais propostas em disputa como ao que vingaria após a ascensão dos liberais ao poder nas décadas do pós-Caseros.

Com a queda de Rosas em 3 de fevereiro de 1852 e o fechamento da imprensa identificada com o regime do "restaurador", De Angelis é obrigado a encerrar suas atividades como jornalista. Num primeiro momento o italiano busca acercar-se dos vencedores, especialmente de Urquiza, para quem tenta vender, sem sucesso, sua biblioteca particular.[180] Não obtém sucesso neste propósito, mas é nomeado diretor do Departamento Estatístico da Confederação[181] e chega a elaborar um projeto de constituição e o remete aos constituintes de 1852, que ignoram seu texto em prol do projeto de Juan Bautista Alberdi.[182] Segundo Josefa Sabor, algumas propostas de De Angelis, que não entravam em choque os as de Alberdi, teriam sido incorporadas ao texto constitucional.[183]

Em 11 de setembro de 1852, irrompe em Buenos Aires uma revolução protagonizada por setores portenhos que não aceitam a submissão às demais províncias.[184] De Angelis perde o cargo de diretor, fica em situação financeira precária, além de ser proibido de permanecer em Buenos Aires devido a suas ligações com o governo de Rosas.[185] Ele refugia-se em Montevidéu, de onde oferece ao governo brasileiro sua valiosa coleção de livros, impressos, documentos e mapas, viajando para o Rio de Janeiro a fim de concluir o negócio.[186] No ano seguinte, ainda proibido de retornar a Buenos Aires, regressa a Montevidéu, onde projeta fundar um periódico, mas não chega a colocar o plano em prática.[187] Tendo sua condição de proscrito revista pelo governo portenho, o italiano volta a se estabelecer em Buenos Aires em 1857. Em fins do ano seguinte, estabelece negociações com Carlos Antonio López para dirigir um periódico em Assunção, mas não chega a viajar para capital paraguaia, devido ao precário estado de sua saúde, decorrente da idade avançada.[188] Permanece em Buenos Aires até sua morte, em 10 de fevereiro de 1859, aos 74 anos, sem ter retomado o trabalho como jornalista.

][

[180] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 127.
[181] Ibidem.
[182] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 130 e 131.
[183] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 132.
[184] Como pano de fundo da crise, encontram-se as recorrentes questões das rendas aduaneiras do porto de Buenos Aires, navegação dos rios e centralização política. As províncias do Litoral e do Interior desejavam a federalização das rendas da aduana, livre navegação dos rios e autonomia política das províncias, enquanto os portenhos não queriam renunciar ao monopólio sobre o porto, controle dos rios interiores e a centralização política a partir de Buenos Aires. O resultado do movimento foi a separação da província de Buenos Aires da Confederação, permanecendo como um Estado independente por uma década, enquanto o novo governo nacional, presidido por Urquiza, constituía sua capital na cidade de Paraná.
[185] SABOR, J. E. Op. Cit., p. 132.
[186] DÍAZ MOLANO, Elias. Op. Cit., p. 138.
[187] Ibidem, p. 140.
[188] Esta visão, inaugurada pelos contemporâneos inimigos de De Angelis e consagrada pela

Ao longo do capítulo, analisamos a produção periodística de Pedro De Angelis em Buenos Aires e, em especial, sua concepção de nação e a contribuição para os debates sobre a construção nacional no Rio da Prata.

Dividimos sua atuação como periodista em três fases. Na primeira delas, o autor manteve-se fiel a suas concepções liberais moderadas, defendendo uma idéia de nação essencialmente política, calcada na modernidade, bem como criticando o cenário rio-platense. O italiano confrontava suas idéias de origem européia com a realidade local, tecendo críticas a ambas as facções políticas. Em meio às intermináveis guerras civis e instabilidades institucionais, concluiu pelo "mau funcionamento" da "nação" no Rio da Prata.

Durante a segunda fase, De Angelis aderiu paulatinamente ao Partido Federalista, mais especificamente à sua facção rosista, defendendo suas práticas e idéias políticas. Neste sentido, desenvolveu a tese de que a província de Buenos Aires, onde haveria o pleno funcionamento das instituições republicanas, estava "no caminho certo da construção nacional".

Em alguns momentos, os escritos do autor eram demarcados por certas ambigüidades, oscilando entre a defesa destes novos posicionamentos e momentos de retorno às suas concepções críticas do período anterior, especialmente em relação à sua pendular visão sobre a América e a Europa.

O periodista também polemizou com políticos de províncias interioranas, principalmente com Pedro Ferré, que então defendia a "já existência" da "nação argentina".

Na terceira e última fase, De Angelis aderiu plenamente à defesa do regime rosista durante o apogeu de sua hegemonia tanto em Buenos Aires quanto nas demais províncias. Nesta nova conjuntura, elaborou um discurso, segundo o qual, a "nação", denominada "Confederação Argentina", já existiria "de fato", a despeito da ausência de constituição escrita ou governo nacional.

Mesclando suas tradicionais idéias liberais com as práticas e concepções próprias do regime rosista, em especial a "unanimidade política" e o poder unipessoal, o italiano buscou construir um discurso coerente, culminando em uma representação original e, em certo sentido, paradoxal de nação, em que conviviam concepções liberais modernas, de origem européia, com as práticas específicas do regime local.

O autor defendia com ardor esta tese nas páginas do *Archivo Americano*, principal periódico da era rosista, combatendo energicamente os contrários a suas concepções, em especial os antigos unitários e os jovens intelectuais da Geração de 1837.

historiografia liberal, é perceptível até em estudos mais recentes. No último, e também mais extenso estudo sobre o italiano, Josefa Sabor aponta essa problemática na introdução de sua obra. A autora, entretanto, não se debruça sobre a questão, propondo-se a restringir sua análise à produção intelectual de De Angelis, sem entrar no mérito de julgar a trajetória pessoal do italiano, em especial suas posturas políticas e relacionamentos com grupos e personalidades ao longo de sua vida. Ver: SABOR, J. E. Op. Cit., p. VII e VIII.

Nosso estudo aponta para a necessidade de rever visões consagradas pela historiografia sobre as práticas e idéias de De Angelis. É recorrente retratar o autor como um oportunista, que sempre aderia a quem estivesse no poder, sem vacilar em mudar de posição conforme as alterações de governos.[189] Entretanto, ao analisar sua produção periodística, constatamos que De Angelis não aderiu à política governista na época de Rivadavia, mantendo uma distância crítica em relação aos grupos políticos locais. Na sucessão de governo, o italiano não aceitou a proposta de Dorrego de voltar a exercer a função de jornalista, pois isso acarretaria a obrigação de defender explicitamente a política do então governador. Durante o efêmero governo Lavalle, nosso personagem voltou a exercer o ofício de periodista, mantendo sua independência, expressa através de elogios e críticas ao governo de então, sem assumir a defesa do programa político e do projeto nacional do governo. Foi somente na primeira administração de Rosas, que De Angelis assumiu uma postura "oficialista", de defesa incondicional do governador e do novo regime que paulatinamente se instalava. No intervalo das duas administrações de Rosas, o italiano teve uma postura oposicionista durante o governo de Balcarce, o que acabou lhe custando o fechamento do seu periódico de então, *El Monitor*. A acusação de que De Angelis ficava sempre ao lado de quem quer que estivesse no poder, portanto, não se sustenta diante da realidade histórica.

Teria sido De Angelis um rosista convicto ou aderiu ao regime de forma resignada, para obter melhor proveito pessoal da situação? Não é possível responder com exatidão a essa interrogativa. Mas é certo que nosso personagem cultuava certa admiração por Rosas, pois começou a elogiá-lo mesmo antes de sua primeira eleição para governador de Buenos Aires. Na época em que ainda estava na Europa, De Angelis defendeu o governo de Murat em Nápoles e elogiou a figura de Napoleão. Desta forma, sempre se mostrou pragmático, abrindo mão de seu republicanismo em prol de governos monárquicos progressistas, que combatiam os ainda persistentes resquícios do feudalismo. É pertinente, portanto, supor que o italiano via em Rosas um político autoritário e com grande apoio popular, a melhor opção para pôr fim aos conflitos locais e instaurar um governo mais estável, que finalmente promovesse um funcionamento mais duradouro de instituições republicanas. É em nome do pragmatismo que De Angelis aderiu e "ajustou-se" ao regime rosista. Também é preciso salientar que o periodista italiano tinha rompido seus vínculos com os carbonários muitos anos antes de deixar a Europa e, quando chegou a Buenos Aires, já era um liberal bastante moderado, conservador até, que abominava as revoluções e defendia um governo de "ilustrados", sem acesso ao poder por parte da maioria da população. Neste sentido, estamos seguros de que ele jamais seguiria o caminho da oposição a Rosas, trilhado por muitos intelectuais de então, pois isso

significaria pregar a derrubada do regime e a revolução, o que estaria em total desacordo com seu ideário e suas posturas políticas. Se tivesse desejado o rumo da oposição, nosso autor teria trabalho garantido em Montevidéu, onde florescia uma imprensa opositora ao regime rosista. Sua opção pela defesa de Rosas deu-se menos por eventuais proveitos materiais do que por convicções políticas, pois as práticas e concepções dos artífices do regime rosista eram as que mais se aproximavam das idéias de De Angelis.

Isso não significa que o italiano tivesse se convertido plenamente ao governo de Rosas ou que acreditasse piamente em tudo que escrevia em seus artigos para os jornais identificados com o regime. É evidente que, ao optar por uma facção política, nosso personagem utilizou a pena com o intuito de defender um determinado grupo frente a seus opositores, sendo necessária a elaboração de um discurso em que muitas vezes era mais importante a sustentação da política faccional do que as idéias pessoais. Em meio a verdadeiras "lutas de representações", era preciso construir um discurso persuasivo, buscasse agregar um maior número de adeptos para sua facção. Neste sentido, De Angelis teve que "se ajustar" à política local, modificando algumas de suas posições. Desta forma, a publicação de seus *Ensayos políticos y literarios* em 1833, com nova edição em 1839, reunindo artigos de sua primeira fase, e apresentando contradições com aquilo que o autor então escrevia para os periódicos, podem sugerir que o jornalista italiano mantinha-se fiel a suas tradicionais formas de pensar e as modificações em seus escritos eram mais em função de seu papel como defensor de um regime e de um grupo político.

Entre os anteriores estudos sobre De Angelis, consideramos que quem melhor percebeu as mudanças das posturas do autor, em decorrência das circunstâncias conjunturais em que o italiano atuava, foi Jorge Myers. Segundo o historiador:

> *En cuanto a la orientación ideológica de De Angelis, puede decirse que su temprano liberalismo doctrinario tendió a diluirse en las retóricas oficiales del rosismo, tornándose progresivamente más opaco durante los años cuarenta y cincuenta. [...] ese pensamiento se iría fisurando progresivamente por la exigencia republicana del ambiente político e intelectual local.*[190]

Entretanto, acreditamos que esta "diluição das idéias" de De Angelis frente à retórica do regime rosista deve ser relativizada. Embora aderindo ao regime e sendo artífice da construção de uma concepção de nação apropriada para o governo de Rosas, o italiano nunca deixou de ser um liberal partidário da modernidade política. Conforme vimos, buscava dar uma identidade liberal ao regime rosista, contrastando, inclusive, com algumas concepções dos partidários do regime, especialmente no que se refere ao

---

[190] MYERS, Jorge. Op. Cit., p. 38.

"agrarismo" e à recorrência à Antigüidade Clássica, saliente na retórica da maior parte dos adeptos do regime, mas que permaneceu ausente dos artigos elaborados por nosso autor. O liberalismo de De Angelis, portanto, não se tornou "opaco", mas sim se adaptou ao novo regime e a suas características particulares. Mesmo tendo passado por significativas mudanças durante as três fases de ofício como periodista, percebemos, no autor, uma trajetória coerente, ao longo da qual ele buscou manter-se fiel a suas idéias liberais, adaptando-as e transformando-as, conforme as mudanças de conjuntura em sua longa vivência no Rio da Prata.

Capítulo 3

A nação mazziniana na Região Platina: a atuação de Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti

Tratamos, neste capítulo, da trajetória de nossos dois outros personagens, os jornalistas italianos Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti. Analisamos a atuação de ambos nos debates sobre a construção da nação na Região Platina de forma simultânea, em um mesmo capítulo, por diversas razões. A primeira é que eles partilhavam de um mesmo ideário, o nacionalismo mazziniano. Além disso, conheceram-se no Rio de Janeiro e de lá partiram juntos para a Região Platina, chegando a Montevidéu em 1837. Enquanto o primeiro ali se estabeleceu, ao lado dos opositores ao regime rosista, o segundo seguiu para o Rio Grande do Sul, atuando junto aos revolucionários farroupilhas. Amigos pessoais, além de correligionários, Cuneo e Rossetti mantiveram intenso contato até a morte prematura do último nos campos de batalha sul-rio-grandenses, em novembro de 1840.

Durante o período em que os personagens estiveram na Região Platina, distinguimos três fases de suas atuações como jornalistas. A primeira, de 1838 a 1840, é caracterizada pelas contribuições de Cuneo e Rossetti para a imprensa local, seja em Montevidéu ou nas capitais da República Rio-Grandense, inicialmente Piratini e posteriormente Caçapava. Durante esses primeiros anos, nossos autores procuraram divulgar o ideário mazziniano, adaptando-o aos contextos locais, estabelecendo diálogos com os grupos políticos com os quais mantinham contatos. Esse é o único momento em que

Rossetti exerceu a função de periodista, já que veio a falecer em 1840. A segunda fase é marcada pelo surgimento de periódicos em língua italiana, fundados e dirigidos por Cuneo entre 1841 e 1844, após seu retorno a Montevidéu. Neste período, o jornalista dirigia-se exclusivamente à comunidade de imigrados italianos e seus escritos caracterizam-se por uma radicalização do nacionalismo de Mazzini. Na última fase, entre 1853 e 1860, Cuneo, então em Buenos Aires, escreveu tanto para a imprensa local como em um novo periódico em sua língua nativa, oscilando entre um ideário mazziniano mais "atenuado" e as novas concepções de nação, propagadas por setores de intelectuais liberais portenhos.

Da Itália ao Rio de Janeiro

Nesta primeira seção, abordamos a vida de nossos autores, desde o nascimento na Itália até os primeiros tempos do exílio americano na cidade do Rio de Janeiro. Iniciamos seguindo os passos de Gian Battista Cuneo, de quem a historiografia fornece dados mais precisos sobre a vida na terra natal.

Cuneo nasce na cidade italiana de Oneglia, no ano de 1809.[1] O futuro jornalista é oriundo de uma família modesta, cujo pai, Francesco, exercia a profissão de alfaiate.[2] Ainda em sua cidade natal, realiza estudos de filosofia, interessando-se por disciplinas literárias. Porém, antes de concluir sua formação, dedica-se a aventuras pelo mar e, tornando-se piloto do capitão Francesco Cavanna, navega pelo Mar Negro e atravessa o Atlântico em viagens para as Antilhas.[3] Desde muito cedo, o italiano revela-se imbuído de um espírito aventureiro, que o levaria a deslocar-se para lugares mais distantes. Nessas viagens, Cuneo trava contato com revolucionários radicais, tornando-se amigo de Giuseppe Garibaldi e do fundador da "Jovem Itália", Giuseppe Mazzini.[4] Conforme Alma Novella Marani, há versões segundo as quais seria Cuneo quem teria "iniciado" Garibaldi na "Jovem Itália"; entretanto, a autora sustenta que o mais provável é que este já seria um mazziniano quando conheceu aquele.[5] O local e a ocasião do primeiro contato entre Cuneo e Garibaldi são controversos nos estudos historiográficos. Interpretando uma carta do segundo, Luce Fabbri Cressatti é da opinião de que ele

[1] PETRIELLA, Dionésio; SOSA MIATELLO, Sara. *Dicionario biográfico italo-argentino*. Buenos Aires: Asociación Dante Alighieri, 1976, p. 207-209.
[2] MARANI, Alma Novella. *El ideario mazziniano en el Rio de la Plata*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1985, p. 54.
[3] Ibidem, p. 54.
[4] PETRIELLA, Dionésio; SOSA MIATELLO, Sara. Op. Cit., p. 207.
[5] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 54.

teria conhecido nosso jornalista não na Itália, mas somente anos mais tarde, quando ambos se encontravam exilados no Rio de Janeiro.[6]

Em 1833, Cuneo se muda, acompanhando sua família, para Nice, onde é preso, acusado de difundir escritos revolucionários, mas consegue escapar milagrosamente.[7] No ano seguinte, envolve-se com os preparativos insurrecionais de Gênova, promovidos pela "Jovem Itália".[8] Perseguido, é obrigado a se refugiar, primeiro na França e, em seguida, na América, estabelecendo-se no Rio de Janeiro em 1835, antes de seu conterrâneo Garibaldi.[9] Na capital do então Império do Brasil, nosso autor logo entra em contato com a incipiente comunidade italiana local, composta basicamente por comerciantes e exilados políticos, junto aos quais funda uma filial da "Jovem Itália". Ainda no Rio de Janeiro, dá vida, no ano de 1836, a um periódico em língua italiana, intitulado *La giovine Italia*, do qual só se conhece o "manifesto-programa" e duas primeiras edições.[10] Com esse jornal, o italiano dá seus primeiros passos no ofício de periodista.[11]

É também na então capital brasileira, provavelmente no ano de 1835, que Cuneo conhece nosso outro personagem, Luigi Rossetti. Ex-estudante de Direito, estabelecido na capital brasileira desde 1827, praticando comércio de cabotagem, atividade praticada por muitos dos primeiros imigrantes italianos.[12] Muito pouco se sabe sobre os primeiros anos da vida de Rossetti na Itália. Salvatore Candido afirma que é incerta sua data de nascimento, tendo apenas como informação precisa o fato de que ele era genovês.[13] A única referência que encontramos quanto a uma data é uma nota de rodapé no livro de Abeillard Barreto, na qual autor indica que Rossetti teria nascido em 1800, ainda assim, sem citação de alguma fonte.[14]

São bastante escassas e controversas as informações sobre a vida de Rossetti na Itália. Segundo Franco Cenni, o italiano teria sido um rapaz agitador de idéias democráticas e republicanas, dirigindo um pequeno jornal manuscrito. Na Faculdade de Direito, teria fundado *La Voce del Popolo*, tornando-se um fervoroso discípulo de Mazzini.[15] Salvatore Candido, pesquisador que mais se dedicou ao estudo dos imigrados políticos italianos,

[6] FABBRI CRESSATTI, Luce. Italianos en Brasil y en el Plata en tiempos de Garibaldi. *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo*. Año 3. Montevideo: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1988, p. 104.
[7] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 54.
[8] PETRIELLA, Dionésio; SOSA MIATELLO, Sara. Op. Cit., p. 207.
[9] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 54.
[10] Ibidem, p. 55.
[11] Para informações mais detalhadas sobre o periódico e seu "manifesto-programa", consultar CANDIDO, Salvatore. La pubblicistica mazziniana in Brasile e nei paesi rioplatensi nel primo ottocento. *Bolletino della Domus Mazziniana*. Pisa: 1995, n. 1, p. 15-22.
[12] FABBRI CRESSATTI, Luce. Op. Cit., p. 104.
[13] CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani:* Luigi Rossetti e G. B. Cuneo (1837-1840). Florença: Valmartina Editore, 1973, p. 196.
[14] BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul:* 1827-1850. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 156.
[15] Franco Cenni. *Italianos no Brasil*. São Paulo: USP, 1975, p. 71.

afirma, entretanto, que não há documentos confiáveis sobre a vida de Rossetti na Itália. Pela falta de informações sobre possíveis atividades políticas em sua terra natal, Candido ainda suspeita que Rossetti tenha decidido vir para a América por outro motivo, que não seja o de exílio político.[16] O certo é que o futuro periodista chegou à América em 1827, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, conforme carta de seu próprio punho, escrita em 1836, na qual afirma estar vivendo na cidade há nove anos.[17]

Ainda assim, há controvérsias na historiografia sobre o local de seus primeiros anos de exílio americano. Barreto afirma que, em 1827, Rossetti estaria não no Rio de Janeiro, mas em Montevidéu, residindo, a partir de então, ora em uma ora em outra margem do Rio da Prata, até se estabelecer no Rio Grande do Sul em 1837.[18] Os demais autores consultados, entretanto, não mencionam este suposto período no Rio da Prata, confirmando os dados de Salvatore Candido de que Rossetti tinha se estabelecido primeiramente no Rio de Janeiro. As memórias de Garibaldi, publicadas por Alexandre Dumas, corroboram as afirmações da maior parte dos autores.[19]

Na já citada carta de 1836, escrita para Mazzini, Rossetti relata sua "iniciação" na "Jovem Itália" por meio de Cuneo.[20] É também pelo contato com este que aquele aprende o ofício de jornalista, durante o tempo em que ambos convivem no Rio de Janeiro. É ainda nesta cidade que os italianos ouvem falar de um outro conterrâneo, Tito Livio Zambeccari, que chega à capital imperial em fins de 1836 como prisioneiro, por seu envolvimento na Revolução Farroupilha, sendo confinado na Fortaleza de Santa Cruz.[21]

Conforme esclarecemos na introdução deste trabalho, não foi possível investigar a atuação de Zambeccari como jornalista devido à falta de fontes. Entretanto, já que igualmente exerceu o ofício na Região Platina, consideramos pertinente tecer alguns comentários sobre sua trajetória.

Tito Livio Zambeccari nasce na cidade italiana de Bolonha, em 30 de junho de 1802.[22] Era filho do conde Francesco Zambeccari. Desde muito jovem, inclina-se para atividades revolucionárias pela unificação italiana, filiando-se à Carbonária em 1821. Após os motins em sua cidade natal naquele ano, vários de seus companheiros são presos, fazendo-o decidir pela

[16] CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione...*, p. 197.
[17] Ibidem, p. 197.
[18] BARRETO, Abeillard. Op. Cit., p. 156.
[19] DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L & PM, 2000 [1859], p. 46. Garibaldi, assim relatou seu primeiro encontro com Rossetti: "Uma vez no porto do Rio de Janeiro, a minha boa sorte fez com que eu não tardasse a ali encontrar o bem mais precioso que pode existir nesse mundo, um amigo. Este amigo não foi preciso procurá-lo, nem foi necessário estudarmos mutualmente para travarmos conhecimento: nós nos cruzamos, trocamos um olhar, tudo ficou claro. Um sorriso, um aperto de mãos, tornávamo-nos Rossetti e eu, irmãos para toda a vida".
[20] CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione...*, p. 197.
[21] VARELA, Alfredo. *História da grande revolução*: o cyclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933, v. IV, p. 8.
[22] *Enciclopedia Italiana*. Istituto della Enciclopedia Italiana, v. XXXV: Roma: Rizzote & C. Milano, 1934, p. 873 e 874.

fuga para a Espanha. Lá, atua como oficial durante a Revolução espanhola de 1821, o que logo o obriga a novos exílios na França, Inglaterra e, em 1826, parte para a América. Inicialmente, Zambeccari se estabelece em Montevidéu, servindo a Lavalleja em sua luta contra a dominação brasileira, mudando-se em seguida para Buenos Aires. Com o início das perseguições promovidas pelo regime rosista, decide refugiar-se no Rio Grande do Sul em 1834.[23]

Neste ponto, há versões controversas. Segundo Alfredo Varela, o ano de chegada de Zambeccari ao Rio Grande do Sul seria 1832.[24] Já Luce Fabbri Cressatti afirma que o italiano viajou pela primeira vez a Porto Alegre em 1831, vivendo, a partir de então, alternadamente entre a capital do Rio Grande do Sul e Buenos Aires, estabelecendo-se definitivamente em Porto Alegre no ano de 1833.[25] Salvatore Candido também aponta 1831 como o ano de chegada do personagem ao Rio Grande do Sul.[26] Segundo Varela, Zambeccari decidiu estabelecer-se em Porto Alegre pelas amizades feitas com rio-grandenses durante a campanha de independência do Estado Oriental.[27] É no Rio Grande do Sul que Zambeccari passa a dedicar-se ao jornalismo, atuando, no período anterior à eclosão da Revolução Farroupilha nos periódicos de propaganda republicana *O Continentista* (1831-1832) e *O Republicano* (1834), ocupando o cargo de redator deste último.[28]

Sobre a atuação como jornalista de Zambeccari, encontramos novas controvérsias na historiografia. Em seu livro sobre a imprensa gaúcha da primeira metade do século XIX[29], Barreto não menciona o periodista italiano ao falar sobre *O Continentista*, mas afirma que ele atuava como redator secundário, ao lado do argentino Manuel Ruedas, de *O Recompilador Liberal* (1832-1836).[30] Barreto também cita a atuação de Zambeccari em *O Republicano*, que tinha os mesmos redatores do periódico anterior. Edgar Luiz Schneider confirma as informações de Barreto[31], enquanto Fabbri Cressatti segue o posicionamento de Varela.[32] Não temos condições de confirmar esses dados, até porque restam raríssimos exemplares daqueles periódicos nos arquivos do Rio Grande do Sul e não é possível identificar os escritos de Zambeccari. No entanto, sendo praticamente certa a atuação do italiano em *O Republicano*, pensamos que, provavelmente, ele tenha atuado também

[23] Ibidem, p. 873.
[24] VARELA, Alfredo. Op. Cit., v. II, p. 57.
[25] FABBRI CRESSATTI, Luce. Op. Cit., p. 96 e 98.
[26] CANDIDO, Salvatore. La pubblicistica..., p. 13.
[27] VARELA, Alfredo. Op. Cit., v. II, p. 61.
[28] Ibidem, p. 61.
[29] BARRETO, Abeillard.Op. Cit.
[30] Ibidem, p. 54.
[31] SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa rio-grandense nos séculos XIX e XX. In: BARRETO, Abeillard. et al. *Fundamentos da cultura rio-grandense. Quinta série*. Porto Alegre: UFRGS, 1962, p. 83-101.
[32] FABBRI CRESSATTI, Luce. Op. Cit., p. 99.

em *O Recompilador Liberal*. É difícil que tenha contribuído para *O Continentista*, tanto pelo caráter mais moderado deste último periódico como pela possibilidade de que Zambeccari sequer já estivesse no Rio Grande do Sul na época de sua circulação.

Além de sua atuação como periodista, Zambeccari exerceu outras funções, como a tradução para o português de *Novos princípios de economia política*, da autoria de Sismondi, bem como da obra *Palavras de um crente*, de Lamennais, em 1834, mesmo ano de sua publicação na Europa.[33] Os textos publicados sugerem que Zambeccari ainda não seria um seguidor de Mazzini quando esteve no Rio Grande do Sul, embora Varela, citando Assis Brasil[34], afirma que o jornalista italiano foi o responsável pela chegada do ideário da "Jovem Itália" ao Rio Grande do Sul.[35] Por ocasião do início da Revolução Farroupilha, Zambeccari exercia a função de secretário do chefe do movimento, Bento Gonçalves da Silva.[36]

O italiano é preso, justamente como líder rio-grandense, na Batalha de Fanfa em 1836, sendo transferido, como prisioneiro, para o Forte de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, neste mesmo ano.[37] Conforme mencionamos, é neste momento que Garibaldi e Rossetti tomam conhecimento de Zambeccari, decidindo visitá-lo na prisão. Através dos contatos durante as visitas, aqueles ouvem deste sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul, decidindo prestar serviços à causa farroupilha. Desta forma, Rossetti e Garibaldi entram em contato com os revolucionários rio-grandenses, optando por partir rumo à República Rio-Grandense no ano seguinte.

Zambeccari permaneceria preso até 1839, quando seria anistiado pelo governo imperial com a condição de retornar à Europa. De volta a sua terra natal, atuaria, durante as revoluções de 1848, ao lado de Mazzini. Em meio aos sucessos iniciais do movimento, tornar-se-ia também deputado na Assembléia Constituinte romana, mas seria obrigado a novas fugas a partir das derrotas das revoluções. Posteriormente, seria chamado por Garibaldi a Nápoles, para participar do exército patriótico pelos movimentos de unificação italiana em 1861. Adoentado, Zambeccari viria a falecer na Itália unificada no ano seguinte, sem ter retornado à América.[38]

Em 7 de maio de 1837, Garibaldi e Rossetti partem da Baía da Guanabara, a bordo da nave *Mazzini*, em direção à Região Platina, chegando ao porto de Montevidéu em meados do mesmo ano.[39] Já comprometidos com a Revolução Farroupilha, os italianos praticam atividades corsárias durante a travessia, em benefício da luta dos republicanos sul-rio-grandenses.

[33] Ibidem, p. 99.
[34] ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1982. [1882].
[35] VARELA, Alfredo. *História da...*, v. II, p. 64.
[36] FABBRI CRESSATTI, Luce. Op. Cit., p. 99.
[37] *Enciclopedia Italiana*. *Op. Cit.*, p. 874.
[38] Ibidem, p. 874.
[39] CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione...*, p. 197 e 198.

Segundo Salvatore Candido, Cuneo também teria partido na mesma embarcação, chegando a Montevidéu em 16 de julho de 1837.[40]

Adaptação da nação mazziniana na Região Platina I: Cuneo na imprensa de oposição rosista em Montevidéu

Passemos, a partir de agora, à análise da primeira fase de atuação de nossos personagens como jornalistas junto à imprensa na Região Platina. Como vimos, Cuneo e Rossetti chegam a Montevidéu em meados de 1837. Em seguida, porém, os amigos italianos separam-se, pois enquanto o primeiro permanece na capital oriental, o outro parte rumo ao Rio Grande do Sul, onde vai participar da fundação do primeiro periódico oficial da nova república emergente na região.

Nesta seção, analisamos a produção periodística de Cuneo em Montevidéu, nos primeiros anos de seu trabalho como jornalista, ficando a análise da imprensa rio-grandense para a seção seguinte. Entre 1838 e 1840, o italiano colabora em periódicos locais, todos fundados ou dos quais participavam os jovens exilados argentinos componentes do grupo de intelectuais que ficaria conhecido como Geração de 1837. Os círculos políticos, nos quais Cuneo se insere, tinham iniciado uma intensa e combativa oposição ao regime rosista através das páginas de seus periódicos, em um momento político bastante tumultuado, de consolidação do regime na margem ocidental e reagrupamento das diversas forças de oposição na margem oriental do Rio da Prata.

Ao pisar em terras uruguaias, Cuneo depara-se com uma situação política bastante explosiva, na qual se mesclavam e se confundiam conflitos internos da jovem República do Uruguai com o cenário conturbado do conjunto da Região Platina. Neste sentido, as lutas internas entre os grupos políticos, liderados pelo então presidente Manuel Oribe, por um lado, e pelo ex-presidente Frutuoso Rivera, por outro, interagiam com os conflitos entre rosistas e anti-rosistas na outra margem do Rio da Prata e entre farroupilhas e imperiais no território sul-rio-grandense.

O Uruguai tinha conquistado sua independência em 1828, com o fim da guerra entre rio-platenses e brasileiros pela disputa do território. A assinatura do tratado de paz, entretanto, não significou o fim dos conflitos nem a plena independência uruguaia. De acordo com as historiadoras Lucía Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy[41], a situação política continuaria tumultuada por várias décadas. Os habitantes da República Oriental permaneciam

[40] Ibidem, p. 178.
[41] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Tomo II: sociedad, política e ideologia. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

fortemente vinculados aos seus vizinhos, articulando seus "bandos" com facções igualmente em luta nos países limítrofes, aos quais solicitavam refúgio e apoio, assim como facilidades para retornar ao seu país e continuar a luta pelo poder, quando eram vencidos.[42] As historiadoras sustentam que, na conjuntura histórica de então, não havia Estados nacionais plenamente estabelecidos, nem sentimentos de nacionalidade coesos no conjunto do território da Região Platina.[43]

Em 18 de julho de 1830, é jurada a primeira Constituição da República Oriental do Uruguai, que cria um Estado através de um pacto político, regido por uma cidadania restringida. Diferentemente do caso bonarense da década anterior, entre os orientais o direito de voto fica restrito a cidadãos que fossem "física e moralmente aptos para trabalhar e refletir livremente", restrição que se tornaria maior em 1840, com a suspensão do direito ao sufrágio dos analfabetos.[44] Em 24 de outubro, os constituintes designam Rivera como primeiro presidente constitucional do país, 27 votos contra cinco obtidos por Juan Antonio Lavalleja.[45]

A apresentação de candidaturas contrapostas para a eleição presidencial é indício da continuidade de lutas entre os grupos políticos, que, em pouco tempo, ficariam explícitas com a irrupção de um movimento armado protagonizado por Lavalleja a partir de 1832[46], levando o país a uma guerra civil.[47] Os insurgentes constituíam uma força pouco homogênea, composta principalmente de proprietários de terras de Maldonado e Soriano, além de alguns grandes latifundiários que haviam sido expropriados na época de Artigas, cujas restituições de posse das propriedades o governo de Rivera não se empenhava em realizar.[48] O presidente consegue manter o controle da situação, impondo uma derrota a Lavalleja[49], o qual parte, juntamente com seu "bando", rumo à fronteira com o Brasil, estabelecendo-se na região de Jaguarão, onde é bem acolhido por seu compadre Bento Gonçalves da Silva, então chefe da fronteira, a serviço do Império.[50] Em território rio-grandense, os lavallejistas intervêm na tumultuada situação política do Rio Grande do Sul, participando da propaganda republicana e antiimperial nos momentos que antecedem à irrupção da Revolução Farroupilha.[51]

Em março de 1835, Oribe é eleito segundo presidente constitucional pelos votos unânimes da Assembléia Geral.[52] O novo presidente tinha

[42] Ibidem, p. 111.
[43] Ibidem, p. 112.
[44] Ibidem, p. 115.
[45] Ibidem, p. 135.
[46] Ibidem, p. 145.
[47] Ibidem, p. 147.
[48] Idem.
[49] Ibidem, p. 150.
[50] Ibidem, p. 154.
[51] Trataremos da conturbada conjuntura sul-rio-grandense na próxima seção deste capítulo, quando abordaremos a atuação de Rossetti e Cuneo como jornalistas a serviço dos farroupilhas.
[52] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 195.

sido uma escolha pessoal de Rivera, que esperava continuar com o poder "de fato", exercendo o cargo de Comandante Geral da Campanha. Oribe, entretanto, não tencionava ser um mero testa-de-ferro do ex-presidente e procuraria aplicar uma política distinta, de reforço das instituições republicanas, consolidação da propriedade privada no campo, além de estímulo às manufaturas e à agricultura, visando, desta forma, a aprofundar a independência do Uruguai.[53] Para consolidar-se no poder e enfraquecer seu rival, Oribe suprime o cargo de Comandante Geral da Fronteira em 19 de fevereiro de 1836, fornecendo o estopim que Rivera necessitava para iniciar seu levante contra o presidente constitucional.[54] Nos próximos quase dois anos, até a entrada triunfal de Rivera em Montevidéu em novembro de 1838, o território oriental é palco de mais uma guerra civil, agora entre as facções oribistas e riveristas.

Os conflitos, entretanto, iam além de uma mera luta pelo poder entre facções rivais. Ao beneficiar grandes proprietários de terra durante seu governo, Oribe tinha suscitado forte oposição entre pequenos, médios proprietários e excluídos. Tinha tentado, pois, impor o modelo de poder de uma oligarquia que ainda não tinha forças suficientes para tal, sendo que seria, por isso, derrotado por seu oponente.[55] É justamente entre aqueles setores descontentes com Oribe, que Rivera aglutina apoio para retomar o poder. Estabeleciam-se, deste modo, compromissos entre Rivera e as massas de despossuídos, pequenos e médios proprietários.[56]

Na ocasião da chegada de Cuneo a Montevidéu, portanto, a cidade encontra-se bastante convulsionada. O poder de Oribe estava seriamente ameaçado pelas movimentações de Rivera no interior do país. O clima político era efervescente, não apenas pelas lutas entre as facções rivais, mas também pela ação de grupos políticos oriundos do outro lado do Rio da Prata, que, desde a ascensão de Rosas em 1829, tinham começado a chegar como exilados na capital uruguaia. Desta forma, se estabelecem, em sucessivas ondas, grupos de refugiados unitários, federalistas anti-rosistas e, em pouco tempo, juntam-se a eles jovens intelectuais da Geração de 1837.[57]

Entre os antigos unitários, haviam chegado a Montevidéu, como exilados no ano de 1829, os irmãos Varela, Juan Cruz e Florencio, além de Fernández de Agüero, José Valentín Gómez, entre outros.[58] Em princípios

[55] Ibidem, p. 197.
[56] Ibidem, p. 249.
[57] Ibidem., p. 222 e 223.
[58] Entretanto, isso não significa que Rivera fosse um revolucionário tal qual ou mesmo parecido com Artigas. Conforme Sala de Touron e Alonso Eloy, "Nada más ajeno al pensamiento y carácter de Rivera, que la calidad de revolucionario social. Acabó contribuyendo a la apropiación de tierras y ganados por algunos terratenientes, grandes hacendados y aún pequeños y medianos, lo que supone la privación de los mismos a poseedores y ocupantes. Pero lo realiza de manera menos brutal, salvo en el caso de indios y bandidos. Rivera no actúa para devolver la tierra a los viejos propietarios coloniales ni impone el igual aceso a la tierra pública. Interviene una y otra vez en favor de sus amigos, sus seguidores, la gente de su bando" (SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., 1991, p. 163 e 164).

da década de 1830, dissidentes do partido federal, em especial a facção antirosista, também tinham aportado à capital oriental como refugiados, entre os quais se encontrava José Rivera Indarte, que, conforme vimos no capítulo anterior, de colega e amigo de Pedro de Angelis tinha se convertido em um de seus principais inimigos e detratores. Em 10 de maio de 1835, Miguel Cané também decide partir de Buenos Aires rumo a Montevidéu em um "auto-exílio".[59] Cané era cunhado de Florencio Varela, casado com sua irmã Justa, e tornar-se-ia um dos destacados integrantes da "Nova Geração", acompanhando, a partir de Montevidéu, os primeiros passos do grupo de jovens intelectuais, ainda na capital argentina.

Cuneo é acolhido em Montevidéu pelos irmãos Antonini, conterrâneos seus e donos de uma próspera empresa de comércio de cabotagem.[60] Stefano Antonini o apresenta a Cané, com o qual o italiano logo estabelece uma forte amizade e obtém acesso ao círculo de proscritos argentinos.[61] Cané é seduzido pelas idéias igualitárias e radicais do nacionalismo mazziniano, procurando difundir o ideário entre seus correligionários.[62] Segundo Jorge Mayer, o periodista italiano seria "agente de Mazzini" e teria fornecido ao argentino documentos da Jovem Itália que este, em seguida, teria tratado de enviar a seus compatriotas fundadores da "Nova Geração".[63]

Ainda segundo Mayer, Cuneo teria viajado a Buenos Aires entre fins de 1837 e princípios de 1838, a fim de contactar diretamente os jovens intelectuais que se reuniam no Salão Literário desde meados do ano.[64] Félix Weinberg afirma que Cuneo residia em Buenos Aires no ano de 1837, propagando as idéias mazzinianas.[65] Luce Fabbri Cressatti confirma esta passagem de Cuneo por Buenos Aires, acrescentando que o italiano teria freqüentado reuniões dos jovens intelectuais argentinos nas quais certamente teria conhecido Pedro de Angelis.[66] Esta é a única referência que encontramos sobre um possível encontro entre estes dois periodistas italianos. Entretanto, a autora não aponta suas fontes, o que, somando-se à questão de que todos os demais pesquisadores consultados não aludem a este fato, nos obriga a colocar em dúvida se Cuneo e De Angelis teriam realmente se encontrado ou mesmo se o primeiro teria estado em Buenos Aires naquele período. De qualquer forma, seja diretamente através de Cuneo, seja

[59] MUJICA LÁINEZ, Manuel. *Miguel Cané (padre): un romántico porteño*. Buenos Aires: Elefante Blanco, 2000 [1942].p. 39.
[60] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 55.
[61] Ibidem, p. 57 e 58.
[62] Ibidem, p. 58.
[63] MAYER, Jorge M. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963, p. 156.
[64] Ibidem, p. 156.
[65] WEINBERG, Félix. *El Salón Literario*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1958, p. 47.
[66] FABBRI CRESSATTI, Luce. Comienzos del periodismo italiano en el Rio de la Plata. *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo*. Año 7. Montevideo: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1992, p. 14.

indiretamente por meio de Cané, é indiscutível que os jovens argentinos, entre os quais Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutiérrez tomam conhecimento das idéias mazzinianas. A declaração de princípios e a forma de organização em sociedade secreta da Jovem Itália servem de inspiração aos intelectuais da nova geração no momento em que estes decidem fundar a "Jovem Argentina" em 1838, após as primeiras repressões do regime rosista a integrantes do grupo e o fechamento do Salão Literário.[67] Por aqueles mesmos dias, Echeverría publica as "palavras simbólicas" da "Nova Geração", espécie de declaração de princípios dos intelectuais do agrupamento.[68]

Enquanto a situação torna-se cada vez mais difícil em Buenos Aires, os dissidentes do regime rosista acentuam suas atividades na outra margem do Rio da Prata. No dia 15 de abril de 1838, vem à luz o primeiro exemplar do periódico *El Iniciador*, que contaria com a contribuição de Cuneo. Com circulação quinzenal, a publicação é fundada por Cané e o uruguaio Andrés Lamas, convertido ao ideário da Geração de 1837.[69] Um dos objetivos principais do novo periódico é ser um espaço de expressão das idéias de intelectuais do grupo, impedidos de divulgarem seus escritos por esse meio desde o fechamento do jornal portenho *La Moda*, em princípios daquele ano.[70] Desta forma, são publicados, no *Iniciador*, muitos textos sobre literatura, música e poesia, identificados com o movimento romântico. O periódico destaca-se, também, pela publicação de textos políticos de intelectuais da Geração de 1837, especialmente referentes a suas críticas ao regime rosista. Cada exemplar do periódico contava com um grande número de páginas, sendo composto, portanto, também de textos bastante longos, fugindo ao padrão da maior parte dos jornais da época. A despeito da repressão, fazia-se circular o *Iniciador* também em Buenos Aires, onde o jornal contava com muitos leitores.[71]

Além de seus dois editores, o *Iniciador* contava com as contribuições de, entre outros, Alberdi, Echeverría, Bartolomé Mitre, Carlos Tejedor, Félix Frias, Juan María Gutiérrez, além de Cuneo.[72] A participação do jornalista italiano é apontada por um dos próprios fundadores do periódico. Em uma carta dirigida a Gutiérrez, com a data de 15 de maio de 1838, Cané

[67] O próprio Echeverría, anos mais tarde, em sua *Ojeada retrospectiva*, admitiria as inspirações no ideário mazziniano para fundação da Jovem Argentina, ao falar do juramento dos afiliados da organização: "*El que subscribe presentó una fórmula de juramento parecida a la de la Joven Italia; fué aprobada y quedó juramentada e instalada definitivamente la Asociación*" (Echeverría, 1951, p. 157).
[68] ABAD DE SANTILLÁN, Diego. Op. Cit., p. 309.
[69] Ibidem, p. 311.
[70] *La Moda* tinha sido fundado por Alberdi em novembro de 1837. O periódico quinzenal tinha um caráter mais literário e cultural, contendo tanto textos elaborados por intelectuais da "Nova Geração" como reproduções de românticos europeus. Com o início das perseguições do regime rosista ao grupo e o fechamento do Salão Literário, *La Moda* deixou de circular em abril de 1838. Consultar ibidem, p. 307 e 308.
[71] Ibidem, p. 311.
[72] ZINNY, Antonio. *Historia de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay: 1807-1852*. Buenos Aires: C. Casavalle Editor, 1883, p. 210.

escreve que: "[...] *Cuneo me auxilia, pero aun sus auxilios me cuestan mucho, pues que tengo que hacer la tradución de sus artículos* [...]".[73]

Sabemos, com certeza, ser da autoria de Cuneo pelo menos três artigos publicados no *Iniciador*. São eles: "*He leido el Iniciador*", "*Teatro*" e "*Proyecto de un cementerio*".[74]

Destes três, destacamos o "*He leido el Iniciador*" como o mais interessante, pois é nele que o italiano melhor desenvolve, ao longo do escrito, suas concepções políticas. O artigo é estruturado em forma de um diálogo fictício entre um jovem, claramente identificado como um representante da "Nova Geração", e um ancião, veterano dos movimentos de maio de 1810. Ao longo do texto, o personagem jovem, através do qual Cuneo profere suas idéias, busca convencer o outro da viabilidade de suas propostas. No início cético e desconfiado, o ancião acaba convencido por seu interlocutor a aderir ao ideário inovador do grupo de jovens intelectuais.

Apesar de escrever como se fosse um representante da juventude rio-platense, Cuneo procura divulgar, ao longo do artigo, seu ideário mazziniano, inclusive fazendo menções diretas a seu mestre, conforme o trecho abaixo:

> *La historia, ha dicho Mazzini, es un gran libro, en el que cada siglo viene a escribir su renglón: y cada renglón de los siglos es una expresión diversa y progresiva de la inteligencia que se desarrolla; luego es certo que a la humanidad le son necesarias verdades nuevas, y más que cierto esencial que se dirija a descubrirlas para formular las leyes que deberán gobernarla.*[75]

Neste sentido, nosso autor busca reproduzir, neste longo artigo, as concepções fundamentais do nacionalismo mazziniano. Conforme vimos no primeiro capítulo, um dos pontos centrais do pensamento de Mazzini era a defesa do direito de cada povo em constituir-se como nação, devendo harmonizar este direito com os interesses maiores de toda a humanidade.

Compartilhando do messianismo presente nas concepções do fundador da "Jovem Itália", nosso personagem faz diversas menções à "missão" que os homens teriam sido levados a cumprir por vontade divina:

> *Dios ha impuesto a cada nación una misión diversa: estudiamos cuales son los elementos que debamos poner en acción, para dar de este modo, recorriendo la carrera que se nos destina, un carácter nacional a nuestra civilización, una fisionomia enteramente propia adquiriendo al mismo tiempo, y por ley necesaria de las cosas, una civilización humanitaria.*[76]

[73] apud ARCHIVO DEL DOCTOR JUAN MARIA GUTIÉRREZ. *Epistolário*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, t. I, 1979; t. III, 1982; t. IV, 1984; t. V, 1986, p. 208.
[74] A identificação dos três artigos de Cuneo no *El Iniciador* foi feita por Salvatore Candido, através da análise de manuscritos de Bartolomé Mitre. Ver: CANDIDO, Salvatore. La pubblicistica mazziniana in Brasile e nei paesi rioplatensi nel primo ottocento. *Bolletino della Domus Mazziniana*. Pisa: 1995, n. 1, p. 42 e 43.
[75] EI, n. 3, Montevideo, 15/05/1838, p. 60.
[76] EI, n. 3, Montevideo, 15/05/1838, p. 61.

Além da harmonia entre as nações, outra tônica nas idéias dos mazzinianos é o conteúdo igualitário de suas propostas, levando-os a criticar o individualismo dos liberais, que, segundo os primeiros, tornava os homens egoístas. Esse igualitarismo não poderia faltar nos argumentos de Cuneo:

> *Es necesario para juzgar exactamente de [sic] las cosas mirarlas de lo alto, subir hasta los principios generales que las dominan y no esclavizarnos a los hechos. ¿A que puede conducir esta tendencia ciega, individual, mezquina? – Al egoismo, a la duda, al llenarmos el alma de las miserias de la infamia, y envilecernos a nosotros mismos. Toda época está dominada por una gran síntesis. La síntesis que a la nuestra domina es el progreso continuo.*[77]

Cuneo reproduz, desta forma, a concepção nacionalista mazziniana, conforme a qual, a nação seria uma associação política, fundada livremente por seus cidadãos, cujas inspirações remetem à Revolução Francesa e à modernidade política. Entretanto, ao mesmo tempo em que se insere nesta modernidade, há críticas a seus limites, em especial ao individualismo, ou egoísmo, que as transformações sociais da época promoviam. Neste sentido, o igualitarismo apregoado pelo nacionalismo mazziniano o caracteriza como uma das formas mais radicais de se pensar e propor mudanças à sociedade da época.

O jornalista italiano busca incutir nos jovens intelectuais rio-platenses o desejo de seguir o exemplo da "Jovem Europa", organizando-se para lutar pela nação livre e igualitária em todos os cantos do mundo. Isso não significa, entretanto, que nosso personagem fazia um mero transplante das concepções de Mazzini em seus artigos para o *Iniciador*. Ao mesmo tempo em que procura divulgar o nacionalismo mazziniano, percebemos, nos escritos de Cuneo, uma notória adaptação ao contexto intelectual local, incorporando, em seus artigos, concepções típicas dos "jovens de 37".

Assim, além de falar em nome da Geração de 1837, escrevendo como se fosse um de seus intelectuais, o italiano também assume, ao longo de seus textos, parte das concepções dos integrantes do grupo. Em um outro trecho do artigo "*He leido El Iniciador*", por exemplo, afirma que:

> *Todo lo que pretendemos hacer es una continuación de lo que hicieran nuestros padres. Como en los niños después de pasado los años que la naturaleza exige para fortificar sus miembros y para dotar su espíritu de la fuerza necesaria de atención, les educamos el corazón y entenduniento [sic] así en las naciones después de la primera época de acción y fuerza viene la época de la inteligencia, y del pensamiento. – Nosotros tenemos ya una Patria, que nadie podrá quitarnos jamás; pero ¿podremos decir que tenemos libre e independiente el pensamiento? No, aun pesan sobre nosotros*

[77] EI, n. 3, Montevideo, 15/05/1838, p. 62.

los restos de una educación material, falsa, retrógrada, las preocupaciones, las necesidades, los descarrios de una edad bárbara. Nuestras costumbres, nuestras leyes, nuestra literatura lo justifican. [...]. ¿No sereis libres en tanto que nuestra inteligencia permanezca esclava del error? La verdadera libertad es la Razón. La razón es el espíritu de Dios por ella comprendereis que la misión del hombre en la tierra es la de obrar el bien por su conciencia, y que él es responsable de cuanto allí haga porque es libre; que los hombres son iguales y hermanos, como lo son todos los pueblos de la tierra; [...].[78]

O autor reproduz em seu texto idéias centrais do pensamento da Geração de 1837, com cujos intelectuais ele mantinha contato, em especial a concepção de que os protagonistas de maio de 1810 tinham fundado a "pátria" com a revolução de independência, mas "hábitos e costumes da era colonial" persistiam, o que explicava o fato de o país ainda não ser "livre". A liberdade só se consumaria com a conquista de "inteligência", leis, literatura, etc. próprios. Caberia à juventude da "Nova Geração" a tarefa de completar a construção da nação através da inteligência, da razão e da civilização. Para plena construção da nação, portanto, era preciso a conquista de novos hábitos e costumes, ditos civilizados, o que, segundo os "jovens de 37", ainda estava longe de acontecer no continente americano.[79]

Os intelectuais de 37 rompem com a concepção predominante de tomar a "nação" como sinônimo de Estado, ou seja, uma associação política e soberana criada pelos homens através de um pacto voluntário. Leitores dos românticos, eles vêem a necessidade de laços mais fortes entre as pessoas para efetivamente se constituir uma nação. Entre estes laços, destaca-se a consciência dos elementos de uma nacionalidade, tais como literatura, leis, hábitos e costumes.

Entretanto, salientamos que, para os intelectuais do grupo, os laços que unem uma nacionalidade eram essencialmente políticos e culturais, tais como um ideário, uma literatura e costumes em comum, conforme vimos, no capítulo anterior, ao analisarmos os combates entre Echeverría e De Angelis. Não há referências a outros elementos, tais como língua, religião e "raça", ao contrário do que muitos partidários do "princípio das nacionalidades" propagavam na Europa, naquela mesma época.

---

[78] EI, n. 3, Montevideo, 15/05/1838, p. 59 e 60.

[79] Para maiores detalhamentos das concepções dos "jovens de 37" e suas críticas à situação política rio-platense de então, consultar: SCHEIDT, Eduardo. A crítica da "geração de 1837" às experiências republicanas rio-platenses. *História Unisinos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.* São Leopoldo, v. 6, n. 5, 2002, p. 175-188. Ao longo do artigo, demonstramos que os jovens da "Nova Geração" foram céticos quanto ao republicanismo no Rio da Prata. Embora partidários do regime republicano, os integrantes do grupo foram os primeiros a analisar criticamente as primeiras décadas de experiências republicanas nos países platinos. Eles disputavam com os representantes do rosismo a condição de "autênticos republicanos", em um acirrado debate ideológico através da imprensa da época. Segundo os integrantes da Geração de 1837, a república ainda não era uma realidade na América e só efetivamente se realizaria no futuro, após a queda de Rosas e a "educação do povo".

Os "jovens de 37", neste sentido, construíam um projeto próprio para a "nação argentina", que destoava claramente dos demais grupos políticos rio-platenses. A construção da nação, desta forma, não se reduziria ao mero estabelecimento de um pacto constitucional. Ao contrário, para os intelectuais da Geração de 1837, seria um lento e difícil processo, com mais de uma etapa, conforme o seguinte trecho do primeiro artigo do *Iniciador*, redigido por Lamas:

Cuando las sociedades principian a erguir la cabeza como Naciones se abre un campo sin límites a sus esfuerzos, a observacion y examen de todas las condiciones y necesidades de su existencia soberana. La primera de estas necesidades, la condición vital [sic], rey, es la independencia política, [...]. – Pero adviertase, que no es más que la primera, que cumplida no se ha hecho todo, que queda aun mucho que hacer: – Queda una tarea lenta, indispensable, costosa, que es el complemento de la otra. [...] hay nada menos que conquistar la independencia inteligente de la Nación: su independencia civil, literaria, artística, industrial, porque las Leyes, la sociedad, la literatura, las artes, la industria, deben llevar como nuestra bandera los colores nacionales, y como ella ser el testimonio de nuestra independencia y nacionalidad.[80]

A primeira etapa, da independência política, havia sido cumprida pelos "pais de maio de 1810". Caberia, entretanto, aos jovens de 37, a tarefa de realizar as demais etapas para que a "nação argentina" pudesse efetivamente se realizar.

Esta concepção é plenamente assumida por Cuneo, conforme a última citação de seu artigo "*He leido el Iniciador*", na qual o autor menciona as diferentes etapas de construção nacional: primeira de força e ação e, posteriormente, de inteligência e pensamento. Nestes primeiros meses em que atua como jornalista em Montevidéu, escrevendo para o *Iniciador*, Cuneo faz uma adaptação de seu nacionalismo mazziniano para o contexto local. Desta forma, o autor assume a identidade dos integrantes do grupo, escrevendo como se fosse mais um dos jovens rio-platenses. Incorpora suas concepções sobre a nação, ao mesmo tempo em que divulga os elementos centrais do pensamento singular de Mazzini sobre o tema. Desta forma, o periodista italiano insere-se no debate sobre a questão nacional no Rio da Prata ao lado dos jovens de 37, estabelecendo um diálogo com seus intelectuais, com o propósito de convertê-los ao nacionalismo mazziniano.

O *Iniciador* não teria vida longa. Seu último número é publicado no dia 1° de janeiro de 1839. Antes do término do periódico, a cidade de Montevidéu tinha sido sacudida por acontecimentos políticos de grande envergadura. Acossado pelos avanços de Rivera no interior do país, Oribe renuncia à presidência em 24 de outubro de 1838.[81] Em 10 de novembro, Rivera

---

[80] EI, n. 1, Montevideo, 15/04/1838, p. 1 e 2.

[81] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 276.

entra "com triunfo" em Montevidéu, assumindo, pela segunda vez, o comando do país.[82]

A ascensão de Rivera vem dar alento ao conjunto de opositores do regime rosista que se encontravam refugiados em Montevidéu. Devido às aproximações entre o governador bonaerense e Oribe, os exilados políticos começavam a sofrer perseguições na capital oriental durante os últimos momentos de sua gestão. Com a troca de governo e a clara linha opositora a Rosas por parte de Rivera, a cidade converte-se no principal centro de oposição ao regime bonaerense. Uma nova onda de refugiados chega a Montevidéu, entre eles o destacado intelectual da Geração de 1837 Juan Bautista Alberdi, que ali se estabelece em 25 de novembro de 1838.[83] Em seguida, o intelectual argentino incorpora-se à redação do *Iniciador*, escrevendo artigos com forte tom anti-rosista e publicando o *Codigo* (cuja maior parte havia sido redigida por Echeverría no ano anterior) na última edição do periódico.

Logo após a posse de Rivera, Lamas e Cané dão início a uma nova empreitada, com o lançamento do periódico *El Nacional (época segunda)*, cujo primeiro número é publicado em 11 de novembro, um dia após o retorno de Rivera ao poder.[84] De circulação diária, o novo jornal logo se torna um dos principais veículos de apoio à administração de Rivera e meio de difusão dos escritos de exilados argentinos. A partir de 15 de dezembro, a redação do periódico passa a contar com Alberdi, além dos dois editores. O novo componente participa como redator até o dia 3 de maio de 1839, quando a equipe passa a ser composta por Lamas, Juan Thompson e Félix Frias. Em outubro de 1839, o jornal sofre nova alteração com a entrada de Rivera Indarte como principal redator, cargo que ocupará até março de 1845.[85]

É certo que houve contribuições esporádicas de Cuneo também para o *Nacional*, embora, conforme palavras de uma pesquisadora sobre o tema, a participação do italiano seja "quase invisível".[86] Há dificuldades em identificar textos do nosso autor, já que a maior parte dos artigos era publicada de forma anônima. O que fica claro, de qualquer forma, é que houve a divulgação de idéias nacionalistas de Mazzini no periódico entre fins da década de 1830 e princípios da de 1840. Em todas suas edições, por exemplo, havia a epígrafe "Liberdade - Igualdade - Humanidade", que distinguia os partidários de Mazzini por todo o mundo.[87] Nestes primeiros números do *Nacional*, há muitos artigos com notórias marcas do nacionalismo mazziniano em seu conteúdo, mas que não sabemos se foram escritos por Cuneo ou por integrantes da Geração de 1837, já que o ideário do jornalista italiano circulou entre os intelectuais rio-platenses, conforme veremos no próximo capítulo.

[82] Ibidem, p. 277.
[83] MAYER, Jorge M. Op. Cit., p. 175.
[84] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 58.
[85] ZINNY, Antonio. Op. Cit., p. 229.
[86] FABBRI CRESSATTI, Luce. *Comienzos del...*, p. 15.
[87] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 58.

Entretanto, a autoria de alguns dos escritos publicados no *Nacional* pode ser atribuída a nosso personagem com mais segurança. Trata-se especialmente de textos publicados em forma de cartas, nas quais Cuneo dirigia-se à comunidade italiana, assinando como "alguns jovens italianos", "uns italianos", por exemplo.Nestas publicações, ressalta-se o ideal mazziniano de irmandade entre os povos, de que a luta contra o despotismo e a opressão era a mesma em todo o mundo.

> *Los proscriptos italianos refugiados en el suelo de nuestra patria han escuchado con entusiasmo la palabra de fraternidad que les habeis dirigido. [...]. Pero vosotros, Orientales, elebados sobre la esfera de las preocupaciones vulgares, habeis sido los primeros en comprender que "En cualquier hora, en cualquier parte de la tierra, que respiremos el aire vital, somos hermanos, estamos unidos por uno solo pacto" y no habeis desdeñado el dirigirnos una mano fraternal, que seria el fundamento de la época humanitaria. [...]. Somos hijos de una tierra desgraciada aun, pero de una tierra que no deja de tener más derecho que ninguna otra, al reconocimiento de todas las naciones; de una tierra que tan afligida como esta ha sido la primera en proclamar los vastos principios de libertad, de igualdad, de humanidad.*[88]

Ressalta-se nesta carta o internacionalismo típico de Mazzini, segundo o qual a luta pela república e pela liberdade, contra os regimes tirânicos, é a mesma em todo o mundo, devendo os protagonistas de tais movimentos imbuirem-se da mais alta solidariedade entre os povos. O artigo de Cuneo busca demonstrar pontos de aproximações entre os orientais e os italianos. Ambos são retratados como populações "desgraçadas", obrigadas a resistir contra os "tiranos", seja Rosas ou os governos da "Santa Aliança". Além do combate contra o despotismo, eles também partilhariam de uma mesma luta em defesa de seus direitos em se constituírem como "nação".

Ainda nestes primeiros tempos como periodista em Montevidéu, Cuneo escreve para outra publicação, a *Revista del Plata*, editada por Alberdi e Cané. Este periódico, igualmente publicado com periodicidade diária, teve vida bem mais efêmera; o primeiro número sai em 15 de março e o último, em 21 de agosto de 1839, num total de 78 edições.[89]

A *Revista* objetivava ser um espaço seguro de divulgação do ideário da juventude rio-platense, já que eles começavam a enfrentar problemas na redação do *Nacional*. Conforme mencionamos anteriormente, este jornal dava sustentação política a Rivera, embora, teoricamente, fosse independente. As idéias radicalizadas dos jovens de 37, nestes primeiros tempos de atuação política, nem sempre eram bem recebidas pelos partidários de Rivera e

[88] EN, n. 17, Montevideo, 03/12/1838, p. 3.
[89] ZINNY, Antonio. Op. Cit., p. 389.

demais exilados argentinos[90]; era clara a tensão de idéias no interior da grande coalizão anti-rosista.[91]

Nos primeiros meses de sua gestão, o próprio Rivera deixara-se seduzir pelo ideário dos "jovens de 37", incorporando parte das idéias do grupo em seus manifestos e documentos oficiais. Alguns destes textos, embora assinados pelo presidente oriental, foram redigidos pelos intelectuais refugiados.[92] A adoção de parte do discurso radical dos jovens da "Nova Geração" ia de encontro à estratégia inicial de Rivera de reunir e consolidar o apoio de amplas parcelas da sociedade, descontentes com seu antecessor. Em pouco tempo, entretanto, o discurso radical sofre oposição dos setores mais conservadores, especialmente entre as elites proprietárias de terras. Conforme já mencionamos, Rivera estava longe de ser um "novo Artigas". Uma vez consolidado no poder, direciona-se a um liberalismo mais moderado, levando a uma tensão com os jovens intelectuais, que vão paulatinamente perdendo espaço nos jornais comprometidos com o governo.

Sobre os tensionamentos entre o radicalismo do discurso da geração de 37 e os setores liberais mais moderados, Esteban Echeverría, em sua obra *Ojeada retrospectiva*, relata a pouca receptividade do "Código" na época de sua publicação: "*Ni una palabra de estímulo, de aprobación por sus nobles esfuerzos, salió para ella de entre los hombres que entonces tenían*

[90] Conforme as historiadoras uruguaias Lucía Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy, "su programa [da Geração de 1837] no era por cierto el del conjunto de los emigrados, ni el de la oposición bonaerense y obviamente no podía ser el de los caudillos que en litoral y sobre todo en el interior participaran en distintos momentos en el movimiento que recién Rosas sufocará en 1842. Grandes estancieros, transformados en caudillos, o caudillos devenidos terratenientes durante la Revolución y las guerras civiles, no podían aspirar a la transformación, ni siquiera parcial de la estructura vigente" (SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 240).

[91] Para mais detalhamentos sobre estes conflitos de idéias, consultar SCHEIDT, Eduardo. *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2000. Ver, especialmente, o quarto capítulo, ao longo do qual tratamos de tensões de idéias no republicanismo rio-platense entre os integrantes da oposição a Rosas. Demonstramos que, no Rio da Prata da época, não houve uma única concepção de república no interior da oposição rosista. Especialmente nos anos de 1838 e 1839, os primeiros do segundo governo de Rivera, entre os escritos difundidos pela oposição rosista na imprensa de Montevidéu, eram enfatizadas idéias republicanas radicais e igualitárias da Geração de 1837. A república, então, era caracterizada como uma nova sociedade, que traria progresso e igualdade entre os homens e seria alcançada somente no futuro, após a derrota do regime de Rosas. Após 1839, entretanto, os textos dos "jovens de 37" passam a ser cada vez menos freqüentes na imprensa de Montevidéu. A partir de então, tanto na capital uruguaia quanto na província de Corrientes, as idéias divulgadas pela imprensa enfatizavam um republicanismo de cunho liberal, mais moderado, em que a república seria uma forma de governo representativo, constitucional, que garantia os direitos individuais dos cidadãos e a ordem pública. Estas idéias mais moderadas, predominantes depois de 1839, também se faziam presentes nos anos anteriores, embora menos enfatizadas, mas já em tensão com o republicanismo mais radical dos intelectuais da Geração de 1837.

[92] Em suas memórias, anos mais tarde, Alberdi declara-se o verdadeiro autor de textos oficiais da gestão Rivera, como a declaração de guerra contra Rosas, assinada pelo presidente oriental em 24 de fevereiro de 1839. Ver ALBERDI, Juan Bautista. *Escritos póstumos*. Tomo XIII: miscelenia, propaganda revolucionaria. Buenos Aires: Imprenta Juan Bautista Alberdi, 1900, p. 341.

el centro del pensamiento en el Plata – Eran unos locos, unos románticos; [...]."[93] O autor queixa-se das críticas que a elite fazia aos integrantes da Geração de 1837 durante os primeiros momentos de atuação do grupo, suas idéias eram consideradas "loucas" e "românticas", em "desacordo" com a realidade.

Embora ocorressem principalmente de forma velada, em nome da união maior contra Rosas, estes conflitos no interior da coalizão eventualmente davam-se de forma aberta nos artigos da imprensa. Em um artigo denominado *Derecho internacional*, os "jovens de 37" aludem a críticas que vinham sendo feitas a suas idéias radicalizadas por parte de políticos mais moderados:

> *Nosotros sabemos bien que hay en nuestros paises espíritus graves para quien estas ideas [o ideário dos intelectuais da geração de 1837] pertenecen al dominio de las lindas utopias, de los hermosos sueños. Pero estos entendimientos graves deberían tener cuidado en ser más consecuentes. Ya que hacer alarde de ostentar la gravidad de los estadistas doctrinarios de Europa, deberían también despreciar, como desprecian los doctrinarios, el gobierno republicano que nos rige: deberían también, como ellos, remitir al pais de las quimeras las ideas de la soberanía del pueblo, de la igualdad de clases, del reinado de los proletarios: deberían tratar de locos, de visionarios a los proclamadores de estos principios entre nosotros, como son tratados en Europa, por los espíritus graves, los partidarios del gobierno republicano.*[94]

Os jovens intelectuais rio-platenses, conforme o trecho acima, respondiam às acusações de que suas idéias seriam utópicas e rejeitam o rótulo. O grupo tece críticas aos conterrâneos que seguiam as idéias dos "doutrinários" europeus. Ironicamente, o grupo conclama os rio-platenses seguidores das idéias dos "doutrinários" que fossem coerentes e as defendessem em sua integridade, refutando o regime republicano, tal como aqueles faziam na Europa. Essas críticas nos sugerem que as elites de oposição a Rosas, ou ao menos setores destas, não estavam aderindo ao novo pensamento da Geração de 1837, continuando com suas concepções republicanas da década de 1820, quando as idéias dos "doutrinários" eram muito divulgadas na região.[95]

Especificamente sobre a questão da nação, igualmente se estabelecem conflitos de concepções entre os intelectuais da Geração de 37, de um lado, e Rivera e seus demais apoiadores, por outro. Para estes, predominam

[93] Echeverría, 1951, p. 174.

[94] EN, n. 48, Montevideo, 11/01/1839, p. 2.

[95] Sobre as tensões de idéias entre os intelectuais da Geração de 1837 e outros grupos políticos, que também compunham a coalizão anti-rosista, consultar WEINBERG, Félix. *El Salón Literario*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1958.O autor discorre sobre as divergências de Florencio Varela quanto ao conteúdo radical do pensamento dos jovens da "Nova Geração". Consultar ibidem, p. 64-75.

as visões essencialmente políticas e contratualistas, desde a época dos movimentos de independência, para as quais nação é praticamente igual a Estado. Era recorrente o uso do vocábulo como sinônimo de país, quando se faziam referências à "nação inglesa" ou "nação francesa", por exemplo.

Entre a maior parte dos círculos políticos, não há, pois, a mesma preocupação dos "jovens de 37" em relacionar a construção nacional com questões mais amplas, como o estabelecimento de uma literatura, arte, religião, hábitos e costumes. A maioria dos partidários do presidente oriental nem mesmo se empenha em discutir a questão, já que suas prioridades são a manutenção da soberania local e a luta contra a facção de Oribe. Neste sentido, enquanto a problemática nacional aparece com destaque nos artigos de intelectuais da "Nova Geração", encontramos bem menos menção à mesma entre os demais grupos políticos. Entre estes, a própria denominação do país é feita indistintamente de diversas formas, tais como "Estado Oriental", "República Oriental" e "Nação Oriental". Os jovens exilados, por sua vez, já fazem freqüentes alusões à "Nação Argentina", sempre que se referem ao futuro Estado que desejavam edificar após a derrota de Rosas.

As constantes trocas na equipe de redação do *Nacional*, referidas anteriormente, é mais um indício das restrições que os "jovens de 37" começavam a enfrentar. Quando Rivera Indarte assume o cargo de redator, artigos identificados com as idéias da juventude rio-platense praticamente desaparecem do periódico, daí o empenho de integrantes do grupo em constituírem outras publicações, como é o caso da *Revista del Plata*.

Neste periódico, há dois artigos de Cuneo sobre a "República Rio-Grandense", cuja autoria foi possível ser identificada com base em cartas trocadas entre ele e seu amigo Rossetti.[96] Trataremos mais detalhadamente sobre estes textos na seção seguinte, dedicada à atuação de nossos personagens no movimento farroupilha.

Em meados do ano de 1840, Cuneo parte para o Rio Grande do Sul, aceitando o convite dos Farrapos para assumir a redação do periódico oficial do governo republicano, *O Povo*. Não sabemos quais os motivos que impulsionam nosso personagem a transladar-se para Caçapava, quando a Revolução Farroupilha começava a sofrer revés e o domínio dos republicanos paulatinamente se reduzia, ficando restrito à região da campanha sul-rio-grandense. Seguramente, deve ter contribuído para sua decisão o fato de Cuneo começar a enfrentar dificuldades para exercer o ofício de periodista em Montevidéu. No *Nacional*, já praticamente não havia mais espaços para os intelectuais da Geração de 1837 e, por extensão, para o jornalista mazziniano, enquanto os periódicos *El Iniciador* e *Revista del Plata* não mais

[96] Ver a carta de Rossetti para Cuneo sobre os referidos artigos em CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani:* Luigi Rossetti e G. B. Cuneo (1837-1840). Florença: Valmartina Editore, 1973, p.152.

circulavam. Além disso, muitos integrantes do grupo de oposição a Rosas haviam voluntariamente abandonado a luta através da imprensa para se incorporar ao exército de Lavalle. O próprio Alberdi tinha justificado o fim da circulação da *Revista del Plata* com o argumento de que chegara o momento de passar do discurso à ação.[97] Sem vocação para ações militares, nosso autor opta por dar continuidade à sua luta através da pena, vendo no convite dos farroupilhas rio-grandenses a possibilidade de voltar a exercer o ofício de jornalista.

Adaptação da nação mazziniana na Região Platina II: Rossetti e Cuneo na imprensa farroupilha rio-grandense

Nesta seção, dando continuidade à análise da primeira fase de atuação dos exilados italianos como jornalistas, abordamos as contribuições de Cuneo e Rossetti em outro espaço da Região Platina, junto aos Farrapos rio-grandenses. Durante a Revolução Farroupilha, nossos personagens contribuem de forma destacada para o primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, intitulado *O Povo*, que circula entre primeiro de setembro de 1838 e 23 de maio de 1840. Rossetti envolve-se ativamente desde os preparativos do periódico, exercendo a função de redator durante os primeiros meses de funcionamento, passando a contribuir de forma esporádica após deixar o cargo. Cuneo começa enviando de Montevidéu alguns artigos para *O Povo* e depois se ocupa da redação do periódico, em maio de 1840, quando se encontra no Rio Grande do Sul.

Rossetti, ao chegar às terras sul-rio-grandenses, em julho de 1837, é recebido pelos farroupilhas em um momento extremamente conturbado, quando se trava uma guerra pela afirmação de uma república independente no território contra setores que lutavam para permanecer vinculados ao Império brasileiro. Conforme vimos no primeiro capítulo, as idéias republicanas e independentistas circulavam amplamente pela Região Platina, ganhando ímpeto a partir dos primeiros movimentos emancipatórios de maio de 1810, não deixando de repercutir fortemente no Rio Grande do Sul. Em especial, as propostas federalistas de Artigas conquistam simpatias e adesões de parcelas significativas dos sul-rio-grandenses.

As campanhas militares na "Cisplatina", promovidas por Portugal a partir de 1812, mais do que acirrar disputas entre as populações de origem portuguesa e espanhola, aprofundam os contatos entre as mesmas, reforçando os laços do Rio Grande do Sul com o restante da Região Platina. É

[97] Artigo editorial, publicado na *Revista del Plata*, Montevidéu, n. 78, de 20 de agosto de 1839, p. 1 e 2.

durante estas campanhas que são firmadas as amizades entre Bento Gonçalves e Lavalleja, por um lado, e Bento Manuel Ribeiro e Rivera por outro, só para citar algumas das lideranças mais expressivas.[98] Relações de amizade, compadrio, parentesco (o rio-grandense Bento Gonçalves, por exemplo, casa-se com a oriental Caetana García) e, especialmente, políticas entre líderes de ambos os lados da fronteira, davam-se em função de propósitos locais e até particulares dos "caudilhos", suplantando, em geral, os interesses do distante poder central do Rio de Janeiro.[99]

O aprofundamento das ligações com a então "Banda Oriental", bem como sua possível integração ao Brasil, contava com a simpatia da maior parte dos proprietários sul-rio-grandenses, interessados em terras e gado do território platino. Desta forma, o resultado da Guerra da Cisplatina, desfavorável ao Brasil, acarreta profundo desgaste do governo central junto aos rio-grandenses.[100] Além dos problemas econômicos e perda de vidas humanas, o fim da soberania sobre a "Banda Oriental" acirra os ânimos no interior da província sulina. A partir de 1828, movimentos políticos republicanos e separatistas ganham ímpeto no Rio Grande do Sul, incrementando significativamente as tensões a ponto de desencadear o início, anos mais tarde, da Revolução Farroupilha, em 20 de setembro de 1835.

Mesmo após o término da Guerra da Cisplatina, os intercâmbios entre rio-grandenses e platinos mantêm-se e até se acentuam, sendo que, a partir de 1829, circulam no Rio Grande do Sul papéis "subversivos", conclamando o povo a revoltar-se e a "seguir o exemplo dos orientais".[101] Há, inclusive, produções historiográficas que sustentam a versão de que Bento Gonçalves já vinha mantendo contatos com Lavalleja no sentido de emancipar e unir politicamente os rio-grandenses com os orientais.[102] A despeito da veracidade ou não de tais projetos, é inegável que atuava, desde 1832, um "partido lavallejista" no Rio Grande do Sul, instigador de idéias separatistas e republicanas.[103] Lutando contra o primeiro governo do então presidente Rivera, Lavalleja busca refúgio no Rio Grande do Sul, onde é acolhido pelo grupo político liderado por Bento Gonçalves.[104] A esposa do

[98] GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província:* a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 140.
[99] Idem.
[100] PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 32.
[101] VARELA, Alfredo. *Revoluções cisplatinas:* a República Rio-Grandense. Porto: Livraria Chardron, 1915, v. 1, p. 246.
[102] VARELA, Alfredo. *História da grande revolução:* o cyclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933, 6 v., p. 333. No interior destes projetos separatistas, são bastante recorrentes referências às "tramas" entre Bento Gonçalves, Lavalleja e o padre Caldas (veterano da "Confederação do Equador", que fugira para a Região Platina após a derrota do movimento) para sublevar o Rio Grande do Sul e uni-lo ao Estado Oriental. Ver, por exemplo, LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 58 e 59.
[103] FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 77.
[104] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 154.

líder oriental, Anna Monterroso Lavalleja, admiradora confessa de Rosas, instala-se em Porto Alegre no ano de 1832, onde, juntamente com o periodista argentino Manuel Ruedas estabelece contatos com sociedades secretas rio-grandenses.[105] É nessa época, durante os anos de 1832 e 1836, que o jornalista italiano Tito Livio Zambeccari atua, como redator secundário ao lado de Ruedas, no periódico *O Recompilador Liberal*.[106]

Em 20 de abril de 1835, instala-se a Assembléia Legislativa em Porto Alegre[107], fruto do Ato Adicional de 1834, com o qual o governo regencial buscava atender a algumas reivindicações autonomistas das províncias. Como a maioria de deputados era identificada com os farroupilhas, a Assembléia constitui-se em mais um palco das tensões políticas. Já na abertura dos trabalhos, o então presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, denuncia, em seu discurso, a existência de intrigas e conspirações para "sublevar o Rio Grande e uni-lo ao Estado Oriental".[108] A situação política torna-se a cada dia mais tensa. Em 20 de setembro, os farroupilhas iniciam a revolução, com a deposição do presidente Braga e a tomada do poder na província. O presidente deposto foge e refugia-se em Rio Grande, cidade que se manteria sob domínio dos legalistas ao longo de todo movimento farroupilha. Em 15 de junho do ano seguinte, Porto Alegre é retomada pelos imperiais e não seria mais recuperada pelos Farrapos, apesar dos longos cercos à cidade que eles promoveriam nos anos seguintes. É importante salientar que a Revolução Farroupilha caracteriza-se como uma guerra civil no Rio Grande do Sul. Neste sentido, enquanto os Farrapos tinham grande força no interior, principalmente na região da campanha, era nas cidades de Rio Grande e Porto Alegre que os legalistas contavam com um número maior de adeptos.[109]

O governo brasileiro recusa a reivindicação dos farroupilhas de escolher o novo presidente da província. Estes, por sua vez, se negam a reconhecer a nomeação de Araújo Ribeiro. A Assembléia Legislativa, controlada pelos Farrapos, não lhe dá posse. Em contrapartida, o presidente nomeado pelo imperador assume ilegalmente (sem a aprovação do poder

[105] GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit., p. 187 e 188.
[106] BARRETO, Abeillard. Op. Cit., p. 54.
[107] PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*, p. 36.
[108] Ibidem, p. 36.
[109] Sobre esta questão, é interessante o posicionamento do brasilianista Spencer Leitmann. Para o autor, a Revolução Farroupilha foi o momento de máxima tensão entre dois setores econômicos interdependentes da província: as elites da "zona da Laguna" (Porto Alegre e Rio Grande) e as elites da fronteira. As primeiras compunham-se de setores comerciais, administrativos e industriais, enquanto as segundas contavam basicamente com "coronéis" da pecuária, principalmente da parte meridional do Rio Grande do Sul. Estes eram separatistas por suas ligações políticas e econômicas com os países platinos e protagonizaram conflitos contra a centralização promovida pelo Império, enquanto as elites das duas principais cidades tinham vínculos comerciais com o centro do Brasil, daí seu posicionamento legalista. Consultar LEITMAN, Spencer. Revolucionários italianos no Império do Brasil. In: DACANAL, José Hildebrando (org). *A revolução farroupilha:* história & interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 10 e 11.

legislativo) o cargo na cidade de Rio Grande.[110] O impasse instaurado radicaliza o movimento. Em 11 de setembro de 1836, Antônio de Souza Netto, após significativa vitória contra as forças imperiais na Batalha de Seival, proclama a "República Rio-Grandense".[111] Deste modo, o movimento envereda-se definitivamente pelos rumos do separatismo e do republicanismo.

A Revolução Farroupilha estava, desde o início, entrelaçada com as lutas que ocorriam nos outros países da Região Platina. Enquanto os Farrapos buscam inicialmente o apoio do presidente oriental Oribe e do governador de Buenos Aires Rosas, os legalistas dão refúgio a Rivera e apóiam sua conspiração contra o governo do presidente do Uruguai.[112] Com a proclamação da República Rio-Grandense, entretanto, o governo imperial decide endurecer sua política tanto contra os rio-grandenses como contra os platinos, acusados de incentivar o movimento farroupilha. Neste sentido, é decretada a prisão de Rivera, fato que iria contribuir para que o seu compadre Bento Manuel desertasse das forças imperiais e se unisse novamente aos farroupilhas em princípios de 1837.[113] Por outro lado, os resultados limitados das tratativas com Oribe e Rosas, que não reconheciam a nova república e tampouco davam apoio efetivo ao movimento, levam os Farrapos a contatar também Rivera, com quem estabelecem o Tratado de Cangüê, em 21 de agosto de 1838.[114]

Rossetti chega a Piratini em 7 de abril de 1837[115], estabelecendo-se em terras rio-grandenses. Na então capital da República, o italiano passa a empenhar-se pela fundação de um periódico oficial para o governo farroupilha. A publicação de um jornal, com o intuito de divulgar a ideologia do movimento, era uma preocupação dos revolucionários rio-grandenses, desde que tinham perdido o acesso à impressão de periódicos com a retomada de Porto Alegre pelos imperiais. Domingos José de Almeida, referindo-se à necessidade da propaganda pela imprensa, tinha declarado que "esta arma nos faz muita falta".[116]

[110] Ibidem, p. 30 e 31.
[111] Ibidem, p. 33.
[112] GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit., p. 257-260.
[113] Uma das figuras mais controversas do movimento farroupilha, o coronel Bento Manuel Ribeiro mudou de lado por três vezes ao longo do conflito. Dadas suas habilidades em estratégias militares, era disputado por ambas facções. No 20 de setembro, estava ao lado dos Farrapos, mas adere aos legalistas com a nomeação de Araújo Ribeiro, seu parente e amigo. Entretanto, quando o presidente da província é substituído por Antero de Brito, seu antigo desafeto, Bento Manuel vacila no apoio ao Império, rompendo quando das perseguições a Rivera. Mudando novamente de lado, o general rio-grandense prende o presidente da província e passa a auxiliar os Farrapos. Anos mais tarde, pediria dispensa das tropas republicanas, com o argumento que necessitava dedicar-se a seus negócios. Na gestão de Caxias, entretanto, Bento Manuel presta novamente serviços militares aos imperiais a partir de 1842. Ver LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 38 e 39.
[114] Ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit., p. 265. O tratado estabelecia basicamente um mútuo reconhecimento, segundo o qual os Farrapos declarariam Rivera como representante legítimo dos orientais, enquanto este se comprometia a reconhecer a República Rio-Grandense assim que retomasse o poder em Montevidéu.
[115] CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione...*, p. 13.
[116] Apud GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit , p. 236.

Em suas cartas para Cuneo, Rossetti relata os preparativos para a publicação do periódico e a intenção dos farroupilhas em nomeá-lo para o cargo de redator. Na carta datada de 26 de maio de 1838, Rossetti coloca Cuneo a par de que "*La tipografia non può tardare ad arrivare e il Governo è tuttora inclinato ad affidarvene la direzione;* [...]."[117]

No dia 1 de setembro de 1838, finalmente vem à luz a primeira edição de *O Povo*, jornal oficial do governo republicano. As edições do *Povo* saíam, salvo alguns períodos de interrupção, às quartas-feiras e aos sábados, primeiramente em Piratini e, a partir do número 46, em Caçapava, capitais da República Rio-Grandense. Em 23 de maio de 1840, na edição de número 160, o periódico deixa de circular, após um ataque das forças imperiais que danificaria a tipografia.

Rossetti é nomeado redator do periódico, conforme cartas do autor e um documento assinado por Domingos José de Almeida[118], exercendo a função desde a primeira até a edição de número 47. As marcas da passagem do periodista italiano pelo jornal são notórias, desde a primeira página do primeiro número. Abaixo do título do periódico, inscrevia-se a divisa mazziniana "Liberdade – Igualdade – Humanidade" e em todas as edições do *Povo*, consta a seguinte epígrafe: "O poder que dirige a revolução, tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria. Jovem Itália. Vol. V."

Embora a maior parte dos artigos não fossem assinados, foi possível identificar vários textos de Rossetti no periódico dos farroupilhas. A autoria de alguns foi atestada pelas cartas do próprio autor a Cuneo, reunidas e publicadas por Salvatore Candido.[119] Alguns artigos, entre as 47 primeiras edições do jornal, eram assinados como "O redator", que sabemos ser o próprio Rossetti durante o período. Através do ideário e da linguagem utilizada nos artigos assinados como "redator" e nos textos já identificados como de Rossetti por Salvatore Candido, pudemos atribuir ao italiano a autoria de diversos outros textos e artigos publicados em *O Povo*. Durante a campanha militar em Santa Catarina no ano de 1839, após já ter deixado o cargo de redator, Rossetti remete textos para *O Povo* assinando como Joaquim Teixeira Nunes, que foi tenente-coronel durante a expedição em Santa Catarina. Identificamos que o italiano é o verdadeiro autor de tais textos tanto pela linguagem empregada como por uma carta dele a seu colega e conterrâneo, na

[117] "A tipografia não deve demorar para chegar e o Governo, até agora, está inclinado a entregar-me a direção; [...]".apud Candido, 1973, p. 64.
[118] Consultar cópia do documento em que Domingos José de Almeida cita Luigi Rossetti como redator de *O Povo* em CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione...*, nas ilustrações entre as páginas 24 e 25.
[119] Consultar lista de textos de Rossetti, publicados no periódico *O povo*, identificados por suas cartas em CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione...*, p. 201.

qual Rossetti afirma que os artigos: "*Sono di mio fabbrico, ancoraché firmate da Teixeira*".[120]

Mazziniano convicto, Rossetti procura difundir o ideário de seu compatriota em artigos escritos para o periódico farroupilha, enquanto seu amigo Cuneo fazia o mesmo na imprensa de Montevidéu, conforme analisamos na seção anterior. Em um trecho de um artigo sem título, publicado na edição de número 27 do *Povo*, por exemplo, Rossetti escreve que:

> *Quando proclamamos o Sistema Democrático, já não foi uma simples luta pela Independência, que assumimos; desde aquele momento entramos nas fileiras do Exército humanitário, e a nossa causa tornou-se a causa de todos os homens. [...]; mas ao nos apresentarmos à face do mundo como republicanos, novos deveres nos eram impostos: já não éramos uma simples associação de homens, que cansados de sofrer levantaram-se em um momento de desespero contra seus opressores – oferecemo-nos [sic] ao contrário como uma Sociedade de homens livres, como um povo de irmãos incumbidos de uma missão solene de civilização, e de glória. Nós o temos proclamado à face de Deus e dos homens, e cumprimos a promessa. – Os homens são iguais e irmãos – toda a humana família tem uma mesma origem. Mas Deus dando-nos uma linguagem diferente, e colocando-nos em diferentes pontos da terra, confiou a cada Nação uma missão igualmente diferente, porém harmonizante a fim de concorrermos acordes nos diferentes meios de desenvolvimento, a formar o bem-estar da humanidade.*[121]

São perceptíveis, na citação acima, muitos aspectos das concepções nacionalistas de Mazzini, tais como a identificação da nação com uma associação de homens livres e iguais que teriam como missão, emanada da vontade divina, constituírem-se em nação, ao mesmo tempo em que seriam imbuídos do dever de associar-se fraternalmente a outras nações.

Ainda no tocante à citação anterior, note-se o emprego da primeira pessoa do plural no texto do autor. Desta forma, Rossetti escrevia como sendo também um farroupilha, prática, aliás, também utilizada por seu colega conterrâneo, na imprensa de Montevidéu, e por De Angelis, em Buenos Aires, conforme vimos anteriormente. Em alguns textos, como na seção "Interior" de uma edição posterior do jornal, as referências a Mazzini são mais diretas: "Os Povos hão de ser livres. Mas, além das formas Republicanas, disse Mazzini, não há liberdade possível; [...]."[122]

Escrevendo para um grupo de republicanos, que lutavam contra o regime monárquico brasileiro, Rossetti enfatizava um aspecto do nacionalismo mazziniano, a identificação da nação com a república. Neste ponto, há uma plena sintonia entre as idéias do italiano e as dos revolucionários rio-grandenses. O republicanismo constituía-se na principal identidade política

[120] "São de minha produção, embora assinados por Teixeira." CANDIDO, 1973, p. 146.
[121] OP, n. 27, Piratini, 01/12/1838, p. 2 e 3.
[122] OP, n. 48, Piratini, 13/03/1839, p. 4.

do movimento farroupilha, buscando justificar a separação e a guerra contra o Brasil como uma "adequação" do Rio Grande do Sul ao regime político "próprio" da América, enquanto a continuidade de um regime monárquico era considerada um anacronismo no continente.

Nas primeiras edições do *Povo*, Rossetti publica textos sobre a questão social, em um tom igualitário bastante radicalizado, como percebemos no artigo *O Povo! O Povo!*, um de seus mais eloqüentes, publicado em duas partes, nos números cinco e seis do periódico rio-grandense:

> *Eis o grito da época, eis a bandeira Republicana, que o século XIX levantou, convidando as multidões a reunir-se ao seu redor; e as multidões que gemendo desde que há memória de homens, debaixo do prezado [sic] jugo de tiranias sempre novas e sempre refinadas, tremiam no silêncio, escutaram este grito regenerador, sentiram o impulso irresistível, e, sublevada a bandeira santa, declararam guerra a tudo quanto lhes era inimigo, a tudo quanto teria o ardil de opor-se ao movimento generoso.*[123]
> *Estes pobres descalços, esfarrapados que tantas vezes, vós os privilegiados do Universo, tendes postos em movimento, conseguiram nunca gozar na mais pequena proporção do bem comum no qual por tanto tinham tão grande direito de participar? [...] E a mulher, esta metade do gênero humano, a mãe de nossos filhos e a de nós mesmos, a companheira incansável de nossas desventurosas, e deleite de nossa vida, como foi tratada? Reduzida a vil escrava, a mártir da Sociedade, a ser prostituto e abjeto já não sabe distinguir a chama divina espiritual e eterna do amor que devia acender da faísca ligeira imperceptível material do prazer ao qual infimamente vós tendes apenas educada? Vós traístes assim o Povo, e vós o acusais de ingrato?*[124]

Neste artigo, o autor escreve com um tom bem mais radicalizado do que seu amigo Cuneo, já que não encontramos vocabulário similar entre seus artigos publicados em Montevidéu. Até mesmo Mazzini não costumava se referir aos setores populares de forma tão contundente.

Além da defesa dos setores mais pobres e desfavorecidos da sociedade, o texto faz uma clara crítica aos líderes políticos que, muitas vezes, apelam para o conjunto do povo em busca de adesões a uma revolução, mas, uma vez chegando de forma triunfante ao poder, desconsideram os apoios recebidos, deixando os mais humildes na mesma situação anterior.

É possível que estes textos não tenham sido muito bem recebidos entre os farroupilhas, e o italiano tenha sofrido pressões no sentido de moderar seu discurso. Em uma de suas cartas a Cuneo, ainda anterior ao início da circulação do periódico, Rossetti tinha mencionado atritos com setores da liderança dos farrapos, descontentes com suas idéias radicais:

> *La pubblicazione del giornale è nuovamente sospesa. [...]. Vi basti [saber] che uno dei principali [motivos] si è che si teme la propagazione de'principi*

[123] OP, n. 5, Piratini, 15/09/1838, p. 4.
[124] OP, n. 6, Piratini, 19/09/1838, p. 4.

democratici. [...]. Non è né il Presidente né Almeida che abbino tali paure o che sollevino tali dubbi, no per certo. Ma certi uomini meschini i quali pure non tralasciano di contrabilanciare con grave pregiudizio della Nazione, l'azione del Governo.[125]

O italiano relata que parte dos farroupilhas desaprovava e até temia os "princípios democráticos". Chamamos a atenção para o fato de que, no vocabulário político da época, identificava-se "democracia" com "governo do povo", mais precisamente com o acesso ao poder pelas "camadas mais baixas da população". Neste sentido, era recorrente, entre moderados e conservadores, a rejeição de "idéias democráticas", tais como as propagadas por Mazzini e seus seguidores.

Rossetti, com o intuito de dialogar com as lideranças farroupilhas e tentar arregimentar adeptos a suas idéias, segue o exemplo de Cuneo e também procura adaptar o ideário mazziniano para o contexto local. Além da já referida ênfase na identificação entre república e nação, o jornalista incorpora, em muitos de seus artigos, o discurso "americanista" dos farroupilhas. Bastante presente na linguagem política da época desde o início do processo de independência, este "americanismo" é perceptível em vários textos do autor, como no seguinte Comunicado, no qual o Brasil é criticado por "destoar" dos demais países do continente:

O Brasil por uma desventura cujas conseqüências lhe serão dilatadamente funestas, e por uma cegueira que nem a política, nem a história nos podem perdoar, fantasiando talvez um novo império romano, chamou a presidir aos seus destinos o filho primogênito dos reis que o haviam oprimido por três afanosíssimos séculos. [...]. Renegando desta forma o princípio Americano que a Europa, a civilizada Europa tão altamente preconiza, criamos umas fórmulas de governo absolutamente opostas aos elementos que tínhamos. [...]. Consentimos então que a monarquia tão perseguida pelas idéias que a montanha Francesa havia legado a nossa geração viesse abrigar-se na terra de Colombo!! Em vez de unir-nos por contrariedade de fórmulas governamentais a nossos aliados naturais, ligamo-nos com um pacto infame e degradante aos inimigos de nossa pátria, aos anatematizados aristocratas Europeus. Daquele momento renunciamos à nossa missão, e nos separamos de nações irmãs.[126]

Representações de América e de Europa, associadas às de nação e de república, são muito recorrentes nos textos do autor. A construção de uma imagem de América republicana, democrática, igualitária, contraposta à Europa feudal, aristocrática, monárquica, é, se não o central, um dos principais temas dos textos políticos do jornalista italiano. Neste sentido, a

[125] A publicação do jornal está novamente suspensa. [...]. Basta-lhe [saber] que um dos principais [motivos] é que se teme a propagação dos princípios democráticos. [...]. Não são nem o Presidente, nem Almeida os que têm tais temores ou que levantam tais dúvidas, não por certo. Mas sim, certos homens mesquinhos, os quais, além disso, não deixam de contrabalançar, com grave prejuízo à Nação, a ação do governo. Apud CANDIDO, 1973, p. 76.
[126] OP, n. 40, Piratini, 16/01/1839, p. 4.

Revolução Farroupilha fica justificada como a "natural adequação" do Rio Grande do Sul ao continente americano, enquanto o Brasil teria se afastado de seu destino ao preferir manter-se aliado à "atrasada" Europa. A dicotomia Europa/América contém, neste contexto, características políticas, uma vez que ser "europeu" e "americano" significa menos o fato de ser nascido nos respectivos continentes do que o de ser monarquista, feudal, colonialista, retrógrado (no caso de "europeu") ou republicano, democrata, defensor da liberdade e do progresso (no referente a "americano").

As adaptações do ideário mazziniano à Região Platina não ficariam restritas a uma ênfase no republicanismo. Para contentar os líderes rio-grandenses, Rossetti é obrigado a modificar algumas concepções de parte das idéias de Mazzini, como no caso do federalismo.

Conforme vimos no primeiro capítulo, o fundador da "Jovem Itália" era partidário da unidade italiana, criticando as propostas de federalismo. Neste sentido, a nação estava diretamente vinculada à unidade, enquanto as propostas federalistas eram criticadas por serem formas de enfraquecer os governos nacionais. Os farroupilhas, apesar de lutarem por sua independência, sempre se demostravam favoráveis a estabelecer tênues formas de federação com outras províncias brasileiras, desde que a plena autonomia da República Rio-Grandense estivesse assegurada. Ao referir-se ao federalismo, desta forma, Rossetti é levado a alterar concepções mazzinianas em seus textos, como podemos perceber no seguinte trecho de outro Comunicado:

A um simples golpe de vista se pretendia o despotismo atroz e tirânico que oprime o malfadado Brasil: as simpatias que nos merece esta desditosa Nação, de que outrora fizemos parte; sua tendência ao Sistema Democrático que havemos jurado; a surda guerra que simultaneamente nos fazem detestáveis e torpes Lusitanos, sobretudo a íntima convicção que se antolha a feliz época em que o laço Federal com indissolúvel nó ligará todo o Continente brasileiro; [...].[127]

A questão do federalismo, recorrente em textos e manifestos dos farroupilhas, tinha o intuito de estimular a revolução em outras províncias brasileiras. Naquele momento, o desejo da maior parte dos líderes dos Farrapos era manter a independência da República Rio-Grandense e qualquer proposta federativa com outras províncias ou Estados se constituiria numa tênue união, respeitando a soberania local. Desta forma, a questão do federalismo aparece como proposta positiva em artigos de Rossetti, tal como os farroupilhas a defendiam, contrastando com a perspectiva negativa de Mazzini, que sempre aludia à federação como um regime que atenderia aos propósitos "localistas" de aristocratas das diversas regiões italianas, enfraquecendo a desejada unidade do território.

[127] OP, n. 37, Piratini, 05/01/1839, p. 3.

Ao mesmo tempo que modifica parte de seu ideário, incorporando aspectos do discurso político local no tocante ao federalismo, o periodista italiano busca incutir nos farroupilhas alguns pontos do nacionalismo mazziniano, em especial o caráter internacional das lutas dos partidários da liberdade contra as tiranias em todo o mundo. Neste sentido, tenta aproximar o Rio Grande do Sul das outras repúblicas do Prata, fazendo circular, entre os farroupilhas, textos dos jovens intelectuais da Geração de 1837.[128]

> *A guerra que sustentamos não é uma guerra individual, é a da América, é a do princípio republicano que há de vencer, e dar o último abalo ao Império. Um trono não pode aqui subsistir. – É uma mancha que todos devemos concorrer para apagá-la. A época em que as Repúblicas do Sul têm que convergir a um só centro já a entrevemos, e bem depressa chegará. – O tempo dos impérios, e dos reis pode considerar-se acabado.*
> *Aquele mesmo princípio, que induz os dominadores das Nações a se conservarem unidos, a fim de manterem poderosos na obra da iniqüidade, que consumaram, também induz os povos a se conhecerem mutuamente, a estudarem-se uns aos outros, e a cultivarem as simpatias generosas que neles ferve, para dar-se um abraço de amigos, e de fraternidade. Para alimentarmos semelhante tendência acreditamos coisa útil oferecer a nossos leitores extratos daquelas obras, e jornais estrangeiros, que conforme os nossos princípios, possam contribuir à sua mais pronta propagação, fazendo-lhes conhecer aqueles, que merecem de preferência suas simpatias.*
> *Começamos pela publicação do seguinte Artigo extraído do Iniciador, jornal que se imprime em Montevidéu, redigido por um diminuto número de jovens, que honram, a si, e à sua Pátria. – Possam os jornais Rio-Grandenses seguir tão nobre exemplo! – Recomendamo-lhes aquele jornal já pela santidade do fim, já pela habilidade extraordinária, com que seus Redatores desempenham tão melindrosa tarefa.*[129]

O artigo, ao qual Rossetti se refere, é intitulado *Povos e governos*, originariamente publicado no *Iniciador*, traduzido ao português pelo periodista e publicado no *Povo*, logo abaixo do seu texto. Escrito por Miguel Cané, o artigo conclama os povos a rebelarem-se contra a tirania resgatando o "ideário de maio".[130] Nas edições seguintes do periódico farroupilha, nosso autor publica outras traduções de artigos dos "jovens de 37", cujo conteúdo expressa o ideário do grupo, além de vincular a Revolução Farroupilha aos movimentos revolucionários rio-platenses, todos eles tendo origem, segundo os textos, no maio de 1810.[131]

[128] Sobre a circulação de textos dos "jovens de 37" entre os farroupilhas rio-grandenses, consultar SCHEIDT, Eduardo. Idéias da "geração de 1837" na imprensa farroupilha rio-grandense. *Estudos Leopoldenses: série História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.* São Leopoldo, v. 3, n. 1, 1999, p. 67 e 78. Neste artigo, analisamos vários textos originariamente publicados em *El Nacional* e *El Iniciador*, de Montevidéu, traduzidos e publicados no periódico *O Povo*. A divulgação das idéias dos intelectuais de 37 entre os farrapos rio-grandenses era um aspecto ainda não trabalhado pela historiografia da Revolução Farroupilha. Nosso estudo fornece, neste sentido, novos elementos que apontam para um intercâmbio de idéias entre os rio-grandenses e os habitantes das Repúblicas do Prata, durante a Revolução Farroupilha.

[129] OP, n. 27, Piratini, 01/12/1838, p. 3.

[130] Ibidem, p. 70.

[131] Sobre os artigos mais relevantes, consultar ibidem, p. 71-75.

Os artigos do italiano, bem como suas traduções de textos dos intelectuais da Geração de 37, são publicados na imprensa farroupilha numa conjuntura em que os republicanos rio-grandenses procuravam acercar-se de grupos políticos dos países platinos. Neste sentido, as afinidades ideológicas entre o movimento no Rio Grande do Sul e as mobilizações nos Estados vizinhos, que Rossetti buscava difundir no periódico, vinham ao encontro dos líderes farroupilhas.

Nosso personagem, ansioso por ver na prática a realização de seu ideário, desejava unificar os farroupilhas e os revolucionários rio-platenses em uma luta comum contra as "tiranias" de Rosas e do Império brasileiro. Convicto de que os Farrapos teriam um papel importante nesta luta, o jornalista decepciona-se com a falta de receptividade entre a liderança dos rio-grandenses. Em outra carta a seu amigo, o jornalista italiano desabafava: "*Fratello, le circonstanze impongono al Riogrande l'obbligazione di prendere l'iniziativa dell'America Sul. [...]. Io faccio quanto posso, ma il più delle volte sono costretto a confessare a me medesimo che io predico al deserto.*"[132]

Os farroupilhas não eram os jovens intelectuais de 37. Não compartilhavam de idéias radicais próximas às dos mazzinianos. É certo que os rio-grandenses protagonizavam uma revolução republicana, mas também ocupavam o poder e tinham compromissos de Estado, entre os quais, os de atender aos anseios de diferentes setores da sociedade. Neste sentido, era crucial para o sucesso do movimento farroupilha o apoio dos estancieiros, principal base de apoio econômico da região da campanha, onde o movimento era mais forte.

Como redator de um jornal oficial da república, Rossetti era pressionado a atender aos anseios de donos de terras e gado. Ele próprio reconhecia a inutilidade de escrever unicamente textos "doutrinários" e a necessidade de voltar-se para questões específicas de interesse dos rio-grandenses.

Desta forma, após a publicação de textos radicalizados, em especial o já mencionado *O povo! O povo!*, percebemos em seus artigos posteriores, um tom bem mais moderado, inclusive com referências ao direito de propriedade, como o seguinte trecho de uma nota que assina como "O Redator": "[...] Povo algum do mundo tem gozado de mais liberdades, e de maiores garantias; o direito de propriedade é mantido em toda plenitude, e o individual é sagrado".[133] Em um outro artigo, esta questão é mais desenvolvida:

> *[...] assim, sendo o Direito de propriedade um desses Direitos sagrados do homem, todo aquele que o chega a violar, viola a Liberdade; e quem ataca a Divindade da Liberdade, é um ímpio, é um déspota, é um infame, é um indigno do nome de Republicano, por isto que republicano é sinônimo de homem livre, ou que rende culto à Liberdade.*[134]

[133] "Irmão, as circunstâncias impõem ao Rio Grande a obrigação de tomar iniciativa pela América do Sul. [...]. Eu faço o que posso, mas, na maior parte das vezes, sou obrigado a confessar, a mim mesmo, que prego no deserto." Apud CANDIDO, S. Op. Cit., 1973, p. 104 e 105.

[134] OP, n. 19, Piratini, 03/11/1838, p. 2.

Estas defesas do direito à propriedade e das garantias individuais não são recorrentes nos textos de Mazzini, um ferrenho defensor da igualdade e crítico do individualismo liberal, identificando-o como um egoísmo dos homens, embora não condenasse, em essência, o direito à propriedade. Segundo o fundador da "Jovem Itália", todos deveriam ter acesso à propriedade em condições de igualdade, sempre colocando os interesses da humanidade acima dos individuais. Neste sentido, passagens como as anteriormente citadas são decorrentes do contexto específico em que Rossetti atuava. Ao prestar serviços de jornalista aos farroupilhas, o italiano não tinha total liberdade de expressão, sendo obrigado a se "ajustar" à realidade social e política local.

A crescente pressão em atender às aspirações dos farroupilhas obriga nosso autor a contrariar alguns pontos de suas idéias, colocando-o em uma situação desconfortável. Entre ele e setores da liderança dos republicanos rio-grandenses se estabelece um clima de tensão, que o conduziria a pedir sua demissão do cargo de redator do jornal. A "gota d'água" para sua decisão é a censura a um artigo seu acusado de ser "herético".[135]

A renúncia ao cargo de redator não significa abandono do movimento, já que o italiano passa a contribuir de outra forma, partindo para acompanhar os farroupilhas em campanhas militares. Não disposto a transigir de suas convicções políticas, prefere a função de soldado à de "jornalista controlado". Uma das campanhas mais importantes, da qual participa, é a tomada de Laguna, em Santa Catarina, em julho de 1839. Após esse triunfo, é fundada a "República Catarinense", que duraria somente por poucos meses. De lá, Rossetti continua escrevendo textos e manifestos, muitos publicados em edições posteriores do *Povo*, mesmo estando o autor longe da função de redator do periódico.

Na maior parte destes artigos e manifestos, o italiano assina como Joaquim Teixeira Nunes. Devido a seus anteriores desentendimentos com os Farrapos, Rossetti utiliza esta tática para facilitar a publicação de seus artigos no periódico rio-grandense. O autor dá continuidade à difusão do

[135] Rossetti assim relata sua demissão em outra carta a Cuneo: "*Voi troverete nel n. 47 un luogo ove è deto che il popolo è invincibile ma io aveva scritto così: 'O Povo he invencivel, eterno, omnipotente como Deos.' Senza consultarmi, senza udirmi, lo stesso Almeida dietro il semplice rapporto di un ignorante che mi ci accusò di eretico, mutilò la mia proposizione. Questa cosa mi há cagionato tanto dispiacere che dopo aver gridato e domandato invano che non s'imprimesse il mio articolo mi sono visto nella necessità di domandare la mia dimissione. Dunque non sono più il Direttore dei lavori litografici, né il Redattore del Giornale che, come vedrete, avevo ripreso*" (apud CANDIDO, S. Op. Cit., 1973, p. 130). Tradução da citação: "Você encontrará no n. 47 um trecho onde é dito que o povo é invencível, mas eu tinha escrito assim: 'O Povo é invencível, eterno, onipotente como Deus'. Sem me consultar ou ouvir, o mesmo Almeida, após um simples relato de um ignorante que me acusou de herético, mutilou minha proposta. Este fato causou-me tanto desgosto que, depois de ter gritado e solicitado em vão que não se publicasse meu artigo, vi-me na necessidade de requerer minha demissão. Portanto, não sou mais diretor do trabalho tipográfico, nem redator do jornal que, como você verá, tinha reconquistado."

nacionalismo mazziniano, conforme trecho de um de seus mais eloqüentes artigos, intitulado *Cidadão*:

> *Os Brasileiros não têm recordações magnânimas a sustentar, mas muitos ultrajes a renegar. A sua história não encerra mais que vergonhosos fatos: foram colonos e depois súditos. Sacudiram o jugo Europeu e não quiseram ser Americanos. Circundados de Repúblicas, o aparato de uma corte os fascina, o esplendor de um diadema os iludiu. Renegaram um Rei e assentaram um Imperador. [...].*
> *Os Brasileiros tiveram que sofrer injúrias novas; mas... a intriga, e a desmoralização com incrível audácia por esta facção patricida propagadas, corroendo o nacionalismo, tomou as Províncias em verdadeiras Colônias da Capital do Império: e, sujeitos ao capricho e às extorsões de mandatários imbecis e corruptos, tiveram seus filhos deverem destruídos [sic] até seus próprios penates.*[136]

Conforme a citação acima, o "nacionalismo" está associado à defesa do regime republicano e ao ser "americano", daí o fato de a política "lusitana" ("européia"), praticada pelo Império do Brasil, ser apontada como contra o "nacionalismo". Como um fiel seguidor de Mazzini, Rossetti dá às idéias de nação e nacionalismo conteúdo essencialmente político, bem como relacionadas diretamente à república, igualdade e associação de cidadãos. Ao dar continuidade ao regime monárquico de origem européia, o Brasil, nesta perspectiva, não mereceria ser enquadrado como "nação", pois esta, para o autor, seria inseparável da idéia de república.

Em maio de 1840, os farroupilhas contratam seu amigo e colega Cuneo para o cargo de redator do jornal, que se estabelece em Caçapava, tornando-se responsável pelas últimas edições do *Povo*. A presença do outro periodista italiano no Rio Grande do Sul, exercendo o cargo de redator do periódico farroupilha, é um fato até recentemente desconhecido pela historiografia. Hoje sabemos desta informação graças às pesquisas de Salvatore Candido, que encontrou e publicou parte do epistolário dos jornalistas italianos. Em uma carta dirigida a Paolo Antonini, o próprio Cuneo relata que:

> *"[...] dopo tanto ritardare sono finalmente arrivato al mio destino. Sono circa 20 giorni che vi sono. Appena giunto mi fu affidata la direzione del Giornale; i numeri che vi rimetto sono opera mia. Il Ministro Almeida e il Vice Presidente mi hanno accolto cordialmente e mi danno prove d'amicizia."*[137]

Nos anos anteriores, enquanto estivera radicado em Montevidéu, trabalhando na imprensa local, Cuneo manteve contatos com Rossetti, inclusive enviando-lhe textos que foram publicados no jornal rio-grandense.

[136] OP, n. 97, Caçapava, 31/08/1839, p. 1.
[137] "[...] após tanto retardar, finalmente cheguei ao meu destino. Aqui estou há cerca de 20 dias. Também me foi imediatamente concedida a direção do Jornal; os números que lhe remeto são obras minhas. O ministro Almeida e o vice-presidente acolheram-me cordialmente e deram-me provas de amizade." Apud CANDIDO, S. Op. Cit., 1973, p. p. 159.

Assim, são de autoria de Cuneo o prospecto do primeiro número de *O Povo*, um artigo intitulado "A Legalidade" e alguns textos originalmente escritos para a *Revista del Plata* de Montevidéu, traduzidos para o português e publicados nas edições de número 90 e 95 do periódico farroupilha. Nestes últimos textos, o autor busca identidades de princípios entre a Revolução Farroupilha e os movimentos de emancipação rio-platenses:

> *É um fato já, é uma questão que há passado [sic] da época de discussão, a que se há ventilado [sic] durante quatro anos, no território limítrofe. Um movimento mais ou menos análogo ao do ano 10, na República Argentina, há sido [sic] repetido pelos habitantes do Rio Grande.*
> *O princípio da independência e da liberdade há filtrado [sic] durante vinte e nove anos, e hoje não é um nome em vão, nem uma daquelas idéias sem apoio, que só existem na cabeça dos patriotas, ou na dos amantes da liberdade de todos os homens. O Rio Grande é, e será de hoje em diante, uma Nação independente, e soberana, como o Estado Oriental o é, como o são a República Argentina, Chile, Bolívia, e todas as Sociedades da América Meridional. A mesma causa, as mesmas armas, os mesmos inimigos se encontraram nesta luta parcial, que como um eco do grande movimento de 1810 há vindo [sic] repetir em nossos dias.*[138]

O propósito de aproximar os rio-grandenses das facções políticas que faziam oposição a Rosas era, pois, também compartilhado por Cuneo e Rossetti. Em 1839, os Farrapos exerciam uma política externa ambígua. No ano anterior, tinham firmado acordos com Rivera, de quem esperavam reconhecimento oficial da República Rio-Grandense e ajuda efetiva, o que não estava ocorrendo. Desta forma, os republicanos rio-grandenses buscavam também se aproximar de Rosas através de seu aliado Echagüe, então governador de Entre Rios.[139] O fracasso destas tratativas leva os farroupilhas a finalmente optarem por alianças preferenciais com Rivera e governadores argentinos hostis a Rosas, como Pedro Ferré, de Corrientes.[140]

Antes desta tomada de posição, porém, alguns setores da oposição a Rosas, entre os quais os "jovens de 37" e os próprios Cuneo e Rossetti, procuram, a todo o custo, dissuadir os farroupilhas de contactar o "restaurador das leis" e seus aliados, cobrando dos revolucionários rio-grandenses um posicionamento claro pela união com os opositores ao governador de Buenos Aires.

Em seus textos publicados enquanto exercia o cargo de redator do *Povo*, Cuneo dá continuidade à estratégia de aplicar o ideário mazziniano, adaptando-o ao contexto político local. Num de seus principais textos, intitulado "A república", o autor inicia com uma epígrafe da "Jovem Itália":

[138] OP, n. 90, Caçapava, 07/08/1839, p. 1.
[139] Ver GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit., p. 282-288.
[140] Ibidem, p. 304-351.

"A República é para nós outros aquela forma de governo única que pode dar lugar ao desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do homem".[141]

A questão do republicanismo era central no discurso dos farroupilhas. Desta forma, os rio-grandenses não estavam tão preocupados, diferentemente dos mazzinianos, com o debate sobre a questão nacional. O fundamental era assegurar a autonomia local, o que, no entendimento dos republicanos rio-grandenses, passava pelo rompimento com o regime monárquico brasileiro e a consolidação da república no Rio Grande do Sul.

Procurando manter-se fiel ao ideário de Mazzini, Cuneo defende a soberania popular e a necessidade de mobilizar as multidões, reconhecendo, entretanto, a necessidade de "educar" e politizar a população:

> *A República é para nós outros de uma absoluta necessidade. Porém nós sabemos mui [sic] bem que a multidão, a quem um instinto político revela como o excelente entre os governos, o do Povo, não pode de um golpe abranger toda sua vastidão, calcular todas as suas vantagens, e compreender todos os seus deveres. Para isto se necessita uma verdadeira educação Republicana, a qual somente um Governo verdadeiramente Republicano pode dar, e deve ativamente promover.*[142]

Cuneo, pois, toca na questão das multidões em seus escritos. Porém, ciente das tensões entre Rossetti e setores da liderança dos rio-grandenses, procura não entrar em choque com estes, abrindo mão, por exemplo, da defesa do igualitarismo social.

Nos meses em que se encontrava no Rio Grande do Sul, Cuneo depara-se com um momento crítico para os farroupilhas. Ao contrário dos anos de 1838 e 1839, de máxima expansão das forças revolucionárias, em 1840, os Farrapos começam a sofrer os reveses da contra-ofensiva dos imperiais. Após a tomada de Laguna e a proclamação da "República Catarinense" em julho de 1839, os farroupilhas são obrigados a abandonar a província e retornar do Rio Grande do Sul, em virtude da retomada da cidade catarinense pelas forças do Império em novembro do mesmo ano.[143] Os sítios a Porto Alegre continuam sem resultados favoráveis para os revolucionários, pois a cidade resistia aos longos cercos. O território da campanha, até então dominado pelos farroupilhas, começa a sofrer incursões dos imperiais a partir de 1840.

Cuneo, desta forma, procura adequar seu discurso a esta conjuntura de derrotas enfrentadas pelos rio-grandenses:

> *As revoluções feitas por um princípio são indestrutíveis. Pode a força algumas vezes reprimi-las, porém como o fogo oculto nas entranhas da terra, rebentarão por onde, quando menos o pensarem – como o Anteo da fábula*

[141] OP, n. 155, Caçapava, 02/05/1840, p. 1.
[142] OP, n. 155, Caçapava, 02/05/1840, p. 2.
[143] LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos.* Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 42 e 43.

adquire forças caindo – Uma derrota para o Povo é uma lição – quando volta às armas, está mais adestrado. [...].
Rio-Grandenses, não desesperais! – não seria mais que um incidente na extensa guerra. Tende fé nos destinos da República! – Não a vistes levantar-se gigante da derrota do Fanfa, quando todos nos julgavam destruídos? Os destinos da República são imortais! – O Império não pode evitar a morte, que lhe está iminente.[144]

Nosso autor, assim, escreve com o intuito de encorajar os farroupilhas a continuarem a luta, não se deixando abater pelas recentes derrotas. Através do discurso, tenta continuar sua tarefa de difundir o ideário republicano entre seus leitores, mesmo em uma conjuntura adversa.

Devido a um ataque dos legalistas, a imprensa farroupilha deixa de circular no final de maio de 1840 e Cuneo, que não era propenso a atividades militares, retorna para Montevidéu em agosto do mesmo ano, onde passaria a trabalhar pela publicação de um jornal em língua italiana. Rossetti, que continua acompanhando o exército dos farroupilhas, morre em 24 de novembro de 1840, próximo a Setembrina (atual Viamão), em um ataque dos imperiais no momento em que o último cerco a Porto Alegre estava sendo levantado.[145]

Chegamos ao fim da análise da primeira fase de exercício de atividades jornalísticas de nossos personagens na Região Platina, única a contar com a participação de Rossetti. Passemos, agora, às duas fases seguintes, levadas a cabo apenas por Cuneo, a partir de seu retorno a Montevidéu.

☐☐☐ Radicalização da nação mazziniana: Cuneo e os jornais italianos em Montevidéu

Nesta seção, analisamos a segunda fase do periodismo mazziniano na Região Platina, entre a volta de Cuneo a Montevidéu, em 1840, e seu retorno à Itália, no ano de 1848. Diferentemente do período anterior, em que o autor escrevia para jornais locais entre 1838 e 1840, seja em Montevidéu ou na República Rio-Grandense, nesta outra fase, o jornalista dedica-se a escrever em sua língua nativa para a comunidade de imigrados italianos. Entre os anos de 1841 e 1846, Cuneo edita dois periódicos em língua italiana, *L'Italiano* e *Il Legionario Italiano*.

Em agosto de 1840, Cuneo encontra-se novamente radicado em Montevidéu.[146] A situação pouco favorável à atuação do autor na imprensa

[144] OP, n. 156, Caçapava, 06/05/1840, p. 2 e 3.
[145] LEITMAN, Spencer. Revolucionários italianos no Império do Brasil. In: José Hildebrando Dacanal (org). *A revolução farroupilha:* história & interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 109.
[146] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 61.

local, que o havia levado a abandonar a cidade e aceitar o convite dos farroupilhas de ser editor de seu jornal, não tinha se alterado. Os jornais editados pelos intelectuais da Geração de 1837 tinham, em sua maior parte, deixado de circular, enquanto o *Nacional*, então dirigido por Rivera Indarte, restringia os espaços para os escritos do grupo. Não encontramos no periódico nenhum texto cuja autoria pudesse ser atribuída ao nosso autor, durante os primeiros anos de sua volta à capital oriental.

Cuneo, então, volta-se para a organização de uma filial da "Jovem Itália" em Montevidéu, assim como desenvolve o projeto de fundar um periódico em língua italiana, dirigido à comunidade de imigrados. Coloca-se em contato com Mazzini, de quem recebe uma primeira carta em agosto de 1841.[147] Nesta troca de correspondência, o líder da "Jovem Itália" atribui a Cuneo a tarefa de transformar a capital uruguaia no foco central de ação da organização na América do Sul.[148]

Em abril de 1841, Cuneo distribui um prospecto anunciando o aparecimento de um futuro semanário, que iria se chamar *L'Italiano*, homônimo a um periódico que se imprimira em Marselha entre 1832 e 1834, sob a direção de Mazzini.[149] A publicação é impressa pela primeira vez no dia 22 de maio de 1841. Saía uma vez por semana, aos sábados, e teve duas séries. A primeira, de oito edições e distribuição gratuita, circula até 10 de julho. A segunda fase inicia com a edição de número 9, em 4 de junho de1842, vindo a encerrar com o número 23, em 10 de setembro do mesmo ano. Nesta segunda fase, as edições do jornal são vendidas.

O pequeno número de edições do periódico, que só saía uma vez por semana, bem como o espaço de quase um ano entre suas duas fases, são indícios de que nosso autor enfrentava muitas dificuldades para colocar em prática seu projeto. Em reforço aos nossos argumentos, há o fato de que o jornal em italiano tinha o formato de um pequeno tablóide e continha poucas páginas, geralmente oito, em cada edição, bem mais modesto, portanto, em relação a outros periódicos editados em Montevidéu na mesma época.

Em seus escritos para o jornal, o italiano arduamente se esforça para fazer circular, entre seus compatriotas, seu ideário mazziniano radical. Já no primeiro número de *L'Italiano*, Cuneo assim inicia o artigo inaugural:

Con questo titolo una Società d'Italiani si propone di pubblicare nei sabati d'ogni settimana un giornale, collo scopo di mantener vivo, e fomentar sempre più tra i nostri compatriotti, che vanno ogni giorno aumentando di numero in questi paesi, quello spirito di nazionalità, ed amore alle repubblicane instituzioni di cui l'Italia abbisogna per constituirsi in uno stato solo, libero, e independente.

[147] Ibidem, p. 61.
[148] Ver citação de trechos da carta de Mazzini a Cuneo em ibidem, p. 64 e 65.
[149] Ibidem, p. 63.

Lo spirito di nazionalità proposto come uno dei fini all'Italiano, non sarà quello gretto e meschino che fondandosi sulla teoria del diritto consacra l'odio contra lo straniero come principio necessario de conservazione; ché anzi caldi amotori della causa dell'Umanità ci studieremo con ogni sforzo elevarlo affratellandolo armonicamente colle altri individualità nazionali, dandogli per base il dovere.
Avranno perciò luogo nelle nostre pagine gli argomenti di religione e di morale, come quelle che, dovendo essere une ed uguali per tutto, insegnamo agli uomini che siccome una è l'origene da cui derivano ed eguali i diritti, e doveri, che ciascheduno ha rispetto dell'altro, una deve pur essere la missione a cui furono creati – missione di giustizia, e d'amore reciproco.[150]

O central, nos textos deste periódico, são as preocupações com a Itália, que Cuneo aborda fazendo uso de seu ideário mazziniano "original", ou seja, suas idéias adquiridas ainda na Itália entre os seguidores de Mazzini, sem incorporar questões ou idéias específicas da Região Platina. Torna-se assim notório que Cuneo passa a divulgar, na Região Platina, o ideal do fundador da "Jovem Itália" de forma muito semelhante àquela com que seus partidários faziam em países europeus.

A questão principal é o problema da nação, ou mais especificamente, a necessidade de os italianos constituírem-se em nação. O conceito empregado é essencialmente político. O "espírito de nacionalidade", mencionado pelo autor, significava o desejo da população em constituir-se em um Estado livre, independente e republicano. Tal como pregava Mazzini, a questão nacional estava relacionada à fraternidade humana, criticando-se qualquer forma de "ódio aos estrangeiros". Como mazziniano convicto, Cuneo não deixa de chamar a atenção sobre a "igualdade absoluta", em direitos e deveres, que deveria imperar nesta nação.

É especialmente em relação a essa igualdade que percebemos mudanças mais significativas nos escritos do autor em comparação à fase anterior. A partir de agora, o igualitarismo social passa a ser mais enfatizado. Na edição seguinte de *L'Italiano*, por exemplo, o jornalista sustenta que:

Giova pertanto a togliere ogni dubbio agli uni, a persuadere a meglio gli altri, ed a smascherarse il falso zelo degli ipocriti, e dei venduti, esporre

[150] Com este título, uma Sociedade de Italianos propõe-se a publicar, aos sábados de cada semana, um jornal, com o objetivo de manter vivo e de fomentar sempre mais, entre nossos compatriotas, que vêm aumentando de número neste país a cada dia, o espírito de nacionalidade e amor às instituições republicanas, das quais a Itália necessita para se constituir em um único Estado, livre e independente. O espírito de nacionalidade proposto como um dos fins do *Italiano*, não será aquele sovina e mesquinho, o qual, fundamentando-se na teoria do direito, consagra o ódio contra o estrangeiro como princípio necessário de conservação; nós, ao contrário, amantes apaixonados da causa da Humanidade, empenhemo-nos com esforço a fim de elevá-lo, confraternizando harmoniosamente com as outras individualidades nacionais, dando-lhes como base o dever. Deste modo, terão lugar nas nossas páginas os argumentos de religião e moral, como os que devendo ser únicos e iguais em tudo, instruem os homens que, assim como única é a origem da qual derivam e iguais são os direitos e deveres que cada um tem em consideração ao outro, uma deve ser a missão para a qual foram criados, missão de justiça e amor recíprocos. IT, n. 1, Montevidéu, 22/05/1841, p. 1.

candidamente le dottrine professate in questa materia della GIOVINE ITALIA, unica associazione liberale, che rappresenti in oggi veramente il voto della nazione. [...].
Il mondo era composto di schiavi, e di pochi padroni, che li consideravano con poca differenza eguali ai bruti. La dottrina di Cristo predicando, che tutti gli uomini avevano una medisima origine, e che tutti erano fratelli, insegnava che tutti erano EGUALI, che nessuno poteva arrogarsi alcun diritto sull'altro, non potervi per conseguenza essere padroni, tutti dovere essere LIBERI - UGUAGLIANZA, LIBERTA, due termini, che non possono sussistere l'uno senza dell'altro, dacché non può esservi vera UGUAGLIANZA se non tra quelli, che ponno fare libero uso dei loro diritti, e non LIBERTA se non tra quelli, che hanno parità di diritti.[151]

Quando se dirige a seus compatriotas, pois, nosso personagem utiliza um tom bem mais radical, enfatizando o igualitarismo entre os homens. Como era recorrente entre os partidários de Mazzini, a questão da igualdade caracterizava-se por conotações religiosas, fundamentando-se na "vontade divina", segundo a qual, os homens deveriam ser livres e iguais entre si.

Neste mesmo texto, o autor refere-se à "Jovem Itália" como uma "associação política e religiosa", buscando vincular a questão da religião com a política de forma mais explícita que nos textos de seu mestre Mazzini. Como já sabemos, Cuneo tinha uma grande capacidade de adaptar suas idéias em diferentes contextos, buscando dialogar com seus interlocutores. A comunidade italiana estabelecida em Montevidéu era profundamente religiosa. O autor, desta forma, logo percebe que explorar o conteúdo religioso do ideário mazziniano seria um bom meio de fazer sua doutrina encontrar eco entre o público ao qual o periódico era dedicado.

A nação evocada no periódico italiano mantém as características essencialmente políticas, em sintonia com o ideário mazziniano. A nação é retratada, deste modo, como uma associação entre os homens, fundada por eles para fazer valer a igualdade de direitos e deveres, através de instituições republicanas. Seriam estes preceitos políticos que caracterizariam uma nação, sem referências a conotações étnicas ou culturais, conforme a maior parte dos partidários do "princípio das nacionalidades" começava a apregoar, principalmente na Europa.

O periodista italiano, entretanto, fazia uso eventual de alguns elementos lingüísticos e culturais, típicos dos seguidores do "princípio das nacionalidades", em seu periódico, como percebemos no seguinte trecho de um artigo denominado "*Dell'Italia e della sua capitale*":

[151] Ajuda, portanto, a retirar cada dúvida de alguns, a persuadir melhor outros e a desmascarar o falso zelo dos hipócritas e dos traidores, expor claramente as doutrinas professadas neste tema pela JOVEM ITÁLIA, única associação liberal que atualmente representa verdadeiramente o voto da nação. [...]. O mundo era composto de escravos e poucos patrões, que os consideravam com indiferença, tal como aos animais. A doutrina de Cristo, pregando que todos os homens tinham uma mesma origem e que todos eram irmãos, ensinava que todos eram IGUAIS, que ninguém poderia se apropriar de algum direito sobre o outro, não poderiam, conseqüentemente, serem patrões; todos deveriam ser LIVRES – IGUALDADE, LIBERDADE,

Tuta questa grande popolazioni professando la medesima religione, godendo egualmente delle dolceze d'un clima temperatissimo, avendo comune il linguaggio, e la litteratura, deve finire per riunirsi in un solo corpo, como l'hanno fatto i diversi regni Britannici, le diverse provincie della Spagna, quelle della Francia, come lo faranno forse un giorno dell'Alemagna.[152]

Vimos que era muito raro Mazzini utilizar-se de características culturais do "princípio das nacionalidades" em suas referências à nação. No conjunto dos escritos que analisamos, somente uma vez o autor alude à "nação italiana" como "o conjunto de pessoas que falavam a mesma língua".

Neste sentido, não estaria Cuneo em contradição com suas idéias mazzinianas? Primeiramente devemos ressaltar que o trecho da citação anterior é uma excepcionalidade. Na maior parte de seus textos e artigos, o autor mantém sua concepção igualitária essencialmente política de nação, conforme analisamos antes. Entretanto, ao dirigir-se a seus compatriotas no exílio, em uma terra com hábitos, costumes, linguagem distinta, longe de sua terra natal, pensamos que Cuneo desejava manter viva, entre eles, a consciência de serem italianos. Desta forma, sem prejuízo de suas concepções radicais, lembrava seus conterrâneos que compartilhavam uma língua, costumes, religiosidade, literatura em comum. E, fundamentalmente, objetivava reforçar a consciência de que, no solo europeu, vivenciava-se a luta pela conquista de um corpo político livre e soberano, que reunisse o conjunto da população italiana.

O artigo "*I Giornali di Montevideo*", publicado na quarta edição do periódico, em 12 de junho de 1841, é uma rara ocasião em que nosso autor menciona o país do exílio em *L'Italiano*. Referindo-se a notícias de seu periódico em jornais locais, tece inúmeros elogios à população de Montevidéu, que tinha recebido os "lutadores italianos" de braços abertos, sendo, portanto, obrigação destes prestar sua gratidão aos orientais. Ao final do artigo, faz menção à máxima mazziniana de conciliar as particularidades nacionais com o interesse maior de toda humanidade:

"Tutti siamo figli d'un medesimo padre, e mentre ciascuna nazione compie quella particolare missione, a cui la sua indoli i suoi costumi, la sua posizione la chiamano, stringiano il modo della fratellanza, perché i tempi s'avviciano, e l'Umanità abbisogna dell'opera di tutti".[153]

dois termos que não podem se sustentar um sem o outro, de modo que não pode haver IGUALDADE verdadeira, a não ser entre aqueles que se põem a fazer livre uso de seus direitos, nem LIBERDADE, senão entre aqueles que partilham dos mesmos direitos. IT, n. 2, Montevidéu, 29/05/1841, p. 10.

[152] Toda esta grande população, professando a mesma religião, gozando igualmente das doçuras de um clima temperadíssimo, tendo em comum a língua e a literatura, deve terminar por reunir-se em um único corpo, como o fizeram os diversos reinos britânicos, as diversas províncias da Espanha e da França, como o fará, talvez um dia, a Alemanha. IT, n. 1, Montevidéu, 22/05/1841, p. 3.

[153] "Todos somos filhos de um mesmo pai e, enquanto cada nação cumpre sua missão particular, cujas índoles e costumes chamam a esta posição, estreita-se, deste modo, a fraternidade, pois os tempos se avizinham e a Humanidade necessita da ação de todos."

Além da publicação de textos de sua autoria, Cuneo também reproduz, em seu periódico, artigos de seu mestre, Mazzini, obtidos de publicações recebidas da Europa. No número 11 de *L'Italiano*, faz referências ao surgimento, na Inglaterra, do periódico *Apostolato Popolare*, que o líder da "Jovem Itália" editava, em sua língua natal, para o conjunto de exilados naquele país. Ao anunciar o jornal europeu, nosso autor traça paralelos entre este e o de sua responsabilidade em Montevidéu, além de informar seus leitores que transcreveria textos publicados na Europa que "fossem oportunos aos exilados na América".[154]

Cumprindo seus propósitos, Cuneo publica alguns artigos de Mazzini, nos quais, percebe-se a radicalização do ideário do fundador da "Jovem Itália", fruto da convivência com as condições de vida dos trabalhadores ingleses. O tom mais radicalizado pode ser percebido no seguinte trecho:

[...] la libertà fu conquistata; duró per anni in molti paesi; in alcuni ancor dura. La condizione del popolo ha migliorato? I milioni che vivono alla giornata sul lavoro delle loro bracia, hanno forse acquistato una migliore parte del benessere sperato, promesso?
No: la condizione del popolo non ha migliorato; ha peggiorato anzi e peggiora in quasi tutti i paesi. In quasi tutti i paesi, e specialmente qui dove noi scriviano [na Inglaterra], il prezzo delle cose necessarie alla vita è andato progressivamente aumentando, il salario dell'operario in molti rami d'attività progressivamente diminuendo, e la popolazione moltiplicando.[155]

Mazzini critica as péssimas condições de vida dos operários ingleses em uma sociedade que, segundo o autor, gabava-se de viver sob instituições "sólidas" e "livres". As reflexões do autor o levam a acentuar seu distanciamento dos liberais e recrudescer o igualitarismo de suas idéias. O fundador da "Jovem Itália" redobra suas críticas à modernidade, cujos princípios de defesa dos direitos individuais estariam alentando o egoísmo dos homens, acentuando, desta forma, as discrepâncias sociais. Propõe, como alternativa, uma sociedade igualitária, na qual os indivíduos pusessem os interesses da humanidade acima dos particulares.

Na continuação do artigo, publicada em uma posterior edição do periódico dirigido por Cuneo, Mazzini conclui que:

Colla teoria dei diriti possiano insorgere e rovesciare gli ostacoli; ma non fondare forte e durevole l'armonia di tutti gli elementi che compongono la

[154] *L'Italiano*, Montevidéu, n. 11, de 18 de junho de 1842, p. 1.

[155] [...] a liberdade foi conquistada; durou por anos em muitos países, ainda vigora em alguns. A situação do povo melhorou? Os milhões que vivem da jornada de trabalho, de seus braços, adquiriram talvez uma melhor parte no bem-estar esperado, prometido? Não: a situação do povo não melhorou; ao contrário, piorou e tem piorado em quase todos países. Em quase todos países, especialmente aqui onde escrevemos [na Inglaterra], o preço das coisas necessárias para vida tem aumentado progressivamente, o salário dos operários, em muitos ramos de atividade, tem progressivamente diminuído, e a população multiplicado. IT, n. 16, Montevidéu, 23/07/1842, p. 2 e 3.

Nazione. Colla teoria della felicità, del benessere dato per aggetto primo alla vita, noi formerono uomini egoisti, adoratori della materia, che porteranno le vecchie passioni nell'ordine nuovo e lo corromperanno pochi mesi dopo. Si tratta dunque di trovare un principio educatore superiore a siffatta teoria che guide gli uomini al meglio, [...], che li vincoli ai loro fratelli senza farli dipendenti dall'idea d'un solo o dalla forza di tutti. E questo principio è il DOVERE. Bisogna convincere gli uomini ch'essi, figli d'un solo Dio, hanno ad essere qui in terra esecutori d'una sola Lege – che ognuono d'essi, deve vivere, non per se, ma per gli altri – che lo scopo della loro vita non è quello d'essere più o meno felici, ma di rendere se stessi e gli altri migliori – che il combattere l'ingiustizia e l'errore a benefizio dei loro fratelli, e dovunque si trova, è non solamente diritto, ma dovere: dovere da non negligersi senza colpa – dovere di tutta la vita.[156]

Ao conviver com as mazelas da sociedade industrial inglesa, Mazzini reforça suas críticas à teoria dos direitos, tão apregoada pelos liberais. Conforme o autor, a prática destas concepções levou os homens ao individualismo, tornando-os egoístas.

Segundo nosso ponto de vista, o autor pode ser situado ao lado dos críticos da modernidade, ao denunciar que a doutrina liberal levava a sérios problemas sociais. Entretanto, também entendemos que ele não se contrapunha totalmente à modernidade, e sim elaborou um projeto alternativo, que garantisse a igualdade entre as pessoas. De acordo com a citação anterior, o ideário mazziniano apregoava uma "teoria dos deveres", que deveria reger a "nação". Segundo esta teoria, todos necessitariam adquirir a consciência de que devem viver não para si, mas para o conjunto da sociedade.

Mais de uma década após a fundação da "Jovem Itália", o igualitarismo mazziniano acentua-se. Cuneo, ao publicar estes textos de seu mestre, demonstra estar de acordo com esse ideário, o que também se expressa pela radicalização de seus próprios textos, conforme analisamos anteriormente. Em seus escritos, a plena igualdade entre os homens é a tônica da nação almejada, assim como o igualitarismo e a fraternidade humana deveriam imperar no futuro relacionamento entre as distintas nações.

Na edição de número 19 de seu periódico, que circula em 13 de agosto de 1842, Cuneo presta uma homenagem a seu amigo Rossetti, morto em campo de batalha rio-grandense quase dois anos antes. Em um artigo

[156] Com a teoria dos direitos, podemos nos insurgir e derrubar os obstáculos; mas não fundar forte e duradoura a harmonia de todos os elementos que compõem a Nação. Com a teoria da felicidade, do bem-estar, dada como primeiro destaque à vida, nós formamos homens egoístas, adoradores da matéria, que portam as velhas paixões na nova ordem e a corrompem poucos meses depois. Trata-se, portanto, de encontrar um princípio educador superior à semelhante teoria, que conduza os homens para o melhor, [...], que os vincule a seus irmãos sem os fazer dependentes da idéia de um só ou da força de todos. E este princípio é o DEVER. É necessário convencer os homens de que eles, filhos de um único Deus, devem ser quem executam na terra uma Lei única – que cada um deles deve viver, não para si, mas para os outros – que o propósito de suas vidas não é o de serem mais ou menos felizes, mas de entregarem-se melhor a si mesmos e aos outros – que o combate à injustiça e ao erro em benefício de seus irmãos, onde quer que se encontrem, é, não somente um direito, mas um dever: dever de não se negligenciarem sem culpa – dever de toda a vida. IT, n. 18, Montevidéu, 06/08/1842, p. 3 e 4.

com o título do homenageado, fala sobre o nascimento de seu compatriota em Gênova, o exílio no Rio de Janeiro, onde ambos se conheceram, e sua decisão de lutar ao lado dos farroupilhas, fruto de seu "entusiasmo religioso" com as idéias da "Jovem Itália" e o fascínio pelo surgimento de uma república em luta contra o Império do Brasil.

O texto ainda menciona que Rossetti havia trabalhado com rigor para que a revolução no Rio Grande do Sul tivesse um "caráter novo" e "altamente regenerador". Entretanto: "*Ed in ció [Rossetti] s'illudeva; non erano nè i tempi, nè gli uomini a tanta altura*; [...]."[157] Esta passagem do texto nos sugere que Cuneo começava a tomar consciência de que suas idéias eram muito avançadas para a época. O igualitarismo radical não tinha encontrado o esperado eco junto aos farroupilhas, nem entre a maioria dos que compunham a base de apoio ao governo de Rivera. O ideário era melhor recebido pelos "jovens de 37", que igualmente começavam a se decepcionar com os demais integrantes da coalizão anti-rosista, ocupando cada vez menos espaço entre estes, haja vista a crescente restrição de publicação de seus artigos na imprensa de Montevidéu. Entretanto, o tom radicalizado do periódico *L'Italiano* demonstra que Cuneo ainda tinha esperanças de difundir seu ideário entre seus conterrâneos exilados.

A segunda fase do jornal teve vida mais longa que a primeira, mas igualmente efêmera. Em 10 de setembro circula seu último número, perfazendo o total de 23 edições, somando-se ambas as fases. Nosso personagem só voltaria a publicar outro periódico dois anos depois.

Neste meio tempo, os conflitos políticos pioram a situação para quem vivia na margem oriental do Rio da Prata. Apesar de seus compromissos com os exilados argentinos e os Farrapos rio-grandenses, Rivera procura, após a derrota do exército liderado por Lavalle, manter o Uruguai de fora dos conflitos nos países limítrofes.[158] O presidente almejava consolidar-se no poder e assegurar a autonomia local, buscando esquivar-se de confrontos diretos com Rosas e o Brasil, daí sua política ambígua e vacilante em relação aos republicanos rio-grandenses.[159]

[157] "E nisso [Rossetti] se iludia, não era nem o tempo, nem os homens estavam à altura para tanto; [...].". IT, n. 19, Montevidéu, 13/08/1842, p. 2.

[158] Cf. SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 290.

[159] A política externa do governo Rivera era marcada por profundas ambigüidades. Ao mesmo tempo em que assumia compromissos com a República Rio-Grandense e a oposição rosista, o presidente oriental também buscava acordos com o governo imperial, sendo que muitas vezes não os cumpria. Este "jogo duplo" tinha razões pragmáticas. Rivera tentava manter a autonomia do Uruguai, buscando evitar conflitos com os países vizinhos. Seu auxílio aos Farrapos era uma forma de enfraquecer o Império, afastando, assim, possibilidades de novas intervenções brasileiras no Uruguai. As aproximações com o governo brasileiro, por outro lado, igualmente tinham o propósito de dissuadi-lo de intenções intervencionistas. Também é preciso salientar que, embora bastante hábil no "jogo duplo", Rivera não tinha a exclusividade desta prática, pois esta era a tônica da diplomacia dos demais governos nos conflitos de então. Para maiores detalhes sobre as relações internacionais da época, consultar VARELA, Alfredo. *História da...*; e *Política brasileira:* interna e externa. Porto: Livraria Chardron, 1929, 2 v., além do estudo mais recente de GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit.

Entretanto, a coalizão anti-rosista ganha novo alento com a retomada do governo de Corrientes por Pedro Ferré, opositor histórico do "restaurador", e com a adesão de José María Paz, governador de Entre Rios, ao conjunto das forças contrárias a Rosas. Após a queda de Echagüe e dos contatos pouco profícuos com os mesmos, os revolucionários rio-grandenses decidem estabelecer alianças privilegiadas com os opositores ao regime rosista.[160] Rivera, então, volta a apostar em alianças externas, promovendo, em outubro de 1842, o encontro de Paysandú com os governadores Ferré, Paz, além de Juan Pablo López, de Santa Fé e o presidente da República Rio-Grandense Bento Gonçalves. Este último não seria signatário do pacto, mas, ao ser recebido na sede do encontro com "honras de chefe de Estado", suscita críticas por parte da embaixada brasileira junto ao governo de Montevidéu.[161]

Concomitante com o Pacto de Paysandú, circula, embora de forma vaga e imprecisa, a idéia de estabelecer a "Federação do Uruguai", uma aliança mais estável entre as províncias do Litoral argentino, o Rio Grande do Sul e o Uruguai.[162] Rivera, seguramente inspirado pelo projeto artiguista, vê nesta federação uma possibilidade de contrabalançar as pressões de Rosas e do Império brasileiro, sempre uma ameaça à autonomia oriental. A proposta do presidente oriental é mais uma demonstração da diversidade de projetos de organização política, contrapostos a um Estado centralizado, que continuavam a surgir nos territórios rio-platenses, apesar de já terem passado mais de 30 anos do início do processo de independências na região.

A derrota para as forças de Oribe e Rosas na Batalha de Arroyo Grande, em 6 de dezembro de 1842, entretanto, frustra os projetos de Rivera.[163] O revés abre espaço para invasão do território oriental, iniciada em 26 de dezembro.[164] As tropas avançam rapidamente e Oribe chega a Cerrito, na entrada de Montevidéu, em 16 de fevereiro do ano seguinte, dando início ao longo sítio da cidade, que se prolongaria até o ano de 1851.[165]

Ao mesmo tempo em que se tornava crítica no Uruguai, a situação era cada vez mais desfavorável também para os republicanos rio-grandenses. Com o enfraquecimento do governo de Rivera, os Farrapos perdem um de seus apoios na luta contra o Império, a partir de 1843. É justamente neste ano que o Duque de Caxias é indicado novo presidente da província sulina, recrudescendo as incursões militares contra os farroupilhas. Desta forma, os republicanos vão paulatinamente reduzindo suas áreas de controle, ficando reduzidos a pontos esporádicos na região da campanha, durante o ano de 1844. A "Paz de Poncho Verde", celebrada em 8 de fevereiro de 1845, põe fim ao conflito, com a desistência dos Farrapos de sua república

[160] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 299 e 300.
[161] GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. Cit., p. 343 e 344.
[162] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. Op. Cit., p. 312.
[163] Ibidem, p. 309.
[164] Ibidem, p. 312.
[165] Ibidem, p. 316.

independente e a reincorporação ao Império brasileiro, sob algumas vantagens como a manutenção dos postos militares no exército.[166]

No Uruguai, o cerco a Montevidéu mobiliza a cidade para sua defesa, que só não sucumbe aos sitiadores graças ao apoio de esquadras anglo-francesas, que bloqueiam o porto de Buenos Aires e garantem o abastecimento da capital oriental.[167] Comunidades estrangeiras residentes em Montevidéu também se engajam na resistência. A maior delas é a francesa, que funda uma legião de compatriotas para combater o exército sitiante. Seguindo o exemplo dos imigrantes franceses, Giuseppe Garibaldi, radicado em Montevidéu desde 1841, funda a "Legião Italiana" em abril de 1843.[168]

Por ocasião do surgimento dos legionários italianos, reaparecem, após ausência de vários anos, alguns textos de Cuneo no *Nacional*. No dia 13 de abril, ele publica um artigo intitulado "Legión Italiana", na edição de número 1.301 do diário. Neste texto, conclama seus conterrâneos a se engajarem na luta contra o "tirano Rosas". Afirma que a Itália estaria em toda parte onde se encontrassem "homens livres". Ao final do artigo, reforça que todos lutadores seriam irmãos, filhos de um mesmo Deus, assim como todos tiranos o seriam do "mesmo pai Satanás".[169]

Alguns dias mais tarde, assinando sob o pseudônimo de "Italicus", o periodista publica outro chamado aos italianos residentes na cidade. Em um longo texto, busca convencê-los de que suas vidas correm perigo com a "ameaça do tirano Rosas" e de que constituiria um "dever", de todos italianos, mostrar à América e ao mundo sua condição de "lutadores pela humanidade e pela civilização". Ao final, afirma que todos que insistirem em se manter indiferentes seriam "egoístas" e "indignos do nome de italianos".[170]

Além de eventuais contribuições ao periódico local, Cuneo esforça-se para criar uma publicação própria, dirigida aos legionários. Assim, no ano

[166] Consultar LEITMAN, Spencer. *Raízes...*, p. 43-48.
[167] BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992, p. 24. É durante os longos anos de cerco a Montevidéu, com o isolamento da cidade cercada por tropas inimigas, que os partidos oponentes adquirem características distintas. Inicialmente, tanto "blancos" quanto "colorados" compunham-se principalmente de setores rurais, majoritários no país frente à pouca expressão das cidades. Não havia, basicamente, diferenças ideológicas entre os dois grupos, cujas lutas políticas davam-se em torno a disputas entre diferentes "caudilhos", como os combates entre os "blancos" Lavalleja e Oribe contra o "colorado" Rivera. Entretanto, com o confinamento na cidade de Montevidéu sitiada, os "colorados" adquiriram características de um partido urbano, composto de comerciantes, empregados, industriais e outros setores da cidade, enquanto os "blancos" contavam com o apoio das regiões rurais do país, sob controle das elites proprietárias de terras. Além disso, estes caracterizaram-se por políticas de cunho "nacionalista", enquanto aqueles, também designados como "liberais", foram mais propensos a buscas de alianças e acordos com outros países. Esta cisão caracterizou a vida política do Uruguai ao longo da segunda metade do século XIX e princípios do XX.
[168] CANDIDO, Salvatore. *Los italianos en América del Sur y el "resurgimiento"*. Montevidéu: Istituto Italiano di Cultura, 1963, p. 14.
[169] EN, n. 1.301, Montevidéu, de 13 de abril de 1843, p. 3.
[170] EN, n. 1.306, Montevidéu, de 20 de abril de 1843, p. 2 e 3.

seguinte, surge um novo jornal sob responsabilidade do autor em sua língua nativa, denominado *Il Legionario Italiano*. Como seu predecessor, a publicação objetiva divulgar o ideário italiano entre os imigrados na cidade, acrescentando-se a tarefa de alentar a luta dos legionários contra as forças de Oribe e Rosas. Entretanto, o periódico teria vida bem mais efêmera do que *L'Italiano*. Publicam-se apenas três edições em 27 de outubro, em 11 de novembro e em 26 de dezembro de 1844 e uma posterior no ano de 1846.

O texto que inaugura o periódico "*Gasparino e Ambrogio*", consiste em um diálogo entre dois personagens fictícios, sobre os objetivos da publicação. Com linguagem bastante simples e de forma didática, Cuneo busca expor, pelas bocas de Gasparino e Ambrogio, os pontos principais do ideário mazziniano e os motivos da luta dos legionários.[171]

Em um artigo denominado "*Italia*", o jornalista relata a situação de seu país, ainda em luta por uma revolução que estabeleça um governo republicano e unitário. Lembra seus compatriotas de que a "Jovem Italia" seria a "única e verdadeira associação nacional italiana".[172] Na edição seguinte de seu periódico, Cuneo publica o artigo "*Scuola italiana in Montevideo*", celebrando a fundação de um estabelecimento de ensino voltado para a alfabetização dos filhos dos imigrantes. Ao longo do texto, tece inúmeros elogios ao governo local, que estaria demonstrando um "verdadeiro republicanismo", contrastando com sua terra natal, que estaria "sob o jugo da monarquia":

> *A meglio apprezzare l'offerta che vi vien fatta, considerate la condotta ch'regii governi, e questo republicano. I re d'Italia vi toglono i figli alla forza per difendere non la patria, ma le lor proprie usurpazioni; v'obbligano a pagare un tributo perché il Dio che v'ha creati vi mantiene in vita, vi rubano il frutto de vostri lavori, e v'abbandonano dopo avervi immiseriti nella più assoluta ignoranza, la quale viene soltanto combattuta pei molti filantropici instituti fondati daí generosi uomini, di che tanto abbonda l'Italia. Questo governo invece affanato da una guerra che ne ha esausto il tesoro, stretto da un lunghessimo assedio che ne ha rovinato tutte le fonti di prosperità, che ha stento provvede alle necessità delle truppe, s'occupa di voi, de vostri figli, e v'apre una Scuola, sollecito del bene delle vostre anime, senz'altro scopo che quello di vedervi educati, ed instruiti, voi che gli siete stranieri, e che ogni volta vi piaccia potere liberamente recarvi altrove!*[173]

[171] LI, n. 1, Montevidéu, de 27 de outubro de 1844, p. 1 e 2.
[172] Ibidem, p. 4.
[173] Para melhor apreciar a oferta que lhes vem desta forma, considerem a conduta dos governos dos reis e a deste governo. O rei da Itália toma-lhes os filhos à força para defender, não a pátria, mas suas próprias usurpações, obriga-os a pagar tributo para que o Deus que os criou mantenha-os vivos, rouba-lhes o fruto de seus trabalhos e os abandona depois de os haver empobrecido até a mais absoluta ignorância, a qual é combatida somente pelas várias instituições filantrópicas, fundadas por homens generosos, dos quais a Itália tanto abunda. Este governo, ao contrário, afligido por uma guerra que lhe debilitou as finanças, comprimido por um assédio longuíssimo que lhe arruinou todas fontes de prosperidade, que tem penado para prover as necessidades das tropas, ocupa-se de vocês, de seus filhos, e lhes abre uma Escola, zeloso pelo bem de seus espíritos, sem outro propósito que de os ver educados e instruídos, vocês que são estrangeiros para eles, mas que cada vez mais dá-lhes prazer conduzi-los a lugares melhores. LI, n. 2, Montevidéu, 11/11/1844, p. 5 e 6.

Diferentemente do que fizera no periódico anterior, em *Il Legionario Italiano* nosso personagem não se restringe a assuntos relativos à Itália, passando a abordar com freqüência a conjuntura política local. Estas mudanças condiziam com as alterações conjunturais. A cidade encontra-se agora sitiada, ameaçada seriamente de sucumbir, fazendo-se necessária a mobilização de toda a população lá residente para defendê-la. Os elogios aos mandatários de Montevidéu, neste sentido, têm o propósito de convencer a população italiana local da "justeza" do governo da cidade, para assim persuadi-la a pegar em armas e lutar ao seu lado.

Ao mesmo tempo em que era preciso enaltecer o aliado, fazia-se necessário depreciar o inimigo na mesma proporção. Neste sentido, os elogios aos orientais contrastam com a imagem bastante negativa que o autor propaga de Rosas e de seu governo. Ao responder a um artigo da *Gaceta Mercantil* de Buenos Aires, que teria retratado a "Jovem Itália" como uma "sociedade sediciosa e feroz", Cuneo utiliza o mesmo tom:

> *[...] il governo di Buenos Ayres [é] assoluto e tirannico in tutti i suoi alti persegue a morte ne suoi domini ogni idea di libertà, e di progresso; e quindi la Giovine Italia, le di cui dottrine democratiche abbracciate dala Giovine Europa incominciano a dare seri timori alle corti europee, onde cattivarsene la simpatia, e il favore nella guerra scellerata in cui Rosas ha involto questi infelici paesi.*
> *[...] E Rosas, il monstrum horrendum, il flagello che da 14 anni desola la Repubblica Argentina; che ha fatto della populosa cità di Buenos Ayres [...] una spaventosa caverna di masnadieri e d'infamie; che per sostenere il di lui sistema d'usurpazioni, e di sterminio ha mosso guerra a quanto di virtuoso e d'onesto existe nella Repubblica Argentina; che ha distrutto o convertido in suo pro le più belle instituzioni republicane; [...].*[174]

Para melhor convencer seus conterrâneos a se engajarem na luta contra Rosas e Oribe, Cuneo retrata o governador de Buenos Aires com uma linguagem bastante semelhante à de seus inimigos locais. Dessa forma, para o autor, urge a derrubada do "tirano", "usurpador do poder", "destruidor da República Argentina". O sítio de Montevidéu acirra enormemente os ânimos, sendo praticamente impossível esquivar-se de posicionamento por uma das facções em luta. O italiano mantém-se ao lado de quem lhe dava exílio e procura arrematar ideologicamente seus compatriotas, através dos artigos de seu periódico.

[174] [...] o governo de Buenos Aires [é] absoluto e tirânico em tudo; do seu topo persegue, até a morte, em todos seus domínios, toda idéia de liberdade e de progresso; e, consequentemente, persegue a *Jovem Itália*, cujas doutrinas democráticas adotadas pela *Jovem Europa*, que começavam a causar sérios temores às cortes européias, a fim de atrair simpatia e ajuda nesta guerra perversa, na qual Rosas envolveu estes países infelizes. [...] E Rosas, o *monstrum horrendum*, o chicote que há 14 anos desola a República Argentina, que fez da populosa cidade de Buenos Aires, [...], uma caverna assustadora de bandoleiros e infames que, para sustentar seu sistema de usurpações e extermínios, moveu guerra contra tudo de virtuoso e honesto existente na República Argentina, que destruiu, ou converteu para seu interesse, as mais belas instituições republicanas; [...].LI, n. 3, Montevidéu, 26/12/1844, p. 10 e 11.

Com o desaparecimento do *Legionario Italiano*, encerra-se a segunda fase de Cuneo como periodista na Região Platina. Em princípios de 1848, chegam notícias dos movimentos revolucionários que irrompem em várias partes da Europa. Evento singular na história da humanidade, as revoluções espalham-se sucessivamente, de modo praticamente simultâneo, em grande parte dos países europeus, com poucas exceções como Inglaterra e Rússia.

O advento das revoluções de 48 levou muitos italianos, exilados no exterior, a voltar a sua terra natal, para se engajarem nos movimentos. Em 15 de abril, Garibaldi, junto com muitos compatriotas, deixa Montevidéu com o propósito de combater em terras italianas.[175] Cuneo também retorna à Itália, mas não para participar de lutas armadas, e sim de outras tarefas políticas. Em dezembro de 1849, é eleito deputado pelo parlamento piemontês, cargo ao qual renuncia em março do ano seguinte, frente aos retrocessos dos movimentos no conjunto da península.[176]

A via do exílio é mais uma vez imposta a grande parte dos revolucionários. Cuneo, conforme trataremos na próxima seção, elegeria novamente a Região Platina como local de desterro.

Entre o nacionalismo mazziniano e a nação da "civilização" *versus* "barbárie": Cuneo na Buenos Aires pós-rosista

Passemos agora à última fase de Cuneo como periodista na Região Platina, durante seu segundo período de exílio americano. Desta vez, o personagem se estabelece em Buenos Aires, onde exerce o ofício de jornalista após a queda de Rosas, entre os anos de 1853 e 1860, até seu retorno definitivo à Itália. Nesta terceira fase, atua tanto na imprensa local como em um novo periódico em língua italiana de sua responsabilidade.

A queda de Rosas deu-se com sua derrota frente a Urquiza, governador de Entre Rios, na Batalha de Caseros, em 3 de fevereiro de 1852. Nos anos imediatamente anteriores, o regime rosista já vinha se modificando, atenuando suas características autoritárias. Neste sentido, a "Mazorca", que tinha sido bastante ativa na "era do terror", entre 1839 e 1842, desaparece em 1846[177], enquanto a imprensa volta a se expandir e muitos exilados retornam a Buenos Aires, como o livreiro Marcos Sastre em 1844.[178]

[175] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 79.
[176] Ibidem, p. 79.
[177] GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina:* las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 174.
[178] Ibidem, p. 177.

Entretanto, a centralização estabelecida por Rosas proporciona um aumento no descontentamento nas demais províncias. Urquiza, aliado do governador bonaerense por vários anos, passa para oposição e, ao obter o apoio do Império do Brasil, começa a conspirar abertamente contra Rosas. A ação militar ocorre inicialmente no Uruguai, pondo-se fim ao longo cerco de Montevidéu e firmando-se a paz com Oribe em 8 de outubro de 1851.[179] Em seguida, a "tríplice aliança" entre o Uruguai, Brasil e Entre Rios volta-se contra Buenos Aires, derrotando Rosas em Caseros.

Urquiza, então, pleiteia liderar a unificação constitucional da Argentina. A organização de um Estado nacional, entretanto, ainda estaria longe de consumar-se, pois os conflitos entre Buenos Aires e as demais províncias logo seriam retomados em um novo patamar. Após a vitória, Urquiza estabelece seu governo em Palermo, nos arredores portenhos. Em 11 de abril, elegem-se novos deputados para a Sala de Representantes de Buenos Aires, no seio da qual surge uma oposição ao vencedor de Caseros, unindo tanto antigos unitários quanto federalistas da província.[180]

Atitudes autoritárias de Urquiza, tais como a ordenação de fuzilamentos sem processo, fortalecem ainda mais o movimento oposicionista.[181] As relações em pouco tempo deterioram-se, ocorrendo o fechamento de jornais e a prisão de deputados portenhos, incluindo Bartolomé Mitre.[182] O conflito radicaliza-se, levando à irrupção da "Revolução de 11 de setembro", que estabelece um governo autônomo em Buenos Aires, forçando a fuga de Urquiza.[183] Este se reorganiza, avança sobre a região da campanha e impõe um sítio à cidade a partir de 6 de dezembro.[184]

Buenos Aires, porém, continua a ser abastecida pelo porto, enquanto o exército sitiante sofre com carências crescentes de todos os gêneros, sendo obrigado a levantar o cerco em 13 de julho de 1853.[185] Ainda durante o cerco, um Congresso Constituinte é convocado, sem a presença de representantes de Buenos Aires. Os congressistas inspiram-se nas *Bases* de Juan Bautista Alberdi[186] e começam a discutir a nacionalização das aduanas do porto de Buenos Aires e a federalização da cidade, medidas imediatamente rechaçadas pelo governo da província.[187]

[179] BARRÁN, José Pedro. Op. Cit., p. 44 e 45.
[180] GOROSTEGUI DE TORRES, Haydée. *La organización nacional:* historia argentina, t. 4. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 25.
[181] Ibidem, p. 26.
[182] Ibidem, p. 32.
[183] Ibidem, p. 32 e 33.
[184] Ibidem, p. 34 e 35.
[185] Ibidem, p. 35.
[186] Trata-se do texto *Bases y punctos de partida para la organización política de la República Argentina*, originalmente publicado em 1852. Em nossa pesquisa, utilizamos uma versão em português da obra: ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas: UNICAMP, 1994 [1852].
[187] GOROSTEGUI DE TORRES, Haydée. Op. Cit., p. 35 e 36.

A vitória de Buenos Aires contra os sitiantes reforça o cisma com as demais províncias. Assim, a Constituição de 1853 é jurada no Paraná, onde é instaurada a sede do governo da "Confederação Argentina", formada por treze províncias, que elegem Urquiza para o cargo de presidente da nação.[188] Em contrapartida, Buenos Aires promulga sua Constituição no ano seguinte, ratificando a situação da província como um "Estado autônomo", separado da confederação.[189]

A existência de dois Estados independentes perduraria ao longo da década. Somente em 1859 ocorreria um novo enfrentamento armado entre eles, com a derrota de Buenos Aires e sua conseqüente incorporação ao governo nacional, na Batalha de Cepeda.[190] Dois anos depois, entretanto, seriam os portenhos que derrotariam Urquiza na Batalha de Pavón[191], sendo que Mitre, então governador de Buenos Aires, seria eleito, em 1862, o primeiro presidente constitucional de toda a Argentina.[192]

É, pois, numa província convertida em Estado independente que Cuneo atua como jornalista durante a década de 1850. Embora em luta contra os federalistas liderados por Urquiza, a Buenos Aires, encontrada pelo italiano, estava dividida em dois grupos políticos rivais. De um lado, havia os "autonomistas", desejosos de uma separação total da província, entre os quais se destacava Valentín Alsina. São estes os que mais se tinham empenhado pela promulgação de uma constituição própria em Buenos Aires no ano de 1854. Por outro lado, sob a liderança de Mitre, havia os que viam a secessão como um estágio provisório, pregando o estabelecimento de uma nação, unificada e encabeçada por Buenos Aires, para o conjunto do território argentino.[193]

O surgimento de grupos políticos com propostas diferenciadas reflete a nova conjuntura pós-Caseros na província. A "unanimidade rosista" dá lugar ao florescimento de inúmeras associações políticas e culturais. A lei eleitoral de 1821 é ratificada e ampliada, incluindo-se, no direito ao voto, os componentes da Guarda Nacional e os maiores de 18 anos, sem restrições culturais ou econômicas aos eleitores.[194] O decênio de 1850, deste modo, seria caracterizado por um direito de cidadania bastante amplo, similar, e até mais significativo, aos das primeiras décadas após a independência.[195]

188 Ibidem, p. 35-37.
189 Ibidem, p. 39.
190 Ibidem, p. 66.
191 Ibidem, p. 67.
192 Ibidem, p. 70.
193 GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y* ...p. 251.
194 Ibidem, p. 285.
195 Ao contrário do que a historiografia tradicional afirmava, os novos estudos têm demonstrado que em Buenos Aires, durante a década de 1850, continuava-se com práticas de cidadania bem mais amplas do que se supunha. Em sua obra *La república de la opinión*: política y opinión pública en Buenos Aires entre 1852 y 1862, Alberto Lettieri contesta a noção de que a vida política seria bastante restringida durante o século XIX. Analisando a cidade de Buenos Aires entre 1852 e 1862, o autor critica teses consagradas pela historiografia tradicional de que o

Antes de se estabelecer em Buenos Aires, Cuneo detém-se no Rio de Janeiro. Não há registros de eventuais atuações políticas do italiano na cidade, salvo uma carta de Mazzini, na qual este afirma que Cuneo "trabalhava por eles".[196] Em setembro de 1850, o jornalista encontra-se estabelecido em Montevidéu, onde funda um gabinete de leitura. Antes do final do ano seguinte, ainda durante o governo de Rosas, chega a Buenos Aires. Lá, reencontra seu antigo amigo Miguel Cané, que havia retornado à sua cidade natal com o abrandamento do regime rosista em seus últimos anos.[197]

Não sabemos os motivos que teriam levado nosso personagem a eleger Buenos Aires como novo local de desterro. Segundo Alma Novella Marani, uma das hipóteses é a de que Cuneo desejaria dar continuidade ao trabalho de atuar politicamente entre os italianos que viviam no exterior, sendo que o fato de a comunidade italiana em Buenos Aires já ser bem mais numerosa do que a em Montevidéu deve ter pesado em sua decisão. Outra hipótese é que o jornalista teria o intuito de retomar contatos com os intelectuais da Geração de 1837, que voltavam à capital argentina, como é o caso de seu amigo Cané.[198]

Sobre alguma possível atuação política de Cuneo durante os últimos meses do regime rosista, não há, até o presente momento, nenhum indício na documentação.[199] Logo após a queda de Rosas, Héctor Varela e Adolfo Alsina proclamam o surgimento de um periódico denominado *Nueva Época*, em cujo frontispício consta o lema mazziniano "liberdade, igualdade, humanidade".[200] Não há como saber, entretanto, se os autores tiveram algum tipo de contato com o periodista italiano, uma vez que, como tratamos em seções anteriores, era comum encontrar-se em periódicos, nos quais os intelectuais da Geração de 37 atuavam, estampada a frase que identificava os seguidores de Mazzini.

O que se pode assegurar é a contribuição de Cuneo para o periódico liberal portenho *La Tribuna*, que começa a circular em 7 de agosto de 1853.

período tenha representado uma "república possível" ou "república sem povo". Preferindo o termo "república da opinião", Lettieri sustenta que Buenos Aires era palco de uma intensa efervescência na vida política, com o surgimento de diversas associações, jornais, cafés, clubes, gabinetes de leitura, etc., nos quais a política era amplamente debatida por segmentos diversos da sociedade. Conforme o autor, o período caracterizava-se pela formação de uma esfera pública, estreitamente vinculada ao processo de modernização socioeconômica da cidade, com o desenvolvimento de uma nova sociabilidade associativa, caracterizada por práticas ativas e generalizadas de certas formas de participação pública informais e complementares ao sufrágio. Ainda conforme Lettieri, seria a partir da incorporação de Buenos Aires ao Estado nacional argentino que ocorreria a paulatina centralização do poder e enfraquecimento da participação direta dos cidadãos, configurando-se, só então, a denominada "república oligárquica". Consultar LETTIERI, Alberto R. *La república de la opinión:* política y opinión pública en Buenos Aires entre 1852 y 1862. Buenos Aires: Biblos, 1998.
196 MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 79 e 80.
197 Ibidem, p. 80.
198 Idem.
199 Ibidem, p. 81.
200 Idem.

Redigido por Héctor e Mariano Varela, o diário em pouco tempo conquista grande espaço, constituindo-se num dos principais veículos da imprensa durante o período em análise.

Entre as facções políticas locais, os editores da *Tribuna* posicionavam-se ao lado dos defensores da unificação nacional argentina por Buenos Aires. Ao longo de suas páginas, justificavam a separação da província como algo provisório, em decorrência das "ambições" do "tirano" Urquiza. Segundo a linha editorial, Buenos Aires sempre tivera compromissos com a "nação", mas se encontraria "involuntariamente" excluída da comunidade nacional pelas demais províncias, retratadas como estando "sob o jugo do vencedor de Caseros". O governo de Buenos Aires era identificado com a "civilização", as instituições republicanas e o progresso, enquanto a Confederação, comandada por Urquiza, era relacionada com os "caudilhos", a "barbárie" e a "tirania". Era recorrente, inclusive, retratar o ex-governador de Entre Rios como um "segundo Rosas", imbuído do propósito de "tiranizar" o conjunto do país.

As idéias defendidas pela *Tribuna* expressam um novo patamar no debate sobre a questão nacional na era pós-Caseros. Uma das preocupações centrais é a organização do Estado, questão ainda não resolvida, que continua suscitando disputas políticas e militares. Entretanto, para setores cada vez mais numerosos das elites urbanas de Buenos Aires, a "nação" deixava de ser apenas a criação de um Estado, significado predominante na época da Independência, passando a associar-se a questões mais amplas, como a do tipo de sociedade que se desejava construir. Neste sentido, a fundação de uma nação é identificada com o "progresso", o desenvolvimento, a "civilização", bem como a luta contra os resquícios da "barbárie", denominação que as elites urbanas davam à vida rural, aos "caudilhos" e às populações indígenas.

Em meio a essas discussões, circulam distintos projetos nacionais. Um dos que mais conquistaria adeptos é o de Juan Bautista Alberdi. Destacado autor da Geração de 1837, radical defensor da "revolução americana" nos primeiros tempos de atuação do grupo, Alberdi tinha se tornado bem mais moderado desde os últimos anos da era Rosas. De intransigente opositor ao governador bonaerense, passa a elogiar sua centralização política, que teria unificado "de fato" o país. Para o intelectual argentino, seria preciso institucionalizar este poder após a queda de Rosas, daí a publicação de suas já citadas *Bases*, que inspiraram os constituintes de 1853.

Halperin Donghi denomina o projeto alberdino "autoritarismo progressista"[201], já que concede ampla liberdade econômica para as elites, ao mesmo tempo em que restringe a liberdade política em nome da "ordem" e do progresso. Alberdi defende o modelo exportador como fundamento do

201 HALPERIN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Ariel, 1995.

desenvolvimento da "nação" e para inserção do país no mercado internacional, seria preciso passar pela etapa da "república possível", dando plena liberdade às elites, enquanto os demais setores da sociedade teriam que ser controlados através de uma participação política restringida. Neste sentido, o autor agora se encontra bastante distanciado de suas próprias posições naqueles primeiros tempos de atuação da Geração de 37, quando os integrantes do grupo eram partidários de uma democracia mais radical, que contemplasse a questão da igualdade entre as classes. Alberdi também propõe a imigração em massa de europeus como forma de não somente ocupar, mas principalmente "civilizar" a "nação". Segundo esta perspectiva, a vinda de grandes contigentes de pessoas "cultas" da Europa seria a maneira de derrotar os "bárbaros" do continente americano.

Um contraponto ao projeto de Alberdi encontrava-se nas idéias defendidas por Domingo Faustino Sarmiento que, como aquele, preocupa-se com o triunfo da "civilização" sobre a "barbárie". Porém, ao contrário de Alberdi, Sarmiento não confiava nas elites nem no modelo de grandes propriedades de terra para a conquista da nação almejada. Também não vê nos países europeus, considerados "aristocráticos" e "retrógrados", especialmente após a repressão aos movimentos de 1848, um exemplo a ser seguido pelos argentinos. Sarmiento elege como modelo os Estados Unidos e propõe o incentivo às pequenas propriedades de terras, à integração do mercado nacional e à educação em massa da população como fundamentos para se chegar ao progresso.[202]

Embora com diferenças importantes, ambos os projetos para a "nação argentina" estão centrados na preocupação de "civilizar" o país e vencer a "barbárie". Com estes propósitos, estabelecem-se políticas de repressão às populações rurais, tidas como "massa de manobra dos caudilhos", e aos indígenas, retratados como um "entrave à civilização". Além de reprimidos, estes setores da sociedade ficam excluídos de qualquer tipo de cidadania. São tempos da "nação da civilização *versus* barbárie".

É em meio à efervescência destes projetos nacionais que Cuneo volta a exercer a função de jornalista na capital argentina. Alma Novella Marani afirma que o italiano foi redator do periódico *La Tribuna*.[203] A autora, entre tanto, não apresenta fontes que sustentem esta afirmação. Durante as primeiras edições do jornal, havia a indicação de que os irmãos Varela eram os

202 Para mais detalhes sobre o debate entre Alberdi e Sarmiento consultar HALPERIN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Ariel, 1995. Na primeira parte da obra, há um longo estudo preliminar de Halperin Donghi intitulado "Una nación para el desierto argentino". Especialmente entre as páginas 28 a 41, o autor dedica-se a uma análise das propostas dos dois intelectuais rio-platenses. Ver, também, BOTANA, Natalio R. *La tradición republicana:* Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997. Na segunda parte da obra, Botana faz uma ampla análise das idéias dos dois autores ao longo de suas vidas, suas aproximações e contrapontos, enfatizando as mudanças de posicionamento deles ao longo do tempo, em diferentes conjunturas.

203 MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 82.

editores. A partir de 25 de setembro de 1854, passa a constar o nome de Saturnino Córdova como "editor responsável".[204] Nesta mesma edição do diário, menciona-se, no artigo editorial, que a direção passava a ficar a cargo de duas pessoas, embora só constasse o nome de Córdova. Como neste mesmo editorial aparecem várias "Notícias de Itália", recorrentes também em edições seguintes, é plausível suspeitar que Cuneo fosse o outro editor. Uma referência explícita ao italiano só encontramos em uma edição do ano seguinte, na qual é mencionado que: "*Deseando que nuestro buen amigo y colaborador, el Sr. Cuneo, a quien La Tribuna tiene que agradecer la aquisición de tan priciosa correspondencia [...]*".[205] Tendo ou não ocupado por algum período o cargo de redator, é certo que o italiano contribuía para o periódico com traduções de artigos italianos, com notícias sobre a Europa e textos de sua autoria.

Em novembro de 1854, *La Tribuna* publica um editorial intitulado "*Buenos Aires en Italia*", no qual é noticiada a publicação de uma carta sobre a cidade americana em um periódico italiano. Devido ao fato de a referida carta proceder de Buenos Aires e seu conteúdo ser claramente identificado com a linha política seguida pela *Tribuna*, podemos assegurar que nosso personagem é o seu autor, apesar de publicada de forma anônima.

O editorial objetiva relatar a então situação política de Buenos Aires, demonstrando otimismo quanto ao futuro para convencer, desta forma, a população européia a emigrar para o continente americano. Ao longo do texto, percebemos a incorporação, pelo autor, de algumas concepções de políticos liberais portenhos, conforme os trechos abaixo:

> *Después de veinte años de tiranía feroz, Buenos Aires no ha podido aun restablecerse del todo de la caida prolongada por tanto tiempo; los elementos del dominio bárbaro que la oprimieron por tan dilatados años, no han desaparecido aun del todo; más el tiempo, y las instituciones nuevas irán acabándolos en breve.*
> *No dejará ciertamente de molestarla el prepotente Urquiza, a quien las 13 provincias confederadas acaban de nombrar presidente; confederación que Buenos Aires no quiso adherirse por no exponerse al riesgo de estar otra vez sujeta a este soldado brutal e insolente [...].*
> *El honor de la iniciativa para la organización de la República está reservada a Buenos Aires; aquí hay hombres capaces, hay plata, hay comercio, saber y fuerza.*[206]

Cuneo, desse modo, posiciona-se claramente ao lado da facção política portenha defensora da unificação nacional a partir de Buenos Aires. A justificativa ideológica central é que lá, apesar dos resquícios do regime rosista, haveria a "civilização" e o "progresso", enquanto no interior do país reinaria a "barbárie".

[204] LT, n. 327, Buenos Aires, de 25 e 26 de setembro de 1854.
[205] LT, n. 572, Buenos Aires, 29/07/1855, p. 2.
[206] LT, n. 375, Buenos Aires, 23/11/1854, p. 2.

No discurso, os liberais portenhos afirmavam serem os únicos portadores de uma proposta de "nação civilizada". Acusavam os seus oponentes políticos de desejarem permanecer em "estado de barbárie", sem instituições políticas nem organização constitucional do país. É preciso salientar, entretanto, que Urquiza e os federalistas estavam longe de se enquadrarem nestas definições. Como vimos, setores políticos do Litoral e do Interior já propunham a organização constitucional do país desde o período rosista. Além disto, Urquiza e seus aliados tinham tomado a obra de Alberdi, portanto de um político liberal, como base para a discussão constituinte do Congresso de 1853. O que estava por trás das disputas, na realidade, não era a "civilização" contra a "barbárie", mas sim a forma com que o Estado nacional deveria edificar-se, especialmente no que tange à questão das rendas da aduana do porto de Buenos Aires e da centralização política.

Em suas contribuições para o periódico, nosso autor elogia, com freqüência, a política dos liberais portenhos. Vê com bastante otimismo as possibilidades da construção da "nação", não apenas na Argentina, mas na América como um todo. No texto "Democracia y despotismo", Cuneo considera que o continente americano estaria bem mais adiantado que o europeu no que ser refere à democracia, apontada como base de qualquer projeto nacional:

> *La América, inmenso campo reservado a ver realizado en su seno los más arduos esperimentos de la democracia; cuya bandera flamea de uno a otro hemisferio de nuestro continente; la América no puede dejar, sin faltar al princípio que es la base de su existencia, de hacer eco a la voce de los pueblos que pelean por el triunfo de la causa que sostenemos, y apoyarla con su simpatia y su adhesión franca y decidida.*
> *La Europa gime hoy casi toda bajo el peso de la tiranía – la voz de los hombres libres está condenada al silencio; y la insolencia de los dominadores insulta a su antojo a los desventurados de los oprimidos. La joven y libre América, puesto que no puede hacer otra cosa, no permitirá, al menos que un solo lamento del que sufre las consecuencias de la injusticia, ni las acciones de los que las hacen sufrir, pasen inapercibidas, y sin que acompañe al primero con una palabra de afecto y un incitamento en preservar, y a los segundos con su reprobación y su anatema.*[207]

Certamente o último período em que esteve na Europa, durante o qual tinha vivenciado mais uma derrota dos movimentos nacionalistas italianos, deixou marcas profundas em Cuneo, expressas no pessimismo com o qual o autor trata sua terra natal. Aos seus olhos, a Buenos Aires governada por políticos liberais, com pleno funcionamento de instituições republicanas, estaria numa situação bem mais promissora do que o conjunto das terras italianas, ainda divididas e sob jugo de governos despóticos ou de países estrangeiros, mesmo após vários intentos revolucionários que se frustraram, especialmente os movimentos de 1848. O surgimento de inúmeras

[207] LT, n. 386, Buenos Aires, 06/12/1854, p. 1.

associações, tanto políticas como de sociabilidade, na capital argentina, logo após a derrocada do regime rosista, em contraposição ao recrudescimento de regimes repressores na Itália, contribuem para o posicionamento de nosso personagem frente às situações da América e da Europa nesta sua terceira fase de ofício como periodista.

Os reveses de 48 também tinham acarretado modificações no ideário mazziniano de nosso autor. Seu característico radicalismo cede lugar para um pensamento mais moderado. No início desse mesmo artigo, por exemplo, percebemos que ele ainda utiliza a retórica clássica do nacionalismo de Mazzini, porém, de forma mais atenuada:

> *Hubo un tiempo en que el egoismo nacional, y el odio hacia los pueblos extranjeros, parecieron constituir el verdadero amor de la patria. [...].*
> *El sentimiento cristiano, que enseñaba que todos los hombres eran hermanos e hijos de un mismo padre, luchaba todavía contra las falsas doctrinas heredadas del paganismo [...].*
> *Todos sienten que vivimos los unos para los otros: el individuo para la familia, la familia para la patria, la patria para la humanidad. Es una escala ascendiente, donde todas las fuerzas sociales van a reunirse para realizar el designo que la Providencia nos ha marcado.* [208]

Os princípios mazzinianos de humanidade, luta contra o egoísmo individualista, bem como o conteúdo profundamente messiânico e religioso do ideário político, continuam norteando o pensamento de Cuneo. Entretanto, percebemos que suas idéias estão mais atenuadas, pois há ausência, no conjunto de seus textos e artigos, da defesa da revolução e, principalmente, da igualdade social, tão cara aos seguidores de Mazzini em tempos anteriores.

A igualdade entre os homens é substituída pela defesa da democracia, que passa a ser bastante recorrente nos escritos do jornalista italiano. Na edição de número 618 da *Tribuna*, por exemplo, ele publica uma tradução do *Manifesto democrático*, propagado por Mazzini e outros líderes europeus. Em uma nota que antecede o manifesto, Cuneo, falando em nome dos cidadãos americanos, afirma que:

> *"Ciudadanos de un pais democrata, interesados en que el principio que forma la base de nuestra existencia nacional recorra de triunfo en triunfo la tierra entera, hacemos votos para que la grande obra de la regeneración europea, basada en la reconstitución de las nacionalidades, sea un hecho de nuestros días".* [209]

Mais uma vez, o regime político vigente em Buenos Aires é retratado como democrático, um exemplo a ser seguido pela maior parte dos países europeus, que ainda não teriam conquistado o direito de constituírem-se em nações.

[208] LT, n. 386, Buenos Aires, 06/12/1854, p. 1.
[209] LT, n. 618, Buenos Aires, 31/10/1855, p. 1.

Enquanto trabalhava junto ao periódico portenho, Cuneo também acalentava o desejo de novamente editar uma publicação em língua italiana. Em junho de 1854, o periodista anuncia a reedição de *L'Italiano*, jornal que, da mesma forma que o homônimo publicado em Montevidéu na década anterior, seria dirigido à comunidade de imigrados italianos para manter vivo entre eles o ideário mazziniano e sentimentos nacionalistas em relação à pátria de origem.[210] Não há, entretanto, exemplares desta publicação em arquivos, nem outros indícios de sua existência, o que tem levado os pesquisadores a supor que o projeto tenha fracassado.[211]

Menos de dois anos mais tarde, porém, nosso personagem volta a escrever em sua língua nativa. Em 21 de janeiro de 1856, vem à luz o primeiro número de *La Legione Agricola*, periódico editado na tipografia da *Tribuna*, em Buenos Aires, mas dirigido à recém-fundada colônia italiana "Nova Roma", nas cercanias de Bahia Blanca.[212] Sem periodicidade fixa, o novo jornal circularia até 24 de setembro do mesmo ano, perfazendo um total de 17 edições.

A denominada "Nova Roma" consistia em uma colônia agrícola e militar, cujos propósitos eram assegurar a ocupação territorial da região por parte do governo de Buenos Aires e a conseqüente expulsão dos indígenas. Neste sentido, o periódico fundado por Cuneo tem propósitos bastante distintos dos anteriores jornais italianos por ele dirigidos, já que o objetivo principal é dar sustentação ideológica ao projeto colonizador e não mais aglutinar os italianos radicados na Região Platina em torno do ideário mazziniano.

Já no primeiro número da *Legione Agricola*, percebemos um linguajar do redator muito destoante de suas produções em italiano da década anterior:

> *E all'Italia conculcata barbaramente da despoti, e divoratori d'ogni razza e colore, riescirà gradito l'annunzio, che i non degeneri figli, facendo strumento di civilità l'esilio involuntario, s'adoprano, apostoli e guerrieri, a spurgare colle arti della pace e della guerra, i benefici germi dell'eredità avita, in terre finora inesplorate, e rimasto finora libero campo alle scorrerie del pampa selvaggio.*[213]

Embora recorra à retórica da "tradição nacional" na "era da liberdade", o trecho demonstra a adesão ao discurso da luta da "civilização" contra o "pampa selvagem". Assim como em seus textos para *Tribuna*, o italiano reproduz neste periódico as concepções da "nação da civilização *versus* barbárie", que começavam a ganhar força entre setores das elites portenhas.

[210] MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 83.
[211] Idem.
[212] Ibidem, p. 85 e 86.
[213] E na Itália, barbaramente submetida por déspotas e devoradores de todas raças e cores, terá êxito o agradável anúncio de que seus filhos não degenerados, fazendo instrumento de civilização do exílio involuntário, esforçam-se, como apóstolos e guerreiros, para limpar, com arte da paz e da guerra, os germes benignos da herança ancestral em terras até agora

Nesta publicação em língua italiana, entretanto, a defesa do projeto dos liberais portenhos adquire tons mais radicalizados, como explicitado no trecho abaixo, publicado no número seguinte do jornal:

Questa colonia militare corrisponde a un'altra rivoluzione d'idee che comiencia ad operarsi, ed è la limitazione della terra come elemento di lavoro, la proprietà sostituita alla sempleci occupazione, l'agricultura associata alla pastorizia. La colonia militare agricola inizia l'esperimento di cambiare il sistema d'ocupazione del suolo spopolato, dalla qualle derivano oggi tanto funeste conseguenze. Nella strategia della guerra di frontera, tende ad applicare le truppe regolari, l'infanteria, l'artiglieria, i mezzi scientifici per l'offensiva contro i barbari.
La colonia agricola é dunque il più importante tentativo che siasi intrapreso contro i selvaggi, e il sistema di popolazione che reagisce sul nostro.[214]

A proposta de nação defendida nas páginas do periódico em italiano é a da "civilização", do desenvolvimento fundamentado na propriedade privada, na imigração, na expansão econômica e na luta contra a "barbárie", especialmente contra as populações indígenas. Chamamos atenção para o fato de que a defesa da propriedade privada que Cuneo passa a fazer sistematicamente neste período, destoa das concepções mazzinianas.

Além disso, a irmandade entre os povos parece ter sido "esquecida". No que se refere às populações indígenas, elas, ao menos, estariam excluídas do projeto nacional propagado pelo periódico. Nesta questão nos deparamos com um vocabulário bastante agressivo contra os indígenas, o que, em se tratando de um autor mazziniano, não deixa de ser surpreendente. É uma constante, entre seus artigos, trechos como o seguinte:

Ma i danni causati dagli indii contro le proprietà private, e le persone di que disporni sono di grave importanza; [...].
Pace che non può essere durevole per la nota perfidia dei selvaggi, e che d'altronde non può essere accettata dal governo di Buenos Aires, che deve ad ogni costo adoperarsi onde togliersi dinanzi questa perpetua minaccia delle invasioni, che tanti danni arrecano agli stabilimenti rurali, alle vite dagli abitanti di quella parte della campagna e allo spirito d'intrapresa.[215]

---

inexploradas, mantendo, até agora, o campo livre dos saques do pampa selvagem. LA, n. 1, Buenos Aires, 21/01/1856, p. 1.

[214] Esta colônia militar corresponde à outra revolução de idéias, que começa a realizar-se e é a limitação da terra como elemento de trabalho; a propriedade em substituição à simples ocupação; a agricultura associada ao pastoril. A colônia militar agrícola inicia um experimento em mudar o sistema de ocupação do solo despovoado, do qual atualmente se derivam tantas conseqüências funestas. Na estratégia de guerra de fronteira, as tropas regulares de infantaria e artilharia tendem a aplicar meios científicos na ofensiva contra os bárbaros. A colônia agrícola é, portanto, a mais importante tentativa que se tem empreendido contra os selvagens e o sistema de população que se opõe ao nosso. LA, n. 2, Buenos Aires, 10/02/1856, p. 4.

[215] Mas os danos causados pelos índios contra as propriedades e as pessoas que as dispõem são de grave importância; [...]. Paz que não pode ser duradoura devido à conhecida perfídia dos selvagens e que, por outro lado, não pode ser aceita pelo governo de Buenos Aires, que deve, a todo custo, esforçar-se a fim de livrar-se desta ameaça perpétua de invasões, que tantos danos causam aos estabelecimentos rurais, às vidas dos habitantes daquela parte da campanha e ao espírito empreendedor. LA, n. 3, Buenos Aires, 26/02/1856, p. 4.

Para o autor, portanto, seria necessário o extermínio de tais populações, retratadas como um "entrave" ao desenvolvimento nacional, além de colocadas no papel de "agressores" e "invasores", "esquecendo-se" que eram os colonizadores que estavam invadindo um território até há pouco tempo livre para os índios. Além do tom agressivo contra os índios, retratados como "pérfidos" e "traiçoeiros", o autor enfatiza o fato de eles supostamente atentarem contra a propriedade e o "espírito empreendedor". Quem desconhecesse os escritos das fases anteriores de Cuneo e lesse somente os artigos da *Legione*, provavelmente suporia escritos por um autor identificado com o liberalismo ou, até, por um conservador.

O mais surpreendente é que, nesse periódico, o jornalista italiano não escreve para os liberais portenhos, e sim dirige-se a seus compatriotas radicados no país. Neste sentido, há uma acentuada mudança de postura em relação à fase anterior, na qual o autor procurava difundir o nacionalismo mazziniano entre os italianos residentes na América. Agora, Cuneo claramente objetiva dar sustentação ideológica ao projeto dos governantes de Buenos Aires de utilizar os imigrantes para ocupação territorial das áreas disputadas com os indígenas. O propósito dos artigos escritos por nosso personagem, neste sentido, é de convencer seus compatriotas a aderir ao projeto colonizador de tomar posse das terras mais ao sul e exterminar os índios que continuavam resistindo.

Além das questões mais específicas sobre a colônia agrícola e a luta contra os indígenas, os artigos do periódico tratam freqüentemente de questões políticas mais amplas, como os conflitos entre Buenos Aires e a confederação liderada por Urquiza. Assim como na *Tribuna*, Cuneo defende a política portenha também no seu periódico em italiano, justificando a separação provisória do Estado de Buenos Aires e atacando os federalistas. Apesar da continuidade das lutas intestinas, o italiano demonstra bastante otimismo quanto ao futuro da "nação argentina":

Evidentemente la nazionalità argentina si prepara per via d'una elaborazione faticosa, ad una più o meno prossima solenne manifestazione. Il sentimiento nazionale sovrapponendosi ad ogni considerazione di setta, e di fazione, va facendosi strada per armonizzarsi colle splendite tradizioni del 1810. Questo gran fatto invocato da buoni di tutta la Repubblica Argentina, darà vista a una nuova grande alleanza, alla quale è riservata la gloria di ridurre in polvere quelle alleanza bastarde [de Urquiza com Oribe e o Brasil] inspirate da interessi passaggeri di individui e di caste.[216]

---

[216] Evidentemente, a nacionalidade argentina prepara-se, pela via de uma elaboração trabalhosa, para uma mais ou menos próxima manifestação solene. O sentimento nacional, sobrepondo-se a todas as considerações de seitas e de facções, vai se encaminhando para se harmonizar com as tradições esplêndidas de 1810. Este grande fato, invocado pelo bem de toda República Argentina, dará vista a uma grande aliança, à qual é reservada a glória de reduzir a pó a aliança bastarda [de Urquiza com Oribe e o imperador do Brasil] inspirada em interesses passageiros de indivíduos e castas. LA, n. 6, Buenos Aires, 10/04/1856, p. 4.

Desta forma, enquanto Urquiza e os federalistas são apontados como "mesquinhos" e "individualistas", os portenhos seriam os "autênticos liberais e nacionalistas", cabendo à província de Buenos Aires a futura tarefa de liderar a "grande aliança" que finalmente iria unificar a nação, uma vez que:

> *Buenos Aires sembra avere finalmente raggiunto quel grado di stabile pace, cui tendono con tutte le loro forze i popoli liberi e civilli, onde poter dare libero volo alle nobili aspirazioni da cui si sentono affaticatti, e che conducono a quello stato di benessere morali e materiale, che fa invidia ai popoli schiavi. [...] Prosperano i commerci, le industrie migliorano, e non sono trascurati gli studi. La Camere e il Governo lavorano alacri a far sorgere dalle rovine e dagli ingombri del passato, splendido lo edificio delle leggi, dettate sotto gli influssi dello spirito del secolo, tendante a larghe e sempre più alte riforme.*[217]

A política local é predominante ao longo dos artigos publicados na *Legione Agricola*, diferente dos periódicos anteriores em sua língua nativa, nos quais prevaleciam notícias sobre a Itália e textos doutrinários mazzinianos. Referências a Europa são agora bem menos freqüentes. Aparecem mais como reprodução de artigos de jornais europeus, como o *Italia e Popolo*, do qual Cuneo extraía artigos de Mazzini sobre a defesa do republicanismo contra as propostas de adesão ao monarquismo constitucional, apregoadas por muitos como única forma de unificar os italianos.[218] Porém, não são mais publicados os textos do líder da "Jovem Itália" de conteúdo radicalizado.

Em setembro de 1856, *La Legione Agricola* deixa de circular e Cuneo não voltaria publicar outro periódico em italiano durante seus últimos anos de exílio em Buenos Aires. No entanto, continua a contribuir para o *La Tribuna*, mas não tivemos acesso às fontes referentes a seus últimos anos na capital argentina.[219]

Com o retorno de Cuneo para Itália, no ano de 1860, encerra-se o seu terceiro e último período como jornalista na Região Platina. Seduzido pelas notícias oriundas da Europa sobre o novo movimento pela unificação italiana, nosso autor parte com destino a seu país de origem em 14 de novembro de 1860.[220]

---

217 Buenos Aires parece ter finalmente alcançado um grau de paz estável, a qual os povos livres e civilizados desejam com todas suas forças, a fim de poder realizar as nobres aspirações de que já se sentem cansados, e que conduz ao estado de bem-estar moral e material, que causa inveja aos povos escravos [...]. Prosperam os estabelecimentos comerciais, as indústrias melhoram e não são negligenciados os estudos. A Câmara e o Governo trabalham ativamente para fazer surgir, dos destroços e escombros do passado, esplêndido o edifício das leis, ditado sob influências do espírito do século, que tende a maiores e sempre mais altas reformas. LA, n. 15, Buenos Aires, 24/08/1856, p. 4

218 Os artigos de Mazzini foram publicados em *La Legione Agricola*, n. 16 e 17, Buenos Aires, de 10 e 24 de setembro de 1856.

219 No Museu Mitre de Buenos Aires encontramos exemplares de *La Tribuna* somente dos anos de 1853 e 1854. Na Biblioteca Nacional, a coleção consultada é do mesmo período, pois os volumes de anos posteriores a 1855 não estavam à disposição dos pesquisadores durante nossa estada na capital argentina.

220 MARANI, Alma Novella. Op. Cit., p. 89.

Na Itália, Cuneo logo estabelece contatos com Garibaldi e é nomeado, em 1862, cônsul geral do governo argentino em Gênova. Não aceita o cargo.[221] Nos anos seguintes, vive em Florença e Gênova, onde integra a "Sociedade Emancipatória", que tinha como finalidade a libertação de Roma e Veneza, cidades que permaneciam de fora da unificação conquistada em 1860. No ano de 1866, acompanha Garibaldi na "Campanha do Trentino". Nos últimos anos de sua vida, é nomeado, pelo governo argentino, "agente geral da emigração", cargo que ocupa até sua morte em Florença, em dezembro de 1875.[222]

]I[

Ao longo do capítulo, tratamos do periodismo mazziniano na Região Platina. Analisamos textos e artigos de Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti, dividindo suas atuações na imprensa em três fases. Na primeira, os personagens escreviam para periódicos locais, em Montevidéu e na República Rio-Grandense, vinculando-se a grupos políticos com os quais mantinham contato, especialmente os intelectuais da Geração de 1837 e os farroupilhas. Para estabelecer um profícuo diálogo com esses grupos, Cuneo e Rossetti procuraram adaptar seu nacionalismo mazziniano para o contexto local, incorporando questões políticas regionais ao mesmo tempo em que visavam a conquistar adeptos para seu projeto de "nação mazziniana". No final do período, Rossetti, que, além de jornalista, também participou de ações militares, veio a falecer em campo de batalha próximo a Porto Alegre, em novembro de 1840. A segunda fase, protagonizada somente por Cuneo, foi caracterizada principalmente pelo surgimento de jornais em língua italiana, voltados para imigrantes radicados na capital oriental. Nestas publicações, Cuneo radicalizou o discurso igualitário, com o intuito de manter vivo, entre seus compatriotas, o ideário mazziniano e a consciência em prol da luta por sua pátria. Após este período, o jornalista retornou à Itália para participar das revoluções de 1848, refugiando-se novamente na América após as derrotas dos movimentos. Desta vez, estabeleceu-se em Buenos Aires, escrevendo tanto para periódicos locais como para outro em italiano de sua autoria, durante a terceira fase como jornalista na Região Platina. Mais pragmático e menos radical, o autor oscilava entre um mazzinismo mais "atenuado" e a defesa da concepção de "nação da civilização *versus* barbárie", que ganhava força entre políticos liberais portenhos. Sustentou, inclusive, o projeto dos governantes de Buenos Aires em estabelecer uma colônia agrícola-militar, com a utilização de imigrantes italianos, para assegurar a ocupação de territórios arrebatados dos indígenas.

---

221 PETRIELLA, Dionésio; SOSA MIATELLO, Sara. Op. Cit., p. 209.

222 Idem.

A trajetória dos periodistas mazzinianos foi bastante distinta da de seu compatriota Pedro de Angelis, analisada no capítulo anterior. Ao contrário do conterrâneo, Cuneo e Rossetti eram revolucionários mazzinianos e vincularam-se a setores opositores ao regime de Rosas. Quando chegaram à Região Platina, já carregavam a experiência de militância em sociedades secretas e lutas clandestinas contra regimes arbitrários. Foram partidários das idéias radicais e igualitárias de Mazzini, segundo as quais, a "nação" estaria diretamente relacionada ao estabelecimento de uma nova sociedade, composta por homens livres e iguais, com a adoção da república e a derrota definitiva das monarquias despóticas. A nação, nesta perspectiva, correspondia a uma comunidade política, na qual havia fortes vínculos entre seus integrantes, muito além da concepção meramente contratualista, prevalente em décadas anteriores. Seu ideário também contemplava a fraternidade entre os povos e as nações, daí o engajamento voluntário e militante de nossos jornalistas italianos nas lutas políticas locais ao se estabelecerem na América, unindo-se a grupos que consideravam imbuídos de idéias próximas às suas.

Os primeiros anos foram marcados por otimismo. A partir de Montevidéu, eclodiu e ganhou força a luta contra o regime de Rosas, ao mesmo tempo em que, no Rio Grande do Sul, uma nova república conquistava terreno e desafiava o "último império na América". Em meio aos combates contra Rosas, os "jovens de 37" elaboraram uma proposta de nação com muitos pontos em comum com o ideário mazziniano, enquanto os farroupilhas pareciam protagonizar os sonhos revolucionários dos italianos de construção de uma república igualitária, contra os regimes monárquicos e despóticos europeus. Nossos jornalistas lutaram, naquele contexto, movidos por idealismo, acreditando estar colocando em prática, nas terras americanas, o sonho de uma sociedade igualitária, impossível de ser concretizada na terra natal, em tempos de Restauração. A seus olhos, as revoluções contra Rosas e o Império do Brasil abriam possibilidades para o primeiro grande triunfo da "nação mazziniana" em uma parte do mundo.

Em pouco tempo, entretanto, o otimismo foi cedendo frente à não concretização de seus propósitos. Em Montevidéu, Cuneo passou a encontrar dificuldade em trabalhar na imprensa, devido ao crescente isolamento dos intelectuais da Geração de 37 no conjunto da coalizão anti-rosista, que os considerava muito radicais. Rossetti, por sua vez, entrou em choque com setores da liderança farroupilha, que não compartilhavam de seu radicalismo político. Sofrendo pressões para atenuar seu discurso, o jornalista italiano preferiu solicitar demissão do cargo de redator do periódico a defender idéias em desacordo com suas convicções políticas. Entretanto, não abandonou a luta, passando a integrar o exército republicano, a serviço do qual acabou encontrando a morte prematura. Além disso, o regime rosista consolidava-se, fazendo a coalizão opositora recuar, ao mesmo tempo em que a Revolução Farroupilha entrava em declínio frente à contra-ofensiva do Império. Naquela circunstância, Cuneo voltou-se para os imigrados italianos de Montevidéu, com o intuito de conquistá-los para o nacionalismo mazziniano e mantê-los organizados em uma filial da "Jovem Itália". As mudanças de conjuntura na Europa, com novas perspectivas quanto à unidade italiana, alentaram o ânimo de nosso autor, levando-o à decisão pelo retorno a sua terra natal.

Em seu novo exílio americano, após o malogro das revoluções de 1848 e 1949 na Itália, Cuneo revelou-se bastante transformado politicamente. Radicando-se na Buenos Aires pós-rosista, assumiu, em seus escritos, a defesa do projeto nacional das elites liberais dominantes na província, que denominamos de proposta de "nação da civilização *versus* barbárie", calcada no progresso material, na imigração, propriedade privada e extirpação de todos tipos de "entraves" ao projeto "civilizador". Nosso personagem não chegou a abandonar completamente o mazzinismo, mas limitou-se a difundir a fraternidade entre os povos desprovida do anterior igualitarismo radical, substituído pela defesa da democracia. Assumiu as idéias liberais moderadas dos círculos políticos portenhos, em franca oposição ao anterior combate dos mazzinianos contra o individualismo e o egoísmo. O mais surpreendente é que defendia mais enfaticamente este novo discurso no seu periódico em língua italiana, voltado para uma colônia de imigrados, dando sustentação ideológica ao projeto de utilizar estes colonos para assegurar a posse de territórios mais ao sul e exterminar os indígenas que lá se encontravam estabelecidos.

O que teria levado Cuneo a mudar tão radicalmente seu discurso? Teria abandonado seu idealismo militante em prol do pragmatismo ou seria uma "adequação" aos novos tempos? Pensamos que são questões de difícil resposta, mas é possível fazer algumas conjeturas. Uma explicação para estas mudanças talvez seja uma crescente decepção, ao longo dos anos, com a falta de receptividade das idéias mais radicais, que praticamente não encontraram eco nem na Europa nem na América. O ideário mazziniano conquistou a adesão somente de restritos grupos minoritários, enfrentando a forte oposição de outras facções políticas e a indiferença da maior parte da população. Além disso, os movimentos revolucionários, nos quais o italiano se engajou, foram sistematicamente derrotados em ambos continentes. De um árduo militante mazziniano, profundamente envolvido com suas convicções nacionalistas radicalizadas, Cuneo tornou-se um intelectual mais pragmático e resignado ao longo do tempo. Outro fator que deve ser levado em conta é que o italiano reencontrou, em seu novo exílio na Região Platina, seus amigos da Geração de 37 também modificados em relação ao período anterior. Do igualitarismo radical, muitos aderiam a um liberalismo mais moderado, como no caso de Alberdi, que, de intransigente defensor da "revolução americana", passou a defender a "república possível", apregoando a

necessidade de conceder liberdade econômica a grandes proprietários, enquanto restringia os direitos políticos da maior parte da população.

Acreditamos que sua resignação levou Cuneo a ver no projeto da "civilização" *versus* "barbárie" o mais "progressista" entre os realizáveis na época. Neste sentido, ao elogiar seguidamente o governo de Buenos Aires, comparando-o com a situação européia, pensamos que o autor foi sincero ao descrever a "superioridade" do republicanismo americano em relação ao "despotismo" do qual a Itália não conseguia se desvencilhar. O florescimento de inúmeras associações políticas e culturais em Buenos Aires, além de um grande número de periódicos com o restabelecimento da liberdade de imprensa, são, de fato, elementos que contrastavam com a situação dos territórios italianos, onde recrudesciam o autoritarismo e as perseguições a opositores, após as derrotas dos movimentos de 48 e 49.

O tom radical de nosso personagem contra a "barbárie", defendendo e justificando a luta contra os indígenas, pode soar como uma mudança de postura bastante acentuada para quem apregoava a igualdade e a irmandade entre os homens. Entretanto, é preciso salientar que, naquela conjuntura histórica, aumentava-se a crença de que o progresso da sociedade passava por uma incorporação de todos à "civilização". O encanto com a industrialização, na perspectiva de um contínuo "progresso universal", ganhava força entre vários segmentos da sociedade em meados do século XIX. Não havia, naquele contexto, direito à alteridade; quem insistisse em permanecer no "passado" era considerado um "entrave" ao "progresso civilizatório".

Ao aderir ao projeto dos liberais portenhos, Cuneo também se inseriu nas disputas políticas locais, que não tinham se encerrado com a queda do regime rosista. Iniciou-se um novo capítulo no longo processo de construção do Estado nacional argentino. Vencedor de Caseros, Urquiza protagonizou a organização da "Confederação Argentina", mas a província de Buenos Aires não aderiu, convertendo-se num Estado independente ao longo de uma década, embora a maior parte dos políticos locais não deixasse de aspirar à edificação da "República Argentina". Os dois principais grupos políticos do país, naquele contexto, foram partidários de distintas propostas de nação, ambas calcadas em idéias liberais moderadas, mas com diferenças de fundo em questões como a nacionalização das aduanas, a federalização de Buenos Aires e a centralização política. Diferentes propostas de nação ganhavam cada vez mais adeptos, mas é preciso salientar que grupos políticos que se opunham a ela ainda dispunham de força, inclusive em Buenos Aires, onde os "autonomistas", partidários da completa separação da província, contavam com inúmeros adeptos durante o decênio, e ainda iriam demonstrar ser um grupo relevante ao longo da segunda metade do século XIX.

Epílogo

Repercussões do nacionalismo mazziniano na Região Platina

Como as idéias circulam? Há uma direta transposição de idéias européias para a América? Como as idéias de origem estrangeira defrontam-se com a realidade americana? Há produção de idéias na América?

Estas são questões recorrentes na historiografia das idéias políticas, que têm sido respondidas de diferentes formas, de acordo com distintas abordagens. Em nossas reflexões, trabalhamos com o conceito de "circularidade", desenvolvido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.[1] O autor defende a idéia de que, ao contrário do que geralmente se crê, não há uma rígida oposição entre as denominadas cultura de elite e cultura popular, e sim uma "circularidade" entre elas, levando a que elementos de uma encontrem-se mesclados na outra. Embora Ginzburg insira-se no campo da história cultural, consideramos o conceito de circularidade pertinente e elucidativo no estudo da circulação de idéias políticas. Neste sentido, nosso entendimento é de que quando idéias estrangeiras circulam na Região Platina, não há uma direta transposição de idéias de lá para cá, e sim um processo de mescla entre elementos dos ideários vindos de fora com práticas e idéias políticas locais. Assim, além de uma seleção e adaptação, há também uma combinação entre o que vem "de fora" com o "de dentro", culminando na elaboração de pensamentos originais e relacionados aos contextos platinos.

[1] Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes:* o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Nesta parte final do estudo, refletimos sobre as diversas formas de

repercussão do nacionalismo mazziniano entre os intelectuais da Geração de 1837 e os farroupilhas, resultante, em grande parte, de seus contatos com os periodistas italianos Cuneo e Rossetti.

No que diz respeito aos integrantes da "Nova Geração", percebemos uma inspiração na forma de organização política dos italianos e de suas "Jovem Itália" e "Jovem Europa", quando fundam a "Jovem Argentina".[2] Entusiasmados com as sociedades secretas que floresciam na Europa, pregando a derrubada, pela revolução, dos regimes despóticos, os intelectuais da Geração de 1837 propõem formas semelhantes de luta contra o regime rosista, por eles identificado como tão "retrógrado" e "opressor" quanto os governos instaurados pela Restauração.

Além disso, a divisa "liberdade, igualdade, humanidade", que os seguidores de Mazzini professavam para se diferenciar da francesa "liberdade, igualdade, fraternidade", aparecia na capa de todas as edições do *El Nacional*, um dos principais periódicos que davam sustentação ao regime de Rivera e para o qual os "jovens de 37" escreviam, principalmente nos primeiros anos de atuação do grupo. No *El Iniciador*, aparecia a epígrafe mazziniana: "*Bisogna ponersi in via", acompanhada da tradução: "Es necesario ponerse en camino*".

Em muitos textos dos intelectuais da Geração de 1837, como Andrés Lama, Juan Bautista Alberdi, Esteban Echeverría e Miguel Cané, percebemos a utilização de termos e concepções políticas mazzinianas. Em especial em artigos publicados no *Iniciador* e no *Nacional*, durante os anos de 1838 e 1840, é notória a difusão de muitas das idéias trazidas por Cuneo pela jovem intelectualidade rio-platense.

Em seus artigos para periódicos da época, Alberdi utiliza algumas concepções do nacionalismo mazziniano em suas reflexões sobre a construção da nação no Rio da Prata. Em um volume dos seus "escritos póstumos"[3], que reúne alguns de seus principais textos publicados no *Nacional* e na *Revista del Plata*, o autor assim reflete a respeito do tema:

> *En nombre del dogma de la nacionalidad queremos que cada hombre sea de su nación. Queremos a más de esto, en nombre del dogma de la humanidad, que todo hombre pertenezca a una raza idéntica y unitaria. Queremos que a pesar de las nacionalidades la humanidad sea una y personal. Inmensa unidad múltiplice, vasta confederación de pueblos [...]. Hermosa y profunda fórmula, que es llamada, en lo futuro, a expresar de la manera más general y más exacta la doble ley de la sociabilidad humana, en todos sus grados, en todas sus latitudes, sea en el estado, sea en la nación, sea en la humanidad: – la ley de la individualidad, y la ley de la generalidad – dos polos eternos, dos términos constantes y fundamentales, del problema social.*[4]

[2] Esteban Echeverría, um dos intelectuais mais destacados do grupo, admitiria estas inspirações anos mais tarde, em sua Ojeada retrospectiva, ao falar do juramento dos afiliados da organização: "El que subscribe presentó una fórmula de juramento parecida a la de la Joven Italia; fué aprobada y quedó juramentada e instalada definitivamente la Asociación" (ECHEVERRÍA, Esteban, 1951, p. 157).

[3] ALBERDI, Juan Bautista. *Escritos póstumos*. Tomo XIII: miscelenia, propaganda revolucionaria. Buenos Aires: Imprenta Juan Bautista Alberdi, 1900.

Na primeira parte da citação, é notória a concepção tipicamente mazziniana de que o direito de cada povo constituir-se em nação deve estar em sintonia com as aspirações mais amplas da humanidade. Mais adiante, percebemos que este aspecto do ideário de Mazzini é utilizado como subsídio para sustentar as propostas já defendidas pelos integrantes da Geração de 1837, como a da conciliação entre o individual e o geral, entre os interesses da pessoa e da sociedade, entre os unitários e os federalistas. Ou seja, Alberdi não plagia os adeptos do nacionalismo mazziniano, e sim toma parte do ideário para elaboração de suas próprias reflexões.

As críticas recorrentes dos mazzinianos aos "excessos" de individualismo também estão presentes no pensamento do intelectual argentino. Em um de seus textos para o *Iniciador*, intitulado "Del arte socialista", Alberdi escreve que:

> *El cristianismo vino a despojar este segundo término del problema social: – el individuo. Tampoco permite disminuirse la unidad de la patria en individualidades egoistas y aisladas: la época que empieza viene a despojar esta otra incógnita, la sociedad. Combinar la patria y el individuo, el pueblo y el ciudadano, y en el equilibrio armónico de esta combinación está encerrada la solución del problema social.*[5]

O autor, utilizando-se das críticas de Mazzini ao individualismo, propõe conciliar a questão do indivíduo com os interesses da pátria, ou seja do conjunto da sociedade. Mais uma vez, há a preocupação de adequar divisas mazzinianas com o pensamento dos "jovens de 37", sendo as propostas de "conciliação" uma tônica de seu discurso naquela época.

No artigo "*Costumbres*", o intelectual argentino alude ao conceito de democracia e ao conteúdo igualitário do pensamento mazziniano, conforme os trechos a seguir:

> *"El principio y el fin de nuestra sociedad es la democracia, la igualdad de clases [...]. Si pues la democracia, es decir, el gobierno del pueblo, reside en las costumbres del pueblo, es necessario que el pueblo que ha de dar democráticos [sic], es decir, gobernantes, se eduque, aprenda antes a serlo".*[6]

Junto com concepções igualitárias típicas do ideário trazido por Cuneo, encontramos características do pensamento dos integrantes da "Nova

[4] ALBERDI, Juan Bautista. *Escritos póstumos*. Tomo XIII: miscelenia, propaganda revolucionaria. Buenos Aires: Imprenta Juan Bautista Alberdi, 1900, p. 35 e 36.

[5] EL, n. 5, Montevidéu, 15/06/1838, p. 97.

[6] EI, n. 12, Montevidéu, 01/10/1838, p. 338.

Geração", no caso, a questão da necessidade de alterar os costumes da população, a fim de "prepará-la" para o exercício da democracia.

Andrés Lamas, autor do texto introdutório do primeiro número do *Iniciador*, utiliza diversos termos característicos dos mazzinianos, tais como "individualidade nacional" e "humanidade", assim como faz chamamentos à "juventude" rio-platense.[7] Este vocábulo é tomado com o sentido político, idêntico ao dos mazzinianos, significando a defesa do progresso, do republicanismo e do igualitarismo social, em contraposição ao "velho", que seria o atraso, monarquismo e desigualdade aristocrática. Estes aspectos da concepção nacional de Mazzini, entretanto, aparecem, ao longo do texto de Lamas, combinados com as idéias próprias dos "jovens de 37" e sua teoria sobre a nação no Rio da Prata, conforme já analisamos no capítulo anterior. Em linhas gerais, a intelectualidade argentina difundia a teoria de que a construção nacional passava por duas etapas. A primeira, já cumprida, seria da independência política. Restaria ainda a etapa de desenvolvimento de outros "elementos de nacionalidade", como inteligência, costumes, artes e indústrias.

Miguel Cané, autor de vários artigos nos periódicos analisados, é, entre os intelectuais do grupo, o que mais incorpora aspectos do nacionalismo mazziniano em suas reflexões sobre a política rio-platense.[8] Um dos amigos mais próximos de Cuneo, toma, desta forma, um maior contato com as idéias trazidas pelo jornalista italiano. No artigo "Literatura"[9], por exemplo, Cané utiliza várias divisas mazzinianas, tais como atuação política dos homens como uma "missão", nação como "causa de Deus e da humanidade", alusões ao "espírito democrático da nossa época", além de afirmações no sentido de que havia chegado o momento da "época da ação", bem como a defesa das "individualidades nacionais". Todos estes termos são utilizados na sustentação de que a literatura seria um dos elementos da nacionalidade, o que era um dos argumentos da concepção de nação dos representantes da "Nova Geração".

Neste texto, o intelectual argentino ainda faz uma defesa do romantismo, vinculando-o à democracia e à "causa da humanidade":

> *Se ventilaban grandes intereses sociales en esta lucha: la insurrección romántica invocaba los nombres de patria, religión, libertad; los clásicos, los de obediencia, respecto, autoridad [...]. La causa de Dios y de la Patria, la causa de los pueblos y de la humanidad, no admite enemigos; toda oposición es un delirio, todo coloso un pigmeo: la derrota del clasicismo fué completa.*[10]

[7] *Introducción* ao primeiro número do *Iniciador*, publicada nas duas primeiras páginas na edição de 15 de abril de 1838.
[8] O entusiasmo de Cané pelas idéias defendidas pelos italianos já foi mencionado pela historiografia. Em MUJICA LÁINEZ, Manuel. *Miguel Cané (padre): un romántico porteño*. Buenos Aires: Elefante Blanco, 2000. [1942] há a informação de que Cané teria preferências que o faziam "original" em sua época, pois teria sido um "italianista" em um tempo afrancesado; um mazziniano, manzonista e garibaldino e amaria a Itália como um proscrito. Consultar ibidem, p. 8.
[9] Publicado em *El Iniciador*, Montevidéu, t. 1, n. 3, de 15 de maio de 1838, p. 49-52.

De forma muito similar aos seguidores de Mazzini, o texto identifica o movimento romântico nas artes e na literatura com os partidários das idéias igualitárias e radicais, enquanto relaciona o "classicismo" com os liberais moderados e os defensores dos governos da Restauração.

Na edição seguinte do *Iniciador*, Cané publica um artigo intitulado "*¿Qué es un periódico?*", no qual toca na necessidade do desenvolvimento de uma "inteligência nacional". Para o autor, quem escreve no *Iniciador*:

> *[...] se ha proposto una misión humana, no una misión individual. – Quiero sin duda, y trabajará cuando pueda por poner en armonía las tendencias y progresos de la patria, con las tendencias y progresos humanos: si sus esfuerzos son debiles a ineficaces, se habrá alzado una voz que no morira sin eco: los tiempos asi lo quieren.*[11]

Nas linhas anteriores, estamos diante de uma junção do conteúdo messiânico e igualitário de Mazzini com as propostas conciliatórias entre o individual e o coletivo, apregoada pelos jovens intelectuais argentinos.

No artigo "Educación", Cané defende os direitos políticos da "plebe". Embora em sintonia com as idéias trazidas por Cuneo, o intelectual argentino é o único, entre seus compatriotas, a aludir a esta questão, reforçando nossa hipótese de que ele foi quem mais incorporou idéias mazzinianas. Conforme veremos adiante, a maior parte dos integrantes da Geração de 37 tinha idéias distintas das de Mazzini acerca do direito de participação política das pessoas que compunham a "plebe". Cané, entretanto, sustenta que:

> *La democracia vive en las masas; las calles, las plazas públicas, nuestros bellos e inmensos campos, son los templos del pueblo: en ellos derrama sus ideas, sus afectos, su vida toda entera. [...]. Si pues, es la mayoria, la multitud, la plebe, la que constituye la nación en los Gobiernos democraticos, y no hay verdadera libertad sin que la inteligencia de la mayoria haya recibido la cultura necesaria, cuando menos basta el grado de conocer que tiene derechos, que tiene obligaciones.*[12]

Cané defende a máxima mazziniana de que, além dos direitos, os homens têm deveres para com os demais, cuja consciência deles se alcança através da educação. Ao longo do artigo, propõe que se eduque a "plebe" e as multidões, para que elas exerçam plenamente a cidadania e tomem efetivamente seu lugar como parte da "nação".

[10] EI, n. 3, Montevidéu, 15/05/1838, p. 49.
[11] EI, n. 4, Montevidéu, 01/06/1838, p. 81.
[12] EI, n. 5, Montevidéu, 15/06/1838, p. 100.

Embora tenha tido um contato mais direto com o nacionalismo mazziniano, assumindo muitas de suas propostas, isto não significa que Cané tenha aderido plenamente às idéias italianas. Como mais um entre os intelectuais da Geração de 37, ele também defendia as concepções do grupo, como fica claro em seu artigo "Aristocracia na América".[13] Ao longo desse escrito, faz uma ampla defesa da concepção de que hábitos e costumes da era colonial ainda persistiriam no Rio da Prata e da idéia de que, embora a primeira etapa da construção da nação já havia sido realizada com a "liberdade política do movimento de independência", a conquista de literatura, idéias, artes próprias, além de hábitos e costumes "civilizados" ainda seria um longo caminho a percorrer.

Nesse mesmo artigo, a exemplo dos demais jovens intelectuais argentinos, Cané avalia duramente, e com bastante pessimismo, a situação política e social rio-platense, conforme o trecho abaixo:

> *Estamos aun bajo el imperio de las tradiciones e influencias de las sociedades Europeas [...]*
> *Fue fácil conquistar el suelo nacional, fácil darnos los nombres que hasta hoy tenemos: pero era más difícil la conquista de nosotros mismos, porque la malva que crece en los campos muere al golpe de la azada, pero los hábitos que se arraigan en el corazón humano, son duros como la encina, y profundos como la vida. Fuimos republicanos bajo nuestra palabra, y los hechos nos traicionaran.*[14]

Os "jovens de 37", naquele momento, eram céticos no que diz respeito à experiência republicana no Rio da Prata, não cansando de afirmar que Rosas teria promovido o "retorno ao Antigo Regime".[15] Também em Cané, o mais entusiasmado com as idéias trazidas pelo periodista italiano, não há, portanto, uma mera reprodução do ideário estrangeiro, e sim uma circularidade, em que as concepções construídas pelos intelectuais de 37 mesclam-se com parte das idéias propagadas por Cuneo.

Analisando-se o "Código", publicado na última edição do *Iniciador*, constatamos, da mesma forma, grande presença de idéias relacionadas ao nacionalismo mazziniano. Redigido por Echeverría, com a colaboração de Alberdi em alguns segmentos finais, o texto constitui-se num dos principais documentos do grupo, apontado como uma espécie de "declaração de princípios" dos intelectuais da Geração de 37 em seus tempos primórdios. Assim, a presença de muitos elementos das concepções de Mazzini no "Código" é um forte indício de quanto o ideário italiano repercutiu entre a jovem intelectualidade rio-platense.

[13] Publicado em *El Iniciador*, Montevidéu, t. II, n. 3, de 15 de novembro de 1838, p. 57-59.
[14] El, t. II, n. 3, Montevidéu, 15/11/1838, p. 57.
[15] Para mais detalhes sobre os posicionamentos pessimistas da jovem intelectualidade, consultar SCHEIDT, Eduardo. A crítica da "geração de 1837" às experiências republicanas rio-platenses. *História Unisinos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, v. 6, n. 5, 2002, p. 175-188.

Conforme já salientamos, os integrantes da Geração de 1837 tomam conhecimento do ideário mazziniano através de Cuneo. O periodista italiano fornece manifestos da "Jovem Itália" e da "Jovem Europa" a Cané, que os repassa aos demais componentes do grupo.

Já na primeira página do texto, é afirmado que: "La asociación para el hombre es una ley de la Providencia e una necesidad de su ser".[16] Mais adiante, a presença do igualitarismo mazziniano se faz notória: "No puede existir verdadera asociasión sino entre iguales". Este igualitarismo social, relacionado com a democracia e um compromisso político tomado como uma "missão" da juventude intelectual, concepções bastante características dos mazzinianos, são utilizadas como subsídios para a elaboração dos objetivos dos "jovens de 37", conforme o trecho abaixo:

> *El camino para llegar a la libertad es la igualdad: la igualdad y la libertad son los principios engendradores de la Democracia.*
> *La Democracia es por consiguiente el régimen que nos conviene y el único realizable entre nosotros.*
> *Preparar los elementos para organizar y constituir la democracia que existe en gérmen en nuestra sociedad: – es aqui también nuestra misión.*
> *La asociación de la Joven Generación Argentina representa en su organización provisoria el porvenir de la nación Argentina.*[17]

Ainda sobre a questão do igualitarismo, associada à religiosidade tal e qual o líder da "Jovem Itália" propagava, é da mesma forma evidente em outro trecho do "Código": "*Por la ley de Dios y la de la humanidad todos los hombres son hermanos. Todo acto de egoismo es un atentado a la fraternidad humana*".[18] E na página seguinte: "*Por la ley de Dios y de la humanidad todos los hombres son iguales [...]. Todo privilegio es un atentado a la igualdad.*"[19]

Os alertas quanto ao "perigo" de o individualismo levar ao egoísmo, expressos no texto, dão-se de forma muito similar aos manifestos mazzinianos, conforme os trechos a seguir:

> *Es necesario trabajar para que todas las fuerzas individuales, lejos de aislarse y reconcentrarse en su egoismo, concurran simultánea y colectivamente a un fin único: – al progreso y engrandecimiento de la nación.*
> *El prodominio de la individualidad nos há perdido. Las pasiones egoistas han sembrado la anarquia en el suelo de la libertad y esterilizado sus frutos. [...].*
> *La libertad no puede realizarse sino por medio de la igualdad, y la igualdad sin el auxilio de la asociación o del concurso de todas las fuerzas individuales encaminadas a un objeto único, indefinido: – el progreso continuo; – fórmula fundamental del décimo-noveno [sic] siglo.*[20]

[16] EI, t. II, n. 4, Montevidéu, 01/01/1839, p. 65 e 66.
[17] Ibidem, p. 67.
[18] Ibidem, p. 68.
[19] Ibidem, p. 69.
[20] Ibidem, p. 67.

A idéia da associação dos homens, tendo-se como base a democracia e a igualdade, em um regime republicano, defendida no "Código" como modelo para a construção da nação argentina, é indiscutivelmente semelhante à nação almejada pelos seguidores de Mazzini. O igualitarismo radical, com contornos messiânicos, é praticamente idêntico nos manifestos da "Jovem Itália" e no "Código" redigido por Echeverría e Alberdi.

Todas as citações anteriores são apenas alguns exemplos da utilização do ideário mazziniano no manifesto da Geração de 1837. O "Código" é tão impregnado de inúmeras referências a divisas mazzinianas, que, se as reproduzíssemos na íntegra, ocupariam várias páginas do presente estudo.

Isto não significa, entretanto, que o texto seja um plágio ou o nacionalismo mazziniano tenha sido seguido plenamente pelos intelectuais da "Nova Geração". Além de não limitarem suas referências ao líder da "Jovem Itália", servindo-se de outras fontes, tais como Pierre Leroux, Lamennais e Alex de Tocqueville, os "jovens de 37", ao aplicar estas idéias no contexto específico do Rio da Prata e refletir sobre a realidade local, protagonizam a elaboração de uma concepção original de nação. Deste modo, se aqui mencionássemos todos os trechos do "Código" em que há reflexões originais dos autores do texto, igualmente teríamos que ocupar várias páginas do livro.

Conforme apontamos no capítulo anterior, os integrantes do grupo foram artífices de uma teoria, segundo a qual a nação americana não estava plenamente constituída, tendo ficado "a meio caminho". Conforme a perspectiva dos intelectuais da "Nova Geração", os "pais da pátria" (protagonistas do movimento de maio de 1810) haviam derrotado o colonialismo espanhol e conquistado a independência política, passo inicial da construção da nação. Entretanto, ainda segundo suas teorias, hábitos e costumes do "Antigo Regime" persistiam na sociedade rio-platense. Neste sentido, eles ainda não seriam livres, pois conquistaram a independência política, mas não a social ou de "espírito". Neste terreno, tudo ainda estaria por fazer:

> *La emancipación social americana solo podrá conseguirse, repudiando la herencia que le dejó la España y coadyuvando con toda la acción de nuestras facultades al fin de constituir la sociabilidad Americana.*
> *La sociabilidad de un pueblo se compone de todos los elementos de la civilización: del elemento político, del filosófico, del religioso, del científico, del artistico y del industrial. [...]. La nacionalidad es sagrada. Ella fijará las reglas que deben regir las relaciones con los demás pueblos del mundo.*[21]

Além da elaboração desta teoria original acerca da revolução e da nação americana, demonstrando que não há uma mera reprodução do ideário mazziniano, percebemos que os intelectuais da Geração de 1837 divergiam dos revolucionários italianos em alguns aspectos. No que toca à concepção

[21] EI, t. II, n. 4, Montevidéu, 01/01/1839, p. 78.

de democracia, por exemplo, ambos os grupos fundamentavam-se nela, considerando-a essencial para a nação e diretamente relacionada com a idéia da igualdade de classes. Mas enquanto os seguidores de Mazzini pregam a conquista imediata dessa igualdade através da revolução, os jovens rio-platenses posicionam-se a favor da concepção de Tocqueville, no sentindo de que a igualdade de classes desenvolver-se-ia naturalmente com o movimento progressivo das nações européias e americanas. Neste ponto, Echeverría cita nominalmente o intelectual francês em suas reflexões sobre a questão.[22]

Ainda sobre a democracia, os intelectuais da "Nova Geração" a conceituam como a forma de governo da vontade das maiorias ou o "consentimento uniforme da razão de todos".[23] Desta forma, os integrantes do grupo reformulam a noção de soberania popular. Diferente tanto dos doutrinários europeus, que propunham a limitação da soberania através da eleição de representantes e do voto censitário, quanto dos grupos mais radicais como os mazzinianos, intransigentes defensores da soberania popular, os intelectuais rio-platenses propagam a idéia de "soberania da razão do povo".

Essas concepções levam os representantes da jovem intelectualidade rio-platense a divergir dos mazzinianos na questão do papel das massas populares. Os italianos defendiam a participação desses setores na revolução e no exercício do poder, enquanto os "jovens de 37" desejavam limitar o poder daqueles segmentos sociais. Em um trecho do documento, Echeverría chega a afirmar que: "*La soberanía solo reside en la razón colectiva del pueblo. El sufragio universal es absurdo*".[24] Embora imbuídos de um ideário igualitário bastante radical para a época, a jovem intelectualidade rio-platense nega à maioria da população o direito ao voto. Justificam pelo fato de que a maior parte do povo ainda estaria sob o influxo da "barbárie" e do "Antigo Regime", sendo necessário "educar" as massas antes de conceder-lhe o direito ao sufrágio.

Sobre a questão da soberania popular, pois, os jovens intelectuais rio-platenses continuam com suas concepções anteriores ao contato com Cuneo e as idéias de Mazzini, conforme percebemos na leitura de um dos principais textos de Alberdi, o *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, publicado em 1837. Refletindo sobre a soberania, o autor afirma que: "La soberanía, pues, pertenece a la inteligencia. El pueblo es soberano cuando es inteligente".[25] Desta forma, segundo o pensamento dos integrantes do grupo, somente quando as massas populares pudessem fazer o pleno uso da razão, poderiam exercer a soberania popular. Certamente, as experiências

[22] Ver trecho do texto do "Código" em *El Iniciador*, Montevidéu, tomo II, n. 4, de 1de janeiro de 1839, p.78.
[23] Ibidem, p. 79.
[24] EI, t. II, n. 4, Montevidéu, 01/01/1839, p. 83.
[25] apud TERÁN, Oscar. *Escritos de Juan Bautista Alberdi*: el redactor de la ley. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996, p. 68.

eleitorais rio-platenses, nas quais os setores populares votavam maciçamente no Partido Federalista, possibilitando a ascensão de Rosas ao poder, foram cruciais para a rejeição do sufrágio universal pelos representantes da Geração de 1837.

Outra importante diferença entre os jovens rio-platenses e os seguidores de Mazzini diz respeito à questão da unidade e do federalismo. Como sabemos, o líder da Jovem Itália era um ferrenho defensor da unidade italiana, relacionando diretamente a idéia de nação com as de república e unidade. O federalismo era por ele denunciado como um meio de dividir os italianos, além de representar os interesses políticos dos aristocratas e estrangeiros que dominavam a Itália. Entre os textos da Geração de 37 analisados, entretanto, não encontramos nenhuma menção a este aspecto do ideário mazziniano. Ao contrário, percebemos que os intelectuais rio-platenses tinham posições distintas, conforme o seguinte exemplo de um artigo de Alberdi, extraído dos seus "escritos póstumos"[26], originalmente publicado em fins da década de 1830:

> *El pueblo ha dicho hoy: no quiero la unidad ni quiero la federación. [...]. Lo que el pueblo argentino quiere hoy es una cosa que no es federación ni es unidad, y que no obstante participa de una y de otra. Quiere la forma de asociación general, concebida en Mayo de 1810, forma mixta que participa a la vez de la unidad y de la confederación, que concilia la nacionalidad y el provincialismo, los intereses de todos y los intereses de cada uno, que hace al pais a la vez una unidad y una federación, que [...] procura la inestimable ventaja de conciliar los hombres y las opiniones encontrados en el seno de una vasta y poderosa fusión.*[27]

Os "jovens de 37", neste sentido, não eram defensores da unidade a exemplo dos seguidores de Mazzini. Suas reflexões sobre a realidade política rio-platense os havia impelido a tecer críticas tanto aos unitários quanto aos federalistas, propondo um terceiro caminho alternativo, que se pretendia conciliador entre as idéias de unidade e federação para a edificação nacional no Rio da Prata.

Quanto ao Rio Grande do Sul, dado ao número bem menor de fontes, é mais difícil fazer uma análise das possíveis repercussões do nacionalismo mazziniano entre os revolucionários farroupilhas. Além do já analisado *O Povo*, o qual contou com a intensa contribuição de Rossetti e, em menor grau, de Cuneo, os Farrapos editaram apenas mais dois periódicos posteriores: *O Americano* e *Estrela do Sul*, entre setembro de 1842 e março de 1843. Não havia no Rio Grande do Sul um grupo de intelectuais comparáveis à Geração de 1837, dada a condição periférica da província, a ausência

[26] ALBERDI, Juan Bautista. *Escritos póstumos*. Tomo XIII...
[27] ALBERDI, Juan Bautista, op.cit., 1900, p. 80 e 81.

de universidades e mesmo de escolas elementares. Além dos poucos periódicos, há apenas panfletos, manifestos políticos e epistolário de lideranças sul-rio-grandenses.

Isto não quer dizer, entretanto, que entre os farroupilhas rio-grandenses não tivessem ocorrido efeitos da propagação das idéias de Cuneo e Rossetti. No periódico oficial farroupilha, *O Povo*, imprimia-se, na primeira página de todas suas edições, a divisa mazziniana "liberdade, igualdade, humanidade" e a epígrafe: "O poder que dirige a revolução tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria", assinada como "Jovem Itália. Vol. V".

Além disso, o fato de o italiano Luigi Rossetti ter sido admitido como redator do referido periódico é um grande indício de que, ao menos parte da liderança farroupilha, estava de acordo com algumas concepções mazzinianas. Conforme mencionamos no capítulo anterior, Rossetti, quando se queixava da oposição a suas idéias, sempre aludia a "certos grupos", poupando de suas críticas a maior parte dos líderes importantes, tais como Domingos José de Almeida e o então presidente Bento Gonçalves. Quanto a estes, o periodista italiano geralmente os elogiava, demonstrando esperanças de convertê-los ao ideário mazziniano.

Em algumas cartas, Rossetti cita líderes farroupilhas que, segundo ele, compartilhariam de suas concepções. Ao referir-se a José Mariano de Mattos, menciona que: *"Egli è d'un eccelente cuore ed è forse l'uomo unico che possa compreendere la vastità delle nostre idee"*.[28] Sobre o proclamador da República Rio-Grandense, Antônio de Souza Netto, Rossetti afirma que: *"Netto è nostro fratello"*.[29] Note-se que o tratamento de "irmão" era ulilizado, pelos seguidores do ideário mazziniano, na designação de correligionários da "Jovem Itália".

Em outra carta de Rossetti a Cuneo, datada de 30 de agosto de 1838, o primeiro, referindo-se ao projeto de fundação de uma sociedade que se denominaria "Jovem Rio Grande", afirma que: *"Qui non tarderemo de avere il Commitato della Giovane Riogrande, il presidente del quale sarà naturalmente Almeida"*.[30] A proposta de fundação desta sociedade tem clara inspiração na "Jovem Itália", fundada por Mazzini e seus seguidores, em várias partes do mundo, bem como na "Jovem Argentina", criada, naquela mesma época, pelos integrantes da Geração de 1837. Embora Rossetti tenha se referido àquela associação rio-grandense outras vezes, afirmando, inclusive, que o cunhado de Bento Gonçalves já tinha sido "iniciado" na mesma[31],

[28] "Ele é de uma excelente generosidade e é provável que seja o único homem que possa compreender a vastidão de nossas idéias." Apud CANDIDO, 1973, p. 114.
[29] "Netto é nosso irmão". Idem, p. 95.
[30] "Aqui não tardaremos a ter o Comitê da 'Jovem Rio-Grande', cujo presidente será, naturalmente, Almeida." Apud CANDIDO, 1973, p. 83.
[31] Ver carta de Rossetti para Cuneo, de 18 de julho de 1838, em CANDIDO. *La rivoluzione*

não temos outras fontes que comprovem se a associação "Jovem Rio-Grande" chegou a ser fundada ou não. De qualquer forma, a existência de seu projeto é mais um indício de que o ideário mazziniano e suas formas de organização política circularam entre setores das lideranças farroupilhas.

Outra pista da repercussão das idéias mazzinianas é o fato de que, mesmo quando Rossetti afastou-se da direção do jornal, ficando esta a cargo de Domingos José de Almeida, a divisa "liberdade, igualdade, humanidade" e a epígrafe da "Jovem Itália" continuaram a ser impressas na primeira página do jornal. Além disto, seu amigo e correligionário Cuneo seria contratado para o mesmo cargo nas últimas edições do periódico, conforme vimos no capítulo anterior.

Posteriormente, quando o ideário republicano radical cede espaço para um republicanismo mais moderado, com ênfase na defesa da ordem e da propriedade, as concepções mazzinianas diluem-se ou mesmo desaparecem entre os farroupilhas.[32] Seus periódicos posteriores, *O Americano* e *Estrela do Sul*, não mais contariam com a contribuição de jornalistas italianos, nem com referências a Mazzini. O que se encontram são menções ao liberalismo doutrinário europeu e norte-americano, principalmente com reproduções de textos de Benjamin Constant.

Embora tenham incorporado algumas divisas dos mazzinianos, contratado Rossetti e Cuneo como redatores por alguns períodos e planejado a criação da "Jovem Rio-Grande", não houve maior repercussão do nacionalismo de Mazzini entre as lideranças farroupilhas. Desta forma, não há, em linhas gerais, incorporações de concepções tipicamente mazzinianas em artigos, manifestos e proclamações produzidos por rio-grandenses.

Mesmo entre a jovem intelectualidade rio-platense, as repercussões das idéias trazidas por Cuneo, anteriormente analisadas, são referentes aos primeiros anos de atuação do grupo, entre 1837 e 1840. Com o isolamento, a partir de então, dos representantes da "Nova Geração", tanto pela hegemonia conquistada por Rosas como pela rejeição do ideário radical entre a maior parte dos que compunham a coalizão anti-rosista, os "jovens de 37" pouco a pouco deixam de atuar em conjunto e passam a protagonizar trajetórias distintas.[33] Neste sentido, os intelectuais vão modificando seu

riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani: Luigi Rossetti e G. B. Cuneo (1837-1840). Florença: Valmartina Editore, 1973, p. 74.

[32] Para mais detalhes sobre as mudanças de orientação do pensamento das lideranças farroupilhas, do predomínio do republicanismo igualitário e radical para liberal mais moderado, consultar SCHEIDT, Eduardo. *Concepções...*, especialmente o capítulo quatro, que é dedicado às tensões de idéias.

[33] Cf. WASSERMAN, Fabio. *Formas de identidad politica y representaciones de la nación en el discurso de la Generación de 1837.* Tese de licenciatura. Buenos Aires: UBA, 1996, p. 33 e 34. O autor esclarece que os integrantes da Geração de 37 somente podem ser considerados como um grupo nos primeiros anos de suas atuações políticas e intelectuais. A partir da década de 1840, seus integrantes dispersaram-se e tomaram rumos diferentes, inclusive passando, em alguns casos, a divergirem e polemizarem entre si.

pensamento e tomando rumos diferenciados ao longo do tempo. Conseqüentemente, possíveis repercussões do nacionalismo mazziniano, em obras posteriores dos integrantes da Geração de 37, devem ser analisadas caso a caso, tomando as produções individuais de cada autor.

Deste modo, para refletirmos sobre circulações do ideário mazziniano entre os representantes da "Nova Geração" após 1840, compararemos algumas obras de dois destacados autores do grupo: Esteban Echeverría e Juan Bautista Alberdi.

Em relação ao primeiro, analisamos inicialmente sua *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el Plata desde el año 37*[34], escrita pelo autor por ocasião da nova publicação do "Código", com o título de "Dogma Socialista", no ano de 1846. Ao escrever o texto, Echeverría objetivou fazer um retrospecto do surgimento da "Nova Geração" e a trajetória do grupo durante quase uma década. Ao analisar o ideário do grupo nos primeiros anos de atuação, porém, o autor não deixa de fazê-lo a partir de sua perspectiva no momento de elaboração dos textos, expressando algumas de suas mudanças intelectuais em relação a nove anos antes.

Percebemos algumas destas modificações, por exemplo, no trecho em que Echeverría alude ao conceito de democracia, aspiração que teria unificado a jovem intelectualidade rio-platense na época do lançamento do "Código":

> *Caminábamos a la democracia, es decir, a la igualdade de clases. "La igualdade de clases, dijimos, envuelve la libertad individual, la libertad civil y la libertad política; cuando todos los miembros de la Asociación estén en posesión plena y absoluta de estas libertades y ejerzan de mancomún la soberanía, la democracia se habrá definitivamente constituido sobre la base incontestable de la igualdad de clases." Caminábamos, pues, al sufragio universal.*[35]

Embora o texto mencione a "igualdade de classes", a ênfase desloca-se do igualitarismo, presente amplamente nos escritos de fins da década de 1830, para a defesa das liberdades individuais, nesta obra de 1846. A igualdade, agora, é uma igualdade civil e política, dos direitos dos indivíduos frente à lei e à sociedade, aproximando-se das concepções dos liberais e afastando-se do radicalismo mazziniano. Neste sentido, o autor não mais alerta para os perigos do "excesso" do individualismo e dos malefícios do egoísmo, em contraposição a vários trechos sobre o tema no "Código", conforme analisamos anteriormente.

Também estão ausentes os conteúdos religiosos e messiânicos, de inspiração mazziniana, que norteavam os escritos de anos anteriores. Isto

[34] Incluído em ECHEVERRÍA. *Obras completas.* Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1951, p. 155-198.

[35] ECHEVERRÍA, op. cit., 1951, p. 172.

não significa, entretanto, que o intelectual argentino tenha abandonado por completo o ideário do fundador da Jovem Itália. A evocação aos "deveres do homem", por exemplo, continua presente no pensamento de Echeverría:

> *"¿Y qué importa esse compromiso que contraeríais con vuestra propia conciencia? Importa un deber, una obligación que os imponeis. Luego la fraternidad es el deber, luego para gozar en vuestra Patria el derecho de Libertad, estais en deber de fraternizar con todos vuestros compatriotas: de no, habrá guerra civil y no tendreis Patria ni Libertad".*[36]

Embora o autor demonstre modificações em seu ideário, do anterior radicalismo igualitário para adesão a alguns aspectos do liberalismo moderado, como a defesa das "liberdades individuais", a idéia de que as pessoas deveriam ter compromissos para com as outras e com a sociedade continua sendo defendida por ele.

No texto *Revolución de febrero en Francia*[37], redigido por Echeverría em 1848 com o intuito de analisar os movimentos revolucionários no país europeu, percebemos, mais claramente, a continuidade de aspectos do nacionalismo mazziniano no pensamento do autor, conforme o trecho abaixo:

> *"Cuando esse principio regenerador sea generalmente comprendido y convenienemente organizado, la sociedad que hasta ahora ha sido una aglomeración de seres divididas en Castas, perpetuamente hostiles, de amos y siervos, de opresores y oprimidos, se convertirá en una verdadera asociación de iguales en derechos y obligaciones, en la cual todos, bajo el imperio de la ley divina de la comunión de las criaturas solidarias, vivirán y trabajarán por el bien y la perfección recíproca y común. Cesará entonces la guerra entre las naciones. El género humano formará una sola familia unida por el vínculo de esa misma ley, y se realizará la Santa Alianza de los pueblos, profetizada por la Revolución Francesa en el año 92 para concluir con todas las servidumbres y con todas las tiranías".*[38]

O desejo dos mazzinianos de uma associação fraterna entre as nações, formando "uma única família", realizando o "desejo divino" continua a ser apregoado pelo intelectual argentino. Só que, diferentemente de antes, quando os princípios mazzinianos eram difundidos de forma baste semelhante aos manifestos dos seguidores da "Jovem Itália" e "Jovem Europa", agora Echeverría os utiliza com suas próprias palavras e vinculando-os a elementos do liberalismo, como a defesa dos direitos do homem e alusões à Revolução Francesa. Neste sentido, percebemos, com o decorrer dos anos, um "processamento" de parte das idéias mazzinianas no pensamento do autor. Em outras palavras, uma parte do ideário, trazido para a região por Cuneo e Rossetti, foi transformado pelo argentino, que passou a aplicá-lo em diferentes contextos, ao longo de sua produção intelectual.

[36] Ibidem, p. 192.
[37] Ibidem, p. 409-423.
[38] Ibidem, p. 419.

Isto, em contrapartida, não ocorreu com seu conterrâneo Alberdi. Conforme vimos no capítulo anterior, este outro destacado intelectual da Geração de 37 é um dos que mais muda de posicionamento político, passando de igualitário radical para liberal conservador. Somente um ano após a publicação da *Ojeada retrospectiva* por Echeverría, Alberdi escreve um texto que também objetivava analisar o passado recente, mas não exclusivamente a trajetória da "Nova Geração", e sim a construção do país. Trata-se da obra *La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo*.[39]

Ao longo de todo o texto, não nos deparamos com marcas do nacionalismo mazziniano. Em 1847, pois, Alberdi já tinha abandonado as concepções dos italianos, utilizadas nos textos do argentino em fins da década anterior. Aliás, o autor demonstra ter passado por modificações profundas inclusive em suas idéias sobre a nação. Agora, afirma que a "nação argentina" já existe desde a Revolução de Maio. Para Alberdi, já haveria, entre a população, sentimentos no sentido de "ser argentinos", enquanto o país já comportaria uma "família nacional".[40] Sobre o conceito de nação, o autor deixa de lado características típicas dos jovens de 37, tais como a necessidade de laços fortes entre a população e da elaboração de literatura, hábitos e costumes "nacionais", para assumir a concepção de que bastaria a formação de um Estado unificado para assegurar a existência da nação. A unificação, segundo o autor, já teria sido de fato implementada por Rosas. Alberdi, pois, passa a elogiar o "restaurador", contrastando com seus antigos companheiros, como o próprio Echeverría e Domingo Faustino Sarmiento, que tinha recentemente publicado seu famoso *Facundo*[41], no qual ataca duramente o governador bonaerense, retratado como responsável pela vitória da "barbárie" da campanha sobre a "civilização" das cidades. É bom salientar, entretanto, que Alberdi refere-se a Rosas de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que o elogia pela unificação do país, critica-o por "não mover uma palha" no sentido de elaborar uma constituição política, único elemento que a Argentina careceria para se configurar plenamente como uma nação.[42]

Mudanças nas concepções de nação são perceptíveis em um outro texto publicado alguns anos mais tarde, que é considerado uma de suas obras mais importantes. Estamos falando das *Bases y punctos de partida para la organización política de la República Argentina*.[43] Comparando este livro com escritos de finais da década de 1830, as mudanças de postura

[39] ALBERDI, Juan Bautista. La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo. In: DONGHI, T. Halperin. *Proyecto y construción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Ariel, 1995, p. 117-128.
[40] Ibidem, p. 118.
[41] SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1997 [1845].
[42] ALBERDI, Juan Bautista. *La República...*, p. 124.
[43] Em nossa pesquisa, utilizamos uma versão traduzida: ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas: Unicamp, 1994 [1852].

intelectual do autor tornam-se notórias. Escritas logo após a queda de Rosas, objetivando contribuir para a reorganização política da Argentina, as *Bases* ratificam o abandono por Alberdi das anteriores concepções de nação dos "jovens de 37", bem como demonstram a adesão do autor à "nação da civilização *versus* barbárie". Nesta obra, o autor sustenta que além de um grande espaço territorial, uma nação necessita de uma população expressiva para poder desenvolver-se.[44] Com o lema "governar é povoar", propõe a vinda de imigrantes europeus em massa, concedendo-lhes os mesmos direitos de cidadania dos argentinos, com o intuito de não apenas povoar o país, mas, fundamentalmente, trazer a "civilização" da Europa para a América. Além da imigração, Alberdi propõe incentivos à indústria, comércio e as garantias de liberdades pessoais, especialmente o direito à propriedade.

De suas anteriores esperanças na América republicana, o autor passa a afirmar que o continente "não está preparado para o republicanismo".[45] Em lugar da defesa da instrução da população local, apregoa a concepção de que a educação consistiria na atração de imigrantes.[46] De sua crença na "revolução republicana" protagonizada pelos americanos, agora aponta que a solução para o continente é "trazer a Europa para América".[47] Neste sentido, Alberdi substitui a valorização da América e a elaboração de literatura, costumes e idéias "nacionais" pela defesa da transposição de população e cultura européias para o continente americano. Neste aspecto, o autor também se distancia bastante das concepções da jovem intelectualidade rio-platense, em seus primeiros anos de atuação como grupo.

Assim como no texto publicado em 1847, não encontramos, ao longo das páginas das *Bases*, nenhum traço do ideário mazziniano. Ao tornar-se um liberal conservador, defensor da "república possível", Alberdi abandona por completo as idéias igualitárias radicais, contrastando com seus textos de quinze anos antes.

Ao final da investigação, concluímos que o nacionalismo mazziniano repercutiu na Região Platina durante a primeira metade do século XIX, porém de diferentes formas, entre os distintos grupos políticos e intelectuais com os quais Cuneo e Rossetti mantiveram contatos. Neste sentido, a circularidade de idéias foi mais intensa junto aos intelectuais da Geração de 1837, nos primeiros anos de suas atuações políticas, entre 1838 e 1840, enquanto demonstrou-se de menor intensidade no caso dos farroupilhas. Mesmo no que se refere à jovem intelectualidade rio-platense, o processo foi desigual, passando de uma grande utilização por parte dos componentes do grupo das concepções dos mazzinianos para uma diminuição dos efeitos da circularidade ao longo do tempo, que passa a ser perceptível em apenas alguns de seus autores, uma vez que eles tomaram rumos distintos.

[44] Ibidem, p. 76 e 79.
[45] Ibidem, p. 61.
[46] Ibidem, p. 63.
[47] Ibidem, p. 73.

Os "jovens de 37", na época de seu surgimento como grupo intelectual, eram quase tão radicais quanto os seguidores de Mazzini, demonstrando-se, por esta razão, bem mais receptivos ao ideário trazido pelos periodistas mazzinianos, embora de modo parcial e sem direta transposição de idéias. Para elaboração de suas concepções de nação, os representantes da jovem intelectualidade rio-platense valeram-se de parte do ideário de Mazzini, selecionando e adaptando suas idéias no contexto específico do Rio da Prata, enquanto rejeitavam outras que não condiziam com seu pensamento sobre a realidade local. Eles também se identificavam com os italianos na condição de exilados e desterrados, sem pátria nem nação, mas imbuídos do propósito de lutar incessantemente pela conquista de seus ideais políticos. Não há que perder de vista, entretanto, que o conjunto do pensamento dos "jovens de 37", aplicado às especificidades do contexto histórico rio-platense, constituíram uma representação original de nação, na qual alguns pontos do pensamento dos seguidores de Mazzini, em especial no que tange à questão da participação política das camadas populares, bem como da problemática da unidade e da federação, foram rejeitados pela juventude americana.

Em suma, embora tenham se inspirado e utilizado parte do ideário trazido por Cuneo e Rossetti, os componentes da jovem intelectualidade rio-platense protagonizaram um processo de elaboração de idéias, construindo concepções novas e originais de nação, que os autores julgavam mais adequadas para a Região Platina. Neste sentido, não houve transposição de idéias estrangeiras nem elaboração de algo "totalmente americano", e sim uma ativa criação de um ideário novo, fruto da combinação entre o que vinha "de fora" com as práticas e idéias "de dentro", através de reflexões sobre a realidade local.

Fontes

Acervos consultados

Buenos Aires

Academia Nacional de la Historia.

Archivo General de la Nación.

Biblioteca del Congreso de la Nación.

Biblioteca del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani.

Biblioteca Nacional.

Colegio Nacional de Buenos Aires.

Museo Mitre.

La Plata

Biblioteca Pública de la Universidad Nacional de La Plata.

São Paulo

Biblioteca Central da FFLCH - USP.

Biblioteca do Memorial da América Latina.

Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade.

Biblioteca Setorial de História - USP.

Centro de Apoio à Pesquisa em História - USP.

□□□ Porto Alegre

Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Biblioteca Setorial do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa.

□□□ São Leopoldo

Biblioteca Central da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Instituto Anchietano de Pesquisas.

Documentos analisados

□□□ Jornais

Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo – Buenos Aires, 1843-1851.

El Conciliador – Buenos Aires, 1827.

Crónica Política y Literaria – Buenos Aires, 1827.

Gaceta Mercantil – Buenos Aires, 1829.

El Iniciador – Montevidéu, 1838-1839. Edição fac-similada da Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 1941.

L'Italiano – Montevidéu, 1841-1842.

Il Legionario Italiano – Montevidéu, 1844-1846.

La Legione Agricola – Buenos Aires, 1856.

El Lucero – Buenos Aires, 1829-1833.

El Monitor – Buenos Aires, 1833-1834.

El Nacional (época Segunda) – Montevidéu, 1838-1843.

O Povo – Piratini / Caçapava, 1838-1840. Edição fac-similada da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1930.

Revista del Plata – Montevidéu, 1839.

La Tribuna – Buenos Aires, 1853-1860.

Título já publicado na coleção :

A Trama das Vontades:
negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista
de Cacilda Machado

Este livro foi impresso nas oficinas gráficas da
Editora Vozes Ltda., para a Editora Apicuri,
em outubro de 2008.
1ª edição - Tiragem: 1.000 exemplares

Eduardo Scheidt é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, com Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor adjunto do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra e professor da Universidade Gama Filho. Sua pesquisa enfatiza a História Latino-Americana, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, história da Região Platina, história das idéias e história dos intelectuais.

distâncias

"Com competência e profundidade, o autor analisa as representações de nação elaboradas por periodistas italianos que viveram na Região Platina, entre 1827 e 1860. [...] Percorre os territórios da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul, pensando um espaço físico amplo associado fundamentalmente às relações sociais construídas pelos homens. [...] trabalha a circulação de três publicistas italianos [...] detendo-se particularmente nas representações de nação encontradas em seus escritos. Com segurança teórica enfrenta também a análise da construção de outros conceitos, como democracia, república, modernidade e romantismo."

Maria Ligia Coelho Prado




ISBN - 978-85-61022-16-7
9 788561 022167

Eduardo Scheidt

Carbonários no Rio da Prata

apicuri